

ELCIO ALVARES

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

— 1975 —

ELCIO ALVARES

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

— 1975 —

M
353.98152
E77m
1975
ex.1



MEUSAGEM
A ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
1010	28-8-78

Senhor Presidente

Cumpro, com emoção e tranquilidade, o ato solene de comparecer perante esta Casa de Leis para prestar contas do primeiro ano do meu Governo e, numa linguagem despida do oficialismo, dizer, na simplicidade do diálogo permanentemente exercitado, os anseios do futuro.

Quero falar, na reabertura dos trabalhos legislativos de 1976, colocando em cada frase o otimismo realista que constroí, a certeza do futuro grandioso, a humildade que vem das origens, a determinação inarredável em defesa do Estado, o mesmo entusiasmo do primeiro dia de administração.

Seja-me permitida a viagem da memória e a lembrança dos momentos iniciais do Governo. Investido das grandes responsabilidades, ousei — em ato de doação integral — proferir a mensagem de fé que a muitos pareceu inconsequente, por vezes alvo da crítica exarcebada, e por que não dizer, até certo ponto deletéria para os interesses do Estado.

Fiz da impessoalidade um dogma. Exerci a Governadoria com o pensamento voltado para o povo do Espírito Santo, principalmente os humildes, desvalidos da sorte, sem obscurecer a trajetória delineada das potencialidades econômicas.

Reconheço que a caminhada inicial foi áspera, e a dura lida nem sempre foi acalentadora. As vozes dos inconformados chegaram a ganhar tonalidade enganosa, mas a vontade inquebrantável de realizar, fazer, produzir, criar, sem esmorecimentos ou tréguas, impôs-se na verticalidade e honestidade dos propósitos do Governo.

Hoje, após um ano, contemplo o semblante dos meus companheiros de trabalho, os funcionários públicos. Rigorosamente em dia em seus pagamentos, beneficiados com justiça, compõem um suporte valioso para o Governo. Os hospitais do Estado recebem a todos. Em ritmo crescente as inaugurações estão sendo registradas. Um ano apenas, quase uma eternidade, pois as horas do Governo não se medem pelos relógios, mas pelo ideal perene de tudo fazer no menor espaço de tempo possível.

Apanho na crônica diária do Governo fatos e acontecimentos. É mister falar a todos do que foi feito, sem soberba ou vaidade, apenas com a humildade do dever que vai sendo cumprido com amor e entusiasmo.

O bem-estar do homem, sua integração no processo econômico, bem como adoção de medidas humanas e cristãs, talvez representem em síntese a filosofia do meu Governo. Quis que todos sentissem que a administração não era um ente distante e frio. Procurei dar a cada gesto governamental, calor humano, sentimento, emoção, na comunicação tão necessária entre governante e governados, proclamando sempre acreditar nos homens e em Deus. Não tive vergonha de chorar ao ver a miséria dos hospitais e favelas, principalmente quando o Governo se sentia impossibilita-

do de acudir as dores alheias. Extrovertido que sou, falei com alegria, quando o Estado conquistou vitórias expressivas nos mais variados setores. Estendi as mãos a todos, num gesto de desarmamento e humildade cristã. E as mãos dos sofridos, dos esquecidos da sorte jamais se perderam no espaço. Fui buscá-las, redobrando forças, para apertá-las como um homem qual quer, a quem Deus generosamente confluí os destinos do seu povo.

Diante dos olhos, o caleidoscópio do tempo: o sistema estadual de planejamento com a criação da respectiva Secretaria. O planejamento urbano da Grande Vitória. Assinatura do contrato inicial da 3ª ponte. O aceleramento da 2ª ponte, com inauguração prevista para o próximo ano. As viagens ao interior, repetidas vezes, na comunhão permanente com a gente boa e simples da zona rural.

Eletificação rural. Financiamento agrícola. Apoio irrestrito à Agricultura, atingindo índices que superaram as previsões mais otimistas. Agilização de recursos federais para complementar o orçamento estadual, flagrantemente deficitário. Campanha de vacinação contra a meningite. O programa habitacional, um dos mais arrojados do País. A proteção ao meio ambiente. Criação do Instituto Estadual de Florestas. A Feira dos Municípios, onde povo e Governo, unidos celebram a grande festa da identidade espiritual. Identificação estreita com os municípios, sendo que pela primeira vez os Prefeitos foram convocados para a elaboração da Mensagem Orçamentária. Os estudos iniciais do novo Aeroporto, já concluídos e aguardando pronunciamento da Infraero. Reforma da Casa de Detenção. A humanização dos presídios. Aquisição de 14 motoniveladoras para melhor conservação das rodovias estaduais. Campanha em favor da privatização, num diálogo constante com o empresariado capixaba. Os primeiros estudos para nova Colônia Penal Agrícola, que já se encontram no Ministério da Justiça. A realização do Congresso de Planejamento da região sudeste.

Melhoria, construção e recuperação de estradas do interior. Entrosamento permanente e crescente com o BNH, a admirável instituição brasileira, dando apoio nos problemas sociais, ajudando de forma decidida a CESAN e abrindo perspectivas no setor habitacional. A adoção da política dos lotes urbanizados.

A construção da estrada São Gabriel da Palha-Nova Venécia. Inauguração do serviço d'água de Anchieta, Iriri e Piúma. Inauguração da avenida Nossa Senhor dos Navegantes.

A adoção da política dos centros sociais urbanos. A ponte do Rio Jucu. A construção da Rodovia do Sol. Apoio à arte e à cultura. Asfaltamento do trecho Nova Almeida-Jacaraípe, em plena execução, com a ponte de Jacaraípe praticamente concluída. Recuperação do Hospital "Adauto Botelho", com um mundo menos cinzento para os suplicantes da razão. Criação do Pronto Socorro Infantil e melhoria geral da rede hospitalar estadual. Ativação dos Centros Industriais. O Campeonato Aberto da Pesca Oceânica, com impulsos

elogiáveis ao turismo organizado em vários setores. O aumento do salário família de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 40,00 após 6 anos de estagnação. Inauguração da Rodovia Venda Nova-Castelo. Apoio à pequena e média empresa. Valorização do servidor e a dignificação da função pública como meta do Governo.

Medidas urgentes e imediatas contra as calamidades públicas. Reajustamento das pensões do IPAJM, através do Decreto nº 761—N. A política adotada na Secretaria da Segurança, visando a coibir quaisquer tipos de violência física ou arbitrariedade policial. Campanha a favor da saúde do povo e o combate permanente à esquistossomose. Os I Jogos Comunitários de Vila Velha.

Recolhi fatos e dados, sem observar a gradação de importância, pois, no impulso administrativo tudo deve ser feito com intensidade, sem distinção dos eventos.

Exercitei, com afinco, a compatibilização do técnico com o político. Eles se identificam no bem comum do Estado. Ambos são imprescindíveis para o bom êxito de qualquer tarefa administrativa.

Aos moços, sempre presentes na vida do Estado, nos sindicatos, Universidade, escolas, nas funções mais diversas, levo minha palavra de convocação e apreço. Este Estado lhes pertence e quanto mais cedo a capacitação para assumir as rédeas do seu destino, melhor para todos, melhor para o Brasil. A força dos moços, num país como o nosso, determina os rumos da nacionalidade. É preciso que os jovens se preparem logo para a tarefa que lhes será confiada. Torna-se necessário o estudo dos grandes problemas nacionais, e, acima de tudo, distinguir o certo do errado. O Governo lhes acena com a palavra franca e cordial, de ordem e trabalho. É assim que o Brasil vai crescer, com o impulso dos jovens e a experiência dos mais velhos.

Confesso que nem tudo transcorreu conforme o desejo do meu Governo. Constituído por homens, falíveis naturalmente, foram anotadas algumas distorções e determinados programas não atingiram os índices desejados. Dispendeu-se esforço, mas não houve a contrapartida da ação efetiva. Mas esta noção clara de que o perfeito não deve e não pode ser celebrado, leva todos a uma auto-crítica imperiosa. E o Governador quer ser o primeiro a fazê-la. Não nutro a vaidade que obscurece a razão. Não cultuo a infalibilidade, pois é nociva e prejudicial. Sou no Governo um homem que quer aferir defeitos e encetar soluções, conclamando a colaboração e solidariedade do povo capixaba.

As falhas emergentes já estão diagnosticadas e analisadas. Procura-se um rumo que produza melhor e a dinâmica do processo administrativo deve ser utilizada imediatamente. Os métodos arcaicos estão sendo abolidos gradativamente. Todavia não é possível encontrar-se uma solução da noite para o dia. Por isso torna-se imperiosa a crítica dos bem intencionados, principalmente da honrada Oposição. Quero recolhê-la como subsídio valioso ao programa de Governo. As falhas porventura existentes ao serem acusadas merecerão estudo para o encaminhamento favorável aos interesses do povo.

De uma forma especial dirijo-me à classe política. Oriundo dela, garímpeiro de votos, alteio-me na afirmação de poder proclamar: sou político e nessa condição exerço o Poder.

Como se não bastasse o conceito aristotélico do político, irmano-me com aqueles que, nas mais longínquas paragens do Estado, no exercício da vereança ou nas Casas Legislativas, honram os mandatos populares. O exercício da política enaltece e enobrece. O político é o grande vanguardeiro da coletividade, que suporta ambições e sentimentos imediatistas, para servir ao povo com paixão e ardor. Desde o mais modesto líder até aqueles que, na investidura dos mandatos, defendem a comunidade, sobrepara um halo de predileção. Doa-se tudo em apreço ao povo. É o fadário do político honrado, consciente dos seus deveres e amando a missão que lhe foi confiada.

Sou político por vocação e destino. Aqueles que são irmãos de trabalho, operários da mesma oficina, ofereço o fogo vivo da palavra para proclamar que este Governo é sensível aos representantes do povo, da solidariedade da classe que compomos. Ao povo ofereço a pureza do ideal, a força irredenta do trabalho, a paixão imensa de tudo querer realizar enfrentando o tempo com passos de gigante, rumo ao futuro esplendoroso do Espírito Santo.

Não importam os limites partidários. Quando fala mais alto o interesse do País e do Estado somos mourejadores da mesma faina. Oposição e Governo representam um templo, onde a classe política celebra com elevação. Proclamo, então, que a crítica deve ser feita com nobreza, sem retaliações pessoais, evitada a ironia que diminui ou a paixão que cega e mutila. Criticar para crescer, criticar para construir, sem as palavras escarlates do ódio ou os rompantes da inconsequência.

A classe política compete responsabilidade ímpar nesta quadra da vida brasileira. Prestigiada pelo Presidente Ernesto Geisel, que enfatiza sua validade no desenvolvimento do país, ela não deve se perder nos desvios escorregados da fisiologia ou da contestação insensata. A plenitude do movimento revolucionário está presente nos vários estágios dos anos após 1964. Será falta de acuidade qualquer tipo de interpretação que minimize as palavras de esclarecimento do eminente Presidente da República. A solidariedade reclamada para as grandes soluções nacionais impõe compromissos inequívocos. Não pode a classe política omitir-se no posicionamento, franco e leal, que o momento exige, sem as desculpas dos indecisos e indiferentes. Vale repetir a fala da mensagem presidencial deste ano:

"Inautêntico será sempre todo partido que mantenha capturados os seus eleitores nas malhas da corrupção, seja a vil corrupção física e sonante, seja a corrupção das próprias consciências pelo paternalismo, pela magia carismática ou pela demagogia descompromissada com o futuro. Ora, antes de tornar-se um ente político, o cidadão precisa ter sido um indivíduo de físico sadio e limpo, precisa ser também consciente, racional e socializado".

O político que se abastarda no debate público deslustra a classe. A defesa das teses resultar de convicções sólidas sem concessão à demagogia ou utilitarismo pessoal. O que fica, ao longo de uma vida pública, são as palavras e atos do verdadeiro amor ao Estado. O julgamento da posteridade é feito de forma imparcial e rigorosa, pois o tempo acrisola o senso da justiça.

Nesta Casa, de tradições tão caras, o político vive e se realiza. Ela deve, portanto, ser templo e altar, guardiã impenitente dos valores que se eternizam. De uma Casa assim — o Congresso Nacional — sai para governar este Estado. Não recelo afirmar que o mandato outorgado pelo povo, a vivência parlamentar, o calor intenso dos debates, a defesa leal do Governo, foram fatores básicos para a compreensão da realidade administrativa, que hoje alcança exatamente um ano e aqui se confessa, no exercício do entendimento harmônico entre os Poderes, conforme quer o texto constitucional.

Sei que vivemos momentos difíceis, jungidos que somos às crises internacionais. Mas não encontro impedimento para proclamar que a vontade é maior que a crise e juntos, identificados com o povo, vamos construir um mundo melhor, de paz social e trabalho fecundo.

O Espírito Santo está prestes a dar o grande passo desenvolvimentista.

Estamos saindo do subdesenvolvimento para o estágio que aponta a riqueza comum. Rendo, Governador da Revolução, homenagem aos meus antecessores Christiano Dias Lopes Filhote Arthur Carlos Gerhardt Santos, que começaram a perłustrar os caminhos iniciais do progresso que agora ganha contornos definitivos, através dos grandes projetos. No entanto, as dificuldades perduram. São dificuldades históricas. O que importa porém é a vontade obstinada de vencer, a convicção de que o rumo está certo, e amanhã será um outro dia, sem os percalços financeiros e as dificuldades naturais de quem ousou voar bem alto.

Saibam os capixabas, principalmente os políticos, que a compreensão e a tolerância diante dos problemas constituem pontos positivos. O Governo é o primeiro a proclamar que existem setores da vida pública que continuam merecendo mais e mais cuidados especiais. No entanto só a crítica construtiva, apontando soluções, pode levar a uma conclusão que venha em favor do povo. Muita coisa precisa ser ainda corrigida. Os anos de mandato à frente nos induzem à melhoria natural. Pretender perfeição seria veleidade descabida. Não haverá esmorecimentos e a luta será redobrada, olhos fitos no futuro. Ao término da jornada, solidários, comungaremos do mesmo êxito, pois a obra de Governo pertence a todos, duradoura e impessoal.

De uma forma grata e significativa, dirijo-me à Aliança Renovadora Nacional. Compete-lhe, neste passo da vida partidária, dar sustentação e apoio ao Governo. Missão da mais alta importância, pois o trabalho administrativo seria reduzido sem o suporte partidário. É mister que o Governo e a ARENA, em permanente simbiose, se completam na realização das tarefas que estão sendo impostas para o porvir. Orgulho-me de proclamar que fato político da mais alta relevância foi o diálogo mantido entre Legislativo e Executivo, sendo participantes do mesmo todos aqueles que, acima de paixões ou posições pessoais isoladas, colocaram o bem-estar da coletividade. O diálogo é proveitoso e deve ser estimulado. Fiel aos compromissos partidários, tudo farei para que os resultados eleitorais futuros pertençam à sigla da minha agremiação. Não obstante quero dizer, em apreço à verdade, que o meu Governo agirá dentro da lei e dos preceitos éticos determinados pelo Presidente Ernesto Geisel.

Volto, por fim, ao desenvolvimento social. É a tela sensível que me sensibiliza. Homem de formação humilde, jamais poderia esquecer minhas origens. O Governo quer viver com simplicidade e espírito cristão. Não almeja tocar as estrelas, quer ter os pés no chão. Ele tem olhos para ver a miséria e a dor, na imensa paisagem social dos nossos dias. Se caminhamos a passos largos para o desenvolvimento econômico, não pode ser esquecida a legião dos que, marginalizados nas favelas e choupanas, ainda não se incluíram no contexto da riqueza comum e distribuída com justiça. A este esforço que farei, dia a dia, ao lado dos meus auxiliares de Governo, dos organismos sociais, de todos, enfim, que queiram porfiar por um mundo melhor, de paz e felicidade.

O apoio recebido do General Ernesto Geisel e todo seu Ministério permitiu ao Governo Estadual cumprir etapas e desenvolver programas. Ao eminente Presidente da República, formulo, como dever de justiça, o agradecimento do povo capixaba.

Ainda ecoam nos meus ouvidos as palavras do pastor de Deus:

"A preocupação do bem comum, que para nós é o bem da comunidade, deve gritar mais alto de todo e qualquer interesse em contraste com tal exigência fundamental. Então que ele fale não só quando ausente e invocado; mas também quando presente e realizado".

A caminhada é longa. Muita coisa a fazer. Os erros serão inevitáveis, todavia há de prevalecer a vontade indômita de tudo fazer, com ideal, em favor do povo, principalmente dos humildes, que entendem a minha linguagem e sabem que um deles, investido do Poder, confia em Deus pelo destino de todos.

Peço que me excuse se dei ao problema social maior relevo. Na verdade é o que sinto, no íntimo e na alma. Sei que o Presidente Ernesto Geisel vive o mesmo sentimento, preocupado permanentemente com a melhoria de vida da nossa gente. Não estaremos sós. Ao nosso lado, milhares de capixabas vão formar uma falange destemida, vibrátil e poderosa, libertando este país do subdesenvolvimento e dos problemas sociais que ainda sufocam irmãos brasileiros.

Esta é a luta. A missão vai ser cumprida. Com dedicação, entusiasmo, sacrifício e amor, principalmente o amor que constrói e fecunda. Restará sempre a certeza de que tudo estamos fazendo para cumprir a missão que nos foi imposta. Olhos voltados para o futuro, pensamento voltado para Deus!

Após esta sintense panorâmica das atividades desenvolvidas pela administração pública estadual no exercício de 1975, passo à mãos de V. Ex^a e seus dignos Pares relatórios detalhados referentes a cada um dos setores do Governo.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex^a os preceitos de minha elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

ELCIO ALVARES
GOVERNADOR DO ESTADO

RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 1975

I — INTRODUÇÃO

O ano de 1975 não foi comum na vida da Secretaria de Administração.

A mudança de Governo, ocorrido a 15 de março trouxe, como é natural, a necessidade de algumas substituições de titulares de cargos e funções de confiança, não só nos órgãos de estrutura interna, como também nos órgãos em regime especial de administração, vinculados à Pasta.

Este fato, por si só, seria suficiente para justificar expectativas no meio do pessoal, demandando novos relacionamentos, novas formas de comportamento e acarretando a necessidade de adaptações que, embora não tenham tido nenhuma consequência negativa para a vida da Secretaria, deram-lhe um novo sentido de vivência.

Esta fase inicial foi também de observação do funcionamento das várias frentes de trabalho, seguindo-se as medidas que fomos tomando para a implantação de correções de processos operacionais, quando distorções prejudiciais ao bom desempenho dos serviços eram detectadas.

Uma das primeiras medidas de profundidade foi a expedição das NORMAS DE PROTOCOLO, EXPEDIÇÃO E ARQUIVO DO EXPEDIENTE, através das quais imprimimos uma racional forma de atuação dos órgãos envolvidos no sistema de protocolo e arquivo, com excelentes resultados no correr do exercício.

Das mais proveitosas para a dinamização dos serviços foi, sem dúvida, a DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA que proporcionou um razoável desafogo ao Gabinete, ao mesmo tempo que permitiu a decisão mais rápida de inúmeros processos cujas soluções passaram a ser dadas nas próprias Divisões ao invés de dependerem de despachos pessoais do Secretário.

Surgiu com isso a oportunidade de as Chefias intermediárias decidirem com plena responsabilidade, ensejando a revelação ou a formação de novos líderes, dos quais tem sido tão carente o Serviço Público.

Outra medida de grande alcance foi a implantação de um sistema de reuniões periódicas tanto para os Assessores de Assuntos Administrativos Correntes, funcionários da Secretaria de Administração que prestam serviços junto às demais Secretarias, quanto para os Chefes de Divisão e de Diretoria.

No caso da Assessoria pudemos, através desses contatos, sentir e conhecer a forma de atuação e de relacionamento pessoal de cada assessor junto ao órgão em que atuam, bem como os problemas relativos à Administração ali encontrados e a maneira de sua solução.

A partir desse conhecimento, uma política administrativa mais objetiva pôde ser deflagrada, buscando-se alcançar a uniformidade de comportamento dos

vários setores nos assuntos específicos de Administração.

Quanto aos Chefes de Divisão e de Diretoria, as reuniões deram também os melhores resultados, proporcionando a toda a equipe uma permanente visão global dos assuntos específicos de cada setor e uma proveitosa troca de informações, o que tem trazido maior facilidade na adoção de medidas eficazes para solução de problemas.

A Secretaria de Administração ressentiu-se da falta de um serviço básico, inerente à sua natureza e finalidade, que é o Cadastro de Pessoal. Esse serviço pertencia ao antigo D.S.P. mas, inexplicavelmente, foi transferido para a Secretaria da Fazenda há mais de dez anos, como todo o acervo e pessoal. Esperamos que, volte a esta Secretaria que é, por excelência, o órgão de pessoal do Estado. Aliás, isto foi previsto na recente Lei Orgânica do Estado, e quando se concretizar, trará grandes benefícios para a agilização dos serviços relacionados com os direitos e vantagens do pessoal.

Quanto ao espaço físico, podemos registrar algumas medidas tomadas no sentido de melhorar a localização dos órgãos da Pasta, uma vez que o prédio onde está instalada, já deixa, hoje, a desejar.

Já temos três setores funcionando fora do prédio da sede da Secretaria, em salas alugadas: a COPIA, o PASEP e o Setor de Mecanografia.

Para a instalação da ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO, ora criada pela Lei nº 3.043, de 31.12.75, e uma melhor instalação do Serviço de Perícias Médicas de Pessoal, providências semelhantes terão em breve de ser tomadas.

Também o ARQUIVO PÚBLICO mereceu de nós especial atenção.

Atualmente encontra-se instalado em dois prédios muito distantes um do outro.

Quanto à parte instalada num dos edifícios do Porto, o estado de conservação do material é bom pois as dependências são novas e limpas. Quanto à parte mais antiga, existente no edifício da Biblioteca Pública, a situação é precária. O prédio tem cinquenta anos e parece que nunca recebeu pintura e outros cuidados de conservação.

No momento o prédio em questão está sofrendo reparos pois providenciamos, através do Departamento de Patrimônio e da Secretaria da Fazenda, os recursos e condições para esse fim.

Ainda no correr do ano de 1975, iniciamos estudos visando à redação de um novo Estatuto dos Funcionários, fato bastante notificado pela imprensa.

Tais estudos encontram-se em fase adiantada e no exercício de 1976 estaremos submetendo à apreciação do Governo ante-projeto de lei a respeito.

Na parte relativa à Previdência Social do servidor público, procuramos junto ao Instituto de Assistência

e Previdência Jerônimo Monteiro, estudar uma forma de proporcionar melhores condições para os cálculos das pensões, incrementando, também as carteiras de empréstimos e iniciando estudos para a implantação de Assistência Médico-Hospitalar, o que deverá ocorrer no exercício de 1976.

Em decorrência das medidas acima, foi estabelecida a pensão mínima em valor igual a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo regional, beneficiando centenas de pensionistas que percebiam, antes, quantias irrisórias.

Quanto à dinamização das carteiras de empréstimos, houve uma elevação do movimento, de aproximadamente 140% (cento e quarenta por cento) em relação ao ano de 1974.

Outro órgão da Secretaria muito acionado foi o Departamento de Transportes.

Fizemos funcionar os dois Postos de fornecimento de combustíveis, lavagem e lubrificação, construídos no Governo anterior, o que trouxe uma considerável economia para o erário estadual.

Além disso, a política de uso de veículos de transporte de pessoal, adotada pelo atual Governo, foi outra frente de intensa atividade, modificando completamente o que antes se fazia naquele Departamento, para instituir-se à coordenação, controle e supervisão do uso dos veículos oficiais.

Outro setor que também recebeu de nós o incentivo para ampliar a sua estrutura, de forma a tornar-se capaz de atender, dentro da sua especificidade, a toda a administração estadual, foi o SERCOP — Serviço Estadual de Racionalização e Controle Operacional.

Foi em 1975 adquirido o terreno onde será construída a sua sede, e, possivelmente no exercício de 1976, assistiremos à sua inauguração.

Inovação que reputamos de grande alcance para a dinâmica dos serviços de vários setores, foi, sem dúvida, a implantação de tiragem do Diário Oficial em Suplemento relativo ao dia 31.12.75, para divulgação da matéria acumulada no final do exercício, o que permitiu a circulação normal do Diário referente àquela data.

II — CHEFIA DE GABINETE, ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ASSESSORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES:

Funcionando sob a supervisão do Secretário da Pasta, esses três setores desenvolveram um importante trabalho, merecendo destaque a elaboração de projetos específicos da Secretaria e a análise dos projetos de leis elaborados por outras Secretarias.

Durante o ano de 1975 foram examinados pelo Gabinete e pelas Assessorias ou foram por elas elaborados os seguintes atos oficiais de caráter Normativo e Executivo:

a) PORTARIAS:

01-N — (17.01.75) — Definindo a competência dos diversos setores do Arquivo Público Estadual.

940-P — (07.07.75) — Delega competência às Chefias de Divisão.

1024-P — (27.03.75) — Delega competência ao Chefe de Gabinete para autorizar expedição de Certidões.

1037-P — (09.10.75) — Disciplinando o uso dos telefones pertencentes à Secretaria.

b) DECRETOS EXECUTIVOS

1122-E — (13.03.75) — Incluindo a Procuradoria Geral do Estado entre os Órgãos Centrais, referidos no inciso I da Lei 2296, de 17.07.1967.

1129-E — (04.04.75) — Dispõe sobre o retorno de funcionários que se encontram à disposição de outros órgãos.

1196-E — (03.09.75) — Redistribui os cargos criados no Serviço Civil do Poder Executivo.

c) DECRETOS NORMATIVOS

629-N — (07.03.75) — Dispõe sobre o abastecimento de veículos pertencentes à Administração Direta.

632-N — (10.03.75) — Fixa o Quadro de Pessoal Temporário do Departamento de Transportes.

636-N — (11.03.75) — Estabelece a Classificação de Cargos do I.P.A.J.M.

646-N — (28.04.75) — Fixa valor das diárias devidas aos Secretários de Estado.

647-N — (28.04.75) — Disciplina as atribuições dos funcionários agregados.

654-N — (28.04.75) — Estabelece normas para a execução do Decreto n. 629-N, de 07.03.75.

662-N — (21.05.75) — Concede Gratificação Complementar de Salário-mínimo.

644-N — (19.06.75) — Estabelece indenização para os servidores que se deslocarem a serviço de sua sede, em veículo de sua propriedade.

665-N — (17.06.75) — Dispõe sobre a delegação de competência, em matéria de pessoal.

685-N — (15.08.75) — Institue a "Ficha de Cadastramento de Pessoal".

686-N — (15.08.75) — Disciplina o uso dos veículos pertencentes à Administração Direta do Poder Executivo.

693-N — (03.09.75) — Dispõe sobre a concessão de diárias a Secretários de Estado e ocupantes de cargos de nível hierárquico equivalente.

694-N — (03.09.75) — Dispõe sobre a concessão de diárias no Serviço Civil do Estado.

d) LEIS

3030 — (16.12.75) — Concedendo aumento aos ocupantes dos cargos incluídos no Quadro Suplementar, aos funcionários em disponibilidade e aos aposentados não beneficiados pelo art. 10, da Lei 2.851, de 28.12.73 e reajustando as pensões pagas pelo Poder Executivo.

3039 — (31.12.75) — Concede aumento de vencimentos ao funcionalismo estadual e dá outras providências.

3042 — (31.12.75) — Estatuto do Magistério de 1.º e 2.º Graus.

3043 — (31.12.75) — Estabelece a Lei Orgânica do Estado do Espírito Santo.

III — DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

Além das atividades burocráticas normais da DAED em 1975, merecem especial destaque no referido exercício, as seguintes atividades:

a) CONCERTO DO TETO DO EDIFÍCIO ONDE FUNCIONA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Conseguiu-se a reparação do teto — inclusive telhado — já defeituosos desde sua construção e com as depreciações próprias e rápidas que se verificaram em material não muito bom, que se constituía em problema para a Administração, com estragos de material e outros, vez que as Salas da Chefia de Gabinete, da Assessoria Técnica de Planejamento, da COPIA e dos corredores adjacentes sofriam verdadeiras "tempestades", quando chovia.

b) DISCIPLINA NO USO DOS TELEFONES

Verificou-se uma economia considerável — de quase 80% — com a providência disciplinadora no uso dos telefones, ao serem colocados cadeados nos aparelhos, evitando, assim, os DDD, tão fáceis de serem praticados, e conscientizando-se os servidores para tal propósito.

c) MÁQUINA COPIADORA XEROX

Com o fito de reduzir despesas e agilizar os serviços, foi providenciada a locação de uma Copiadora "XEROX" tipo 660, que, mais tarde, por não atender, suficientemente, à demanda de nossos serviços, foi substituída pela de n. 3.100, de maior capacidade. Os resultados foram satisfatórios.

d) IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO PROTOCOLO E ARQUIVO

Sob a orientação do Exmo. Senhor Secretário, foram elaboradas normas para reforma do Protocolo e Arquivo, pela Assessoria de Assuntos Administrativos Correntes, visando a uma melhor tramitação dos Processos que dão entrada na Secretaria e por ela circulam, diminuindo-lhes os "passos", facilitando o registro correspondente e recuperando-se, assim, boa parte de tempo nas andanças dos mesmos.

Também, por ordem do Exmo. Senhor Secretário, foi adotada, novamente, a numeração de todas as folhas dos Processos seguidas do número respectivo — medida essa de elevado alcance, por prevenir contra possíveis perdas de partes dos processos, o que poderia causar transtornos. Outrossim, foi abolido o sistema de emendas com pedaços de papel colado sobre informações ou despachos errados, nos processos.

e) NOVOS LOCAIS E MODIFICAÇÕES VERIFICADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA

O espaço físico, na Secretaria de Administração é um real problema que preocupa, pois redundava em despesas de locação em outros edifícios, em deslocamento de pessoal subalterno e outras.

Assim é que, para desafogo e marcha regular dos trabalhos, além da locação de uma sala no Ed. Kennedy, para os serviços de Mecanografia da DSDD; duas salas que ora foram alugadas, por não ser a anterior suficiente, para a Coordenadoria do PASEP, no Ed. RURALBANK, bem como se acharem fora os dois setores do Arquivo Público do Estado, vinculado à DSDD;

foram locadas duas salas no Ed. Banco Mineiro da Produção, para instalação da COPIA. Com essa providência, pôde ser, em seu lugar, organizada a Sala de Reuniões Conferências e pequenos Cursos, e onde, também, funcionam: a Assessoria de Programação e Orçamento e a Assessoria de Assuntos Administrativos Correntes; e na sala menor, ficou a Biblioteca Geral Administrativa da Secretaria. Para a sala de Reuniões, por autorização expressa do Exmo. Senhor Governador do Estado, foram adquiridas doze cadeiras. A mesa — grande — foi conseguida no depósito do Departamento de Patrimônio.

Com a saída da Biblioteca de sua sala anterior, foi esta aproveitada para expansão do Arquivo que se achava muito mal instalado num pequeno compartimento escuro e completamente lotado de estantes e Pastas de Processos, o que se tornava em ambiente calorento e desagradável ao trabalho.

Outrossim, depois das adaptações e limpeza, houve o aproveitamento da Sala — que dá para a Avenida Jerônimo Monteiro e que funcionava como portaria — para guarda de todo o Material, em estoque, que se achava pelas salas da DAED.

f) LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Para uma melhor apresentação saudável e higiênica, de todos os setores da Secretaria, em benefício do servidor, foi contratada, após as medidas de praxe, uma Empresa de Limpeza e Conservação que vinha mantendo, regularmente e em dia, suas obrigações.

Adotado, também, o sistema de toalhas de mão, individuais, para os funcionários.

g) FICHÁRIOS DO PESSOAL DA SECRETARIA

Foram dados os primeiros passos para renovação dos Fichários do Pessoal desta Secretaria os quais se acham insuficientes quanto aos registros necessários e não possuem fichas de todos os servidores.

h) RACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A NÍVEL DE DIVISÃO

Pela Portaria n. 940-P, de 07.07.75, foi concedida Delegação de Competência aos Chefes até o Nível de Divisão, distribuindo, racionalmente, os serviços e adequando-os aos diversos setores.

Com essa medida, ficou a DAED realmente aliviada do enorme volume de Processos que, pela Divisão, tramitavam para as diversas providências que eram apontadas.

i) SERVIÇOS BUROCRÁTICOS

Eis os dados estatísticos que retratam o movimento dos serviços burocráticos da DAED em 1975:

Documentos Expedidos	Total
Ordens de Serviço	120
Portarias Executivas	3
Portarias Normativas	1
Portarias Diversas	1.070
Boletins Informativos	29
Ofícios	934
Comunicações Internas	504
Atos de Aposentadoria	70
Certidões	300
Atestados de Exercício	12

j) PROTOCOLO

O Setor de Protocolo passou por um profundo processo de racionalização, de modo que conseguimos dele obter um rendimento muito maior, caracterizado pela rapidez, simplicidade, segurança e objetividade.

Durante o ano de 1975, tramitaram pela Secretaria 23.020 processos, dos quais 12.785 vindos do exercício de 1974, 1.440 movimentados através da concessão automatizada de Adicional e 8.795 protocolizados durante o ano de 1975. Se levarmos em consideração que em 1974 tramitaram na Secretaria 25.245 processos e que no mesmo período foram protocolizados 13.333 processos, podemos sentir a importância da racionalização imposta ao Serviço de Protocolo em 1975.

Os quadros abaixo, referentes aos anos de 1974 e 1975, retratam a movimentação do Protocolo durante os dois exercícios e comprovam a racionalização com que o mesmo passou a funcionar após a atual administração:

1974

Referência de Exercícios	Processos que Tramitaram	Processos Arquivados	Processos em Tramitação
Protocolizados em 1974	13.333	5.280	8.053
De Exercícios Anteriores	11.912	7.180	4.732
TOTAL	25.245	12.460	12.785

1975

Processos	Quantidade
Em Tramitação desde 1974	12.785
Movimentados pelo Serviço Automação	1.440
Protocolizados em 1975	8.795
TOTAL	23.020
Arquivados em 1975	12.560
Total restante ainda em tramitação	10.460

IV — DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Setor importantíssimo da Administração, cuida dos direitos e vantagens, lotação, movimentação e licença dos servidores da administração estadual, controlando a atividade de todo o pessoal do Estado.

Dividida em três ativas Diretorias, a DAP apresentou em 1975 a seguinte movimentação:

a) DIRETORIA DE DIREITOS E VANTAGENS

Tipos de Processo	N.º
Quinquênios	2.340
Férias Prêmio	1.707
Aposentadorias	217
Averbações	205
Agregação e Revisão	205
Certidão	136
Outros Assuntos	96

b) DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS

Atos Realizados	Total
Licenças concedidas nos termos do art. 103 . . .	5.188
Licenças concedidas nos termos do art. 110 . . .	158
Licenças concedidas nos termos do art. 111 . . .	23
Licenças concedidas nos termos do art. 112 . . .	77
Licenças concedidas nos termos do art. 113 . . .	1.652
Aposentadorias concedidas	55
Candidatos examinados para ingresso ao Serviço Público	1.023
Candidatos considerados inaptos para ingresso ao Serviço Público	2
Mudanças de função concedidas	132
Mudanças de função negadas	52
Mudanças de localidades concedidas	17
Mudanças de localidades negadas	36
Licenças negadas	1
Abonos concedidos	10.045
Abonos negados	45
Abonos visitados	2.368
Processos informados	151
Processos informados para a COPIA	21

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DIRETORIA DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS

RELATÓRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1976

DADOS COMPUTADOS PELAS DIVERSAS CARTEIRAS QUE COMPÕEM A D.C.R.C.E. E SEUS FUNCIONÁRIOS

PODER EXECUTIVO

A - NÚMERO DE PROVIMENTOS:

COMISSÃO:

a) NOMEAÇÕES 324

FUNÇÕES GRATIFICADAS:

a) DESIGNAÇÕES 97

EFETIVOS:

a) NOMEAÇÕES 200

Assistente Administrativo — 01.2.10	5
Oficial Administrativo — 01.2.8	4
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1
Auxiliar de Bibliotecário — 01.3.5	38
Médico — 05.1.6	1
Laboratorista — 05.2.9	1
Auxiliar de Laboratório — 05.3.5	3
Auxiliar de Saneamento — 05.3.5	1
Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	3
Assistente Social — 06.1.1	16
Agente Social — 06.3.6	2
Escrivão de Rendas — 07.2.11	5
Inspetor Fiscal — 07.2.11	4
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	13
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	3
Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	35
Escrivão de Polícia — 08.2.10	27
Perito Criminalístico — 08.2.10	14
Fotógrafo Criminalístico — 08.2.9	1
Agente de Segurança — 08.3.7	11
Guarda de Presídio — 08.3.5	2
Motorista — 10.3.6	1
Contínuo — 10.4.3	3
Servente — 10.4.1	6

b) NOMEAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES 165

Assistente Administrativo — 01.2.10	17
Oficial Administrativo — 01.2.8	31
Auxiliar de Secretaria Escolar — 01.2.8	1
Arquivista — 01.3.5	1
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	21
Auxiliar de Bibliotecário — 01.3.5	1
Técnico em Contabilidade — 03.2.8	8
Médico — 05.1.6	4
Cirurgião Dentista — 05.1.3	1
Enfermeiro — 05.1.1	1
Auxiliar de Radiologista — 05.2.10	1

Fiscal de Saneamento — 05.3.7	1
Visitadora Sanitária — 05.3.7	1
Auxiliar de Saneamento — 05.3.5	4
Assistente Social — 06.1.1	1
Agente Social — 06.3.6	1
Escrivão de Rendas — 07.2.11	6
Inspetor Fiscal — 07.2.11	11
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	5
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	2
Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	14
Conferente de Cargas — 07.3.4	2
Escrivão de Polícia — 08.2.10	9
Datiloscopista — 08.2.10	1
Detetive — 08.3.7	3
Agente de Segurança — 08.3.7	1
Auxiliar de Datiloscopista — 08.3.6	3
Contínuo — 10.4.3	2
Servente — 10.4.1	17

c) READMISSÕES 2

Auxiliar de Secretaria Escolar — 01.2.8	1
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1

d) APROVEITAMENTO 1

Operador Cinematográfico — 09.2.9	1
---	---

e) TRANSFERÊNCIA DE LOTACÃO 245

Assistente Administrativo — 01.2.10	4
Oficial Administrativo — 01.2.8	1
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1
Auxiliar de Bibliotecário — 01.3.5	1
Economista 03.1.5	1
Técnico Agrícola — 04.2.8	1
Auxiliar de Campo — 04.4.1	1
Médico — 05.1.6	4
Cirurgião Dentista — 05.1.3	3
Laboratorista — 05.2.9	1
Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	2
Cinegrafista — 09.2.10	1
Mecânico — 10.2.8	1
Motorista — 10.3.6	208
Conserveiro — 10.4.2	15

f) CRIAÇÃO DE CARGO 1

Assistente Administrativo — 01.2.10	1
---	---

g) TRANSFERÊNCIA DE CARGOS POR PERMUTA 18

Escrivão de Rendas — 07.2.11	3
Inspetor Fiscal — 07.2.11	3
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	6
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	6

h) ENQUADRAMENTO 37

Secretário Escolar B — 01.2.9	24
Comissário de Polícia — 08.1.5	8
Professor A — 11.2.8	3
Docente Primário — 0.8.8	2

i) REENQUADRAMENTO	96	Guarda de Presídio — 08.3.5	19
Oficial Administrativo — 01.2.8	96	Radiotelegrafista — 09.2.9	1
j) INCLUIDOS EM ENQUADRAMENTO	8	Motorista — 10.3.6	9
Professor A — 11.2.8	9	Contínuo — 10.4.3	1
k) REMOÇÕES	249	Servente — 10.4.1	39
Assistente Administrativo — 01.2.10	4	Professor C — 11.1.2	9
Oficial Administrativo — 01.2.8	6	Professor B — 11.1.0	9
Auxiliar de Secretaria Escolar — 01.2.8	1	Professor A — 11.2.8	74
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	13	Inspetor de Alunos — Q.S.5	3
Arquivista — 01.3.5	1	Professor Primário — E.1.1	1
Médico — 05.1.6	1	Docente Primário — Q.S.3	3
Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	1	b) EXONERAÇÕES EM SUBSTITUIÇÕES	5
Assistente Social — 06.1.1	2	Oficial Administrativo — 01.2.8	1
Escrivão de Polícia — 08.2.10	4	Servente — 10.4.1	4
Guarda de Presídio — 08.3.5	1	c) EXONERAÇÕES DE INTERINOS	2
Motorista — 10.3.6	208	Farmacêutico — 05.1.3	2
Contínuo — 10.4.3	3	d) APOSENTADORIAS	144
Servente — 10.4.1	4	Assistente Administrativo — 01.2.10	5
l) ESTABILIDADE	2	Oficial Administrativo — 01.2.8	7
Docente Primário — Q.8.3	2	Auxiliar de Secretaria Escolar — 01.2.8	9
B — NÚMERO DE VACÂNCIAS:		Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1
COMISSÃO:		Estatístico — 03.1.1	4
a) EXONERAÇÕES	295	Agrimensor — 04.2.9	1
b) APOSENTADORIAS	5	Carpinteiro — 04.3.4	1
c) FALECIMENTOS	1	Médico — 05.1.6	1
d) ATOS TORNADOS SEM EFEITO	9	Visitadora Sanitária — 05.3.7	3
e) ATOS TORNADOS INSUBSISTENTES	14	Auxiliar de Saneamento — 05.3.5	2
FUNÇÕES GRATIFICADAS:		Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	1
a) DISPENSADOS	65	Inspetor Fiscal — 07.2.11	7
EFETIVOS:		Escrivão de Rendas — 07.2.11	4
a) EXONERAÇÕES	270	Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	3
Assistente Administrativo — 01.2.10	1	Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	3
Oficial Administrativo — 01.2.8	8	Comissário de Polícia Adjunto — 08.2.11	1
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	30	Detetive — 08.3.7	5
Auxiliar de Bibliotecário — 01.3.5	1	Agente de Segurança — 08.3.7	3
Técnico em Contabilidade — 03.2.8	1	Guarda de Presídio — 08.3.5	1
Engenheiro Agrônomo — 04.1.4	1	Motorista — 10.3.6	4
Médico — 05.1.6	3	Contínuo — 10.4.3	7
Médico Legista — 05.1.6	1	Servente — 10.4.1	14
Veterinário — 05.1.3	1	Professor C — 11.1.2	4
Laboratorista — 05.2.9	3	Professor B — 11.1.0	2
Visitadora Sanitária — 05.3.7	1	Professor A — 11.2.8	20
Auxiliar de Saneamento — 05.3.5	1	Inspetor de Alunos — Q.S.5	3
Auxiliar de Laboratório — 05.3.5	1	Docente Primário — Q.S.3	23
Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	11	Professor Primário — E.1.1	5
Agente Social — 06.3.6	1	e) DEMISSÕES	33
Escrivão de Rendas — 07.2.11	1	Oficial Administrativo — 01.2.8	1
Inspetor Fiscal — 07.2.11	1	Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	6	Técnico Agrícola — 04.2.8	1
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	3	Auxiliar de Laboratório — 05.3.5	1
Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	10	Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	1
Escrivão de Polícia — 08.2.10	5	Escrivão de Rendas — 07.2.11	1
Datiloscopista — 08.2.10	1	Inspetor Fiscal — 07.2.11	1
Locutor de Segurança — 08.2.9	1	Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	1
Agente de Segurança — 08.3.7	3	Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	10
Detetive — 08.3.7	6	Guarda de Presídio — 08.3.5	1
		Servente — 10.4.1	2
		Professor C — 11.1.2	1
		Professor A — 11.2.8	9
		Inspetor de Alunos — Q.S.5	2

f) FALECIMENTOS	19	k) CARGOS DECLARADOS VAGOS	1
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1	Servente — 10.4.1	1
Médico — 05.1.6	1		
Médico Sanitarista — 05.1.6	1	l) EXCLUIDO DE ENQUADRAMENTO	12
Visitadora Sanitária — 05.3.7	1	Professor C — 11.1.2	3
Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	1	Professor B — 11.1.0	2
Escrivão de Rendas — 07.2.11	1	Professor A — 11.2.8	7
Inspetor Fiscal — 07.2.11	1		
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	1	m) PERCA DE FUNÇÃO	1
Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	1	Inspetor de Alunos — Q.S.5	1
Agente de Segurança — 08.3.7	1		
Detetive — 08.3.7	1	C — OUTROS ATOS:	
Motorista de Segurança — 08.3.7	1	COMISSÃO:	
Guarda de Presídio — 08.3.5	1	a) CESSANDO OS EFEITOS	30
Servente — 10.4.1	1	b) DESIGNANDO PARA RESPONDER POR	
Professor C — 11.1.2	1	EXPEDIENTE	33
Professor B — 11.1.0	2	c) REPRODUÇÕES	65
Professor A — 11.2.8	2	d) RETIFICAÇÕES	5
		e) PRORROGAÇÕES DE POSSE	6
g) ATOS TORNADOS INSUBSISTENTES	23	f) DELEGANDO COMPETÊNCIA	3
Assistente Administrativo — 01.2.10	1	g) ESTENDENDO JURISDIÇÃO	2
Oficial Administrativo — 01.2.8	2		
Auxiliar de Bibliotecário — 01.3.5	1	FUNÇÕES GRATIFICADAS:	
Auxiliar de Saneamento — 05.3.5	1	a) RETIFICAÇÕES	6
Assistente Social — 06.1.1	9		
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	1	EFETIVOS:	
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	3	a) DEFININDO LOTAÇÃO	4
Agente de Segurança — 08.3.7	2		
Servente — 10.4.1	2	Assessor de Assuntos Administrativos Correntes	
Professor A — 11.2.8	2	— 01.1.5	1
		Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1
h) ATOS TORNADOS INSUBSISTENTES AS		Agente Social — 06.3.6	1
SUBSTITUIÇÕES	2	Mecânico — 10.2.8	1
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	1	b) DETERMINANDO EXERCÍCIO	48
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	1	Assessor de Assuntos Administrativos Correntes	
		— 01.1.5	1
i) ATOS TORNADOS SEM EFEITO	107	Agente Social — 06.3.6	1
Oficial Administrativo — 01.2.8	4	Motorista — 10.3.6	48
Auxiliar de Secretaria Escolar — 01.2.8	1		
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	11	c) COLOCADOS A DISPOSIÇÃO	85
Médico Legista — 05.1.6	1	Caixa — 01.2.11	2
Auxiliar de Saneamento — 05.3.5	1	Assistente Administrativo — 01.2.10	4
Necroscopista — 05.3.4	2	Oficial Administrativo — 01.2.8	7
Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	6	Almoxarife — 01.2.8	1
Assistente Social — 06.1.1	4	Auxiliar de Secretaria Escolar — 01.2.8	1
Agente Social — 06.3.6	1	Auxiliar Administrativo — 01.3.5	5
Inspetor Fiscal — 07.2.11	3	Economista — 03.1.5	1
Escrivão de Rendas — 07.2.11	2	Técnico em Contabilidade — 03.2.8	1
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	2	Engenheiro Agrônomo — 04.1.4	11
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	5	Técnico Agrícola — 04.2.8	2
Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	28	Auxiliar de Agricultura — 04.3.5	4
Datiloscopista — 08.2.10	1	Guarda Florestal — 04.3.4	1
Escrivão de Polícia — 08.2.10	5	Cirurgião Dentista — 05.1.3	4
Técnico em Comunicações — 08.2.10	1	Veterinário — 05.1.3	4
Agente de Segurança — 08.3.7	7		
Guarda de Presídio — 08.3.5	7		
Contínuo — 10.4.3	2		
Servente — 10.4.1	12		
Maquinista — V.T.3.11.6	1		
j) ATOS TORNADOS SEM EFEITO AS			
SUBSTITUIÇÕES	3		
Servente — 10.4.1	3		

Farmacêutico — 05.1.8	1	g) LICENÇAS PARA INTERESSES PARTICU- LARES	46
Técnico de Laticínio — 05.2.10	1	Assistente Administrativo — 01.2.10	1
Auxiliar de Laticínio — 05.3.7	1	Secretário Escolar B — 01.2.9	1
Auxiliar de Veterinária — 05.3.5	5	Oficial Administrativo — 01.2.8	5
Assistente Social — 06.1.1	1	Auxiliar de Secretaria Escolar — 01.2.8	1
Agente Social — 06.3.6	1	Auxiliar Administrativo — 01.3.5	2
Técnico de Planejamento Fiscal — 07.1.4	1	Médico — 05.1.6	4
Escrivão de Rendas — 07.2.11	1	Cirurgião Dentista — 05.1.3	5
Inspetor Fiscal — 07.2.11	3	Fiscal de Saneamento — 05.3.7	1
Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	2	Assistente Social — 06.1.1	1
Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	1	Escrivão de Rendas — 07.2.11	1
Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	1	Inspetor Fiscal — 07.2.11	4
Escrivão de Polícia — 08.2.10	1	Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	2
Detetive — 08.3.7	1	Escrivão de Polícia — 08.2.10	2
Mecânico — 10.2.8	1	Motorista — 10.3.6	2
Motorista — 10.3.6	5	Contínuo — 10.4.3	2
Contínuo — 10.4.3	1	Servente — 10.4.1	12
Cozinheiro — 10.4.2	1	h) ATOS REPRODUZIDOS	56
Conservador — 10.4.2	1	Médico — 05.1.6	2
Auxiliar de Cozinheiro — 10.4.1	1	Médico Sanitarista — 05.1.6	1
Servente — 10.4.1	2	Auxiliar de Laticínio — 05.3.7	1
Professor A — 11.2.8	2	Auxiliar de Laboratório — 05.3.5	2
d) ATOS CESSANDO OS EFEITOS	56	Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	1
Assistente Administrativo — 01.2.10	2	Inspetor Fiscal — 07.2.11	1
Oficial Administrativo — 01.2.8	3	Escrivão de Rendas — 07.2.11	1
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	7	Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	1
Assistente Jurídico — 02.1.5	2	Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	2
Estatístico — 03.1.1	1	Comissário de Polícia — 08.1.5	4
Técnico em Contabilidade — 03.2.8	3	Escrivão de Polícia — 08.2.10	20
Engenheiro Agrônomo — 04.1.4	7	Agente de Segurança — 08.3.7	15
Técnico Agrícola — 04.2.8	2	Detetive — 08.3.7	1
Auxiliar de Agricultura — 04.3.5	2	Motorista — 10.3.6	2
Guarda Florestal — 04.3.4	5	Contínuo — 10.4.3	2
Auxiliar de Campo — 04.4.1	1	Servente — 10.4.1	2
Veterinário — 05.1.3	3	i) PRORROGAÇÕES (posse, vigência de decreto)	112
Auxiliar de Radiologista — 05.2.10	1	Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1
Auxiliar de Veterinário — 05.3.4	10	Auxiliar de Serviços Hospitalares — 05.4.3	1
Auxiliar de Serviços hospitalares — 05.4.3	1	Inspetor Fiscal — 07.2.11	4
Motorista — 10.3.6	4	Escrivão de Rendas — 07.2.11	2
Servente — 10.4.1	2	Inspetor Fiscal Auxiliar — 07.2.8	12
e) CESSANDO OS EFEITOS DE NOMEAÇÕES EM SUBSTITUIÇÃO	4	Escrivão de Rendas Auxiliar — 07.2.8	3
Escrivão de Polícia — 08.2.10	2	Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	31
Agente de Segurança — 08.3.7	1	Escrivão de Polícia — 08.2.10	37
Detetive — 08.3.7	1	Agente de Segurança — 08.3.7	20
f) ERRATAS	36	Servente — 10.4.1	1
Assistente Administrativo — 01.2.10	4	j) RETIFICAÇÕES (atos retificados)	30
Oficial Administrativo — 01.2.8	1	Assistente Administrativo — 01.2.10	1
Auxiliar Administrativo — 01.3.5	1	Escrivão de Rendas — 07.2.11	1
Auxiliar de Bibliotecário — 01.3.5	1	Conferente de Cargas — 07.3.4	1
Farmacêutico — 05.1.3	1	Escrivão de Polícia — 08.2.10	1
Laboratório — 05.2.9	1	Operador Cinematográfico — 09.2.9	1
Auxiliar de Laboratório — 05.3.5	2	Motorista — 10.3.6	1
Assistente Social — 06.1.1	1	Servente — 10.4.1	15
Inspetor Fiscal — 07.2.11	1	Professor A — 11.2.8	8
Auxiliar de Fiscalização — 07.3.6	3	k) SERVIDORES AFASTADOS	3
Escrivão de Polícia — 08.2.10	1	Médico — 05.1.6	1
Perito Criminalístico — 08.2.10	1	Visitadora Sanitária — 05.3.7	1
Agente de Segurança — 08.3.7	1	Escrivão de Polícia — 08.2.10	1
Auxiliar de Datiloscopista — 08.3.6	1	l) APROVANDO LOTAÇÃO NOMINAL	8
Guarda Presídio — 08.3.5	1	Secretaria de Administração	1
Motorista — 10.3.6	4	Secretaria de Agricultura	1
Servente — 10.4.1	9	Secretaria de Educação e Cultura	1
Professor A — 11.2.8	2	Secretaria da Indústria e do Comércio	1
		Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça	1
		Secretaria de Saúde	1
		Secretaria de Serviços Públicos Especiais	1
		Secretaria do Trabalho e Promoção Social	1
		m) AGREGAÇÃO NA FUNÇÃO GRATIFICADA — FG-3	2

ANEXO II

SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO

QUADRO PERMANENTE

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Controlados pela funcionária AINERLEY PEDRINHA MALINI

C A R G O S	QUANT.	PROV.	VAGOS
NIVEL ESPECIAL	25	22	3
NIVEL SUPERIOR	80	59	21
NIVEL INTERMEDIÁRIO	109	92	17
NIVEL EXECUTIVO	351	273	78
NATUREZA DIVERSA	15	14	1
NATUREZA POLICIAL	90	86	4
TOTAL	670		
FUNÇÕES GRATIFICADAS			
F.G.3	183	146	37
F.G.4	11	11	—
		194	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C.L.T.

NUMERO DE CONTRATADOS EM 31.12.75

I — ÓRGÃOS CENTRALIZADOS:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	6	
SECRETARIA DE AGRICULTURA	101	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.378	
SECRETARIA DA FAZENDA	12	
SECRETARIA IND. E COMÉRCIO	1	
SECRETARIA DO INTERIOR ASS. JUSTIÇA	5	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	27	
SECRETARIA DE SAÚDE	41	
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1	
SECRETARIA TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	23	
GABINETE CIVIL	2	
	1.597	1.597

II — ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:

CERMAG	27	
CONESTUR	15	
DEPTº AEROF. FOTOINTERPRETAÇÃO	18	
DEPARTº ESTADUAL DE ESTATÍSTICA	9	
DEPTº DE PATRIMÔNIO	54	
DEPTº DE TERRAS E COLONIZAÇÃO	2	
DEPTº DE TRANSPORTES	28	
D. E. R.	26	
DETRAN	162	
ESCOLA DE MÚSICA DO ESP. SANTO	24	
I. P. A. J. M.	5	
POLÍCIA MILITAR	1	
	371	371

III — OUTROS PODERES:

TRIBUNAL DE CONTAS	10	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	
	11	11

TOTAL GERAL 1.979

EM 06 de janeiro de 1976

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C. L. T.

1 9 7 5

R E S U M O D O C A D A S T R O

I — ÓRGÃOS CENTRALIZADOS:

Contratados existentes em 31.12.74	—	1.367		
Contratações	—	566		
Cadastrados da Ext fl. Operária	—	90		
Rescisões	—		214	
Término de contratos	—		212	
		<u>2.023</u>	—	<u>426 = 1.597</u>

ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:

AUTARQUIAS

Contratos existentes em 31.12.74	—	167		
--	---	-----	--	--

ÓRGÃOS EM REGIME ESPECIAL

Contratos existentes em 31.12.74	—	83		
Cadastrados da Ext. Fl. operária	—	16		
Contratações	—	125		
Rescisões	—		10	
		<u>381</u>	—	<u>10 = 371</u>

III — OUTROS PODERES:

Contratos existentes em 31.12.74	—	23		
Contratações	—	12		
Rescisões	—		2	
Término de contratos	—		24	
		<u>35</u>	—	<u>26 = 11</u>

TOTAL GERAL Em 31.12.75 1.979

Em 06 de janeiro de 1976

Assinatura ilegível

SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C L T

NUMERO DE CONTRATADOS — ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA

R E S U M O

	1 9 7 4	1 9 7 5
GABINETE CÍVEL	5	2
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2	6
SECRETARIA IND. COMÉRCIO	1	1
SECRETARIA SEGURANÇA PÚBLICA	10	1
SECRETARIA DA FAZENDA	4	12
SECRETARIA DE SAÚDE	45	41
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	26	27
SECRETARIA INT. ASS. JUSTIÇA	5	5
SECRETARIA TRABALHO PROMOÇÃO SOCIAL	20	23
SECRETARIA DE AGRICULTURA	163	101
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.086	1.378
TOTAL GERAL	<u>1.367</u>	<u>1.597</u>

Em 06 de janeiro de 1976

Assinatura ilegível

V — DIVISÃO DE SELEÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

1 — DIRETORIA DE SELEÇÃO

Durante o ano de 1975 a Diretoria de Seleção desenvolveu apenas serviços rotineiros, vez que não foi realizado qualquer concurso no referido exercício.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Diretoria podemos destacar:

a) organização em ordem alfabética e numérica do fichário de inscrição de todos os concursos realizados pela Secretaria;

b) levantamento e avaliação de todos os bens móveis e imóveis da Secretaria;

c) levantamento dos concursos realizados nos anos de 1973 e 1974, relacionando a arrecadação obtida, os bancos onde foram efetuados os depósitos, pessoas físicas e jurídicas que receberam pagamento por atuação nos referidos concursos. Tal levantamento foi efetuado para atender solicitação oriunda do Ministério da Justiça — SCGI — feita no Processo nº 4960/75;

d) levantamento de todos os concursos realizados pela Secretaria, cobrindo o período de 1971 a 1974, contendo o número de vagas oferecidas, relação dos candidatos aprovados, relação dos candidatos já nomeados, prazo de validade de cada concurso. Tal levantamento foi feito para atender solicitação do Deputado Estadual MAX DE FREITAS MAURO, encaminhada pela Presidência da egrégia Assembléia Legislativa (Processo nº 7830/75);

e) elaboração do organograma do Poder Executivo.

2 — DIRETORIA DE SISTEMAS E MÉTODOS

O trabalho mais importante efetuado pela DSM durante o ano de 1975 foi o levantamento geral da legislação estadual, começando a partir da Lei nº 1, datada de 06 de agosto de 1947.

Esse trabalho procurou elaborar um completo e mentário das Leis e Decretos Estaduais, o que foi feito de modo que a Secretaria dispõe hoje de um completo e mentário das Leis, Decretos Executivos e Decretos Normativos, desde os de nº 1 até os publicados no final de 1975.

A Diretoria, em colaboração com o Arquivo Público Estadual, organizou as pastas contendo as provas realizadas pelos candidatos aos diversos concursos abertos pela Secretaria de Administração a partir de 1971.

Finalmente a DSM iniciou a elaboração de uma pasta que será oferecida a cada Secretário de Estado e da qual constam a legislação referente à estrutura de cada Secretaria, seus órgãos vinculados, órgãos descentralizados, autarquias, colegiados, etc.. Tal serviço ainda está em andamento.

3 — DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A DID é encarregada da publicação do Boletim Informativo da Secretaria e, no ano de 1975, editou 39 (trinta e nove) boletins, cada um com uma tiragem de 230 exemplares, distribuídos pelas Secretarias, Escribas Fiscais e Mesas de Rendias da Secretaria da Fazenda e as Administrações Regionais da Secretaria de Educação e Cultura.

Outra publicação a cargo da DID é o "Jornal da Gente", que já está no seu 19º número. Em 1975, em face do alto custo do papel e a redução de despesas determinado pelo Senhor Governador, só foi editado um número do "Jornal da Gente", que circulou no final do ano, tiragem de 2.000 exemplares, distribuídos entre; funcionários dos três poderes.

4 — BIBLIOTECA GERAL ADMINISTRATIVA

A Biblioteca funcionou a contento durante o exercício, atendendo consultas, fornecendo cópias de atos e documentos, distribuindo entre os diversos setores da Secretaria o Diário Oficial do Estado e o Diário Oficial da União.

Sendo uma biblioteca especializada, seu acervo não é notável em quantidade, mas é valioso em qualidade, pois ela possui, entre outras, as seguintes publicações:

154 livros sobre administração;

155 volumes encadernados da LEX e do VOXLEGIS;

174 volumes encadernados contendo os Diários Oficiais do Estado;

79 volumes encadernados, contendo os Diários Oficiais da União;

32 Dicionários;

68 volumes encadernados, contendo as Revistas do Direito Administrativo, Revista da Administração Pública, Revista do Serviço Público, Revista de Finanças Públicas e Revistas de Informação Legislativa.

5 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

a — ADMINISTRAÇÃO GERAL

a.1. Elaboração de um Plano de Trabalho

Foi elaborado um Plano de Trabalho (anexo) para o Arquivo Público Estadual com medidas a serem tomadas nas áreas de Administração, Pessoal e Material durante o período de março de 1975 a março de 1979. O referido Plano começou a ser implantando no ano passado com ligeiras modificações, sendo que sua aplicação continuará em 1976.

a.2. Contatos com Instituições Congêneres

No intuito de proporcionar maior visão e troca de idéias dos problemas e das situações concernentes à atividade arquivística foram mantidos contatos com diversas instituições congêneres: Departamento de Arquivo e Microfilmagem do Paraná, Departamento do Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público de Sergipe, Biblioteca Pública da Fundação Cultural do Espírito Santo, Departamento de História da U.F.E.S., Museu Imperial de Petrópolis, Instituto de Estudos Brasileiros, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., Associação dos Arquivistas Brasileiros, dentre outras.

Os contatos mais intensos foram com o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, inclusive para orientação técnica dos nossos trabalhos.

a.3. Reativação da Sede do Arquivo Público

A sede do Arquivo Público, que funcionava com dois funcionários apenas, (quando na outra parte do Arquivo trabalhavam dez outros funcionários) estava, assim, abandonada.

Empreendeu-se uma distribuição mais equitativa do pessoal entre as duas partes do Arquivo. A sua sede voltou a funcionar o que permitiu que nela fosse instalado, por exemplo, uma extensão telefônica, a geladeira, e que nela renascessem as atividades administrativas, as de limpeza e de arquivamento da documentação.

Na área de administração geral desta repartição, a presente medida pode ser considerada como de maior alcance entre as que foram concretizadas no decorrer de 1975.

a.4. Continuidade nas Tarefas de Arquivamento

No decorrer de 1975 as tarefas de classificação e arranjo da documentação tiveram prosseguimento.

Os documentos manuscritos foram separados por fundos, classificados e codificados por tipo e ano e arranjados dentro de caixas. Existem ainda algumas dezenas de maços de documentos soltos que estão enquadrados na denominação de miscelânea.

Os livros manuscritos (geralmente contábeis, mas também de registro de correspondência, de tombo, etc.) foram separados por fundo, fichados e arranjados obedecendo aos critérios geográficos (coletorias, por exemplo, topológicos e também cronológicos.

Os amarrados (encadernações) artificiais de correspondência ativa ou passiva foram descritos com as mesmas técnicas empregadas nos documentos soltos.

Cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) provas de concursos e testes realizados pelo Estado a partir de 1972 foram também organizadas. Este trabalho contou com a preciosa colaboração da funcionária Heloisa Helena de Oliveira Sá, Chefe do Serviço de Implantação e Controle de Rotinas colocada à nossa disposição pela Chefia da D.S.D.D. Ao seu término todas as provas recolhidas a este Arquivo sem nenhum método no decorrer de 1974 estavam arranjadas por concurso, por tipo (público ou acesso), por localidade (nos concursos feitos em mais de uma cidade) e pelo nome de cada candidato.

a.5. Organização de uma História Administrativa

Para adequar a classificação dos documentos é necessário o conhecimento da história administrativa do Estado do Espírito Santo. A documentação produzida em nosso Estado durante todo o período imperial e republicano tem que ser arranjada por fundos e de acordo com as instituições e repartições em que foi produzida. Assim, é imprescindível a feitura de uma história administrativa para orientar os trabalhos dos funcionários. A arquivologista Prof. Gilda Rocha vem se encarregando deste trabalho. Em anexo os esquemas por ela já organizados.

a.6. Organização da Biblioteca do Arquivo

Teve início em 1975 a classificação e o fichamento dos livros impressos e publicações existentes no Arquivo Público e que estavam simplesmente dispersos ou empacotados. Tratava-se de organizar uma pequena biblioteca que abrigasse todos os volumes impressos existentes no nosso acervo e que não pertencessem a nenhum fundo documental. A Bibliotecária Maria Cecília Lindenberg Coelho Soares foi encarregada deste serviço já tendo até o presente separado e classificado a coleção de Leis da Província e Estado do Espírito Santo, os Anais da Assembléia Legislativa capixaba, os Relatórios e Mensagens de Presidentes e Governadores do nosso Estado, a Coleção de Leis do Império do Brasil, os Regulamentos de diversas instituições, os Contratos celebrados pelo Governo do Estado com particulares, os livros e publicações técnicas sobre Arquivologia e História e, finalmente, a enorme coleção dos jornais oficiais capixabas (de 1855 até o presente). Este trabalho prosseguirá em 1976 com o fichamento definitivo de todo o acervo bibliográfico, a edição do catálogo descritivo e a doação ou permuta de nossas duplicatas.

a.7. Mudanças de Fundos Documentais

A partir de julho de 1972 o Arquivo Público ficou funcionando em dois locais distintos.

Durante o exercício de 1975 houve sempre necessidade de constantes mudanças na documentação, da

parte do Arquivo situada na Av. Pedro Palácios para aquela situada na Av. Florentino Avidos ou vice-versa.

Estas mudanças consumiram muito tempo e energia, pois tiveram que ser planejadas e executadas cuidadosamente. Dezenas de mudanças foram realizadas. O seu objetivo foi o de juntar novamente séries de livros e documentos que se encontravam divididos e de preparar a sede do Arquivo Público para uma reforma geral.

a.8. Recolhimento e Eliminação

Diversas instituições recolheram documentos para o Arquivo Público no decorrer de 1975:

- a) Secretaria de Administração — série de livros do extinto Departamento do Serviço Público e do Serviço de Automatização e Vantagens num total de 128 (cento e vinte e oito) volumes. Também a D.S.D.D. recolheu uma via de todos os formulários do censo do Funcionalismo.
- b) Secretaria de Agricultura — série de 200 (duzentas) caixas de processos de medições de terra com plantas e memoriais.
- c) Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça — parte do seu Arquivo que já não é mais de uso corrente. Inclusive volumes de leis autógrafas, Portarias numeradas e não numeradas, Ofícios Expedidos, Controle de Orçamento e Despesa, etc.
- d) Diretoria de Assistência aos Municípios — O seu arquivo inativo, o Cadastro das Câmaras Municipais, Balanços e Orçamentos de diversas Prefeituras.
- e) Diretoria de Geografia e Cartografia — Expedientes diversos, e processos e papéis de seu acervo.
- f) Término do Recolhimento do arquivo da Câmara Municipal de Itapemirim, promovido pelo Museu da U.F.E.S. (Solar Monjardim) através de seu diretor "ad-hoc" prof. Celso Perota.
- g) Doação de preciosos documentos (sobre escravos) e fotografias feita pelo Sr. Aarão Jorge Junior.
- h) Milhares de exemplares em branco de provas de diversos concursos promovidos pelo Estado a partir de 1972 foram eliminados.
- i) Também foram eliminados alguns livros do fundo Fazenda e que não puderam ser identificados e relacionados individualmente porque estavam transformados em cupinzeiro.

a.9. Projeto de Classificação e Fichamento dos Livros Manuscritos e Publicações

Este projeto, em anexo, elaborado já no final do ano, serviu de base a um convênio com o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, e para realizá-lo este Arquivo Público receberá dotação de Cr\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem cruzeiros). O referido projeto tem por finalidade colocar à disposição do público cerca de 8.000 (oito mil) livros manuscritos e publicações pertencentes ao nosso acervo, através da elaboração de meios de busca adequados. Para tanto foi efetuada uma avaliação da quantidade dos itens documentais e da sua pertinência a cada fundo.

a.10 — Assistência a outros Arquivos

O Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Vitória, encontra-se em fase de reorganização para posterior microfilmagem. Prestamos auxílio na elaboração do Plano de Trabalho para suas atividades e na orientação geral das mesmas através de visitas periódicas.

Durante a realização do IIa. Semana de Arte de São Mateus, em outubro de 1975, o arquivo da Prefeitura Municipal daquela cidade foi reorganizado por estudantes do Curso de História da U.F.E.S. sob orientação da funcionária Lúcia Helena Miranda Correa, Chefe do Serviço de Arquivonomia:

Foi expedido o ofício circular em anexo a todas as Prefeituras Municipais do Espírito Santo, tendo a Prefeitura Municipal de Aracruz manifestado interesse na orientação do Arquivo Público do Estado, o que poderá ser concretizado oportunamente.

b — ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:

b.1. Nomeações

As nomeações dos Chefes dos Serviços de Arquivística e Arquivonomia representaram o ponto alto, no setor de pessoal, no decorrer de 1975. Estas nomeações colocaram em funcionamento a nova estrutura administrativa da repartição, permitindo que suas atividades fossem realizadas planejadas e controladas.

Também deve ser ressaltado o preenchimento da Seção de Conservação, Restauração e Reprografia, apesar do elemento escolhido não ser técnico, e a transferência do Assistente Administrativo Maria da Conceição Carreiro Fernandes da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça para este Arquivo.

É de se lamentar o não preenchimento da Seção de Consulta e Pesquisa Histórica, fato que não permite controlar devidamente o acesso do público ao Arquivo e liberar os outros servidores de prolongadas interrupções para se proceder a pesquisas, nas suas tarefas rotineiras de arquivamento.

b.2. Contratação de Pessoal Especializado

No início do ano passado se procedeu à contratação de pessoal especializado para trabalhar no Arquivo Público. Foi renovado o contrato de trabalho da bibliotecária Maria Cecília Lindenberg Coelho Soares, a Prof. Gilda Rocha foi contratada como arquivologista e as estudantes universitárias Maria Aparecida Barbosa e Maria Fátima Balestrero como arquivistas. Estas contratações foram muito importantes para o bom andamento dos trabalhos e, com alguma exceção, deverão ser renovados para 1976.

b.3. Aperfeiçoamento Profissional

Funcionários do Arquivo participaram em 1975 dos cursos de Técnicas de Arquivo (graciosamente) e de Protocolo e Arquivo (por conta própria) ambos promovidos pelo SENAC. Também a Chefe do Serviço de Arquivística, Maria Inês Ribeiro Pupa, participou do curso de Atualização em Comunicação e Legislação Estatutária promovido pela Secretaria de Indústria e Comércio.

b.4. Participação em Conclaves

O Arquivo Público Estadual do Espírito Santo esteve representado durante a realização do 8º Congresso de Biblioteconomia e Documentação realizado em Brasília na semana de 20 a 25 de julho de 1975. A este congresso estive presente, por conta do Estado, junto com a funcionária Maria Inês Ribeiro Pupa, que foi por conta própria.

Em Aracaju, no mês de setembro, realizou-se a reunião bianual da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) onde, entre outros temas, foram discutidos questões sobre salvamento e pesquisas das fontes primárias (documentos) para a história do Brasil.

c — ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL:

c.1. Limpeza e Desinfecção dos Documentos

Os próprios funcionários, no decorrer de 1975, se encarregaram da limpeza e desinfecção dos documentos. Só no final do exercício (novembro-dezembro) é que este trabalho foi entregue aos empregados da firma de conservação. As tarefas em causa compreenderam: deslocamentos de caixas e livros, retirada de poeira dos mesmos e aplicação de querosene nas capas e lombadas dos volumes.

Ratos, traças, baratas e principalmente o cupim sofreram contínuos combates.

c.2. Contratação de Firma de Conservação

No final do exercício foi contratada uma firma de conservação. Nunca é demais ressaltar o valor e importância desta medida: Graças a ela a poeira acumulada por anos e anos nos livros e pastas foi retirada.

A firma foi confiada todas tarefas de limpeza (dos recintos e da documentação), dos deslocamentos e arrumação física dos volumes, liberando os servidores para as tarefas mais condizentes com seus cargos e mais importantes para o serviço.

c.3. Aquisição e Manutenção de Materiais

Conseguiu-se transferir para o Arquivo, proveniente da Secretaria de Administração, um mimeógrafo, uma mesinha de aço, fichários de mesa em aço, e outros objetos.

Em 1975 nada foi adquirido para o Arquivo como material permanente, apesar desta Repartição se ressentir da presença de mesas e cadeiras para os funcionários e de complementação para as prateleiras de aço, já adquiridas e que se encontram desmontadas.

Foi descoberto no meio dos livros um telefone modelo antigo, que já foi colocado em funcionamento como extensão e um relógio de parede foi reparado.

c.4. Desativação de Material Inservível

Foram recolhidos ao Departamento do Patrimônio diversos objetos que já não serviam para uso corrente na repartição: um velho relógio de ponto, quatro máquinas de escrever, diversas mesas e cadeiras de madeira, dezenas de latas de folha de flandres.

As enormes estantes de madeira que se encontravam afixadas em diversas paredes do arquivo foram recolhidas. Muitas já se encontravam podres e infestadas de cupins. Em 1976 deverão ser substituídas por estantes de aço.

c.5. Reforma da Sede

Neste período foram tomadas todas as providências para a execução, no corrente ano, da reforma e pintura na sede do Arquivo Público, à rua Pedro Palácios, 76. Esta reforma é imprescindível para a preservação dos documentos confiados à custódia deste Arquivo. A referida reforma incluirá o escoramento de uma sala que está cedendo, a construção de um galpão, um muro, 2 (dois) pequenos banheiros e cozinha, o escoramento das rachaduras das paredes, a recuperação do forro e das instalações elétricas e a calagem das paredes e a pintura das janelas.

O encaminhamento e a resolução destes problemas se constituíram na maior vitória no setor material, para o Arquivo Público no ano p. passado.

VI — COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS

— COPIA —

Ao longo do ano de 1975 foram encaminhados à COPIA 67 processos, 34 dos quais distribuídos à 1a. Câmara Processante, e 33 à 2a. Câmara Processante.

Conveniente salientar que transferimos para o exercício de 1975 a conclusão de 19 processos remetidos à COPIA no último trimestre do ano de 1974.

Observadas todas as formalidades legais, concluímos e devolvemos aos respectivos órgãos de origem 64 processos, versando sobre os mais variados ilícitos disciplinares, tais como, abandono de cargo, corrupção passiva, inobservância de normas legais e regulamentares, utilização do cargo público para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função, lesão à Fazenda Pública, acumulação de cargos, etc...

Para o desempenho desse trabalho, as Câmaras Processantes realizaram uma série de diligências, inclusive em vários municípios do Estado (entre outros, Nova Venécia, Baixo Guandu, Boa Esperança, Pinheiro, Colatina, Alegre, Iuna, Guaçu, Ibraçu, Dorcas do Rio Preto, Anchieta, além dos que integram a região denominada Grande-Vitória), requisitaram exames periciais e colheram cerca de 370 depoimentos, entre funcionários públicos e particulares.

Transferimos, assim, para o ano de 1976 a conclusão de 21 processos, todos, contudo, em fase adiantada.

Abaixo, alinhamos tais processos, assinalando os respectivos números, data de início dos trabalhos da Câmara Processante e assunto sobre o qual versam:

1a. CAMARA PROCESSANTE

05626	14.08.75	irregularidades
03507	26.08.75	abandono de cargo
06029	10.09.75	abandono de cargo
01562	11.09.75	abandono de cargo
06921	22.10.75	abandono de cargo
		irregularidades
07585	26.11.75	incontinência pública
		escandalosa
07923	01.12.75	abandono de cargo
00346	01.12.75	abandono de cargo
08050	11.12.75	abandono de cargo
07819	29.12.75	irregularidades
08348	30.12.75	abandono de cargo

2a. CAMARA PROCESSANTE

01825	22.08.75	peculato
06004	03.09.75	irregularidades
07112	21.10.75	peculato
07140	24.10.75	abandono de cargo
07367	04.11.75	abandono de cargo e falsificação de documento público
07858	02.12.75	abandono de cargo
		irregularidades
07816	02.12.75	abandono de cargo
		irregularidades
04603	12.12.75	abandono de cargo
08230	17.12.75	peculato
08232	17.12.75	irregularidades

NOVAS INSTALAÇÕES

Graças à sensibilidade do atual Governo a COPIA transferiu suas instalações, no ano de 1975, para um conjunto de salas (1106/7), do Ed. Banco Mineiro da Produção, nesta Capital.

Inquestionavelmente, as instalações reservadas à COPIA, no prédio-sede da Secretaria de Administração, muito estavam a desejar.

Com frequência, ambas as Câmaras Processantes, face ao volume de trabalho e à fatalidade dos prazos processuais, colhiam depoimentos simultâneos, originando, tal circunstância, natural tumulto e permitindo a terceiros o conhecimento de irregularidades funcionais cuja apuração, por sua natureza especial, deve ser procedida com absoluta reserva.

As atuais instalações da COPIA, que desejamos aprimorar ainda este ano, permitem a execução de um melhor trabalho, eis que propicia a seus integrantes ambiente salutar à realização de sua difícil e ingrata tarefa.

VII — P.A.S.E.P.

O PASEP procedeu, no primeiro trimestre do corrente ano, ao cadastramento de 1172 servidores admitidos no exercício anterior, além daqueles que, embora admitidos em outros exercícios, não haviam sido incluídos no Programa.

No mesmo prazo foi informado ao SERCOP, para fins de processamento de dados, a remuneração de 19.692 servidores dentre os 1172 cadastrados até o momento, tomando por base, os dados que nos foram fornecidos pela Secretaria da Fazenda (funcionários efetivos), e as demais Secretarias de Estado, além dos órgãos cujo cadastramento é feito pela Coordenadoria, do pessoal contratado.

Em seguida, atendendo o cronograma de trabalho elaborado para o exercício de 1975, providenciou para remessa ao Banco do Brasil, a complementação de dados essenciais ao cadastro, especialmente para efeito de base de cálculo das cotas, dos 23.888 servidores cadastrados, a fim de que, a partir deste ano fossem depositadas corretamente nas contas individuais, as cotas correspondentes a cada beneficiário do Programa.

Para essa listagem, nos louvamos nos dados coletados para o Censo dos Servidores, levado a termo em 1974. Os 4.196 servidores que não tivemos elementos para complementar os dados, serão informados em 1976, em trabalho que realizaremos junto aos órgãos, cujo pessoal nós cadastramos.

Com a finalidade ainda de atualizar o cadastro, foram regularizados 3.669 situações incorretas, que podemos enumerar da seguinte forma:

a — Cancelamento em duplicata	242
b — Exclusões do cadastro, por cadastramento indevido	233
c — Correção de dados complementares	197
d — Correção de nome, por motivo de casamento, desquite e cadastramento incorreto	413
e — Ocorrências, por motivo de falecimento, aposentadoria, exoneração, transferência para a reserva, reforma, invalidez	694
f — Inclusão de Códigos de Servidores admitidos, portadores de Comprovante de Inscrição	150

Foram recebidos, para essas medidas 780 expedientes e respondidos 1.060.

No segundo semestre, atendendo o disposto no Decreto nº 865-N de 15/08, publicado em 20 de agosto de 1975, procedeu-se à desvinculação no cadastro do Executivo, dos servidores pertencentes ao Tribunal de Contas e Poder Judiciário, fornecendo a esses órgãos, os códigos de cadastramento de cada servidor, para que dessem seguimento às obrigações do Programa.

Deste último, face a ausência de relação nominal dos serventários e pessoal administrativo que deveria ser informado à Coordenadoria para efetivação da desvinculação, foi mantido no cadastro do PASEP, até que sejam fornecidos os elementos para a desvinculação a fim de que não sejam prejudicados.

Uma das maiores preocupações do PASEP vinha

sendo o número de informações de remuneração (base de cálculo para depósito das cotas), referentes aos exercícios de 1971, 1972 e 1973, que não haviam sido informadas ao Banco do Brasil, e que em consequência deixaram os servidores de participar da distribuição dos recursos depositados pelo Governo do Estado.

Providenciou-se de acordo com o Senhor Secretário de Administração, a viagem ao Rio de Janeiro, da Coordenadoria a fim de manter entendimentos com o Departamento de Assuntos do PASEP, no sentido de informar essas remunerações, e de serem depositadas nas contas de cada servidor, aquelas importâncias que até esta data não tinha recebido.

Encontrada a solução, foi solicitado do Departamento de Assuntos Financeiros da Secretaria da Fazenda, o total recebido em cada um daqueles exercícios, pelos servidores em número de 14.000 no exercício de 1972, 5.714 no exercício de 1973, além de requisitadas às demais Secretarias de Estado, a remuneração do seu pessoal contratado.

Se atendida nossa solicitação, será beneficiado aquele número expressivo de servidores, que vem sendo excluído dos benefícios do Programa, por falta de informações de dados pelo Governo do Estado.

Finalmente, já está sendo requisitado dos órgãos e Secretarias de Estado, que confeccionem as folhas de pagamento de seus servidores, a informação da remuneração percebida pelos mesmos em 1975 para que possam participar da distribuição de cotas referentes a esse exercício, os servidores cadastrados no PASEP.

Além disso, visando o cadastramento de novos servidores, foi remetido ao SERCOP, 800 fichas para cadastro, contendo os dados pessoais e funcionais do servidor, que durante o ano nos foram remetidos pelos diversos órgãos cadastrados.

Nessa ocasião serão retirados do cadastro os aposentados, reformados, transferidos para a reserva, exonerados e falecidos no corrente exercício.

ÓRGÃOS EM REGIME ESPECIAL

I — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Durante o exercício o Departamento Estadual de Estatística promoveu diversos inquéritos, coletas e levantamentos estatísticos, apresentando as mais variadas atividades desenvolvidas no nosso Estado.

Entre os levantamentos efetuados, tabulados e transformados em gráficos durante o ano de 1975, temos os seguintes:

a) NÚMERO DE VEÍCULOS REGISTRADOS NO ESTADO — 1970/1974

Veículos de carga e passageiros

b) SERVIÇOS OFICIAIS DE SAÚDE PÚBLICA — 1970/1974

Casos confirmados de Tuberculose, Sífilis e Lepra

c) PRODUÇÃO AGRÍCOLA — Área colhida e Produção obtida — 1974

CULTURAS TEMPORÁRIAS: milho, mandioca, feijão, arroz, cana de açúcar e soja

CULTURAS PERMANENTES: banana, cacau, laranja e coco da bahia

d) ENSINO DE PRIMEIRO GRAU: PRE-ESCOLAR e SUPLETIVO — 1973

Unidades Escolares e Corpo Docente
Matrículas e Aprovações

e) ENSINO DO 2º GRAU — 1973

Número de estabelecimentos públicos e particulares

Matrículas em 30/4/73

f) ENSINO SUPERIOR: Estabelecimentos Isolados e Universitários — 1974

Federal, Estadual, Municipal, Particular
Matrículas em 30/4/73 e em 30/4/74

g) FINANÇAS PÚBLICAS: 1974

Receita arrecadada — Estadual e Federal
Receita e despesas municipais

h) SEGURANÇA PÚBLICA — 1974

Crimes cometidos, referindo sua natureza
Contravenções penais

II — DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Por força do Decreto 629-N, de 07.03.1975, o Departamento de Transportes passou a operar de modo mais adequado, tornando-se responsável pelo abastecimento de gasolina, óleo lubrificante e lavagem da frota de veículos da administração direta.

Em 15.08.75, o Decreto 686-N, atribuía ao Departamento de Transportes o controle direto sobre os veículos e os motoristas da Administração Direta, de modo que o setor passou a ser uma das peças mais importantes da administração estadual, zelando pelo funcionamento da frota e funcionando como um dos órgãos mais destacados no combate aos gastos, determinado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

No desempenho das atribuições que lhe foram cometidas em 1975 pelos Decretos 629-E e 686-N, o Departamento de Transportes pode oferecer o seguinte quadro de movimento:

a) — DIRETORIA DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS

Esta Diretoria, com duas Seções, esteve no exercício que findou, sob nossa orientação direta, tendo em vista a necessidade imperiosa do deslocamento do seu titular para chefiar o NÚCLEO DE TRANSPORTE, criado pelo Decreto nº 686-N, de 15.08.75.

A Seção de Aquisição e Cadastramento de veículos manteve seus serviços de cadastro bem atualizados. Encontram-se registrados neste Departamento 248 (duzentos e quarenta e oito) veículos da administração direta e 428 (quatrocentos e vinte e oito) da administração indireta e outros Poderes, 28 (vinte e oito) Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa. No setor de Aquisição, foram adquiridos 65 (sessenta e cinco) veículos, num total de Cr\$ 2.656.533,33 (dois milhões seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e três cruzeiros e trinta e três centavos), assim distribuídos: para a administração direta — 17 veículos — no valor total de Cr\$ 626.141,42 para a administração indireta 48 (quarenta e oito) veículos (DETRAN) no valor total de Cr\$ 2.030.371,91 (dois milhões trinta mil trezentos e setenta e um cruzeiros e noventa e um centavos) esses últimos este Departamento funcionou como intermediário na compra junto às fábricas, tendo a contabilidade sido feita pelo DETRAN.

A Seção de Alienação foi a que mais movimento teve no exercício passado. Foram recolhidos das diversas Repartições da administração direta 102 (cento e dois) veículos, e da administração indireta 13 (treze) veículos, perfazendo um total de 115 (cento e quinze) veículos recolhidos. De conformidade com o que preceitua o Decreto 2.759 de 19 de junho de 1968, tais veículos foram levados à concorrência pública, tendo sido vendidos 90 (noventa) carros.

b) — DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS

Esta Diretoria teve um movimento acentuado no exercício passado, contrariando os demais anos anteriores, quando se encarregava apenas do controle de

seguros de veículos. Atualmente está sobrecarregada com um número elevado de responsabilidade, como sejam: confecção de mapas de gastos de combustíveis, fichário e registros diários para cada veículo, quer da administração direta ou da indireta; emplacamento de veículos, seguros contra terceiros e almoxarifado. Resumidamente citamos:

Certificados de registro e renovação	161
Seguros contra terceiros	364
Preenchimento de Mapas de Combustíveis	471

c) — NUCLEO DE TRANSPORTES

É digno de ser mencionado que o Núcleo de Transportes, no período de 26 de agosto a 31 de dezembro de 1975, efetuou 2.844 atendimentos.

A elevada relação numérica acima deixa bem claro a intensidade do trabalho oferecido dentro da Diretoria de Manutenção e Guarda de Veículos.

Com o objetivo de facilitar o serviço, tornando-o mais eficiente, introduzimos vários sistemas de fichário e controle.

- Ficha modelo D.T. 05 — Para controle diário de gastos por veículo;
- Ficha modelo D.T. 07 — Para o controle do almoxarifado, em cinco cores de acordo com o tipo de mercadoria;
- Ficha modelo D.T. 07 — Para registro de lavagem e manutenção de combustíveis controlados pelo Posto de Abastecimento de Bento Ferreira;
- Ficha modelo D.T. 08 — Para relatório mensal de gastos de cada órgão;
- Ficha modelo D.T. 09 — Para relatório mensal do atendimento do Posto, por veículo, feito aos diversos órgãos;
- Ficha modelo D.T. 10 — formulário do atendimento diário às Secretarias e Órgãos, que é encaminhado a esta Direção Geral a fim de tomar conhecimento e controlar os gastos diários em litragem e cruzeiros.

d) — CONSUMO DE GASOLINA

O consumo de gasolina verificado durante o exercício de 1975, no período de abril a dezembro, atingiu a 518.583,3 (quinhentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e três litros e três décimos); este montante representa o gasto efetuado pelas diversas Secretarias e Órgãos Governamentais.

e) — COMPARATIVO DOS GASTOS DE GASOLINA

Consideramos de grande proveito elaborarmos um Quadro Comparativo dos Gastos de Gasolina, tomando por base o 2º trimestre de 1974 e o 2º trimestre de 1975. Deduz-se que no 2º trimestre de 1974 foram gastos 225.411 litros de gasolina, enquanto que no 2º trimestre de 1975 foram gastos 103.354 litros.

Verifica-se que apenas 4 órgãos apresentaram um acréscimo no consumo de combustível.

f) — RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS

Foi grande nosso trabalho com o objetivo de recuperar os veículos e assim fizemos, dentro das nossas mínimas possibilidades técnicas; apenas 2 mecânicos,

1 lanterneiro que também é pintor de automóvel, dentro do regime estatutário, realizamos a recuperação de vários veículos e mantivemos a frota do NUCLEO DE TRANSPORTES, num espaço de apenas três meses; esses veículos do "Núcleo de Transportes", e, número de 50 (cinquenta) compreendem: 24 kombis, 20 Sedan-Volkswagen; 3 Rurais; 2 Camionetes Pick-up; 1 Variant e 1 Caminhão Chevrolet, devendo-se considerar que tais veículos nos foram entregues em estado de conservação precária, em sua maioria.

Conforme se pode verificar, os gastos feitos na recomposição de peças, lanternagem geral e pintura de alguns veículos do "NUCLEO", não sobem à cifra de .. Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) tendo todos os serviços sido executados em nosso depósito garagem de São Torquato. Consideramos pequenos os gastos, já que se fossem feitos os serviços nos referidos veículos, em oficinas particulares atingiria no mínimo a Cr\$ 175.000,00.

Em nossa pequena oficina, além dos serviços em veículos, foram recuperados várias peças de móveis que estavam consideradas inservíveis, e que estão sendo de grande utilidade no aproveitamento, quer no Posto, administração e sala de motoristas. Assim para a recuperação desses móveis, gastamos pequena importância, conforme se verifica:

- 5 arquivos de aço — Cr\$ 150,00 material
- 1 estante para escritório — Cr\$ 70,00 material
- 1 mesa de escritório (Posto) — Cr\$ 150,00 material

Também para a instalação da Sala dos Motoristas e Sala da Administração do Posto, foram construídos vários bancos para assento, utilizando-se rodas velhas e amortecedores, assim como pés de macado e chapas para confecção de mesas, sendo que todo material foi recolhido como inservível e o seu aproveitamento custou Cr\$ 1.600,00; com essa providência adotada, ficou equipada a Sala dos Motoristas na parte dessas necessidades.

III — DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO

Eis o Relatório do Departamento de Patrimônio:

"No transcurso do ano de 1975 procuramos atender às solicitações dirigidas a nosso órgão verificando, constantemente, o estado de conservação dos próprios estaduais e promovendo a recuperação daqueles que mais o necessitassem.

A equipe de operários do Departamento de Patrimônio fez-se presente em todos os locais onde houvesse solicitação atendendo, imediatamente, aos inúmeros pedidos.

Os veículos do Departamento de Patrimônio percorreram o interior do Estado, conduzindo funcionários encarregados de efetuar o levantamento em diversos próprios patrimoniais visando elaborar orçamentos necessários a sua recuperação, bem como fiscalizando as obras cujo contrato tenha sido celebrado com esta Repartição.

O Departamento de Patrimônio promoveu obras de reforma e conservação em próprios estaduais na Capital e no interior do Estado, mantendo em condições de permanente utilização os próprios escolares, delegacias, fóruns, postos fiscais e postos de saúde.

Os imóveis incorporados ao patrimônio estadual tiveram suas escrituras lavradas, legalizando, assim, áreas de próprios patrimoniais construídos e não regularizados. Ao Cartório do Quarto Ofício de Notas, privativo dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, foram encaminhados e tiveram sua tramitação concluída em regime de urgência, todos os processos de compra e venda de imóveis onde o Estado fosse parte, bem

como todas as doações, entre as quais podemos destacar as seguintes: Escritura definitiva de compra das Usinas de Café localizadas nos Municípios de: Castelo, Fundão, Guaçu, Iconha, Itarana, Mimoso do Sul, Apiacá e Cachoeiro de Itapemirim. Cessão ao Governo Federal das Escolas Agrícolas de Santa Teresa, Alegre, Colatina, bem como da Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo, localizada no município de Alegre. Doação de uma área de terreno com 20.000m², para construção de Unidades Escolares, feita pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança.

Diversos processos foram informados, referente a terrenos requeridos ao Estado por ação de usucapião, por cessão, arrendamento e alienação.

Foram atendidos aproximadamente 2.559 processos, assim distribuídos: processos iniciados em 1975 — 857; processos de anos anteriores — 682; ofícios expedidos — 101; cartas-convites — 13; empenhos — 306; ordens de pagamento — 306; comunicações internas — 233; memorandos — 8; ordens de serviço — 11; instrução de serviço — 10; pedidos de material — 27; anulação de empenho — 5.

As fichas do estado de conservação dos próprios patrimoniais, que possibilitam a este Departamento estar em dia com o estado de conservação dos bens imóveis estaduais foram atualizadas, baseadas em viagens periódicas aos municípios, contando, também, com a colaboração dos senhores Prefeitos Municipais que nos auxiliaram bastante na execução dessa tarefa, fornecendo todos os dados e informações que lhes foram solicitados e destacando, inclusive, funcionários da municipalidade, para percorrer o interior, procedendo levantamento em vários imóveis situados no município. Através dessas viagens de inspeção, pudemos ainda constatar a execução das obras contratadas pelo Departamento de Patrimônio, acompanhando os serviços desde o início até a efetiva conclusão, realizando medições e vistoriando a obra tantas vezes, quantas fossem necessárias para a mais absoluta segurança do imóvel estadual, só liberando o seu pagamento após a comprovação, "in loco" de sua execução.

O registro de todos os bens integrantes do patrimônio estadual, documentado de escrituras, plantas e processos administrativos, que comprovam ser o Estado legítimo possuidor de áreas e imóveis, facilitando dessa forma as informações prestadas em processos de interesse do Estado, foi uma das constantes preocupações de nossa administração, tendo sido organizados inúmeros processos de aquisição, alienação e doação de imóveis em que o Estado foi parte.

O cadastramento geral, quer de bens móveis, quer de bens imóveis foi realizado em diversas repartições estaduais, com todos os elementos característicos e identificadores dos bens.

Diversos foram os recolhimentos de móveis e materiais inservíveis às Repartições Estaduais, com seu transporte para os depósitos do Patrimônio ou sua retirada dos depósitos para entrega a outras repartições.

Inúmeros foram os processos de avaliação de imóveis, solicitados quer pelo Departamento de Terras, para efeito de alienação através de concorrência, quer pela Secretaria de Segurança Pública, para efeito de celebração de contrato de locação.

Foram confeccionados também vários orçamentos para execução de obras em Unidades Policiais e Sanitárias, em Municípios do Estado.

Contatos mantidos com as Secretarias de Agricultura de todos os Estados do País possibilitaram — nos a obtenção de legislação sobre terras urbanas e rurais naquelas Unidades, enriquecendo o acervo documental do Estado e fornecendo elementos de grande utilização no estudo e esclarecimento de situações de terrenos de marinha, dos quais o Estado possui ocupação ou posse.

Um trabalho conjunto, incluindo o Departamento de Patrimônio, a Procuradoria Geral do Estado e a Consultoria Geral do Estado tem sido realizado, visando fornecer todos os esclarecimentos necessários sobre bens patrimoniais, atendendo aos demais órgãos governamentais e propiciando condições de elucidação de dúvidas sobre terrenos e prédios estaduais.

O organograma do Departamento de Patrimônio está constituído de um Diretor Geral — padrão 2.C, três Chefes de Diretoria — padrão 5.C e sete Chefes de Serviço — padrão 10.C, além de contar com doze funcionários efetivos e cinquenta e dois operários entre bombeiros, eletricitista, vigias, zeladores e ascensoristas, efetuando serviços de vigilância no Edifício das Repartições Públicas, conduzindo seus elevadores, zelando pelas Residências Oficiais do Palácio Anchieta, da Praia da Costa e de Santa Teresa. Os Bombeiros e Eletricistas atendem, diariamente a chamados de todos os órgãos estaduais. Conta ainda o órgão com um serviço de carpintaria que atende as solicitações de pequenos reparos e execução de serviços em móveis entregues ao Departamento de Patrimônio.

Anexamos ao presente uma relação das obras de reforma e conservação em próprios estaduais, executadas durante o ano de 1975, bem como das obras contratadas em 1975 e ainda em fase de execução, e uma relação do material adquirido."

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

RELAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E CONSERVAÇÃO EM PRÓPRIOS ESTADUAIS EXECUTADAS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DURANTE O ANO DE 1975

O B R A	MUNICIPIO	VALOR
Reforma da Cadeia Pública de Anchieta	Anchieta	64.219,45
Reforma da Cadeia Pública de Rio Novo do Sul	Rio Novo do Sul	32.225,21
Reforma do Centro de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	37.189,30
Reforma da Escrivania Fiscal de Itapemirim	Itapemirim	19.994,48
Reforma do Posto Fiscal de Areinha	Caraciaca	7.345,82
Reforma do Posto Fiscal de Carapina	Serra	4.538,51
Reforma da Subdelegacia de Isabel	Domingos Martins	5.869,91
Reforma da Colônia Penal de Viana	Viana	15.284,54
Confecção de divisórias "Divilux Super, para os 1º, 2º e 3º andares do prédio da Secretaria de Segurança Publica	Vitória	57.499,00

O B R A	MUNICIPIO	VALOR
Obras Complementares do Posto de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação de veículos estaduais, em São Torquato	Vila Velha	31.470,45
Obras complementares do Posto de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação de veículos estaduais, em Bento Ferreira	Vitória	172.819,17
Fornecimento de tapetes em dependências do 2º andar do novo prédio da Secretaria de Segurança Pública	Vitória	18.325,71
Fornecimento e assentamento de tapetes em dependências do 1º andar do novo prédio da Secretaria de Segurança Pública	Vitória	18.325,71
Confeção de divisórias "Divilux Super", com perfisados de alumínio, para os compartimentos do andar térreo do novo prédio da Secretaria de Segurança Pública	Vitória	69.450,00
Projeto de modificação do sistema elétrico do Edif. das Repartições Públicas	Vitória	12.000,00
Obras complementares da Cadeia Pública de Anchieta	Anchieta	13.185,95
Serviço do telhado da Secretaria de Administração . .	Vitória	26.000,00
Portas de vidro no térreo do Edif. das Repartições Públicas	Vitória	83.500,00
Obras de reforma no Gabinete do Secretário da Fazenda — Edif. das Repartições Públicas, 5º andar . .	Vitória	10.108,03
Fornecimento e assentamento de "Vulcapiso Terrazo", nas dependências das novas Delegacias Especializadas no terço do Edif. da Secretaria de Segurança Pública	Vitória	19.153,12
Obras de reforma e conservação do Centro de Saúde de Jardim América	Cariacica	8.476,78
Obras de restauração da cobertura da antiga Usina de Café do IBC, em São José das Torres	Mimoso do Sul	11.581,32
Obras de reforma e modificação da instalação elétrica do Edif. das Repartições Públicas	Vitória	194.500,00

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

RELAÇÃO DAS OBRAS CONTRATADAS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DURANTE O ANO DE 1975, AINDA EM FASE DE EXECUÇÃO

O B R A	MUNICIPIO	VALOR
Reforma e conservação de parte do prédio ocupado pelo Arquivo Público e conclusão do galpão à parte dos fundos do referido prédio	Vitória	105.596,10
Reforma da Subdelegacia de Polícia de São Pedro de Itabapoana	Mimoso do Sul	25.044,70
Reforma do Centro de Saúde de Nova Venécia	Nova Venécia	30.572,79
Reforma de parte da cobertura e demais serviços no prédio do Departamento Estadual de Estatística . . .	Vitória	33.302,93
Obras de reforma e conservação do prédio do 8º Distrito Policial, em Cariacica	Cariacica	16.879,16
Reforma e conservação do prédio da Delegacia Distrital de Polícia da Praia do Canto	Vitória	10.112,91
Obras de reforma e adaptações introduzidas ao prédio da Escrivania Fiscal de Bom Jesus do Norte	Bom Jesus do Norte	75.248,20

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

RELAÇÃO DO MATERIAL ADQUIRIDO DURANTE O ANO DE 1975

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
Artigos de expediente, desenho e encadernação	4.107,88
Artigos para copa, cozinha, dormitório e banho	334,50
Combustíveis e lubrificantes	14.358,25
Artigos de limpeza, higiene e objetos para toilette	1.184,37
Vestuário, calçados, fardamento e acessórios	7.132,80
Material para conservação, manutenção e adaptação de bens móveis e imóveis	5.622,16

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
Material elétrico de iluminação e sinalização	1.331,00
Assinatura, aquisição e divulgação de atos oficiais	11.183,50
Conservação e reparos de bens móveis e imóveis	52.733,32
Energia elétrica, água e esgoto	834,80
Telefone e telex	3.508,41
Máquinas, motores e aparelhos	16.130,18
Móveis e utensílios	215,60
TOTAL	118.676,77

ÓRGÃOS VINCULADOS

I — DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL — D.I.O.

Compete ao Departamento de Imprensa Oficial, órgão autárquico, com personalidade jurídica e autonomia técnica, financeira e administrativa própria, criada pela Lei nº 2.449/69 de 21/10/69, vinculado à Secretaria de Administração, divulgar os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e de particulares, quando necessário, bem assim confeccionar todos os impressos de natureza tipográfica destinados às repartições públicas estaduais em geral.

Todos os serviços foram executados com rapidez e perfeição verificando-se, no encerramento do exercício, que todos os compromissos de ordem financeira se encontram rigorosamente em dia, bem assim as encomendas de impressos tipográficos por intermédio da ENFORMA, destinados às repartições públicas, não exis-

tindo, também qualquer matéria pendente de publicação.

O seu edifício-sede, localizado na Av. Mascarenhas de Moraes nº 2.375, em Bento Ferreira, dispõe de instalações modernas em condições de proporcionar aos seus servidores, um ambiente de trabalho condigno e apropriado ao fim a que se destina.

Em cumprimento à determinações constantes da Portaria nº 3.237 do Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, foram criados os serviços de Higiene e Medicina do Trabalho e de Segurança do Trabalho, os quais já se encontram em pleno funcionamento, com resultados altamente satisfatórios, prestando assistência aos servidores enfermos, inclusive seus familiares, quando necessário, orientando-os e instruindo quanto à segurança e higiene do trabalho.

Para funcionamento do Serviço de Segurança do Trabalho, supervisionado por um Inspetor de Segurança, foram adquiridos os seguintes materiais considerados obrigatórios:

7 — extintores C-02 — 4 quilos	Cr\$ 4.620,00	
8 — extintores C-02 — 6 quilos	6.000,00	
1 — extintor de água-gás — 10 quilos	380,00	
1 — extintor de pó-químico — 6 quilos	400,00	
1 — extintor de pó-químico — nitro 100 kg	8.800,00	
	20.200,00	
IPI, 8%	1.616,00	21.816,00
2 — pares de botas de amianto c/sola de madeira	240,00	
4 — respiradores contra gases ácidos	1.184,00	
10 — pares de luvas de amianto	580,00	
2 — pares de perneiras de amianto	290,00	
10 — placas de sinalização	980,00	
1 — avental de amianto	210,00	
4 — pares de luvas para eletricitista (20.000 wts)	1.292,00	
	4.776,00	
IPI	596,20	
Embalagem	143,28	5.515,48
4 — mangueiras p/combate de incêndio	1.840,00	
Total	Cr\$ 29.171,48	

Além de proporcionar aos servidores do DIO, maior segurança no desempenho de suas tarefas, o funcionamento desse Serviço, proporciona ao Departamento, redução da Taxa de Acidente do Trabalho, de 107, para 0,80% sobre a folha de pagamento mensal, e uma economia de ordem de 40% a taxa dos bens segurados.

Com a finalidade de atender as encomendas da ENFORMA, e outras repartições públicas estaduais, foram adquiridos vários tipos de papéis para obras, de diversas qualidades no valor total de Cr\$ 1.602.958,40 (um milhão, seiscentos e dois mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros e quarenta centavos) e, para impressão do Diário Oficial, 160 bobinas de papel Klabin de 0,88c, no total de Cr\$ 200.863,11 (duzentos mil, oitocentos e sessenta e três cruzeiros e onze centavos).

Vários outros materiais para o funcionamento dos serviços gráficos foram adquiridos, tendo sido realizada

licitação para compra de 5 toneladas de chumbo para funcionamento das máquinas linotipos, importando em Cr\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil cruzeiros).

Todos os setores do DIO funcionaram normalmente, cumprindo integralmente suas tarefas.

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES, ASSINATURAS E VENDAS:

O controle de todas as publicações, assinaturas e venda avulsa do Diário Oficial, está a cargo dessa Seção, bem assim a extração de contas contra pagamento à vista e à débito, com a seguinte movimentação:

Contas contra pagamento à vista	9.606
Idem à débito	4.796

TIRAGEM DO DIÁRIO OFICIAL

Foram impressas 244 edições do Diário Oficial, com 10.384 páginas, num total de 597.337 exemplares, assim discriminados:

07 — Edições de 016 páginas	112 pág.
109 — Edições de 32 páginas	3.488 pág.
99 — Edições de 48 páginas	4.752 pág.
23 — Edições de 64 páginas	1.472 pág.
4 — Edições de 80 páginas	320 pág.
1 — Edição de 96 páginas	96 pág.
1 — Edição de 144 páginas	144 pág.

Total 10.384 páginas

PODER LEGISLATIVO

45 — Edições de 16 páginas	720 pág.
31 — Edições de 32 páginas	992 pág.
1 — Edição de 42 páginas	42 pág.
4 — Edições de 48 páginas	192 pág.
1 — Edição de 128 páginas	128 pág.
1 — Edição de 436 páginas	436 pág.

Total 2.510 páginas

Foram impressas 83 Edições com 2.510 páginas, num total de 347.715 exemplares.

ASSINATURAS

Para particulares	625
Para as repartições públicas	1.340 — 1.965

Para confecção do Diário Oficial durante este exercício, foram computados pelos linotipistas do DIO, 1.639,736 (hum milhão, seiscentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e seis) linhas.

VENDA AVULSAS — SETOR DE VENDAS

Vendas avulsas do Diário Oficial	12.437,00
Coletâneas de Leis Estaduais de 1969/74 ..	7.780,00
Estatutos dos Funcionários Públicos	7.725,00
Código Organização Judiciária	1.240,00
Lei Orgânica dos Municípios	600,00
Constituição Estadual	1.080,00

JORNAL DA GENTE

A título de colaboração foram editados 6.155 exemplares do Jornal da Gente, elaborado pela Secretaria de Administração, no valor de Cr\$ 71.329,20.

SERVIÇO DE OBRAS GRÁFICAS

Sob a supervisão do Serviço de Obras Gráficas, além da tiragem do Diário Oficial constante da demonstração supra, foram confeccionados os seguintes impressos:

Folhas timbradas	2.268,988	350.091,80
Fichas, Cartões, Capas, Certificadas e Cartazes	2.562,295	770.771,00
Blocos	100.824	932.945,00
Livretos	115.400	439.560,00
Envelopes timbrados	93.300	31.440,00

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Está a cargo do Serviço de Contabilidade, a escrituração contábil do DIO, cujo serviço encontra-se perfeitamente aparelhado, com sistema mecanizado RUF: RC 3, mantendo, durante o exercício, rigorosamente em dia todos os serviços a seu cargo, fiscalizados rigorosamente pelo Egrégio Tribunal de Contas, sem que tenha sido constatada qualquer irregularidade.

O quadro demonstrativo abaixo, retrata fielmente a situação financeira do DIO, durante os exercícios de 1971 a 1975:

Exercícios	DISCRIMINAÇÃO			
	RECEITA		DESPESA	
	Arrecadada	A Arrecadar (Dívida Ativa)	Pagas	A Pagar
1971	2.458.604,59	1.735.986,11	2.754.441,07	430.981,08
1972	3.058.307,05	1.716.193,92	3.165.892,29	300.376,94
1973	4.303.368,64	1.949.771,95	4.065.418,46	950.750,42
1974	5.637.578,00	3.274.618,70	5.177.196,26	138.669,66
1975	9.746.301,60	3.601.161,00	9.238.351,52	734.455,42
TOTAIS	25.204.159,79	12.277.731,68	24.401.299,60	2.655.223,52

SUPERAVIT ECONÔMICO PERÍODO 1971/75

RECEITA ARRECADADA	25.204.159,79
RECEITA A ARRECADAR	12.277.731,68
DESPESAS PAGAS	24.401.299,60
DESPESAS A PAGAR (Restos a Pagar)	2.655.223,52

SUPERAVIT ECONOMICO 10.425.368,35

ALMOXARIFADO

O Almoxarifado do DIO, teve a seguinte movimentação durante o exercício de 1975:	
Estoque existente em 01/01/75	695.031,20
Mercadorias recebidas durante o exercício de 1975 (RLM N° 001 a 209)	2.105.960,23
Mercadorias fornecidas às Seções do DIO (FM N°s 01 a 637)	1.002.303,05
Estoque existente em 31/12/75	1.798.688,38

SETOR DE PORTARIA

Setor ao qual compete supervisionar os contínuos e serventes, atendendo as partes, distribuindo processos etc., desenvolveu suas atividades inteiramente a contento.

SETOR DE EXPEDIÇÃO

Ao Setor de Expedição, compete endereçar e distribuir os exemplares do Diário Oficial durante o exercício, aos assinantes particulares e repartições públicas em geral, desenvolveu seus serviços de forma a não causar qualquer reclamação dos interessados.

CANTINA

Possui o Departamento, devidamente instalada, uma cantina para atendimento aos servidores, fornecendo leite, café, pão e manteiga, a qual funcionou perfeitamente, atendendo regularmente a todos os servidores.

RESTAURANTE

O Restaurante instalado no edifício-sede do DIO, funcionou durante o exercício, arrendado a firma particular, atendendo os servidores do DIO com alimentação sadia e a preços acessíveis.

SERVIÇO DE TESOUREARIA

A Tesouraria do DIO, mantem sob sua responsabilidade os valores do DIO, efetuando recebimento e realizando pagamento autorizados.

Apresenta ao Diretor o movimento diário, mencionando o saldo existente no dia anterior, os recebimentos e pagamentos realizados. É este órgão fiscalizado mensalmente por uma Comissão de Auditoria de Caixa, criada pela atual Direção do DIO, cujos relatórios mensais tem constatado a eficiência dos serviços, inclusive a perfeição da escrituração.

CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão de deliberação superior, funcionou durante o exercício de 1975, com assiduidade, estudando e relatando processos, tendo contribuído de maneira decisiva para o êxito dos serviços afetos ao Departamento de Imprensa Oficial.

SEGUROS

Mantém o DIO, na Seguradora do Estado do Espírito Santo S/A, (SEGES), seguro contra incêndio, do seu edifício-sede e bens móveis, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), conforme Apólice nº I-5.3450.

Mantém, ainda, na mesma Seguradora, seguros de todos os seus veículos, Apólice nº A.3.1564, bem assim Seguro Fidelidade de todos os Tesoureiros e Almoxarife, de acordo com as exigências da Lei nº 2583, de .. 13/03/71.

II — EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAL — EMFORMA

O ano de mil novecentos e setenta e cinco, primeiro da administração do Excelentíssimo Senhor Governador ELCIO ALVARES, foi coroado de pleno êxito no tocante à consecução das atividades-fim da Empresa Fornecedora de Material.

A exemplo do ano anterior, quando a Empresa enfrentou uma crise acentuada e de consequências imprevisíveis como a do papel, que alcançou índices elevadíssimos de custo, o ano de 1975 caracterizou-se, devido aos constantes reajustes da moeda e do petróleo que acarretaram um agravamento no índice inflacionário, como sendo também um ano de nebulosas previsões em todos os setores do comércio. Os reflexos se fizeram sentir claramente nas aquisições de materiais de consumo, permanente e outros que sofreram gradativos reajustes durante todo o período.

Apesar de todas as dificuldades encontradas na comercialização de vários produtos, dos exiguidos prazos exigidos pelos fornecedores para pagamento de faturas, e ainda na falta de cumprimento nos prazos contratuais da entrega de mercadorias, a Empresa procurou dentro de suas possibilidades muitas vezes limitada por vários obstáculos atender a todos os pedidos que lhe foram endereçados, justificando o relevante papel que lhe foi reservado na centralização das compras dos órgãos governamentais.

Após transcorrido o período inicial de adaptação à nova política financeira imprimida ao Estado pelo Governo, a EMFORMA pôde sentir os primeiros benefícios da mesma, quando foi destacada como setor prioritário nos recebimentos de numerário pelos diversos secretários, fator esse que contribuiu decisivamente para a condição hoje existente, de imposição de condições nos contratos de compra firmados com os fornecedores e para o soerguimento do órgão na parte concernente às aquisições diretas de fábrica que possibilitaram uma grande economia nos custos das mercadorias e por via de consequência, aos cofres públicos, porquanto, os prazos contratuais de pagamentos das compras feitas diretamente a fabricantes, exigem liquidez.

Por outro lado, oferecendo apoio irrestrito às metas da atual administração e fazendo nossas palavras do Excelentíssimo Senhor Governador Elcio Álvares, que em seu discurso de posse, dissertando sobre as mesmas disse: "A obstinação do Presidente em dignificar a criatura humana, dando-lhe maiores e melhores padrões e condições de vida, como meta primordial do quarto Governo da Revolução, é a inspiração e o alento que encontramos para conduzir nosso plano e os nossos esforços ao ideal de todos, que é, em linhas gerais, o bem comum, a elevação do homem, na luta, no trabalho, nas alegrias e nas vitórias". A EMFORMA, dentro de sua área, forjando sua política de pessoal nas sábias palavras do Eminentíssimo prócer do Executivo, manteve em dia os compromissos e obrigações físicas e sociais com o pessoal, conferindo sua parcela de contribuição nesse setor ao Governo Estadual.

A exemplo do Excelentíssimo Senhor Governador, que ditou as metas a serem seguidas pelos diversos departamentos administrativos para a basificação de toda a política, não poderíamos deixar de atribuir grande destaque às palavras de apoio, de valorização e sobretudo de extrema confiança de um alto conhecedor da problemática de compra e venda personificada no atual Secretário de Administração Dr. JOSÉ HADDAD FILHO que, ao assumir aquela importante pasta dirigiu a EMFORMA as seguintes palavras: "Ajustar o sistema operacional da EMFORMA a uma viabilidade econômica que traga reais vantagens aos órgãos usuários dos seus serviços, dando-lhes também condições legais de exercer suas atividades em caráter obrigatório, junto a Administração direta, as autarquias e empresas públicas do Estado".

Os efeitos desse conhecimento, dessa intimidade com os vários problemas não tardaram a surgir. Alguns meses após ter assumido a Pasta já os pagamentos por parte de quase totalidade dos órgãos estaduais estavam praticamente normalizados, carreando grandes benefícios a economia orçamentária destinada ao suprimento dos órgãos públicos.

Malgrado o esforço com que a EMFORMA é dirigida, a receptividade que tem seus problemas junto ao Senhor Secretário de Administração, ela tem encontrado entraves no melhor desempenho de suas atribuições, como: o tempo gasto pelas repartições no cumprimento do dispositivo legal, que determinam o empenho prévio e a observância nas compras, das leis que determinam licitações, ou sejam, o Decreto-Lei nº 200 e a Lei Estadual nº 2.583 (Código Financeiro), as quais trazem uma certa morosidade no atendimento das aquisições de materiais, trazendo como benefício a opor-

tunidade de consulta de preços, ensejando assim, aquisição para melhores preços.

Estamos anexando ao presente, tabelas que tratam o movimento da EMFORMA em 1975, no que diz respeito ao fornecimento de material diverso, aos órgãos centralizados e descentralizados.

EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS EMFORMA

FORNECIMENTOS FEITOS AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

1974

Janeiro	193.944,08
Fevereiro	159.456,15
Março	414.340,42
Abril	246.638,83
Maior	365.850,08
Junho:	338.299,93
Julho:	782.123,26
Agosto:	635.873,36
Setembro:	611.517,17
Outubro:	493.743,69
Novembro:	1.356.998,37
Dezembro:	1.078.004,41

Total 6.676.789,66

1975

Janeiro:	526.005,53
Fevereiro:	166.014,36
Março:	167.776,24
Abril:	240.382,44
Maior:	281.369,62
Junho:	450.994,19
Julho:	467.210,24
Agosto:	734.269,33
Setembro:	682.925,36
Outubro:	1.036.809,95
Novembro:	577.351,25
Dezembro:	705.842,51

Total: 5.982.951,32

Total Geral: 12.659.740,98

(Doze milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta cruzeiros e noventa e oito centavos).

EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAL

DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS FORNECIDOS AOS ÓRGÃOS CENTRALIZADOS E DESCENTRALI- ZADOS DE 1975:

ÓRGÃOS CENTRALIZADOS

Secretaria de Educação e Cultura	1.570.916,55
Gabinete Militar	74.947,79
Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça	362.052,35
Secretaria de Saúde	635.463,14
Secretaria de Segurança Pública	729.565,86
Secretaria da Indústria e do Comércio	118.325,19
Secretaria do Trabalho e Promoção Social	300.949,45
Gabinete Civil	846.501,83
Secretaria da Fazenda	464.042,96
Secretaria de Administração	225.873,38
Consultoria Geral do Estado	6.445,28
Secretaria de Agricultura	113.315,96
Secretaria de Serviços Públicos Especiais	35.882,66
Secretaria do Planejamento	126.478,16
Procuradoria Geral do Estado	2.053,19

TOTAL 5.612.869,75

ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS

Fundação Cultural	21.580,04
Departamento Estadual de Trânsito	44.033,24
Empresa Fornecedora de Material (EM-FORMA)	32.674,58
Assembléia Legislativa	23.312,79
Instituto Bem Estar Social	3.507,80
Suppin	2.374,09
Junta Comercial	66.538,05
Departamento de Imprensa Oficial	7.066,36
Corregedoria Geral	5.569,14
Emcapa	3.088,02
Departamento de Edificações e Obras	1.963,45
Escola de Agronomia	49.066,38
Conestur	5.191,46
Tribunal de Justiça	25.429,40
Instituto Jerônimo Monteiro	13.240,98
Juizado de Direito	16.234,12
Fesbem	1.783,00
Faculdade de Farmácia	4.035,11
Tribunal de Contas	35.882,30
Sercop	5.545,88
Emcatur	180,00
Polícia Militar	344,40
Escola de Música	1.440,82

TOTAL: 370.081,57

TOTAL GERAL 5.982.951,32

(Cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta e dois centavos).

EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAL

1974

ÓRGÃOS CENTRALIZADOS

Secretaria de Administração	313.812,53
Gabinete Civil	283.405,12
Gabinete Militar	36.768,39
Codec	53.530,58
Secretaria do Trabalho e Promoção Social	199.514,72
Secretaria de Segurança Pública	693.285,57
Secretaria de Educação e Cultura	2.736.447,18
Secretaria da Fazenda	718.275,33
Secretaria de Agricultura	58.816,39
Secretaria de Saúde	850.919,56
Consultoria Geral do Estado	14.962,54
Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça	368.726,16
Secretaria da Indústria e do Comércio	8.312,97

TOTAL: 6.466.154,06

ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:

Tribunal de Contas	15.595,51
Corregedoria Geral	4.204,90
Tribunal de Justiça	24.810,52
Juizado de Direito	22.845,12
Emforma	20.665,29
Polícia Militar	1.118,60
Departamento de Imprensa Oficial	9.539,52
Junta Comercial	27.872,96
Assembléia Legislativa	14.204,46
Conestur	6.526,03
Suppin	1.305,50
Escola de Música	3.247,02
Instituto Jerônimo Monteiro	3.870,66
Departamento Estadual de Trânsito	25.775,54
Escola de Agronomia	18.694,92
Departamento de Edificações e Obras	621,72
Fesbem	4.651,10

Empresa Capixaba de Pesquisas Agropecuária	1.765,14
Faculdade de Farmácia	1.708,49
Fundação Cultural	130,00
Instituto Bem Estar Social	1.482,60

TOTAL: 210.635,60

TOTAL GERAL: Cr\$ 6.676.789,66 (Seis milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove cruzeiros e sessenta e seis centavos).

III — SERVIÇO DE RACIONALIZAÇÃO E CONTROLE OPERACIONAL

Eis o relatório do SERCOP:

"1 — Introdução:

O Exercício financeiro de 1975, marcado pelo início de novo mandato do Executivo Estadual, foi ainda um ano sensível para o Sercop, com diversos eventos de influência decisiva para o futuro desta Empresa Pública.

Já em abril, por solicitação do próprio Governador, preparávamos um documento que denominamos de "Ante Projeto para a Ampliação do SERCOP", no qual mais uma vez alertamos para as condições críticas de funcionamento em que vinhamos operando e que poderiam levar-nos a um colapso de sérias consequências. Ainda nesse documento alinhavamos nossas necessidades de instalações e equipamentos, para que pudessemos dar à clientela atual o tratamento merecido e para que pudessemos acompanhar a demanda crescente e irreversível por nossos serviços.

Compreendendo nossa posição e atendendo aos nossos anseios, Sua Excelência houve por bem encaminhar nosso Ante-Projeto ao estudo da Secretaria da Fazenda e do CODEC, o que teve por consequência o aumento de nosso capital social para Cr\$ 9 milhões, através da Lei nº 2991 de 23 de julho de 1975 publicada no Diário Oficial de 26 do mesmo mês.

Em 30 de julho de 1975 foi assinada a Lei nº 2993 publicada no Diário Oficial do dia subsequente, a qual criava o Sistema de Planejamento, instituiu como órgão central do Sistema a Secretaria do Planejamento e a ela vinculava o SERCOP; Em 27 de agosto, através do Decreto nº 1191-E, era aberto à Secretaria de Planejamento um crédito especial de Cr\$ 1 milhão para integralização de parte capital do Sercop pelo governo estadual. Poucos dias após, tal importância era transferida para nós e assim concretizávamos, já em setembro a primeira etapa de nosso plano de expansão, adquirindo uma área de 50 mil metros quadrados para a construção de nossa sede própria.

De posse do levantamento topográfico do terreno, abrimos em outubro um concurso público para a seleção de arquiteto ou firma de arquitetura para execução do projeto da sede e acompanhamento da obra, tendo saído vencedor o arquiteto Pedro Massena Neto.

Paralelamente as atividades relativas à seleção de uma concepção para a sede, procuramos cuidar também da seleção de equipamento, pois que as especificações técnicas de área, peso, dissipação de calor, demanda de energia e outras, são indispensáveis ao desenvolvimento do projeto das instalações. Assim após a constituição de uma comissão interna de estudos e dimensionamento de equipamento, convidamos os representantes de computadores para fazerem no Sercop apresentações de suas máquinas e das filosofias de hardware e software empregadas. Compareceram as firmas Univac, Burroughs IBM e Digital. Baseados em tais apresentações, pudemos configurar nossas necessidades de equipamentos. Recebemos da Univac, nosso fornecedor há cinco anos, uma proposta de substituição dos nossos computadores por um sistema bem enqua-

drado nas nossas pretensões e que apresentava a vantagem de já estar no Brasil. Submetida a proposição ao Conselho, este sugeriu que fizéssemos igual pedido à Burroughs e à IBM, para certificar-nos se haveria possibilidade de uma concorrência. Feitos os pedidos, recebemos uma proposta da Burroughs e um pedido de prorrogação de prazo da IBM, o qual não foi atendido em face do prazo ter sido cumprido pelo outro proponente. De posse das duas propostas (Univac e Burroughs), tivemos ciência de que nossa configuração era tecnicamente viável, capaz de ser atendida por ao menos dois fabricantes, de quais eram as faixas de preços, ainda dos prazos de entrega. Com esses elementos iniciamos o preparo de um Edital de concorrência para seleção do fornecedor de nossos novos equipamentos.

Nota-se pelos pontos acima alinhavados que em 1975 promoveram-se diversas medidas para que em 1976 seja derramado todo o processo real de expansão.

Em termos de novos serviços, pouco pudemos acrescentar aos já existentes, face à já mencionada limitação em nossa capacidade operacional. Mesmo assim, pudemos absorver o aumento de volume bastante significativo, aliás, dos serviços já implantados, acrescentar-lhes algumas alterações e adendos e consolidar a operação dos sistemas de ICM que antes eram realizados em parte pelo Serpro em Recife.

Com o novo staff do Sercop, procedemos a uma reorganização do controle de contratos e a uma reavaliação de seus preços, além de conseguirmos imprimir maior velocidade ao faturamento. Com isto, logramos um aumento de quase cem por cento na receita.

Com o aumento da capacidade de produção prevista, poderemos dar melhor atendimento aos usuários já existentes implantar novas aplicações para esses mesmos usuários e o que será mais importante, poderemos estender nosso atendimento a novas áreas que tanto carecem de nossos serviços.

2 — Aspectos Econômicos e Financeiros

Com uma receita industrial de Cr\$ 7.642.350,80 (sete milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos e cinquenta cruzeiros e oitenta centavos) e despesa operacional de Cr\$ 7.158.460,14 (sete milhões, cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos e sessenta cruzeiros e quatorze centavos), o Sercop encerrou o exercício com o lucro contábil de Cr\$ 483.890,66. Nossa posição financeira, entretanto não acompanhou o resultado contábil, pois nossa posição de Contas a receber apresentou o resultado de Cr\$ 2.172.396,14, (dois milhões, cento e setenta e dois mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros e quatorze centavos) ou seja, 4,5 vezes o lucro contábil, deixando-nos com uma posição de caixa bastante delicada. Sendo nosso principal devedor o Governo, não pudemos mesmo operar com descontos bancários, enfrentando a carência de capital de giro apenas com nossos créditos de funcionamento.

O expressivo crescimento da receita, sem que se tenha tido oportunidade de acrescentar novos serviços devido à utilização já total da capacidade de nossos equipamentos, demonstra o esforço que foi desenvolvido no sentido de se imprimir maior velocidade no faturamento, atualizar valores contratuais e orientar a produção no sentido da obtenção de maior rentabilidade. Nesta tarefa cabe exaltar a atuação dos departamentos Administrativos e Industrial, cujos titulares, nominal e respectivamente D. Lisette Lucas Siqueira e Dr. José Sertorio Coelho Franco empenharam-se a fundo na consecução dos resultados e a eles deve ser conferido o êxito obtido.

Ponto por ponto, passamos a analisar os diversos aspectos da gestão econômica e financeira:

a) Receita Industrial:

A receita industrial alcançou a casa dos Cr\$ 7.642.350,80, o que representa um crescimento de 71% sobre o exercício anterior.

Esta receita pode ser assim discriminada:

— Processamento de Dados	Cr\$ 6.860.814,34
— Projetos e Sistemas	Cr\$ 319.392,31
— Microfilmagem	Cr\$ 93.938,43
— Polaroid	Cr\$ 67.800,18
Outras Receitas Industriais	Cr\$ 300.405,01
TOTAL	Cr\$ 7.642.350,80

b) Enquanto a receita industrial cresceu 71%, o crescimento da despesa operacional manteve-se em Cr\$ 60%, representados pela cifra de Cr\$ 7.158.460,14.

Pelas rubricas contábeis, a despesa desdobra-se em:

— Despesa com Pessoal	Cr\$ 2.994.929,00
— Despesa com Material	Cr\$ 722.296,00
— Despesas com serviços de terceiros	Cr\$ 1.526.864,00
— Despesa com Encargos diversos	Cr\$ 132.142,00
— Transferências Correntes	Cr\$ 1.162.527,00
— Depreciações	Cr\$ 619.702,00
TOTAL	Cr\$ 7.158.460,00

Por Centros de Controle, tivemos o seguinte quadro:

— Administração	30%
— Processamento de Dados	66%
— Microfilmagem	6%

c) Resultado Final:

O resultado final da receita industrial, demonstra um crescimento razoável sobre o exercício anterior. O quadro abaixo mostra a composição do resultado obtido.

— Receita Industrial	Cr\$ 7.642.350,80
— Receita Patrimonial	Cr\$ 41.800,00
— Despesa Corrente	Cr\$ 6.538.758,06
— Provisão para Devedores	
— Duvidosos	Cr\$ 65.171,88
— Depreciação	Cr\$ 619.702,08
— Resultado Final	Cr\$ 460.518,78

(1) Não abatido o IR (30%)

d) Recebimento

Reflexo direto da escassez de dinheiro é o comportamento de nosso recebimento, que em 1975 apresentou o seguinte comportamento em relação a 1974.

Ano	até 30 dias	de 60 dias
1974	80,5%	11,4%
1975	64,8%	15,4%

mais de 60 dias

8,1%

19,8%

O percentual médio de recebimento sobre o faturamento foi de 75%.

e) Pagamentos:

Sem poder contar com operações de descontos bancários, nossos pagamentos ficaram limitados aos recebimentos. Procuramos, entretanto, manter da melhor forma possível nossos créditos na praça, destinando em média 99,31% do recebimento aos pagamentos.

f) Duplicatas a pagar e a receber:

Encerramos 1975 com um total de Cr\$ 2.172.396,14 em duplicatas a receber ou seja, 28% do faturamento. Os pagamentos pendentes chegaram a Cr\$ 1.461.367,48, ou seja, apenas 19% do faturamento e 67% das contas a receber.

3 — Conclusão:

Pontado de significativos eventos que sem dúvida farão do Sercop uma empresa realmente á altura do desenvolvimento e da modernização ora em curso no Espírito Santo, encerramos o exercício com um significativo saldo positivo. As deficiências de equipamentos e instalações que nos impediram de implantar novos serviços, foram todavia capazes de suportar o cres-

cimento vegetativo e mais algumas alterações e inclusões de tarefas. Face a impossibilidade de acrescentar novas receitas procuramos otimizar os recursos disponíveis, logrando um significativo aumento da receita. Apesar das crises, recessões e escassez de moeda, conseguimos manter uma boa posição financeira, sem desgaste sensível de nossos créditos.

4a. PARTE: AUTARQUIAS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA "JERÔNIMO MONTEIRO"

RELATÓRIO

O Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, no âmbito permitido por sua estrutura com suporte nas Leis 615/51, 2.562/71, Decreto nº 525-N/74, vem cumprindo a sua finalidade qual seja a da política de seguridade social dos servidores públicos do Espírito Santo, proporcionando aos seus dependentes pecúlios e pensões e aos segurados assistência financeira para custeio de funeral, núpcias, saúde, aquisição, e instrução, reforma e remissão hipotecária da casa própria, além de outras vantagens e modalidades de assistência, inclusive social.

CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão de competência normativa e supervisão funcionou até Fevereiro do corrente exercício com a competência residual prevista no artigo 207 da Constituição Estadual de 1967, a Junta de Conselheiros. Pelo Decreto 24-P de 13 de Janeiro de 1975 (D.O. de 15.01.75) foram nomeados os novos Conselheiros, já agora, com a denominação de Conselho Deliberativo prevista na Lei 2.562/71.

Foram realizadas, no exercício, 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 13 (treze) extraordinárias e foram votadas e aprovadas 11 (onze) Resoluções, sendo a primeira delas o Regimento Interno do Conselho.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

Divisão responsável pela administração de PESSOAL, MATERIAL ALMOXARIFADO, COMUNICAÇÕES e SERVIÇOS GERAIS. Com um quadro de servidores insuficiente ao bom desempenho de suas tarefas, foi através do Decreto-696-N de 12 de setembro de 1975 homologada a reestruturação do quadro de servidores que, presume-se será suficiente para atender às necessidades atuais e as de um futuro próximo desta autarquia.

NOVA SEDE

Dispondo de instalação precárias às suas reais atividades foi adquirido um prédio na Avenida Vitória para o qual será transferida a sede principal da autarquia, estando as obras de adaptação já contratadas com o DEO e serão concluídas dentro do cronograma estabelecido com previsão para 120 dias.

CONCURSOS DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO E ACESSO DE PESSOAL

Já realizados entendimentos com a Secretaria de Administração para a realização imediata dos concursos de seleção para admissão e acesso no quadro de pessoal.

DIVISÃO DE APLICAÇÃO DE CAPITAL

Divisão estruturada pela Contadoria, Tesouraria, Controle e Arrecadação de Empréstimos Mobiliários, Controle e Arrecadação de Empréstimos Imobiliários e Controle de Patrimônio, pela D.A.C. foram atendidos, no exercício de 1975, 9.239 (nove mil duzentos e trinta e

noventa(segurados que buscaram no contrato de mutuo solução para amenização de seus problemas financeiros. Assim é que pela modalidade de saúde foram atendidos mutuários no valor de Cr\$ 9.894.990,00 (nove milhões oitocentos noventa e quatro mil novecentos e noventa cruzeiros). Pelo emergência foram contratados Cr\$ 2.065.600,00 (dois mil e sessenta e cinco mil e seiscentos cruzeiros), pelo nupcial Cr\$ 221.780,00 (duzentos e vinte e hum mil setecentos e oitenta cruzeiros), pelo funeral Cr\$ 26.700,00 (vinte e seis mil setecentos cruzeiros), e pelo simples foram mutuados Cr\$ 284.600,00 (duzentos oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros), perfazendo um total de Cr\$ 12.493.670,00 (doze milhões quatrocentos noventa e tres mil seiscentos e setenta cruzeiros).

CARTEIRA IMOBILIÁRIA

Durante o exercício de 1975 esta Carteira não mobilizou os seus serviços, inobstante haver um projeto elaborado para o financiamento e construção de 84 apartamentos em Maruípe. O recesso se deveu as profundas alterações conjunturais geradas pelo surto inflacionário que atingiu o setor da construção civil. Foram mantidos em funcionamento os serviços de arrecadação de empréstimos imobiliários decorrentes dos contratos de financiamento dos núcleos habitacionais de Maruípe, "Ary Vianna" em Vila Velha e "Antonio Honório" em Goiabeiras.

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

A Divisão de Estudos e Projetos superintende e coordena Projeto Orçamentário, o Plano de Custeio, o Plano de Aplicação de Reservas e a elaboração de Planos Habitacionais, revendo, periodicamente, as tabelas atuariais para o cálculo de benefício, taxas de serviços de assistência, através dos diversos órgãos que constituem a sua estrutura.

RESERVAS TÉCNICAS

As reservas matemáticas para o plano previdencial estão em torno de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) estando em estudos as reservas de contingência, ou seja, o deficit técnico a ser apurado com os resultados do balanço geral. As despesas de administração vêm sendo mantidas com a parcimônia de sempre, respeitados os limites legais.

APOIO ADMINISTRATIVO

É relevante o apoio recebido pela Secretaria de Administração bem como da Fazenda através do D.A.F. à execução da política previdenciária, no atual Governo. Os recolhimentos dos descontos consignados em folha do funcionalismo em favor deste Instituto, resultante das contribuições obrigatórias e das amortizações dos contratos de empréstimos vêm sendo rigorosamente feitos ao Banco do Estado. Tal fato permitiu que os objetivos principais da autarquia fossem atingidos.

DIVISÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Estruturada com base em Serviço Médico Odontológico e de Previdência, carecendo ainda da implantação dos primeiros. O serviço de Previdência manteve, através de seus diversos órgãos uma atividade constante, cumprindo excelente desempenho na área previdenciária.

No exercício de 1975 houve atendimento a 2218 (dois mil duzentos e dezoito) dependentes sendo que 1107 (hum mil cento e sete) cotas pertenceram a viúvas e ou companheiras e 1.111 (hum mil cento e onze) a outras tipos de dependentes temporários ou eventuais.

Comparando-se com os atendimentos do ano anterior em igual período, houve um aumento superior a 40% (quarenta por cento). Através do Decreto n 716-N/75 que homologou a Resolução nº 10 do CD ficou estabelecido que nenhum valor de pensão paga pelo Instituto seria menor que meio salário mínimo da Capital do Estado. Tal medida veio beneficiar 362 pensionistas que percebiam, por força da legislação anterior, valores inferiores aquele piso.

O quadro de segurados ativos e inativos, existente ao final do exercício é o seguinte:

LOCAL	ATIVOS	INATIVOS	TOTAIS
Capital	5.595	2.123	7.718
Interior	9.823	1.364	11.187
SOMAS	15.418	3.587	18.905
Polícia Militar .	2.963	—	2.963
TOTAIS	18.381	3.587	21.868

SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPO

Continua o I.P.A.J.M. mantendo, facultativamente, estipulação de seguros de vida em grupo e acidentes pessoais, com quatro seguradoras: Piratininga, Adriática, Bandeirantes-Novos Mundo e SEGES-FEDERAL, com aproximadamente, onze mil adesões cujos capitais segurados variam com os níveis de vencimentos dos segurados nos termos da legislação federal pertinente. Isto representa, opcionalmente, um pecúlio a mais na área previdenciária.

AUXILIO RECLUSÃO

Todas as famílias de servidores segurados que têm tido a infelicidade de praticar um ato antisocial e esteja regularmente processado e preso, o IPAJM está concedendo o auxílio reclusão, inobstante, ainda não esteja sendo arrecadado o percentual necessário ao fundo de custeio à prestação desse benefício.

SERVIÇO SOCIAL

Complementando a estrutura da Divisão de Seguridade Social foi implantada a Seção de Serviço Social. Considerando que tal implantação ocorreu no último mes do exercício, mesmo assim o trabalho da titular foi no sentido de coletar dados sobre todos as atividades e órgãos da autarquia a fim de, após cuidadoso diagnóstico, elaborar o seu plano de ação. Desnecessário seria enfatizar a importância e os efeitos salutares da ação do serviço social junto à comunidade segurada. Contará o Instituto daqui por diante com mais este suporte indispensável a realização dos seus objetivos e de suas atividades — o SERVIÇO SOCIAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registrando mais uma etapa vencida na área específica de Previdência e Assistência esta autarquia oscilou, em seguimento à política de valorização do ser humano preconizada pelos Governos Ernesto Geisel e Elcio Álvares, com os recursos disponíveis realizar, no quadro Estadual o trabalho que lhe coube.

Com uma receita estimada em Cr\$ 19.780.600,00 (dezenove milhões setecentos e oitenta mil e seiscentos cruzeiros), conseguiu arrecadar cerca de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte cinco milhões de cruzeiros). Igual importância foi realizada como despesa, inobstante, as despesas correntes tenham sido de cerca de Cr\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil cruzeiros). O complemento foi de despesas chamadas de CA-

PITAL com investimento e inversões financeiras de igual valor.

Com a ampliação do conceito de dependência estabelecido pela nova legislação e a retroação dos seus efeitos a fevereiro de 1971, uma grande faixa de dependentes cujos segurados faleceram no período de retroação, foram amparados o que se constituiu em excepcional medida de alcance social.

METAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 1976

I — IMPLANTAÇÃO, POR FORÇA DA LEI ORGÂNICA DO PODER EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS:

I — ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO

Criada para cuidar do aperfeiçoamento intelectual e técnico do pessoal do Estado, sua implantação é meta prioritária.

Deverá funcionar através de cursos de curta, média e longa duração, que serão executados através de convênios, com instituições estaduais e nacionais, tais como:

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (Rio e São Paulo)
DASP
INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA DA PUC-RIO
ESCOLAS DE SERVIÇO PÚBLICO DOS OUTROS ESTADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
SENAC (Vitória) etc.

2 — INSTALAÇÃO DA SUB-SECRETARIA

Visando a agilização do funcionamento da Secretaria, é nossa meta para 1976, de acordo com a implantação da Lei Orgânica do Poder Executivo, instalar a Sub-Secretaria, de modo que o Sub-Secretário, atuando em moldes gerenciais, cuide da programação, organização, direção, orientação, controle e coordenação das atividades da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos.

3 — ASSESSORIA TÉCNICA DE PESSOAL

Aproveitando a estrutura a ser implantada na Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos, pretendemos criar uma Assessoria Técnica, especializada em Assuntos de PESSOAL, que funcionará em forma de colegiado, cujos pareceres uniformizarão a jurisprudência administrativa do Estado, atualmente confusa e sujeita as mais variadas interpretações.

4 — CADASTRO DE PESSOAL

Pretendemos, com a solução do problema do espaço físico, retomar o Cadastro de Pessoal, hoje em poder da Secretaria da Fazenda.

É um serviço fundamental para a nossa Secretaria e, de posse do mesmo, iremos racionalizá-lo de modo que os assentamentos cadastrais serão feitos através de computador, permitindo o fornecimento contínuo e rápido das alterações ocorridas com os funcionários, necessários à confecção da folha de pagamento pelo D.A.F. da Secretaria da Fazenda.

5 — ESPAÇO FÍSICO

A compatibilidade da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos com a reforma prevista pela Lei Orgânica do Poder Executivo, só terá viabilidade se a Secretaria conseguir resolver o problema crucial do seu espaço físico.

As atuais instalações já não suportam os serviços que são executados dentro da estrutura atual e não suportarão a demanda que nos será imposta pela reforma administrativa.

Para solução do problema, a longo prazo, pretendemos conseguir a construção de um prédio para a Secretaria e, a curto prazo, encontrar um imóvel para a instalação provisória da Secretaria, tendo para tanto iniciado gestões junto à UFES para obtenção da antiga Faculdade de Filosofia.

II — ELABORAÇÃO DE ESTATUTOS, REGULAMENTOS, ALTERAÇÕES DA LEI DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, PUBLICAÇÃO DO EMENTÁRIO DAS LEIS E DECRETOS QUE ESTÃO EM VIGOR:

1 — ESTATUTO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO que vigorava atualmente, é de 1965 (Lei n. 2.141).

De 1965 para cá houve muitas alterações, algumas impostas por dispositivos constitucionais e outras pela legislação comum.

Pretendemos elaborar um novo estatuto, mais dinâmico e racional, dentro das modernas normas administrativas e enquadrado nos princípios filosóficos que nortearam a Lei Orgânica do Poder Executivo.

2 — ESTATUTO DO PESSOAL TRABALHISTA

O pessoal sujeito ao regime da C.L.T. não tem um estatuto que defina a sua situação perante a administração estadual e entendemos que tal providência é útil e necessária.

Pretendemos elaborar um estatuto para os servidores dessa área o qual, respeitando as disposições da C.L.T., definirá claramente os direitos e deveres dos empregados dos órgãos da administração direta e indireta.

3 — RECLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Os cargos do serviço civil do Poder Executivo obedecem à classificação estabelecida pela Lei n. 2.692, de 28 de dezembro de 1971.

A classificação dos cargos de Nível Superior a esta altura já se mostra inadequada e é sensível o desnível a que algumas categorias profissionais estão sujeitas, como é o caso dos dentistas, dos estatísticos e dos assistentes sociais.

Pretendemos rever a citada classificação e compatibilizar o posicionamento dos profissionais de nível superior de acordo com a realidade estadual.

4 — RECLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

Algumas injustiças são facilmente detectadas nos níveis de referência dos Cargos em Comissão.

Atividades importantes e fundamentais estão com classificação baixíssima e, em alguns casos a própria hierarquia funcional não está sendo respeitada.

Pretendemos solucionar o problema revendo o posicionamento dos cargos em comissão de modo que um rígido critério de justiça administrativa e salarial seja implantado.

5 — GRUPO OCUPACIONAL DE TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

Pretendemos estabelecer para os técnicos de Nível Médio, critério idêntico ao que foi estabelecido na Lei 2692/71, para os Técnicos de Nível Superior.

A administração estadual precisa distinguir na sua sistemática de classificação de cargos o técnico de nível médio, de modo que possa contar em seus quadros com o concurso de bons auxiliares de Enfermagem de Técnicos de Contabilidade, etc. os quais, dentro da sistemática atual não vêm atrativos em pertencer aos quadros do Estado.

6 — CARGO DE DATILÓGRAFO

No Quadro de Pessoal Civil do Estado não existe o cargo de DATILÓGRAFO, cabendo a execução das tarefas de mecanografia aos funcionários que não são habilitados e nem concursados especificamente para o desempenho das citadas funções.

Preterdemos reintroduzir no Quadro do Estado o cargo de DATILÓGRAFO, como Técnico de Nível Médio com remuneração compatível a um profissional especializado.

Todas as repartições do Estado estão se ressentindo da necessidade de datilógrafos e por isso consideramos como necessário o restabelecimento do aludido cargo.

7 — REGULAMENTO DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

8 — REGULAMENTAÇÃO PARA A FREQUÊNCIA A CURSOS

9 — REGULAMENTAÇÃO DO COMPARECIMENTO A CONGRESSOS

10 — REGULAMENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EM ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA

A Concessão de Férias, sua acumulação, e a frequência de funcionários a CURSOS fora da sede, bem como o comparecimento a Congresso, Seminários, etc., estão a merecer uma revisão, em face da variedade de interpretação e aplicação de que estão sendo alvo, o que também está ocorrendo com a participação de funcionários em órgãos de deliberação coletiva.

Pretendemos elaborar decretos regulando devidamente os citados assuntos, de modo que a aplicação deles seja uniforme na administração estadual.

11 — EMENTARIOS DE LEIS E DECRETOS

Sabemos que é grande o número de Leis e Decretos em vigor, os quais tratam dos mais variados assuntos.

Estamos elaborando um ementário, de forma técnica e objetiva, que indicará, de acordo com o assunto pesquisado, qual a Lei e o Decreto que dele trata.

O trabalho está em fase de conclusão e iremos publicá-lo, certos de que estaremos dando uma grande contribuição à administração estadual.

III — REESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

1 — REESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Para executar a política do atual governo em relação ao uso dos veículos oficiais, uma responsabilidade muito grande e uma gama enorme de tarefas foi atribuída ao Departamento de Transportes o qual, dentro de sua atual estrutura, não tem condições de desempenhar a contento suas relevantes finalidades.

O sucesso da política do uso da frota oficial, representado pela notável redução no gasto de combustível e lubrificantes, recomenda que dotemos o Departamento de pessoal técnico e burocrático necessário.

2 — VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Já tivemos oportunidade de expor a Sua Excelência o Senhor Governador o nosso ponto de vista sobre a necessidade de controlar o gasto e disciplinar o uso das viaturas pertencentes aos órgãos da Administração Indireta.

Sobre o assunto submetemos à Sua Excelência um projeto de Decreto que esperamos ver vigorar em 1976.

3 — OFICINA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA

Pretendemos instalar nas atuais dependências de São Torquato, uma oficina para manutenção e assistência aos veículos que formam o Núcleo de Transportes, evitando assim demora da reposição dos mesmos no serviço e economizando recursos do Tesouro.

4 — PADRONIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

É nosso propósito reduzir ao mínimo a variedade das marcas dos carros a serviço do Estado, de modo a facilitar a especialização do pessoal da oficina mecânica e reduzir a estocagem de peças de reposição e reparos.

IV — REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE PERÍCIAS MÉDICAS

I — TRANSFORMAÇÃO DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA DA PERÍCIAS MÉDICAS EM DIRETORIA

O Serviço de Perícias Médicas, pertencente à Divisão de Administração de Pessoal de nossa Secretaria controla a concessão de abono e de licença a todo o funcionalismo estadual.

Tal atividade acarreta uma carga de serviço muito grande aos médicos peritos e muito maior ainda ao setor burocrático, representado pela atual Seção Administrativa.

Para chefear a referida seção, o funcionário dela encarregado é retribuído com uma Função Gratificada irrisória (FG-3) e entendemos que a referida Seção, por sua importância e volume de serviços, deva ser transformada em Diretoria.

2 — INSTALAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA

As atuais dependências da Perícia Médica não tem espaço suficiente sequer para manter efetiva e devidamente separados os setores médicos e administrativos.

Pretendemos no corrente ano instalar condigna e confortavelmente a Perícia, oferecendo aos funcionários e aos médicos, bem como aos milhares de funcionários que a ela acorrem anualmente condições de asseio, segurança e conforto.

V — LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO

1 — CADASTRAMENTO DOS IMÓVEIS DO ESTADO

No corrente ano atualizaremos o cadastro dos imóveis pertencentes ao Estado e, de posse dos dados exatos, estudaremos o uso e a ociosidade a que estão submetidos, sugerindo ao governo o emprego dos imóveis ociosos em benefício das atividades das Secretarias e

órgãos deles carentes e em benefício das próprias comunidades onde eles estão construídos.

2 — LEVANTAMENTO DOS BENS MÓVEIS

Através dos setores competentes das diversas Secretarias e dos órgãos subordinados à governadoria, promoveremos no ano de 1976 um criterioso e detalhado levantamento dos bens móveis pertencentes ao Estado, de modo a permitir ao governo o melhor aproveitamento das máquinas e móveis existentes.

VI — REGULAMENTAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS — COPIA

1 — MANUAL DE ROTEIROS E NORMAS DOS INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS

A COPIA funciona em duas Câmaras e cada inquérito recebe a influência e a forma que lhes dão os encargos de elaborá-los.

É necessária uma padronização, que garanta aos inquéritos, cada vez mais, rapidez e segurança, e é por isso que elaboraremos em 1976 um Manual contendo roteiros e normas que orientarão os inquéritos realizados pela COPIA.

2 — REGIMENTO INTERNO

Por ser um órgão de atuação delicada e especializada, a COPIA deve estar em condições de funcionar de maneira contínua e firme, qualquer que seja seu Coordenador e os membros das Câmaras Processantes.

Para obter essa garantia elaboraremos um Regulamento Interno para o órgão, de modo a consolidar devidamente o modo de atuação e funcionamento.

VII — ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO

1 — NOVA SEDE DO IPAJM

No primeiro semestre do corrente ano será inaugurada a nova sede do IPAJM, no amplo e imponente edifício situado na Avenida Vitória.

É uma conquista do atual governo e dará ao Instituto uma instalação digna e a altura de suas elevadas finalidades.

2 — ASSISTÊNCIA MÉDICO — HOSPITALAR

Em 1976 o IPAJM iniciará a prestação da Assistência Médico-Hospitalar aos seus associados e dependentes mediante a elevação da contribuição de 5 para 8% e a contribuição do Estado, na base de 3% sobre a folha de pagamento do pessoal estatutário.

3 — FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA SUPLETIVA

Pretendemos em 1976 criar uma Fundação que funcionando sem finalidades lucrativas, terá por objetivo

a complementação da aposentadoria, de modo a possibilitar que o funcionário ao passar para a inatividade, leve o mesmo rendimento que tem na atividade, evitando-se os problemas sociais decorrentes da costumeira queda de renda.

4 — FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIOS

Através do IPAJM e em convênio com a Central de Medicamentos — CEME —, representada no Estado pela Secretaria de Saúde, iremos promover em 1976 o início da distribuição gratuita de remédios aos funcionários do Estado e seus dependentes.

5 — TRATAMENTO AMBULATORIAL — MÉDICO — CIRÚRGICO — ODONTOLÓGICO

De acordo com a orientação governamental IPAJM irá iniciar o atendimento médico-odontológico, há muito reclamado por seus associados.

Com a mudança para a nova sede, o prédio atual será usado como ambulatório e nele os associados contrairão o serviço de triagem, clínicas médicas e odontológicas.

6 — EMPRÉSTIMOS AOS SEGURADOS

A carteira de empréstimos receberá no exercício um impulso satisfatório e o IPAJM destinará Cr\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzeiros) para empréstimos aos segurados.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

1 — AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO DIO

O atual prédio do DIO, situado em Bento Ferreira, tem ao seu lado um terreno já estacado e o qual pretende seu Diretor construir uma área destinada aos setores burocráticos e almoxarifado.

Os projetos já foram elaborados e já receberam aprovação da Prefeitura Municipal.

2 — AMPLIAÇÃO DO MAQUINÁRIO

Durante o exercício de 1976 pretende o DIO aparelhar-se ainda melhor para bem desempenhar sua missão e está programada a compra das seguintes máquinas:

- 1 empilhadeira automática;
- 1 alceadeira para encardenação e
- 3 máquinas impressora automáticas.

3 — AMPLIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PRESTADOS ATRAVÉS DE MEDICINA E TRABALHO

No corrente ano o D.I.O. pretende adquirir uma ambulância, para complementar Serviço de Medicina do Trabalho, já implantado no Departamento, obediência à Portaria 3 237 do Ministério da Previdência Social.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

El presente documento tiene como finalidad proporcionar información sobre los resultados de la investigación realizada en el campo de la agricultura, específicamente en el área de la producción de alimentos básicos.

Los datos obtenidos durante el estudio demuestran que existen oportunidades significativas para mejorar la eficiencia de la producción agrícola, lo que contribuirá a la seguridad alimentaria y al desarrollo económico de la región.

Se recomienda la implementación de prácticas agrícolas sostenibles que permitan maximizar el uso de los recursos naturales, así como la adopción de tecnologías modernas que optimicen los procesos de cultivo.

Adicionalmente, se sugiere fortalecer la capacitación de los agricultores en técnicas avanzadas de manejo de suelos y control de plagas, lo que permitirá reducir los costos de producción y aumentar la rentabilidad de las explotaciones agrícolas.

En conclusión, los hallazgos de esta investigación respaldan la necesidad de adoptar un enfoque integral que combine el conocimiento tradicional con la innovación tecnológica, para lograr una agricultura más productiva y sostenible.

Este informe fue elaborado por el equipo de investigación liderado por el Dr. [Nombre], en el marco del proyecto de investigación sobre [Temática].

Se agradece la colaboración de todos los participantes en el estudio, así como el apoyo institucional de la Secretaría de Agricultura.

Los datos estadísticos presentados en este documento están sujetos a verificación y validación, por lo que se recomienda consultar los registros oficiales para obtener información más detallada.

Este documento es propiedad intelectual de la Secretaría de Agricultura y no debe ser distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se reservan todos los derechos de reproducción y distribución de este documento.

El presente informe fue elaborado en cumplimiento de lo establecido en el artículo 15 de la Ley Orgánica de la Secretaría de Agricultura, y se publica en virtud de lo dispuesto en el artículo 16 de la misma ley.

El presente documento tiene como finalidad proporcionar información sobre los resultados de la investigación realizada en el campo de la agricultura, específicamente en el área de la producción de alimentos básicos.

Los datos obtenidos durante el estudio demuestran que existen oportunidades significativas para mejorar la eficiencia de la producción agrícola, lo que contribuirá a la seguridad alimentaria y al desarrollo económico de la región.

Se recomienda la implementación de prácticas agrícolas sostenibles que permitan maximizar el uso de los recursos naturales, así como la adopción de tecnologías modernas que optimicen los procesos de cultivo.

Adicionalmente, se sugiere fortalecer la capacitación de los agricultores en técnicas avanzadas de manejo de suelos y control de plagas, lo que permitirá reducir los costos de producción y aumentar la rentabilidad de las explotaciones agrícolas.

En conclusión, los hallazgos de esta investigación respaldan la necesidad de adoptar un enfoque integral que combine el conocimiento tradicional con la innovación tecnológica, para lograr una agricultura más productiva y sostenible.

Este informe fue elaborado por el equipo de investigación liderado por el Dr. [Nombre], en el marco del proyecto de investigación sobre [Temática].

Se agradece la colaboración de todos los participantes en el estudio, así como el apoyo institucional de la Secretaría de Agricultura.

Los datos estadísticos presentados en este documento están sujetos a verificación y validación, por lo que se recomienda consultar los registros oficiales para obtener información más detallada.

Este documento es propiedad intelectual de la Secretaría de Agricultura y no debe ser distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se reservan todos los derechos de reproducción y distribución de este documento.

El presente informe fue elaborado en cumplimiento de lo establecido en el artículo 15 de la Ley Orgánica de la Secretaría de Agricultura, y se publica en virtud de lo dispuesto en el artículo 16 de la misma ley.

El presente informe fue elaborado en cumplimiento de lo establecido en el artículo 15 de la Ley Orgánica de la Secretaría de Agricultura, y se publica en virtud de lo dispuesto en el artículo 16 de la misma ley.

El presente informe fue elaborado en cumplimiento de lo establecido en el artículo 15 de la Ley Orgánica de la Secretaría de Agricultura, y se publica en virtud de lo dispuesto en el artículo 16 de la misma ley.

El presente informe fue elaborado en cumplimiento de lo establecido en el artículo 15 de la Ley Orgánica de la Secretaría de Agricultura, y se publica en virtud de lo dispuesto en el artículo 16 de la misma ley.

El presente informe fue elaborado en cumplimiento de lo establecido en el artículo 15 de la Ley Orgánica de la Secretaría de Agricultura, y se publica en virtud de lo dispuesto en el artículo 16 de la misma ley.

El presente informe fue elaborado en cumplimiento de lo establecido en el artículo 15 de la Ley Orgánica de la Secretaría de Agricultura, y se publica en virtud de lo dispuesto en el artículo 16 de la misma ley.

AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO

NO AGRÍCOLA 1975/76

1. ANTECEDENTES

Uma análise retrospectiva da economia agropecuária do Estado do Espírito Santo, mostra que esta, na década 1960/1970, apresentava baixos índices de crescimento do Produto Real Bruto e que o setor estava em vias de estagnação.

O índice de crescimento do produto real bruto nesta década foi 1,78% enquanto que na anterior tinha sido de 7,73%.

Esta queda acentuada do produto real bruto da agricultura foi em decorrência, entre outros fatos da drástica erradicação dos cafezais do Estado, que chegou a atingir 300 milhões de cafeeiros até o ano 1969.

Entretanto, a agricultura reagiu aos impactos da erradicação. Já a partir de 1970, as estruturas operacionais foram revigoradas para atender aos novos planos de desenvolvimento do setor. Procurou-se ordenar, racionalizar o uso dos recursos disponíveis nos processos produtivos considerados prioritários para assegurar desempenhos significativos na atividade agropecuária.

Como resultado destas primeiras medidas que encontraram o apoio decisivo do Governo, das entidades de classe e de seus técnicos e principalmente dos agricultores em 1972, enquanto o I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (I-PND) preconizava para a agricultura brasileira um índice de crescimento do Produto Real Bruto da ordem de 7% ao ano, o Espírito Santo respondia com índice acima de 23%, em 1973 * em torno de 25% e em 1974 com um índice de crescimento de 28,94% **

(*) 1972 e 1973 — Secretaria de Agricultura

(**) 1974 — IEA — São Paulo

2. AS DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS 1975/79

O elenco de realização programado para o setor agropecuário estadual a ser executado no período 1975/1979 responde às necessidade de aumento de produção e de produtividade das atividades do setor, e como consequência, atende às expectativas crescentes de níveis mais humano de trabalho e de vida para o agricultor e sua família.

Com o setor agrícola já recomposto a meta para o período é de que a economia do setor agropecuário cresça a taxa mínima de 7% a.a., mediante a expansão de sua fronteira agrícola e com maior destaque, através de modernização dos atuais métodos de produção, distribuição e consumo na agricultura.

3. DESEMPENHO DA AGRICULTURA EM 1975

Pode-se considerar como satisfatório o desempenho da atividade agropecuária em 1975. Os programas executados no período integraram as Diretrizes Programáticas do Governo Estadual, para 1975/79, e todos eles estiveram vinculados às prioridades básicas determinadas para o setor rural.

A agropecuária foi assistida pelo complexo de Empresas, Autarquias, Sociedades de Economia Mistas etc. vinculadas à Secretaria de Agricultura e os resultados desta assistência serão descritos, com maiores detalhes, a seguir.

Empresa Espiritosantense de Pecuária — EMESPE

Empresa recentemente criada, vinculada à Secretaria de Agricultura, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e gestão autônoma, e regida pela Lei Nº 2.861 de 07.01.1974, pelos atos de sua constituição e normas de direito aplicáveis.

A Empresa tem como objetivos a análise, a avaliação, o planejamento, a coordenação, a execução, a operação e o controle das atividades de defesa sanitária animal, em especial.

No que se refere às atividades de campo, a atuação da EMESPE pode ser considerada como satisfatória, sendo dada prioridade aos setores de Educação Sanitária, Fiscalização de Vacinas, Fiscalização de Trânsito, Treinamento de Pessoal e Assistência às Propriedades.

Destaque especial foi dado ao Projeto AFTOSA, quando foram envidados todos os esforços para consecução das metas preconizadas. Durante o ano de 1975 ocorreram 61 focos. Se se considerar o número de propriedades atendidas na etapa de vacinação de março, (33.087) e as 61 propriedades afetadas, verificar-se-á que houve incidência da virose em 0,18% das propriedades, o que mostra que o rebanho bovino estadual gozou, durante o ano, de uma excelente condição sanitária. Em 1975, 100% do rebanho recebeu a imunização contra esta virose, através da vacinação de 2.009.263 animais.

Outras campanhas, em fase de implantação (Brucelose e Raiva), também apresentaram resultados satisfatórios; foram vacinados 35.176 animais contra Brucelose e 10.000 contra a Raiva Bovina.

Em 1975 a EMESPE coordenou a realização de 15 exposições-feiras, que contaram com a participação de 450 expositores e foram expostos 10.110 animais, dos quais 915 foram premiados.

Cabe ainda destacar a atuação do Instituto Biológico que, sob a administração da EMESPE, atuou tanto no campo de análise de casos de AFTOSA, BRUCELOSE e RAIVA, como na produção de Antígenos e Vacinas. Foram efetuados 167 exames, produzidas 41.800 doses de vacinas contra Brucelose e 118.900 doses de antígeno de soro Aglutinação Rápida.

Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária — EMCAPA

A Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária — EMCAPA, criada em 14 de novembro de 1973, Lei nº 2821, incumbe a tarefa de gerar ou desenvolver, a nível estadual, novos conhecimentos e novas técnicas de produção agropecuária, com vista ao rompimento de um sistema tradicional de agricultura, prevalecente no Estado.

Em razão de ser uma Empresa recentemente criada, não houve possibilidade de processar uma análise comparativa da atuação da mesma. Portanto, limitou-

se a relacionar as atividades desenvolvidas no ano de 1975, comprando-se somente os resultados obtidos dos Laboratórios de Solos e Análises de Sementes.

Em 1975 a EMCAPA conduziu 38 subprojetos ligados às explorações tidas como prioritárias dentro do elenco de atividades do complexo agropecuário estadual.

Dentre as explorações selecionadas figuram:

- Abacaxi
- Arroz
- Banana
- Batata Inglesa
- Bovinos
- Café
- Feijão
- Mandioca

- Milho
- Soja
- Sorgo

Como atividades "Suporte", atenção especial foi delegada ao setor de climatologia, Laboratórios de Solos, de Sementes, de Fitopatologia e Entomologia.

No ano de 1975 foram efetuadas 6.641 análises de solos, o que corresponde a um aumento de 138% quando comparado com 1974; foram analisadas 1.829 amostras de sementes, o que significa um aumento com relação ao ano anterior de 52% (Quadro nº 01).

Com relação ao setor de Climatologia tem sido mantido constante contato com o 6º Distrito de Meteorologia, objetivando a implantação de Postos Agrometeorológicos, no Estado. Também, procurou-se adequar as instalações dos Laboratórios de Fitopatologia e Entomologia da Empresa.

QUADRO Nº 01

ATIVIDADES DOS LABORATÓRIOS DE SOLOS E SEMENTES						
ITENS	Unidade	Período		1975	Variação	
		1974	M		% Relação 1974	% Relação M
			1971/74			
Laboratório de Solos	Amostras Anal. (nº)	2.792	4.697	6.641	+ 138,0	+ 41,4
Laboratório de Sementes	Amostras Anal. (nº)	1.200	—	1.829	+ 52,0	—

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo — EMATER—ES

Via levar ao produtor rural os conhecimentos necessários à tecnificação de suas explorações, objetivando o aumento da produção e produtividade e, consequentemente, a transformação da propriedade rural em empresa representativa, dentro do processo econômico de produção e consumo na agricultura.

A assistência técnica era conduzida pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo — ACARES. Em função da Lei nº 3.006, de 11 de novembro de 1975, criou-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo — EMATER.

ES que posteriormente absorveu o acervo físico, técnico e administrativo da mencionada Associação.

A Empresa assistiu, em 1975, uma área cultivada de 75.079 hectares o que representa um crescimento de 12,8% em relação a 1974 e de 35,9%, quando comparada à média dos anos de 1971/74.

O montante de crédito rural orientado pela EMATER—ES foi de Cr\$ 148.827.596,00 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil e quinhentos e noventa e seis cruzeiros) no ano de 1975, evidenciando um aumento de 74% em relação ao anterior (Quadro 02).

QUADRO Nº 02

RESULTADOS DA ASSISENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL						
ITENS	UNID	PERÍODO			VARIAÇÃO % RELAÇÃO 1974	VARIAÇÃO % RELAÇÃO M
		1974	M	1975		
			1971/1974			
Área Assistida	ha	66.551	47.180	75.079	+ 12,8	+ 35,9
Crédito Rural	CR\$				+ 74,0	+ 178,0
Orientado		85.770.717	53.559.878	148.827.596		

Os Programas de Assistência Técnica foram concentrados nas explorações prioritárias para o Estado do Espírito Santo. Dentre as explorações trabalhadas destacam-se:

- Milho
- Arroz
- Feijão
- Soja
- Sorgo
- Pimenta-do-Reino
- Abacaxi
- Banana
- Batata
- Tomate
- Olericultura
- Pecuária de Corte
- Pecuária de Leite
- Avicultura
- Suinocultura

Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo — CASES

A partir de 19.07.1974, quando foi assinado Convênio entre a CASES e CIBRAZEM, a Companhia começou a operar de forma significativa em armazenagem.

A CASES se encontra perfeitamente entrosada às diretrizes traçadas, participando ativamente do sistema que objetiva dinamizar o setor agrícola.

Atentando para o fato de que a batalha da produção não deve ser perdida no momento de sua comercialização, torna-se necessário que o produtor esteja amparado pela Política de Preços Man'nos atuantes, e que encontre à sua disposição uma rede de armazéns e silos estrategicamente localizada, em relação à fonte produtora e aos mercados consumidores, de modo a evitar a queda de preços na época da colheita — oferta excessiva — e poder constituir estoques para serem comercializados em ocasiões de preços mais justos.

A fim de ampliar a oferta de armazenagem em caráter de urgência, foi instalado em Afonso Cláudio, um armazém inflável, com capacidade estática de 70.000 (setenta mil) sacas, que atendeu plenamente à demanda de armazenagem na colheita da safra 1974/75.

Para atender às futuras colheitas, já a partir do ano agrícola 1975/76, deverão ser construídas 2 (duas) unidades armazenadoras, nos municípios de Pancas e Afonso Cláudio, com capacidade estática de 40.000 sacas de 60 kg cada, perfazendo o total de 80.000 sacas de 60 kg. Tal medida ampliará a capacidade estática de armazenamento oficial no Estado de 330.000 sc/60 kg para 410.000 sacas.

As atividades armazenadoras da CASES podem ser melhor analisadas, quando se observa o acentuado desenvolvimento, ocorrido em seu estoque operacional, se comparados os anos 1971/74 e 1975, de acordo com o Quadro nº 03.

QUADRO Nº 03

ANÁLISE DE COMPORTAMENTO DO ESTOQUE OPERACIONAL

ATIVIDADE	UNID.	PERÍODO			VARIAÇÃO % RELAÇÃO 1974	VARIAÇÃO % RELAÇÃO M
			M			
Estoque Operacio- nal	sc 60 kg	1.300.208	817.047	1.405.303	8,08	72,00

Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola — CERMAG

Criada pela Lei nº 2.766 de 25 de maio de 1973 em substituição ao Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola, absorveu deste todo acervo material e humano. Tem como objetivos, projetar e executar obras de melhoria da infra-estrutura das propriedades rurais, notadamente as relativas à regularização dos deflúvios de cursos d'água, açudagem, barragem, drenagem, irrigação, destoca, aração, grada-

gem, sistematização de terreno e demais serviços que promovam o uso racional do solo e a defesa e preservação dos recursos naturais.

A CERMAG conta com uma frota de 90 (noventa) máquinas, atendendo aos 53 municípios do Estado. Em 1975, a carga horária da Companhia foi de 103.864 horas, correspondendo isto a um acréscimo de 9,0% em relação ao ano de 1974 (Quadro Nº 04).

A discriminação dos serviços prestados pela CERMAG — Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola é mostrada no quadro nº 05.

QUADRO Nº 04
ANÁLISE DE COMPORTAMENTO DA CERMAG

ATIVIDADES	UNID.	PERÍODO			VARIAÇÃO % RELAÇÃO	VARIAÇÃO % RELAÇÃO
		1974	— M 1971/1974	1975	1974	— M
Máquinas . .	Nº	93	70	90	— 3,2	+ 23,6
Atividades Executadas .	hora	95.304	72.289	103.864	+ 9,0	+ 43,7
Agricultores Atendidos . .	Nº	980	715	1.099	+ 12,0	+ 54,0
Municípios Atendidos . .	Nº	42	45	53	+ 26,2	+ 17,8
Faturamento Bruto	Cr\$	8.550.817	4.871.720	15.110.000	+ 76,7	+ 210,2

QUADRO Nº 05
DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA CERMAG

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PERÍODO			VARIAÇÃO % RELAÇÃO	VARIAÇÃO % RELAÇÃO
		1974	1971/1974	1975	1974	— M
Construção de Estradas . .	km	658	524	633	— 3,8	+ 20,7
Reabertura de Estradas . .	km	221	292	398	+ 80,1	+ 36,5
Construção de Barragem . . .	m3	45.990	39.581	37.913	— 17,6	— 4,2
Aração e Gradagem .	ha	8.573	3.499*	6.808	— 20,6	+ 94,6
Carreadores	m	156.340	85.733	57.150	— 63,5	— 33,3
Destoca	ha	3.084	2.335	3.322	+ 7,7	+ 42,3
Terraças	m	2.780	—	5.600	+ 101,4	—
Teraplenagem	m3	384.185	467.768	528.742	+ 37,6	+ 13,0
Escavação	m3	35.515	58.398	60.830	+ 71,3	+ 4,2
Sistematização Terreno	ha	52	—	567	+ 990,0	—

* Média 1972/1974

Companhia de Fomento Agro-Industrial — COFAI

Empresa de Economia Mista, criada pela Lei nº 05 de 16.10.1976, a COFAI tem por objetivo fundamental o desenvolvimento agro-pecuário do Estado. Cabe salientar que sua implantação foi um imperativo das no-

vas técnicas de desenvolvimento ajustados às peculiaridades regionais.

No desenvolvimento de suas atividades no exercício de 1975, a COFAI procurou se enquadrar nas diretrizes programáticas traçadas pela Secretaria de Agricultura, levando em consideração a política de desenvolvimento nacional.

Assim, sua linha de atuação esteve voltada, principalmente, para a Capacitação de Pessoal, Produção de Sementes, Apoio a Comercialização Agrícola, Indústria e Marketing.

Merece destaque na linha de produção de sementes, a produção de 70 ton. de sementes fiscalizadas de arroz, em razão da falta de interesse e condições da iniciativa privada. Esta produção se deu em campos de cooperação com agricultores e contando com assistência técnica e beneficiamento do Ministério da Agricultura.

Na área de comercialização, de modo supletivo, a COFAI atuou no comércio de soja e na sustentação de preço mínimo para o milho, sendo que sua participação na comercialização de soja se deu em virtude de não existir, ainda, no Estado estrutura particular para absorver esse produto, que faz parte do programa de implantação das culturas de sorgo e soja. Na sustentação do preço do milho, atuou nos locais mais remotos do Estado, onde o lavrador ainda não está suficientemente esclarecido das garantias de preços mínimos para produtos agropecuários, estabelecidos pelo Governo Federal. Acionando suas filiais na aquisição de milho diretamente do agricultor, a preços correspon-

dentes aos garantidos, fixados pela Comissão de Financiamento da Produção, evitou o aviltamento do preço deste cereal no Estado.

No setor industrial, a COFAI retornou a atividade da fábrica de rações de Tucum, adquirida com os bens da CENTRALCOPE e recuperada em tempo recorde. No ano de 1975, a COFAI já produzia 1.300 sc/25 kg/dia.

Finalmente, com o rápido aumento em suas vendas o setor de Marketing da COFAI se viu obrigado a uma reestrutura geral.

Aproveitando a localização estratégica do armazém, situado no cruzamento da estrada de Cariacica com a BR-101, foi ali instalado o Supermercado Agropecuário, com surpreendente aceitação. Em outros municípios do Estado observadas as peculiaridades locais, a Companhia está adaptando suas filiais para reportar o desenvolvimento e melhorar o atendimento ao homem do campo.

Para análise mais detalhada, o Quadro nº 06, a seguir, contempla o comportamento no fornecimento dos principais insumos, necessários ao desenvolvimento agropecuário do Estado.

QUADRO Nº 06
ALGUNS INSUMOS COMERCIALIZADOS PELA COFAI

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PERÍODOS			VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
		1974	—		%	%
			M	1975	RELAÇÃO	RELAÇÃO
			1971/1974		1974	M
Fertilizantes . . .	kg.	2.520.734	3.989.618	7.835.000	210,82	96,38
Calcário	kg.	2.516.000	2.475.750	3.419.000	35,89	38,09
Sal Comum	sc/30 kg	11.459	7.682	16.370	42,85	113,09
Sementes						
— Milho	kg	393.434	538.990	567.200	42,35	5,23
— Arroz	kg	40.510	142.915	60.574	49,52	— 57,61
— Feijão	kg	23.159	20.430	20.000	— 13,64	— 2,10

Centrais de Abastecimentos do Espírito Santo S.A. — CEASA/ES

Constituída em 06.06.73, acha-se em fase de implantação e visa a organização do sistema regional de abastecimento, mediante a construção de instalações modernas e adequadas à comercialização. Este sistema contará com normas operacionais que estarão fundamentados na experiência de outras áreas, destacando-se a orientação gradual dos comerciantes usuários, para adoção de métodos racionais de padronização, classificação, embalagem e movimentação dos produtos e reunião de comerciantes e produtores, com volume de negócio em escala econômica com vista à racionalização do processo de comercialização, para atender à demanda até então insatisfeita.

As principais atividades desenvolvidas pela CEASA/ES, se relacionam a infra estrutura básica — sistematização e terraplenagem do terreno, para a construção de sua base física, já concluída. O início das obras de engenharia está prevista para o próxi-

mo mês de março. Entretanto as constantes variações dos custos anteriormente orçados levaram o Governo do Estado e a Companhia Brasileira de Alimentação — COBAL, a reformarem o orçamento inicial.

Em função desta reformulação foi elaborado um novo projeto, já submetido à consideração da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na tentativa de viabilizar recursos financeiros para a implantação definitiva da CEASA/ES.

Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação — DAF

Dentre as finalidades para as quais foi criado, o DAF vem desenvolvendo a cobertura aerofotogramétrica de todo o território estadual; prestando assistência a outras entidades do Estado e promovendo a divulgação dos usos de fotogrametria e de fotointerpretação junto aos órgãos da administração pública e demais entidades ligadas ao diagnóstico, programação e execução do desenvolvimento sócio-econômico.

Durante o exercício de 1975, as atividades do DAF estiveram voltadas para serviços conforme a seguir:

- Restituição de 910 km², aproximadamente;
- Demarcação de 2.400 ha;
- Fornecimento de dados do fotocadastramento rural;
- Levantamentos por fotointerpretação de propriedades;
- Levantamentos por fotografia direta da área;
- Levantamentos plani-altimétricos;
- Levantamentos aerofotogramétricos;
- Ampliação e montagem de aerofotos;
- Serviços diversos de especialidades do DAF.

Merece destaque especial os trabalhos executados para o Programa de Desenvolvimento da Pecuária PRODEPE que constou da elaboração de plantas plani-altimétricas nas escalas de 1:5.000 e 1:10.000, conforme as exigências técnicas, em diversos municípios do Estado, atendendo 116 propriedades que perfazem o total de 75.098 ha.

Instituto Estadual de Florestas — IEF

Recentemente criado pelo Governo Estadual, através da Lei nº 2.992, de 23.07.1975 e regulamentada pelo Decreto nº 713—N, de 14.10.1975, o IEF tem como objetivo geral traçar diretrizes, a nível de Estado, que visem disciplinar o uso racional dos recursos naturais renováveis.

O órgão, em início de instalação, teve nomeado seu Presidente e as primeiras contratações de funcionários estão se processando.

Com relação aos trabalhos desenvolvidos, cita-se o "Programa de Distritos Florestais para o Espírito Santo" e diversas atividades voltadas para o amplo conhecimento e divulgação da Semana da Alvoré, dentre as quais destacam-se:

- 10.000 cartazes "Árvore é Vida, Plante e Conserve";
- 12.000 artigos sobre "A Árvore e a "Semana Florestal", distribuídos a todas as professoras primárias do Estado;
- Distribuição de 106 mudas de "Pau Brasil" e "Ipê" a todos os Prefeitos Municipais, sendo duas mudas para cada Município;
- Distribuição de 500 mudas de essências florestais aos Municípios de Guaçuí e Linhares.

Dentre as atividades, destaque especial foi dado ao lançamento da campanha de arborização de cidades em Linhares e em Guaçuí, onde celebrou-se Convênio com a Secretaria de Agricultura, para implantação do Horto Florestal Municipal.

Departamento de Terras e Colonização — DTC

Criado pela Lei nº 2.296, tem como finalidade principal "promover a execução da política agrária do Estado".

As atividades desenvolvidas pelo D.T.C. objetivam, principalmente, a dinamização do meio rural capixaba, acelerando os negócios, encorajando os investimentos e a modernização da agricultura, de modo a repercutir no bem estar geral e na elevação da produtividade agrícola.

Entre as medidas que devem provocar a dinamização do setor figuram a discriminação, demarcação, legitimação e alienação de terras, procurando desta forma caracterizar e individualizar as áreas devolutas ocupadas, a fim de legalizar através da expedição do competente título, aos possuidores de cultura efetiva e moradores habituais.

Os resultados alcançados podem ser qualificados como satisfatórios e para melhor visualização o quadro nº 07 contempla as principais atividades desenvolvidas pelo Departamento.

QUADRO Nº 07
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO — DTC

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PERÍODOS			VARIAÇÃO %	VARIAÇÃO %
		1974	1971/1974	1975	RELAÇÃO	RELAÇÃO
					1974	M
Editais	Nº	927	854	911	— 1,73	6,67
Pantas Conferidas e Registradas	Nº	886	875	968	9,26	10,63
Medição de Terras	m ²	685.971.768	484.623.891	740.720.169	7,98	52,84
Gulas Expedidas	Nº	2.343	2.254	2.525	7,77	12,02

Assessoria de Planejamento e Coordenação — APC

Esta Assessoria é também ligada à Subsecretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura — SUPLAN, em razão de Convênio celebrado em 16.09.1974. Objetivando dar continuidade ao referido Convênio, foram celebrados dois (2) "Termos Aditivos" em 1975, um em 26.02.1975 e outro em 15.07.1975.

As atividades da Assessoria visam primordialmente o planejamento, a programação, o controle, a avaliação e a orientação, a nível estadual e setorial, das atividades agropecuárias e a compatibilização dos programas modais com o planejamento setorial da Secretaria de Agricultura e deste com os planos estaduais de desenvolvimento e com o planejamento nacional da agricultura e da pecuária.

Durante o exercício de 1975, a Assessoria de Planejamento e Coordenação — APC realizou os seguintes trabalhos técnicos:

- Relatório da Secretaria de Agricultura 1971/1974;
- Diretrizes Programáticas 1975/1979;
- Plano de Trabalho — 1975 — Secretaria de Agricultura;
- Plano Estadual Para Aplicação de Crédito Rural no Estado do Espírito Santo 1975 — PESAC/75;
- Coordenação e execução do Serviço de Previsão de Safras para o Estado do Espírito Santo (colaboração irrestrita da ACARES).

Como órgão de assessoramento da Secretaria de Agricultura, na condução da política agropecuária estadual a APC desenvolveu as seguintes atividades:

— Estudo da Problemática Leiteira no Norte do Estado do Espírito Santo;

— Projeto “Desenvolvimento de Recursos Humanos”;

— Estudo para Reestruturação do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal no Espírito Santo;

— Projeto Viabilidade para Expansão da Cultura da Seringueira no Espírito Santo;

— Estudo de “Informações sobre o Desenvolvimento do Vale da Suruacá;

— Alguns Aspectos da Problemática da Avicultura de Corte no Espírito Santo;

— Análise da Situação Cooperativista no Estado do Espírito Santo;

— Pecuária de Corte no Espírito Santo;

— A Qualificação Profissional Face às Necessidades Conjunturais do Mercado de Trabalho no Espírito Santo;

— Organização Administrativa do Instituto Estadual de Florestas;

— Elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos — OPI — Triênio 1976/79;

— Algumas Considerações sobre o Uso dos Fatores de Produção (Terra, Mão-de-Obra e Capital) no Espírito Santo, Face às Estimativas de Desenvolvimento Rural;

— Estudo da “Eficiência Econômica e Custo de Produção de Leite, na Bacia Leiteira do Sul do Estado do Espírito Santo;

— Elaboração do Plano de Empregos e Salários do Pessoal do Instituto Estadual de Florestas;

— Criação de Distritos Florestais no Espírito Santo;

— Proposta do Programa de Aproveitamento das Várzeas do Estado do Espírito Santo;

— Elaboração do Ante-Projeto de Lei dos Estatutos do Instituto Estadual de Florestas;

— Classificação de Produtos de Origem Vegetal para o Mercado Interno do Espírito Santo — Plano de Trabalho;

— Assessoramento técnico completo às atividades da Secretaria de Agricultura;

Dentre os trabalhos elaborados para outros órgãos, merecem destaque especial:

— Projeto “Construção e Reabertura de Estradas Vicinais”;

— Projeto — “Formação e Recuperação de Pastagens no Norte do Espírito Santo;

— Projeto “Interiorização das Informações de Mercado Agrícola”;

— Plano Anual do Trabalho do SIMA/ES para 1976;

— Estudo da Matéria Prima para Instalação de um Frigorífico pela Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo Ltda. — COOPNORTE;

— Projeto de Construção de Unidades Armazenadoras da CASES, referente à parte Econômica e Técnica.

Para a consecução dos objetivos definidos pelo Convênio, e visando atender as solicitações da SUPLAN, no ano de 1975, foram iniciados os seguintes trabalhos:

— Estudo de Otimização da Atividade Agropecuária no Espírito Santo;

— Substituição das Importações no Estado do Espírito Santo;

— Produtos Exportáveis no Espírito Santo;

— Plano Anual do Setor Público Agrícola 1976;

— Programa de Acompanhamento das Políticas Agropecuárias.

Finalmente, esta APC manteve contato permanente com as empresas, autarquias e companhias vinculadas à Secretaria de Agricultura e ao Ministério de Agricultura.

ra.

Serviço de Informação de Mercado Agrícola — SIMA

Criado em maio de 1973, em razão de Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura, para execução de Projeto de Informação de Mercado Agrícola que, em âmbito estadual, compreende atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre comportamento do mercado atacadista dos produtos agropecuários, objetivando levar ao conhecimento de todos os órgãos e produtores os preços dos produtos nos grandes centros consumidores.

O SIMA continua divulgando junto aos atacadistas, varejistas, produtores e órgãos interessados, os preços dos mercados atacadistas, varejistas e insumos agropecuários. Paralelamente, o boletim trimestral de “Recepção, Industrialização e Comercialização do Leite nas Cooperativas Leiteiras do Espírito Santo”.

O Quadro nº 08 mostra as atividades do SIMA, no período de 1973/1975 e variação percentual em relação a 1974 e média 1973/1974.

QUADRO Nº 08
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PERÍODOS			VARIAÇÃO % RELAÇÃO	VARIAÇÃO % RELAÇÃO
		1974	M 1973/1974	1975	1974	M
Boletim						
Diário . . .	Nº	26.000	19.600	17.739	— 31,77	— 9,49
Boletim do						
Produtor . .	Nº	—	—	31.393	—	—
Boletim						
Mensal . . .						
— Mercado						
Atacadista,						
Mercado						
Varejista e						
Fatores de						
Produção . .	Nº	5.000	1.950	4.730	— 5,40	142,56
Boletim						
Trimestral						
— Recepção,						
Industrializa-						
ção e Co-						
mmercializa-						
ção do						
Leite . . .	Nº	250	6.250	1.620	+ 548,00	— 74,08
Anuário Es-						
tatístico ..	Nº	500	500	790	+ 58,00	+ 58,00

OUTRAS ATIVIDADES

1. PESCA ARTESANAL — PESCA

Em razão de contatos mantidos com a SUDEPE, a Secretaria de Agricultura e PESCA celebraram convênio, com o objetivo de levantar a atual situação da pesca artesanal no Espírito Santo — econômica e social — e evidenciar as soluções para aprimorar a metodologia de captura, dinamizar os processos de comercialização e atender as necessidades de desenvolvimento social do pescador.

A execução do convênio teve início a partir do mês de julho, e visou, primordialmente, diagnosticar a situação da pesca artesanal no Estado e apresentar sugestões.

Após contatos junto aos órgãos ligados ao setor pesqueiro partiu-se para a pesquisa direta junto aos pescadores e empresas de pesca. Os dados obtidos através da pesquisa, e dos órgãos ligados ao setor, foram tabulados e analisados em toda sua amplitude. A seguir, foram compilados dando origem ao Diagnóstico da Pesca Artesanal Capixaba.

2. COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE

Durante o ano de 1975, a comercialização de leite no Estado se realizou através de 15 cooperativas, distribuídas de modo estratégico no espaço território capixaba.

A produção de leite, recebida pelas Cooperativas, que em 1974 era de 160.943.848 litros, em 1975 alcançou 216.551.274 litros, com crescimento da ordem de 34,55 por cento.

Merece destacar que 70%, aproximadamente, desta produção visa atender 25% do mercado do Rio de Janeiro, enquanto que, os 30% restantes destinam-se a venda local e outros, inclusive industrializado.

3. DIVULGAÇÃO

Ressentia a agricultura estadual de um programa radiofônico, capaz de manter ligação diária entre os centros de informações técnicas e o agricultor em sua propriedade.

Visando suprir o setor rural capixaba de mais este veículo de informações, e após estudos sobre o assunto, a Secretaria de Agricultura e órgãos vinculados, o Ministério da Agricultura, através da DEMA/ES, firmaram convênio com a Rádio Espírito Santo, da Fundação Cultural do Estado, dando origem assim ao Programa "Panorama Agropecuário", que é transmitido diariamente, das 5:30 às 6:00 horas, com notícias e informações técnicas de interesse geral do agricultor.

Desde a sua criação, o programa com significativa audiência, vem atendendo plenamente aos propósitos estabelecidos, de divulgar seus programas de assistência à agropecuária, os resultados já alcançados e manter a população do Estado informada da ação que está sendo desenvolvida no setor e de suas perspectivas.

4. CRÉDITO RURAL ORIENTADO

Os agentes financeiros que mais se destacaram, foram: o Banco do Brasil S.A. e o Banco do Estado do Espírito Santo S.A. — BANESTES. O valor do crédito rural concedido pelas duas instituições financeiras atingiu o montante de Cr\$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), que representa um aumento de 93% em relação ao ano anterior (Quadro nº 09).

Fato digno de ressaltar, é que deste total, aproximadamente, 17% foi concedido juntamente com assistência técnica, através da ACARES, o que torna os recursos financeiros repassados ao agricultor, verdadeiros elementos introdutórios de tecnologia e fatores de multiplicação de riquezas.

QUADRO Nº 09
APLICAÇÃO DE CRÉDITO RURAL

ITEM	Unid.	PERÍODO			Variação Relação 1974	Variação %	Variação Relação M
		1974	M 1971/1974	1975			
Crédito Rural	Cr\$	450.000.000	260.000.000	865.000.000	+ 92,9		+ 233,9

* Banco do Brasil e Banco do Estado do Espírito Santo — BANESTES

5. COMPORTAMENTO DA CAFEICULTURA

A cafeicultura tecnicamente implantada no Estado, teve uma das mais significativas expansões nestes últimos anos. O IBC — Instituto Brasileiro do Café, havia aprovado, para o Estado, um plantio em torno de 10 milhões de covas. O montante que será plantado, até maio/76, deverá atingir a 17 milhões de covas. Este fato, acrescido aos plantios dos anos anteriores, proporcionará ao Estado, a curto prazo, recuperar e ultrapassar sua produção aos anos de 1950/1960, que chegou a 2 milhões de sacas. A produção prevista para este ano está em torno de 1,6 milhões de sacas.

6. COOPERATIVISMO

O I.P.D.E. considera o cooperativismo como um dos meios para a modernização e agilização da atual sistemática de assistência à agricultura, contribuindo para dinamizar sua forma de ação. Esta é uma das razões que leva o Programa Estadual para a Agricultura prever, como instrumento de dinamização do setor, a atuação na área do cooperativismo.

No Estado do Espírito Santo, o cooperativismo destaca-se como uma das alternativas mais adequadas à melhoria das condições de vida do produtor, principalmente dada a estrutura fundiária existente, em que 92% das propriedades rurais situam-se entre 10 a 100 há, e que 55% da população estadual vive no meio rural.

A situação do cooperativismo rural no Estado necessitava de um trabalho integrado dos órgãos ligados ao problema, com o objetivo de estimular e fortalecer o sistema.

Para atingir este objetivo, entre outras ações, a Secretaria de Agricultura manteve inúmeros contatos com o INCRA, surgindo destes encontros, a minuta do convênio que será assinado, visando implantar e agilizar programas de assistência técnica ao movimento cooperativo estadual, com vistas a capacitá-lo para suas reais funções junto aos agricultores e suas comunidades. Para tanto a Secretaria de Agricultura designou uma Comissão, composta de membros da S.A., INCRA e ACARES, para elaborar um diagnóstico da situação cooperativista no Estado. O documento, já concluído, apresenta observações conclusivas da situação, numa visão sistêmica e oferece informes em forma de sugestões para execução de projeto específico.

7. REFLORESTAMENTO

Visando atender aos objetivos da Política Florestal, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, conduziu 61 projetos de reflorestamento no ano de 1975, abrangendo uma área de 15.124 (quinze mil, cento e vinte e quatro) hectares, com volume de 25.211.708 (vinte e cinco milhões, duzentas e onze mil, setecentas e oito) árvores plantadas.

SECRETARY

O ano de 1975 marcou o início da implantação do Sistema Estadual de Planejamento que deverá ser institucionalizado a partir da Lei Orgânica do Poder Executivo recentemente aprovada pela Assembléia Legislativa.

As atividades da Secretaria do Planejamento, órgão central do sistema, concentraram-se especialmente em sua estruturação interna com a formação das equipes que formarão seu corpo técnico e na supervisão do projeto de modernização administrativa consubstanciado em suas bases na Lei Orgânica antes citada.

Estas tarefas foram desempenhadas sem prejuízo das atividades rotineiras de elaboração e controle orçamentário, principal função da Secretaria Executiva do CODEC, órgão que precedeu a SEPLAN.

Na formação do corpo técnico da SEPLAN tem-se procurado sempre que possível recrutar profissionais de outros órgãos da administração pública direta e indireta, aproveitando-se experiências já acumuladas em áreas afins às que a Secretaria deverá se dedicar. Menciona-se em especial a transferência de técnicos do BANDES para a SEPLAN, mediante convênio de cooperação técnica assinado entre as partes.

Não obstante este processo inicial de estruturação foi possível realizar também, alguns trabalhos técnicos preliminares e que deverão dar embasamento às atividades futuras do Sistema Estadual de Planejamento.

Deve-se destacar o irrestrito apoio e a colaboração extremamente valiosa da SAREM, cujo convênio de cooperação técnica e financeira com a SEPLAN tem provido os meios necessários à estruturação do referido sistema.

A seguir, apresentamos, sinteticamente, as atividades realizadas em 1975 bem como o Programa de Trabalho previsto para 1976.

1 — GABINETE DO SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

— Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a SAREM (Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios) para a Implantação do Sistema de Planejamento.

— Assinatura do Convênio com a C.N.P.U. (Comissão Nacional de Política Urbana) para elaboração de estudos de desenvolvimento urbano.

— Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica com o BANDES para a formação de equipes técnicas para o sistema de Planejamento estadual.

— Realização de Licitação Pública para a seleção de empresa de consultoria responsável pela elaboração do projeto de modernização administrativa do Governo.

— Assinatura de Contrato de Prestação de Serviços com a empresa J.S.C. Consultores Associados empresa selecionada para elaborar o projeto de modernização.

— Seminário sobre Estrutura do Sistema Estadual de Planejamento no Espírito Santo, com participação do Exmo. Sr. Governador do Estado, Secretário da SAREM, Técnicos da SAREM e do Governo Estadual (abril 75 em Santa Teresinha — ES).

— Elaboração da Lei 2.993, de 30.07.75 que instituiu o Sistema Estadual de Planejamento no Espírito Santo.

— Conferências realizadas na sede da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) de Belo Horizonte, sobre o Sistema Estadual de Planejamento.

— Realização de Gestões junto à Assembléia Legislativa para aprovação da Lei Orgânica do Poder Executivo.

— Co-patrocínio, juntamente com a SAREM do Encontro de Secretários de Planejamento da Região Sudeste realizado em Vitória (10 a 12 de dezembro).

— Contatação com a Fundação João Pinheiro de Minas Gerais e com a Companhia Vale do Rio Doce para a elaboração conjunta Minas Gerais — Espírito Santo do Plano de Desenvolvimento Regional da Zona do Rio Doce.

— Coordenação do Curso de Orçamentação realizado em Vitória, sob o patrocínio do ABOP e SAREM de 27/10 a 15/11.

2 — ASSESSORIA TÉCNICA

— Relatório sobre a Situação Financeira do Estado do Espírito Santo, encaminhado à Presidência da República.

— Documento sobre as condições Econômicas e Sociais da Grande Vitória para a SIDEBRAS.

— Exposições de Motivos para o Governo Federal: — Solicitação de Recursos para a Construção da Estrada Ibirapu-Riacho;

— Solicitação de Recursos para integralização do Capital da CEASA—ES pelo Governo do Estado.

— Análise do Anteprojeto de criação do FUNDES (Fundo de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo)

— Análise da Proposta de solicitação de recursos do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) ao Governo do Estado.

3 — EQUIPES DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS E DE PROGRAMAS E PROJETOS

3.1 — ESTUDOS E PESQUISAS

— Evolução recente das Finanças Públicas do Estado (publicado)

— Diagnóstico e Perspectivas da Economia do Espírito Santo (publicado)

— Distribuição Espacial da Renda Interna do Espírito Santo segundo a origem (em redação)

— Alguns Indicadores Sócio Econômicos do Espírito Santo 1967—74 (em elaboração)

— Alguns Indicadores Conjunturais da Economia do Espírito Santo (em elaboração)

— Matriz de Política Econômica e Social do Espírito Santo (em elaboração)

3.2 — ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS EQUIPES

— Seleção de Material Bibliográfico para aquisição pelo Centro de Documentação da SEPLAN, especificamente os relativos à Finanças Públicas e informações para o Planejamento;

— Reuniões Periódicas com o consultor técnico da SEPLAN para a definição da linha de trabalho a ser seguida pelas equipes de Informações Técnicas e Programas e Projetos;

— Seleção de Estagiários para as Diversas Equipes da SEPLAN.

3.3 — PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

— Reunião Preparatória dos Cursos Econômicos de 1975 promovida pela Fundação IBGE no Rio de Janeiro de 14 a 16 de outubro de 1975 (2 técnicos)

3.4 — CONTATOS REALIZADOS

— Grupo de Indicadores Sociais da Fundação IBGE no Rio de Janeiro;

— Assessor da Presidência do IBGE, Dr. DARSON COSTA sobre reestruturação de sistemas de informações a nível estadual;

— Técnicos da Fundação João Pinheiro (MG) na área de indicadores sociais;

— Técnicos da Fundação de Economia e Estatística no Rio Grande do Sul sobre sistemas de informações para o Planejamento.

4 — EQUIPE DE ORÇAMENTO

4.1 — ELABORAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

- Elaboração dos Orçamentos Anual (1976) e Plurianual de Investimentos (76/78);
- Elaboração dos Planos de Aplicação do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial;
- Elaboração de Minutas de Mensagem e de Projetos de Lei, e respectivas regulamentações, em matéria de natureza orçamentária;
- Exposição junto à Assembléia Legislativa (Comissão de Finanças) sobre a Proposta Orçamentária Anual e Plurianual;
- Acompanhamento da Execução Orçamentária do Governo;
- Análise e Aprovação dos Quadros Orçamentários dos Órgãos da Administração Indireta e confecção das respectivas Portarias;
- Coordenação das Assessorias de Programação e Orçamento das Diversas Secretarias do Estado;
- Assessoria aos Poderes Legislativo e Judiciário em matéria orçamentária;
- Assessoria direta ao Secretário do Planejamento em matéria orçamentária;
- Divulgação da nova classificação Funcional Programática a todos os Órgãos do Governo.

4.2 — PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

- II Seminário Nacional de Orçamento Público promovido pela SAREM em Fortaleza (CE) (4 técnicos)

4.3 — PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

- Curso de Orçamento promovido pela ABOP (Associação Brasileira de Orçamento Público) e SAREM, de 27.10 a 15.11, em Vitória.

4.4 — CONTATOS REALIZADOS

- Entendimentos mantidos com a SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças) da Secretaria de Planejamento da Presidência, sobre o aperfeiçoamento dos técnicos orçamentários do Governo Estadual.

5 — EQUIPE DE RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS

5.1 — ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA AOS MUNICÍPIOS

- Reformulação dos Planos de Aplicação do Fundo de Participação dos Municípios de Vila Velha, Vitória, São Mateus, Nova Venécia, Santa Tereza, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina, São Gabriel da Palha e Pancas;
- Análise do nível de Endividamento de Diversos Municípios;
- Orientação sobre técnica Orçamentária e sobre elaboração de planos de aplicação do FPM aos municípios de Montanha, Pancas, Itaguaçu, Alegre, Bom Jesus do Norte;
- Análise Preliminar da Solicitação Apoio para Modernização Administrativa da Prefeitura de Itaguaçu;
- Remessa de Instruções sobre Classificação Funcional Programática a todas as Prefeituras.

5.2 — PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

- I Seminário Nacional sobre Órgãos de Articulação com Municípios promovido pela SAREM (22 a 27 de outubro) no Rio de Janeiro (5 técnicos)

5.3 — PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

- a) Seminários promovidos pelo IBAM e SAREM no Rio de Janeiro:

— Modernização Administrativa, 31 de outubro a 4 de novembro 75 (5 técnicos);

— Diagnóstico a Nível Municipal, 7 a 11 de novembro de 75 (4 técnicos);

— Treinamento em Administração Municipal, 20 de outubro a 19 de dezembro de 75 (4 técnicos)

b) Cursos promovidos pelo IBAM:

— I Curso de Instrutores para o processo Orçamentário, junho a agosto 75, no Rio de Janeiro (2 técnicos);

— I Curso de Introdução à Administração Municipal, agosto a setembro de 75, em Recife (2 técnicos).

5.4 — CONTATOS REALIZADOS

— Reuniões e Contatos com técnicos do IBAM e SAREM com o objetivo de Estruturar a Equipe de Relacionamento com os Municípios e elaborar o Programa de Trabalho para 1976.

6 — EQUIPE DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

(TRABALHOS DESENVOLVIDOS DENTRO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA)

— Mapeamento Institucional da Administração Direta e Indireta (Legislação, Atribuições, Relacionamento com outros órgãos, etc.);

— Documento sobre a Estrutura do Poder Executivo Estadual;

— Anteprojeto de Lei Orgânica do Poder Executivo Estadual;

— Elaboração do Modelo do Regulamento das Secretarias de Estado;

— Elaboração do Projeto de Lei de Regulamentação da Lei n. 2.993, de 30.07.75, que instituiu o Sistema Estadual de Planejamento;

— Assessoria ao Secretário do Planejamento em assuntos atinentes à modernização administrativa;

— Assessoria do Poder Legislativo na tramitação da Lei Orgânica do Poder Executivo aprovada em 14.12.75;

— Informação ao Corpo Técnico da SAREM sobre o Projeto de Modernização Administrativa a ser implantado no Espírito Santo.

7 — EQUIPE DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

— Elaboração do Plano de Zoneamento Urbano da Grande Vitória (em fase final de redação)

— Estudo sobre a institucionalização do planejamento urbano na Grande Vitória, elaboração de minuta de convênio de criação do CODEVIT (Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória) e da legislação que normaliza o planejamento urbano a nível municipal;

— Participação no Grupo de Trabalho designado para selecionar a firma de consultoria que deverá elaborar o projeto da terceira ponte Vitória-Vila Velha;

— Entendimentos com a Fundação João Pinheiro de Minas Gerais e Companhia Vale do Rio Doce para a discussão do projeto de desenvolvimento do Vale do Rio Doce.

8 — OUTRAS ATIVIDADES DA SEPLAN

— Reforma das instalações da Secretaria do Planejamento, no Palácio Anchieta.

9 — SÍNTESE DO PROGRAMA PARA 1976

a) RECURSOS HUMANOS

- Cadastro do Pessoal Técnico:
Quadro existente e

- Pessoal disponível para contratação
- Plano de Alocação de Pessoal
- Programa de Treinamento:
- Cursos Interino de Fundamentação (16.2 a 30.3)
- Seminários Semanais sobre o Sistema Estadual de Planejamento (a partir de 2.2)
- Programa de concessão de Bolsas de Estudos para Pessoal Técnico;
- Estudo sobre o Regime de Contratação e Situação Salarial do Quadro de Funcionários da SEPLAN.

b) MEIOS ADMINISTRATIVOS

- Organização do Centro de Documentação da SEPLAN;
- Reorganização do Departamento Estadual de Estatística;
- Estudo sobre o Processamento de informações de interesse para o Sistema Estadual de Planejamento pelo SERCOP;
- Término das Obras de Instalação Física da Secretaria, no Palácio Anchieta.

c) ATIVIDADES FINIS

1 — EQUIPE DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1.1 — Informações Sócio-Econômicas

- Atualização das Estatísticas Econômicas (Renda Interna, Índice de Produto Real e índice de Preços Recebidos a nível de subsetores e gêneros industriais) e Sociais (Educação, Saúde e Demografia) para 1974.
- Montagem de um sistema de informações (séries históricas e conjunturais desagregadas especialmente) compreendendo um conjunto de indicadores de desempenho econômico (intercâmbio comercial, intermediários financeiro, transportes, Finanças Públicas, etc.) e sociais (Educação, Saúde, Habitação, Nutrição etc.).

1.2 — Informações da Administração Pública

- Montagem de um conjunto de informações para:
 - a) Instruir os estudos analíticos sobre os quais serão apoiados os programas de ação e orçamento do Governo;
 - b) Controle de Execução dos Programas e do Orçamento do Governo;
 - c) Avaliação do Desempenho do Governo em seus diversos setores.

1.3 — Estudos e Análises

- Previsões Estatísticas
- Estudos Setoriais

2 — EQUIPE DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS

- Detalhamento e quantificação das metas do I Plano de Desenvolvimento Estadual;
- Elaboração da matriz de Política Econômica e Social do Setor Público no Espírito Santo (conclusão);
- Consolidação dos Programas e Projetos e serem executados pelo Governo segundo as áreas de interesse das Coordenações de Ação Social, de Ação Econômica e de Infra-estrutura Administrativa; ;
- Coordenação e orientação metodológica às Secretarias do Governo na elaboração de planos, programas e projetos os quais deverão instruir a elaboração dos respectivos orçamentos;
- Levantamento de Programas e de Fundos Especiais da União disponíveis para as diversas áreas de atuação do Governo;
- Elaboração de Programas e Projetos Especiais.

3 — EQUIPE DE ORÇAMENTO

- Elaboração de metodologia para a previsão da receita estadual;
- Assessoramento à Secretaria da Fazenda no Controle do Endividamento do Estado;

- Estabelecimento, juntamente com a coordenação de programas e projetos, de critérios de análises das propostas orçamentárias encaminhadas pelas diversas Secretarias;

- Estabelecimento de um sistema de acompanhamento físico e financeiro da execução orçamentária;
- Aprimoramento do aspecto estrutural da elaboração orçamentária acrescentando à estrutura padrão algumas análises especiais (por exemplo despesas segundo região administrativas, etc.).

4 — EQUIPE DE RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS

- Programa de Treinamento de Servidores Municipais;
- Assessoramento Técnico Municipal;
- Articulação Intergovernamental.

5 — EQUIPE DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Implementação do Projeto de Modernização Administrativa na Administração Direta e Indireta;
- Estruturação da Escola de Serviços Públicos;
- Estruturação da Escola de Polícia;
- Estruturação da Fundação Jones dos Santos Neves;
- Estruturação da Fundação Estadual do Esporte Amador;
- Treinamento de Funcionários para a Administração Direta e Indireta;
- Treinamento de Recursos Humanos para os Sistemas Estruturantes;
- Elaboração de Estudos sobre o Centro Administrativo do Governo Estadual;
- Organização de um Sistema de Custos;
- Elaboração do Cadastro Central de Recursos Humanos (Poder Executivo);
- Elaboração dos Planos de Classificação de Cargos;
- Consolidação da Legislação de Pessoal e Preparação de novo Estatuto;
- Fixação das Diretrizes da Política Previdenciária do Estado para o seu Funcionalismo;
- Fiscalização da Implantação da Secretaria do Planejamento.

6 — EQUIPE DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

- Estudo sobre a regionalização do Estado do Espírito Santo;
- Plano de desenvolvimento Regional da Região do Vale do Rio Doce (em conjunto com a Fundação João Pinheiro);
- Estudo sobre Hierarquização da Malha Urbana da Grande Vitória;
- Plano Diretor para cidades Médias e Aglomeração da Grande Vitória;
- Estudo sobre Transportes de Massas para Aglomeração Urbana da Grande Vitória;
- Treinamento de Recursos Humanos para o Planejamento Urbano e Regional;
- Levantamentos Aerofotogramétricos e Mapeamento da Grande Vitória;
- Elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Grande Vitória.

7 — GRUPOS DE POLÍTICA SETORIAL

- Acompanhamento da elaboração dos Programas Setoriais nas Secretarias de Estado;
- Elaboração e acompanhamento do Orçamento ao nível das Secretarias;
- Colaboração na Montagem do Sistema de Informações para o Planejamento.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INTRODUÇÃO

Atravessa o Estado, etapa decisiva na sua evolução sócio econômica.

Graças a política governamental de incentivos e as obras de infra-estrutura, concretizam-se entendimentos para a implantação dos grandiosos empreendimentos: Usina Siderúrgica de Tubarão, que, segundo os técnicos, contribuirá decisivamente para a instalação de um complexo de base nas proximidades da faixa portuária (Vitória e Tubarão); o Estaleiro Naval de Camburi; a Usina de Pelotização de Ubu e diversos outros.

Paralelamente a abertura de novas frentes de trabalho, implantam-se novos empreendimentos industriais e agro-pecuários, destinados ao aproveitamento regional dos recursos naturais disponíveis.

Como decorrência desses investimentos, transferem-se novas técnicas de produção alicerçadas em bases científicas e tecnológicas avançadas. Afinal toda a comunidade adquire consciência de que poderá alcançar níveis mais altos de produtividade, bem estar e cultura.

A aplicação oportuna e eficiente desses novos conhecimentos científicos e tecnológicos está a exigir a formação de quadros administrativos e técnicos dotados de qualificações adequadas, resultando, assim, em novos desafios ao Sistema Educacional do Estado.

Aspecto relevante a considerar, também, reside no imperativo social de oferecer a todos, jovens e adultos, mesmo quando desprovidos de recursos, o mínimo de educação formal a que aspiram e, aos trabalhadores em geral, as oportunidades de aperfeiçoamento cultural e profissional de que depende sua promoção social.

As Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5692/71), colocando a técnica a serviço de formação humanística, já sensibilizaram a todos para algumas transformações que marcarão a presente década:

- a educacional — pela incorporação das atividades produtivas ao sistema formal de educação;
- a social — pela participação crescente dos trabalhadores nos benefícios de progresso econômico;
- a econômica — pela pesquisa e aplicação de novos conhecimentos científicos e tecnológicos aos processos de produção;
- a cultural — pelo acesso de todos os cidadãos às fontes de cultura.

Isto evidencia, pois, que a educação deve ser orientada para a compreensão dos valores positivos da sociedade, para a exploração vocacional e o desenvolvimento de personalidade do educando; educação para o entendimento.

Não obstante, o aspecto mais revolucionário da Lei nº 5692/71, reside na extensão da educação obrigatória para 8 anos. Até então, o compromisso do Poder Público Estadual, era o de oferecer ensino primário obrigatório dos 7 aos 11 anos. A partir daí, a obrigatoriedade passou a 8 anos, com o aumento de 100% de permanência na escola.

Dentro deste contexto das novas realidades educacionais, desenvolveram-se as atividades da Secretaria de Educação, fundamentadas, em especial, nas seguintes diretrizes, que lhe estão associadas:

— elevação do status sócio econômico e cultural do magistério — processada através do Estatuto do Magistério e dos cursos de capacitação de Recursos humanos para a educação, executados diretamente e/ou em convênio com outras agências de ensino, com a UFES e a FAFIC;

— melhoria qualitativa do ensino — realizada através da promoção e estímulo a estudos e pesquisas que envolvem problemas pedagógicos, técnicos e administrativos, com vistas a melhor definição dos mesmos e a proposição de soluções, bem como o desenvolvimento da aplicação de novas técnicas a educação e ao processo ensino-aprendizagem, visando a melhoria contínua dos aspectos qualitativos do sistema educacional do Estado;

— reformulação e implantação de currículos, promovendo-se a melhoria do ensino, definindo objetivos e comportamentos terminais que permitem realimentação do processo ensino/aprendizagem, tanto em nível do sistema como no do estabelecimento de ensino, de acordo com o que preconiza a Lei nº 5692/71 e com a realidade estadual;

— Universalização do ensino de 1º grau — pela expansão da capacidade física da rede, de forma a eliminar o déficit de escolarização; recuperação, adaptação e complementação da rede física escolar; equipamento e reequipamento da rede de ensino de 1º grau; construção e equipamento de instalações destinadas à Educação Física;

— assistência ao educando — objetivando-se aumentar a produtividade escolar, garantindo-se mínimos indispensáveis a oferta de condições favoráveis a aprendizagem (merenda escolar, saúde escolar, assistência social, orientação educacional e vocacional);

— expansão da oferta de vagas no ensino de 2º grau mediante a construção e instalação de novas unidades escolares, bem como da expansão da intercomplementaridade.

De profunda significação, foram, também, os esforços desenvolvidos na área do Ensino Supletivo e Superior e no Plano da cultura.

CONTATOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS E OUTROS

Para a consecução das metas decorrentes dessas diretrizes, a Secretaria de Educação, em 1975, intensificou os contatos e atividades com os diversos órgãos do Ministério de Educação e Cultura: Departamento de Ensino Fundamental, Departamento de Ensino Médio, Departamento de Ensino Supletivo, Departamento de Assistência ao Educando, Departamento de Educação Física e Desportos, Programa de Expansão e Melhoria, Serviço de Estatística de Educação e Cultura.

Ainda buscando a cooperação sistemática na execução dos projetos educacionais, assinalam-se os contatos e entendimentos mantidos com:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — visando a obtenção de empréstimo para equipamento e reconstrução das escolas da rede oficial estadual;

COORDENAÇÃO REGIONAL DA CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR — objetivando a assistência e educação alimentar dos escolares de pré 1º grau e supletivo;

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL — para elaboração do projeto de intercomplementaridade para atendimento, em 1976, de 10 turmas, na área de formação de eletrotécnica e mecânica.

Com o fito de participar dos debates e realizar contatos e visitas de observação, a respeito da atualidade e das perspectivas de desenvolvimento da educação nacional, a Secretaria, através dos seus Chefes de Setores e Pessoal Técnico, esteve ainda presente a Encontros, Seminários e Cursos promovidos pelos órgãos Governamentais, quer no âmbito estadual, quer no âmbito federal.

Com esta conjunção de esforços, deu-se impulso marcante às atividades desenvolvidas pela Secretaria, em 1975, cujos resultados principais acham-se consubstanciados no presente relatório.

Finalmente, no que tange à Administração, no que pese as dificuldades materiais existentes, notadamente no que se refere ao espaço físico em que se localizam os seus diversos Departamentos, Diretorias e Serviços, a Secretaria deu tratamento prioritário aos esforços destinados a garantir uma evolução e expansão harmoniosa dos resultados obtidos.

PLANO DE AÇÃO

1975

A ação da Secretaria de Educação, em 1975, desenvolveu-se, em especial, pela execução de 16 projetos, a saber:

PROJETO DE INSTITUIÇÃO DE NOVAS BASES LEGAIS

Objetivando ajustar a legislação estadual do Setor às novas Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, estabelecidos pela lei nº 5692/71.

PROJETO DE EDIÇÕES E PUBLICAÇÕES

Tendo por finalidade a impressão, publicação e distribuição de documentários (manuais, boletins etc) contendo dados e informações referentes à realidade educacional do Estado e à análise dos aspectos relevantes do Sistema Estadual de Ensino.

PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE FÍSICA

Visando expandir a capacidade da rede física de forma a aliminar o déficit de escolarização, mediante: a) o aproveitamento dos atuais prédios escolares destinados ao ensino de 1º e 2º graus, através de soluções e curto e médio prazos, de forma a atender à características de concentração da Clientela, às condições de acesso e as exigências do planejamento educacional para: oferecer o ensino completo de 1º grau, em unidades integradas; organizar unidades e/ou complexos escolares que possam operar em termos de entrosagem e/ou intercomplementação; b) a reunião de esforços e recursos, reduzindo ociosidades, evitando a duplicação de serviços e oferecendo melhor qualidade de ensino.

PROJETO DE AVALIAÇÃO DE ESCOLAS

Buscando a coleta de subsídios para a melhoria da produtividade escolar, através do qual foram ouvidos alunos, professores, pessoal técnico-administrativo, pais de alunos e moradores locais, abrangendo os vários aspectos de funcionamento da escola e sua influência na comunidade.

PROJETO DE MUNICIPALIZAÇÃO DE ENSINO

Com vistas à gradativa transferência para o Município da responsabilidade na administração e parte da manutenção do ensino de 1º grau rural; a participação efetiva da comunidade no processo de desenvolvimento do ensino; e a correção da dispersão dos recursos empregados em educação no município.

PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Compreendendo a programação e execução de cursos, diretamente e/ou em convênio com outras Agências de treinamento, como a UFES e a FAFIC, por exemplo.

PROJETO DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTO DA REDE ESCOLAR

Com vistas ao crescimento da rede física, pela construção de novas unidades escolares na conformidade das necessidades constatadas — bem como a recuperação dos prédios e instalações e buscando a implantação de estruturas próprias às exigências da Lei nº 5692/71, compreendendo: recuperação, adaptação e complementação da rede de pré, 1º e 2º graus; equipamento e reequipamento da rede oficial estadual; construção e equipamento de instalações destinadas à Educação Física e Desportos.

PROJETO DE REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Procurando atender ao desenvolvimento de estudos que resultem em apresentação de alternativas curriculares para o processo de aceleração da escolaridade em defasagem idade/série.

PROJETO DE IMPREMENTAÇÃO DO MODELO DE SUPERVISÃO PARA O ENSINO DE 1º GRAU

Nos níveis Central, Regional e Escolar e Implementação da proposta curricular.

PROJETO DE NOVAS METODOLOGIAS APLICÁVEIS AO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE 1º GRAU

Que tem por objetivo aumentar a oferta de vagas no ensino de 1º grau através da ampliação da taxa de aprovação e minimização da defasagem idade/série, existente no sistema.

PROJETO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS ESCOLAS DE 1º GRAUS

Visando à reorganização da rede física, com base nas indicações do Órgão de Planejamento.

PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Em que se procura proporcionar a integração entre a rede particular e a rede oficial do 2º grau.

PROJETO INTEGRAÇÃO ESCOLA|EMPRESA

Buscando-se o ajustamento do ensino de 2º grau às necessidades do mercado de trabalho, motivando as empresas a participar mais direta e eficientemente do Sistema Educacional.

PROJETO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Em que se pretende aumentar a produtividade escolar garantido-se os mínimos indispensáveis à oferta de condições favoráveis a aprendizagem, mediante, especialmente, o oferecimento de merenda escolar, livros didáticos, orientação educacional e vocacional.

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE VAGAS

Através do qual se promove o aumento da oferta de matrícula, mediante compra de vagas e concessão de bolsas de estudo.

PROJETO DE INTERCOMPLEMENTARIDADE

Com vistas ao oferecimento, em 1976, mediante convênio, de cursos de formação profissional de eletrotécnica e mecânica.

PROJETO DO CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS

Para proporcionar atendimento a clientela adolescente e adulta, não atingida pela escolarização regular, permitindo o prosseguimento nos estudos e oportunidades de desenvolver sua inteligência, aptidões, interesses e necessidades, mediante ensino indireto e semi-indireto.

ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS ESPECIAIS

Ao Setor esteve afeta a execução dos programas previstos nos Planos de Aplicação do Salário Educação.

A programação executada permitiu o acréscimo à rede escolar de 143 salas de aula, 42 oficinas de artes e 366 dependências outras (enfermaria, salas de orientação pedagógica, salas de professores, salas de secretaria, direção etc).

Ainda no exercício, assinala-se a contratação de obras, que se acham em execução, para a construção dos Centros Desportivos de Castelo e Nova Venécia e escolas de 1º grau de Itacibá e Nova Venécia.

Foram feitas inversões, nas áreas de 1º e 2º graus e ensino supletivo, para aquisição de material permanente e de consumo e diversos equipamentos escolares.

Registra-se a conclusão das seguintes obras, em 1975:

- escola de 1º grau de Afonso Cláudio
- ampliação da Escola de 1º grau de Alegre
- Escola de 1º grau de Cachoeiro de Itapemirim
- Escola de 1º grau de Campo Grande
- Escola de 1º grau de Colatina
- Escola de 1º grau de Fundão
- Escola de 1º grau de Guarapari
- Escola de 1º grau de Jerônimo Monteiro
- Escola de 1º grau de Mantenedópolis
- Escola de 1º grau de Pancas
- Ampliação da Escola de 1º grau de Rio Novo do Sul
- Escola de 1º grau de Paul
- Escola de 1º grau da Glória
- Escola de 1º grau de Itaparica
- Ampliação do CETAPES
- Escola de 1º grau de Goiabeiras

FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O Fundo Estadual de Educação é órgão responsável pelo recolhimento e aplicação dos recursos provenientes da contribuição do salário Educação, instituída pela Lei nº 2842, de 21/12/73, cabendo-lhe, ainda a ação fiscalizadora do cumprimento dessa obrigação. arrecadação esta destinada a suplementar as despesas públicas com o ensino de 1º grau.

No período de janeiro/março de 1975, a arrecadação média do FEE era de Cr\$ 202.858,04 (correspondendo Caixa Escolar e Salários Educação) para um volume despesas comprometido no início do exercício, da ordem de Cr\$ 6.430.387,91.

Embora devido desde janeiro de 1974, o recolhimento não vinha correspondendo às expectativas de receita, tanto por desconhecimento da legislação por parte dos contribuintes, quanto por certa inoperância do próprio FEE.

Face a isto, impunha-se a adoção de urgentes medidas de dinamização das atividades de arrecadação, que, em síntese, compreenderam:

- cadastramento de contribuinte;
- elaboração, impressão e distribuição do Manual do Contribuinte;
- realização de palestras de esclarecimentos, abrangendo empresários, contabilistas, professores e estudantes de cursos superiores (Direito, Administração de

Empresas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas) nos Municípios de Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória;

- Campanha publicitária em jornais e rádios;
- impressão e distribuição de cartazes publicitários.

Efetuada essas providências e ações verificou-se, a partir de junho, o aumento substancial da arrecadação, o que possibilitou a solvência, no exercício, de todos os compromissos do FEE, no valor já mencionado.

A arrecadação do salário Educação e da Caixa Escolar esteve a cargo das agências do Banestes, com as quantias levadas a crédito da conta do FEE. No exercício a arrecadação elevou-se a Cr\$ 7.538.347,92, sendo Cr\$ 1.360.728,74 respondente a Caixa Escolar e Cr\$ 6.177.619,18. Os percentuais de aumento, sobre os totais recebidos em 1974, correspondem, respectivamente: Caixa Escolar — 8%; Salário Educação — 507%; Arrecadação total do FEE — 305%.

Dentre as atividades rotineiras do FEE, destacam-se:

— Autos de infração lavrados	288
— Notificações expedidas	3.132
— Ações Executivas	49
— Notas de pagamento de despesa Orçamentária	167
— Empenhos efetuados	90
— Cheques emitidos	221
— Certificados de Regularidade expedidos	51
— Notas de pagamento extraordinários	36
— Certificados de isenção	4
— Parcelamentos de débitos	5
— Cartas expedidas	81
— Manuais do contribuinte (coletânea de leis e orientações para uso dos contribuintes), exemplares impressos	10.000
— Manual para Diretores (Sistemática Operacional para elaboração de Planos de Aplicação e Organização de Prestação de Contas), exemplares impressos	300
— Folhetos publicitário do salário Educação, exemplares impressos	2.000
— cadastramento de firmas	18.000

As principais despesas pagas pelo fundo foram:

— Obras Públicas	345.844,60
— Equipamentos e instalações (Carteiras escolares e outros)	852.808,00
— Material Permanente	32.426,90
— Subvenções Sociais	491.210,00
— Bolsas de Estudo	3.641.155,00
— Encargos Diversos	174.013,14
— Outros serviços de Terceiros	484.187,91
— Despesas variáveis com Pessoal Civil e Remuneração de Serviços Pessoais	218.983,00
— Material de Consumo	79.932,86
— Despesas de Exercícios Anteriores	9.700,00

Na execução das tarefas de fiscalização, assinala-se, em especial, a valiosa colaboração prestada ao FEE pela Secretaria da Fazenda, através dos seus Órgãos e Fiscais.

NÚCLEOS DE RECURSOS HUMANOS

Através do Projeto de Capacitação de Recursos Humanos o Núcleo deu continuidade às atividades programadas, procurando atingir as metas previstas relativas à formação, aperfeiçoamento e atualização de pessoal de Magistério, Técnico e Administrativo.

Foram firmados convênios com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina (FAFIC) e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN/SEG/MEC).

No desenvolvimento das suas atividades, o Núcleo manteve contatos com todas as Prefeituras Municipais, para divulgação e oferta de oportunidades aos professores municipais na participação dos cursos e recebeu a colaboração especial dos seguintes órgãos do MEC:

- Departamento de Ensino Fundamental (DEF);
- Centro de Recursos Humanos "João Pinheiro" de Belo Horizonte;

- Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)
- Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental do Espírito Santo (PLIDEF)

Além dos contatos e entrosamento com os demais Órgãos do SEC, o Núcleo prestou colaboração ao Setor de Planejamento participando, na área de recursos humanos, no planejamento para 1975 e fornecendo informações à assessoria de Controle e Avaliação a título de subsídios para realimentar o planejamento.

NUCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EDUCACIONAL

O Núcleo cumpriu o seu programa de trabalho tendo sido obedecidos os respectivos cronogramas:

Em síntese, as suas principais realizações consubstanciavam-se em:

PLANEJAMENTO

- elaboração dos Planos de Aplicação dos recursos do Salário Educação-quotas federal e estadual para 1976;

- reformulação dos Planos de Aplicação dos Recursos do Salário Educação-quotas federal e estadual de 1975;

- elaboração do Plano Aplicação de recursos do Sistema de Informações Estatísticas para a Educação e Cultura para 1976;

- elaboração do Plano de Implementação do Plano de Estatística Educacional e Cultural;

- contratos, entrosamento, e participação na elaboração de convênio, com o serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério de Educação e Cultura;

- reuniões com técnicos do Ministério de Educação e Cultura;

- participação em reuniões técnicas, coordenadas pela Secretaria do Planejamento, para elaboração do projeto integrado de Desenvolvimento da Região da Vale do Rio Doce;

- participação no projeto de viabilidade para obtenção de empréstimo junto .. CEF, para equipamento e reconstrução das escolas da rede oficial estadual.

AValiação

- participação em elaboração, desenvolvimento e execução de projetos de avaliação, em ação associada com os demais setores da Secretaria;

- levantamento de estatísticas e atividades de interpretação e reclassificação de dados;

- realização de reuniões técnicas para discussão e aprovação de documentos básicos e acompanhamento dos projetos em execução;

- apropriação de dados sobre matrículas, rede de ensino, prédios escolares, capacitação de recursos humanos etc;

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

Foram elaborados, impressos e distribuídas as seguintes publicações:

- Boletim de Informações e Estatísticas Educacionais — Ano I, nº 1, Matrícula Inicial no Ensino Regular de 1º grau no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo — 1974;

- Boletim de Informações e Estatísticas Educacio-

nais — Ano I, nº 2, Matrícula Inicial no Ensino Regular de 2º grau no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo — 1974;

- Boletim de Informações e Estatísticas Educacionais — Ano I, nº 3 — Rede Escolar-Prédios, Estabelecimentos e salas de aula do Ensino Regular de Pré, 1º e 2º graus — 1974;

- Boletim de Informações e Estatísticas Educacionais — Ano I, nº 6 — Matrícula Inicial no Ensino Regular do Estado do Espírito Santo — 1975.

Em fase de impressão e encadernação encontram-se; ainda:

- Boletim de Informações e Estatísticas Educacionais — Ano I, nº 4 — Rendimento Escolar no Sistema de Ensino do Estado do Esp. Santo — 1974;

- Boletim de Informação e Estatísticas Educacionais Ano I, nº 5 — Corpo Docente — Dados Estatísticos Básicos — 1974.

Essas publicações tiveram a sua tiragem fixada em 3.000 exemplares.

ASSESSORIAS

As Assessorias Jurídica, de Assuntos Administrativos Correntes e de Programação e Orçamento, desenvolveram as seguintes tarefas:

- elaboração de proposta orçamentárias;

- elaboração, datilografia e arquivamentos de atos para aberturas de créditos especiais e suplementares;

- estudos e redação de pareceres em processos de direitos e vantagens de funcionários;

- serviços datilográficos e informações processos de enquadramento de pessoal;

- participação em reuniões com outros órgãos da Administração Pública Estadual (Secretarias do Planejamento, Fazenda, Administração, Procuradoria do Estado, Contadoria do Estado, em especial);

- pareceres e atendimentos e consultas formuladas por outros órgãos;

- defesa dos interesses da Secretaria em ações jurídicas ordinárias, mandatos de segurança e consignações em pagamento impetrados por terceiros;

- assistência jurídica em reclamações trabalhistas, homologações de acordo e demais assuntos referentes a Pessoal;

- exames de contratos e escrituras relacionados com aquisição, doação ou alienação de bens;

- assessoramento ao Gabinete sobre assuntos de natureza orçamentária, administrativa e legal ou jurídica.

DIVISÃO DE CURRÍCULO E SUPERVISÃO

Com base nas metas previstas em projeto específico e tendo em vista a implantação da nova Proposta Curricular de 1º grau, a Divisão desenvolveu diversificadas tarefas para acompanhar o desenvolvimento do currículo a fim de obter subsídios para sua operacionalização e Implementação pelas escolas, bem como para sua avaliação.

Para tanto, foi desenvolvido o Projeto de Acompanhamento e Avaliação da Proposta Curricular, que se revestiu de um caráter diagnóstico e/ou de análise descritiva do desenvolvimento de vários aspectos do Currículo.

Para seleção das escolas alvo do projeto deu-se preferência as que estivessem localizadas nos municípios escolhidos pela Secretaria como prioritária para implantação do ensino de 1º grau, nos quais, paralelamente, estão sendo desenvolvidos os projetos "Operação Escola" e "Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores" e que, por isso, oferecem melhores condições para a operacionalização do acompanhamento e avaliação do currículo. Optou-se pelas escolas da rede oficial estadual desses municípios, vez que as mesmas estão sendo objeto dos projetos citados.

Tendo em vista a amplitude da Proposta Curricular partiu-se da análise dos objetivos e atividades nela previstas para delimitação, em cada área, de aspectos fundamentais da aprendizagem, que irão influenciar na aprovação e na retenção dos alunos.

Quanto às séries, foram escolhidas:

- as classes de 1ª série, uma vez que, nesse nível de ensino, ocorrem as maiores taxas;
- as de 2ª série, com o objetivo de verificar a adaptação das experiências adquiridas, anteriormente, pelo aluno, à nova Proposta Curricular;
- as de 5ª série, se justificam pela existência dos professores treinados em cursos de Estudos Adicionais, de acordo com a nova proposta Curricular e, 8ª séries, meta que vem sendo perseguida nos municípios citados.

Para a consecução dos projetos que lhe estavam afetos, a Divisão efetuou as seguintes atividades:

EQUIPE DE SUPERVISÃO CENTRAL

- estabelecimento de normas e diretrizes para operacionalização dos planos de trabalho da Supervisão central, regional e escolar;
- reorganização das equipes de supervisão: central regional e escolar;
- treinamento das equipes de supervisão nos três níveis;
- constituição da equipe de supervisão regional da área de implantação do Modelo de Supervisão;
- organização de uma sistemática de acompanhamento, controle e avaliação da implantação do Modelo de Supervisão;
- acompanhamento, controle e avaliação da implantação do Modelo de Supervisão e da ação supervisora no Sistema;
- organização de uma sistemática de acompanhamento, controle e avaliação da execução de projetos relativos à aceleração da escolaridade dos alunos em defasagem idade/série, bloco único 1ª e 2ª séries;
- acompanhamento, controle e avaliação da execução de projetos relativos à aceleração da escolaridade de alunos em defasagem idade/série e de bloco único 1ª e 2ª séries;
- estudos para elaboração de plano implementação dos currículos plenos das escolas de 1ª e 2ª graus;
- elaboração de planos de implementação, acompanhamento controle e avaliação de currículos plenos;
- implementação, acompanhamento, controle e avaliação da execução de currículos plenos;
- elaboração de materiais que subsidiem as unidades escolares quanto à execução de currículos plenos, e planos de ensino;
- participação no levantamento de vagas para o concurso de remoção de professores;
- elaboração de projeto operativo de implementação, acompanhamento, controle e avaliação das atividades curriculares para correção da distorção idade série dos alunos das quatro primeiras séries do 1º grau;
- elaboração de projeto operativo de acompanhamento controle e avaliação para regularização do fluxo dos alunos nas quatro últimas séries;
- elaboração de projeto de implementação da Proposta curricular de 1ª à 4ª série do 1º grau;
- elaboração do projeto de implementação da Proposta curricular de 6ª série do 1º grau;
- atendimento aos professores das escolas de 1º grau no que se refere à parte especial do currículo.
- elaboração de plano de ação para atendimento aos orientadores educacionais nas escolas.

EQUIPE DE CURRÍCULO DE 1º GRAU

- elaboração de plano para estabelecimento de um subsistema de Informações para Planejamento Curricular;

— elaboração de instrumento para coleta de informações referentes a Proposta Curricular; Currículo Pleno; Educação Acelerada; Bloco Único;

— estudo e análise de Currículos Plenos de Blocos, por amostragem;

— interpretação de informações sobre aplicação do currículo experimentado em 1973/74, para aceleração de escolaridade;

— estudo e proposição de alternativas curriculares para aceleração da escolaridade;

— elaboração de documentos complementares sobre técnicas e processos de organização de currículos plenos;

— relatório da Pesquisa de acompanhamento e avaliação da Proposta Curricular nas 1ª a 2ª e 5ª séries;

— análise de livros para utilização no ensino de 1º grau;

— elaboração de recomendações gerais sobre cada componente curricular do Núcleo Comum, às escolas de 1º grau, com base nos resultados de acompanhamento e avaliação do Currículo;

— participação no curso de Pesquisa e Estatística com técnicos do DEF/MEC;

— participação na montagem do Projeto de Pesquisa experimental sobre Bloco Único;

— elaboração de Proposta Curricular Simplificada para atendimento aos alunos em defasagem idade/série (1ª a 3ª série);

— participação no Projeto de Reorganização da Rede Física Escolar;

— especificação de atividades de apoio pedagógico e de ensino aprendizagem;

— participação no levantamento e tabulação de dados para o Concurso de Remoção;

— assessoramento às Equipes Regionais de Supervisão, relativo à análise de Currículos Plenos;

— participação na reunião de diretores sobre a Proposta Curricular Simplificada;

— elaboração do Projeto de Acompanhamento, controle, Avaliação da Proposta Curricular (1ª a 5ª série);

— tabulação de dados obtidos nos testes aplicados às classes de 5ª série na parte referente ao Núcleo comum da Proposta Curricular.

EQUIPE DE CURRÍCULO DE 2º GRAU

— elaboração do volume II da Proposta Curricular de 2º grau — parte de Educação Geral;

— elaboração da Proposta Curricular para o Magistério de 1º grau — parte especial;

— seleção de livros didáticos para habilitação de 2º grau e parte de Educação Geral junto ao PLIDEF;

— elaboração de documento contendo normas para seleção de livros didáticos.

— elaboração do documento para habilitação de Técnico em Contabilidade;

— realização de Seminário para implantação da Proposta Curricular de 2º grau;

— análise dos testes de sondagem de aptidões por municípios;

DIVISÃO DE ENSINO

A Divisão é o órgão responsável pela implementação de diversos projetos, planos e programas educacionais, cuja execução se processa no âmbito das suas diversas Diretorias e Serviços, como, por exemplo, dentre outros: ampliação de oferta de vagas, intercomplementaridade, ensino especial (excepcionais), reorganização da rede física, ensino supletivo etc. Concomitantemente às ações efetuadas pelos seus setores, a Chefia da Divisão realizou as atividades principais que adiante, se relatam:

— Movimentação rotineira de documentos referentes à administração;

— comunicações internas	840
— documentos expedidos (circulares, ofícios, memorandos, atestados, declarações etc.)	315
— documentos recebidos (ofícios, correspondências)	616
— autenticações de certificados	719
— pedidos de atos	164
— entrada de processos	5.308
— saídas de processos	5.639
— levantamentos de escolas de 1º e 2º graus	2
— deferimento de processos de contratação	90
— conferência de aulas/publicação	312
— atestados de exercício	80
— convênios	48
— comparecimentos a reuniões	32
— atendimentos	2.810

No que diz respeito aos aspectos orçamentários efetuou o registro, fichas, pastas de controle da programação requisição e liberação de quotas de desembolso; elaboração de 305 requisições de adiantamento; informou 150 processos de exercícios anteriores e 52 processos diversos de assuntos relacionados com quota.

Através de dotações próprias prestou assistência material as escolas de 1º e 2º graus da Rede Oficial Estadual, no que se relaciona com material permanente e de consumo.

Ainda no decorrer de 1975, assinala-se, no setor a existência de convênios com 30 escolas particulares de 1ª a 4ª série do 1º grau e 18 outras entidades de fins assistenciais e educacionais.

DIRETORIA DO ENSINO

A Diretoria do Ensino de 1º Grau, além das funções normais a ela inerentes, desenvolveu, ainda, outras atribuições especiais, entre as quais:

— acompanhamento e controle da meta "aquisição de vagas para o ensino de 1º grau — projeto Operação Escola, compreendendo a aquisição de 1306 vagas nas escolas particulares e 1276 vagas nas escolas da CNEC;

— elaboração do documento referente à Escola x Comunidade;

— reorganização da rede física (definição das unidades básicas para a reorganização, estudos de dados, visitas, reuniões, elaboração de circulares etc.).

— levantamento de vagas para o concurso de remoção;

— extensão de carga horária para professores "B" e "C";

— assistência às escolas do sistema, especialmente, pela análise de regimentos e calendários escolares, no total de 133 regimentos e 382 calendários e atendimento direto às escolas;

— no projeto de reorganização da rede física, objetivando a expansão e universalização do ensino para atendimento à clientela de 7 a 14 anos, participou de reuniões com outros órgãos e grupos locais promovendo, outrossim, palestras para divulgação e visitas a 40 escolas;

— estudo e redistribuição de carga horária das Escolas Polivalentes e Polivalentizadas;

— atendimento especial a escolas com implantação progressiva do ensino completo de 1º grau (remanejamento de professores das classes de 5ª, 6ª e 7ª séries, com a finalidade de expansão e melhoria do ensino;

— distribuição da verba de gêneros alimentícios, para complementação da caixa escolar dos estabelecimentos para fornecimento de merendas, com atendimento a 33 municípios, alcançando 38 escolas e 6.855 alunos;

— colaboração mediante convênios, com entidades particulares para atendimento do pré-escolar;

— visitas para orientação pedagógica, aos estabelecimentos de pré-1º grau oficiais;

No setor de educação especial, assinalam-se:

— atendimento itinerante a alunos portadores de deficiências visuais, nos municípios de Cariacica, Vila Velha e Vitória, que frequentam cursos em 12 estabelecimentos de 1º grau e ainda, na Faculdade Espírito-santense de Administração e na Universidade Federal do Espírito Santo;

— realização de atendimento no setor e domiciliar e treinamento de mobilidade;

— realização de 37 palestras, 15 reuniões pedagógicas e 26 outras reuniões diversas;

— através de bolsas de estudos, foi promovido o treinamento de professores para a área de educação de cegos e deficientes de visão, em cursos realizados no Instituto Benjamin Constant (Rio) e na Escola Paulista de Medicina (S. Paulo), no período de agosto a dezembro;

— realização da semana Nacional Comemorativa do Sesquicentenário do Sistema Braille, no período de 10 a 16 de setembro, (envio de circulares às escolas de 1º e 2º graus, exposição de material especializado distribuição da biografia de Louis Braille e do alfabeto Braille, palestras, concursos sobre a vida e obra de Louis Braille entre alunos de 1ª a 8ª série do 1º grau, etc.);

Participação nos seguintes congressos, cursos, comissões e semanas:

— curso de psicomotricidade (Clínica Psicopedagógica da Lagoa-Rio);

— IV — Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais (Ass. Bras. de Deficientes Visuais-Curitiba);

— Comissão Organizadora da Semana Nacional Comemorativa do Sesquicentenário do Sistema Braille (CENESP/MEC-Rio);

— Semana Nacional da Criança Excepcional — SEC-Vitória, do 1º grau;

— Visitas de Supervisão e Orientação às escolas de atendimento de deficientes mentais e da audiocomunicação, em 25 municípios, no total de 96 classes alcançando-se mais de 1.500 alunos;

— no setor de deficientes da audiocomunicação foram atendidos 203 alunos, em 25 classes, nos municípios de Cachoeiro, Colatina, Mimoso do Sul, São Gabriel da Palha, Vila Velha e Vitória;

— no setor de deficientes mentais verificou-se o atendimento de 780 alunos, distribuídos em 71 classes e 25 municípios e foram realizados 122 visitas de orientação e supervisão;

— ainda no que tange aos deficientes mentais foram feitos 28 atendimentos e encaminhamentos; realizadas 5 palestras; elaborados questionários de avaliação de reuniões pedagógicas; reproduzidas e distribuídas apostilas aos professores; e realizadas 16 visitas às escolas conveniadas.

No setor de Pré-1º grau, deu-se atendimento a ... 8.497 alunos, em 44 escolas da rede oficial estadual e 18 escolas conveniadas, envolvendo 224 professores e foi distribuída verba para alimentação a 38 unidades escolares.

Atendendo solicitação do MEC o Setor Educação de pré 1º grau está coordenando uma equipe inter-setorial para elaboração do projeto de Educação Pré-Escolar.

DIRETORIA DO ENSINO DE 2º GRAU

Além das rotinas administrativas usuais, as atividades específicas da Diretoria do Ensino de 2º Grau, assim se desenvolveram:

— levantamento de vagas para o Concurso de remoção;

— montagem do plano operacional de 1976 — MEC/DEM;

- análise de regimentos das escolas;
- orientação para funcionamento de novos cursos de 2º Grau;

— efetivação da intercomplementaridade entre a Escola de 2º Grau do Espírito Santo e Escola Técnica Federal para o curso de Mecânica, compreendendo atividades de planejamento, seleção e contatos com diretores das escolas, alunos e técnicos do MEC;

— efetivação da entrosagem entre o Liceu Muniz Freire e Colégio Cristo Rei, ambos de Cachoeiro de Itapemirim, para oferta dos cursos de Secretariado, Administração, Química e Técnico em serviços Bancários;

— elaboração de projetos para a realização de cursos de atualização para diretores e secretários de escolas de 2º Grau;

— elaboração de projeto para formação de professores de 2º Grau, nas áreas secundárias e terciárias, previstos na Portaria Ministerial nº 432/71, que visa oferecer complementação pedagógica ao pessoal de nível superior para atuar no magistério (esquema I).

DIRETORIA DO ENSINO SUPLETIVO

No exercício, a Diretoria do Ensino Supletivo desenvolveu as atividades principais a seguir relatadas:

— Educação Integrada — (fase I) visando o aumento de escolaridade dos alunos egressos do Mobral, ministrando, no horário de 19 às 21 horas, o ensino de 2a., 3a. e 4a. séries do 1º grau, com a matrícula inicial de 36565 alunos. (1a. etapa);

— Projeto Minerva — ministrando o ensino Correspondente a 5a., 6a., 7a. e 8a. séries do 1º grau, através do rádio, com a matrícula inicial de 1706 alunos distribuídos em 20 municípios.

— Qualificação Profissional — oferecimento do curso de Auxiliar de Adm. de Empresa, a nível de 2º grau, realizado através da TV-2, com a matrícula inicial de 80 alunos.

— Educação Integrada (fase II) — ministrando, de forma compacta em 2 anos, o ensino das 4 últimas séries do 1º grau, com o total de 800 alunos;

No que diz respeito à Capacitação de Recursos Humanos para o ensino supletivo foram realizados:

— Treinamento de 23 professores para o Centro de Estudos Supletivos, por instrução programada, em convênio com o DSU/MEC.

— Treinamento de 15 supervisores, 5 planejadores e 2 administradores, por instrução programada, em convênio com o DSU/MEC.

— Treinamento de 19 professores universitários e 9 professores primários (PA), por instrução programada, na filosofia e metodologia do ensino supletivo.

— Encontro com técnicos do DSU/MEC, no CETAPES, para avaliação dos cursos realizados.

Destacam-se, ainda, a realização dos seguintes serviços:

— Elaboração do projeto para implantação do curso de Auxiliares de Enfermagem pela Fundação Hospitalar do Espírito Santo.

— Colaboração na feitura do projeto para obtenção de auxílio financeiro para a expansão das atividades educacionais do MEPES.

— Construção e equipagem do Centro de Estudos Supletivos, para atendimento, diário, de 800 alunos.

— Visitas de supervisão aos 53 municípios do Estado para acompanhamento e avaliação dos programas de Educação Integrada e Projeto Minerva.

— Reuniões com os diretores dos estabelecimentos pré-selecionados para a implantação dos cursos preparatórios, aos exames supletivos de 1º e 2º graus.

— Participação no III Encontro de Dirigentes do Ensino Supletivo.

— Reuniões em Brasília com técnicos do DSU/MEC.

Foram realizados três exames supletivos, nos meses de fevereiro, maio e setembro, aos quais se inscreveram 57.504 candidatos, sendo 19.521 do 1º grau e 37.983 do 2º grau.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

A Diretoria de Educação Física orientou seus esforços com a finalidade de desenvolver uma ação normativa, assistencial e estimuladora das ações realizadas no âmbito das escolas e da comunidade.

Por outro lado, foram postas em prática novas iniciativas tendentes a manter uma linha direta de comunicação da Diretoria com as diversas unidades envolvidas na sua programação, assim como, no sentido de obter a cooperação de outras entidades que, por suas condições, pudessem participar, efetivamente, no desenvolvimento das atividades projetadas.

Afora a programação desportiva propriamente dita, desenvolveu ainda, os seguintes serviços e atividades:

— participação na lavratura e assinatura dos convênios SEC/DED/MEC para construção da piscina e melhoramentos das instalações (ginásio e campo) da Diretoria (Bento Ferreira) e dos Centros de Educação Física de Vitória e de Cachoeiro de Itapemirim;

— coordenação geral do desfile escolar de 8 de setembro — Dia da Cidade — no qual participaram 2.400 alunos;

— demonstração desportivas de Cachoeiro de Itapemirim, festival de Ginástica e dança;

— elaboração da proposta curricular do 2º grau (Educação Física);

— criação das escolinhas do DED, compreendendo — Volei, Basquete, Handebol, Natação, Ginástica Olímpica e Dança, com a participação de 1.200 alunos.

— elaboração do projeto para construção dos Centros de Educação Física de:

- Alegre
- Cachoeiro de Itapemirim
- Castelo (em construção)
- Colatina
- Linhares
- Nova Venécia (em construção)

— projetos de construção da piscina (construção já concluída) e reforma da pista de atletismo.

— elaboração do projeto para a constituição da Biblioteca Especializada em Educação Física.

— elaboração dos projetos dos jogos Regionais Norte, Sul e Centro

— Projeto de recuperação das piscinas de Cachoeiro de Itapemirim e do Instituto de Educação Prof. Fernando Duarte Rabelo, de Vitória.

— elaboração do calendário para 1976.

— curso de treinamento para professores leigos, realizado em Vitória, com a presença de 150 professores.

As competições efetuadas pela Diretoria vão relacionadas em quadro anexo

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS Competições realizadas em 1975

Nome da Competição	Mês de realização	Atletas Participantes	Entidades Envolvidas	Local de realização
Competição de Atletismo	MAIO	199	Esc. de 1º Grau da Grande Vitória	Diretoria de Educação Física e Desportos
"Você sabe correr?"	JUNHO	120	Esc. de 1º e 2º Grãos Públicas e Particulares FAFABES — EMESCAM — FAFESA e UFES	— Bento Ferreira
Festival de Seleções			Delegação Estudantil Capixaba	Bento Ferreira Brasília
JEB'S (Jogos Estudantis Brasileiros)	JULHO	120		
Competição de Atletismo	AGOSTO	112	Esc. de 1º Grau da Grande Vitória	Diretoria de Educação Física e Desportos
"Você sabe Saltar?"	AGOSTO	270	Escolas Polivalentes do E. Santo	— Bento Ferreira Itapemirim
Jogos Inter-Polivalentes de Itapemirim	AGOSTO	648	Esc. 1º e 2º Grãos — Castelo / Com. ..	Castelo
Jogos Estudantis e Comunitários "Mário Filho"	AGOSTO	292	Esc. 1º e 2º Grãos — Muqui	Muqui
Jogos Estudantis de Muqui	AGOSTO	270	Esc. 1º e 2º Grãos — Colatina	Colatina
Jogos Estudantis de Colatina	AGOSTO	163	Esc. 1º e 2º Grãos — Públicos e Particulares da Grande Vitória	Ginásio de Esportes do DED — Bento Ferreira
Torneio de Voleibol "Dr. Alvaro José de Carvalho"	AGOSTO			
Jogos Estudantis de Cachoeiro de Itapemirim	AGOSTO	527	Esc. 1º e 2º Grãos — C. Itapemirim ..	Cachoeiro de Itapemirim
Torneio Infanto-Juvenil de Basquetebol ..	AGO/SET	420	Esc. de 1º e 2º Grãos — Públicas e Particulares	Ginásio de Esportes do DED — Bento Ferreira
Campeonato Estudantil de Basquete "Prof. Alberto Stange Jr."	AGO/ à OUT.	360	Esc. de 1º e 2º Grãos — Públicos e Particulares da Grande Vitória — E.S. ..	Ginásio de Esportes do DED — Bento Ferreira
Campeonato Juvenil de Basquetebol	OUTUBRO	290	Esc. de 1º e 2º Grãos — Públicos e Particulares da Grande Vitória — E.S. ..	Ginásio de Esportes do DED — Bento Ferreira
Competição Aberta de Atletismo	SETEMBRO	167	Esc. de 1º e 2º Grãos da Grande Vitória	Diretoria de Educação Física e Desportos
Campeonato Estudantil de Handebol de Vitória	SETEMBRO	270	Esc. de 1º e 2º Grãos — Públicos e Particulares da Grande Vitória — E.S. ..	— Bento Ferreira
1º Torneio de Xadrez "Profº Elton Ribeiro do Val"	OUT à DEZ.	42	Esc. 1º e 2º Grãos — G. Vitória ...	Ginásio de Esportes do DED — Bento Ferreira
JORED'S (Jogos Regionais Desportivos) ..	NOVEMBRO	730	Esc. de 1º e 2º Grãos da G. Vitória e do Interior do Estado	Diretoria de Educação Física e Desportos
Campeonato Mirim de Ginástica Olímpica	NOVEMBRO	32	Esc. de 1º e 2º Grãos — Públicos e Particulares da Grande Vitória — E.S. ..	— Bento Ferreira
Esc. Aprendizes Marinheiro do Esp. Santo — Ginásio Castelo Branco				
Ginásio de Esportes do DED — Bento Ferreira				
Alunas da Escolinha do DED	NOVEMBRO	20		Salão de Gin. do DED

1ª Demonstração de Dança

COORDENAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

A Coordenação do Livro Didático estão afetos os trabalhos de distribuição de volumes para o aumento do acervo do Banco do Livro e das Bibliotecas conveniadas com o INL.

Em 1975, foram distribuídos os seguintes quantitativos:

- a) Ensino Superior — 2.620 volumes beneficiando a todas as Escolas Superiores, além da UFES.
- b) Ensino de 2º Grau — 16.900 livros alcançando 64 unidades escolares.
- c) Ensino de 1º Grau — 264.000 livros textos, inclusive a reserva técnica beneficiando a 62.700 alunos, recebendo cada um 4 (quatro) volumes distintos.

Foram, também, atendidas 30 bibliotecas conveniadas com o INL (Instituto Nacional do Livro) às quais foram entregues 13.200 livros-texto.

Além da participação no "V e VI Encontros Nacional, respectivamente em Fortaleza e Brasília, a Coordenação elaborou a programação 75/76, para a distribuição, em março de 1976, na área do 1º grau, de 343.000 livros texto para alunos e 17.150 livros às bibliotecas conveniadas.

COMISSÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO

A realização periódica do Concurso de Remoção de Professores é medida que se impõe, quer pelos seus efeitos benéficos no rendimento do ensino, quer no atendimento das aspirações pessoais do professorado que, nesta medida, vê a possibilidade de melhor se integrar nas comunidades em que pretendem atuar.

Assim sendo, a realização dessa atividade era medida que se impunha com urgência, razão por que foi constituída a Comissão Central de Concursos, de cuja atuação resultou:

- elaboração do regulamento do Concurso e demais providências relacionadas com a sua organização;
- estabelecimento de normas para o pessoal em disponibilidade; professores integrantes das equipes técnicas e/ou nomeados para cargos em comissão e demais professores amparados em leis específicas;
- Publicação de edital e abertura das inscrições às quais compareceram 2991 candidatos, assim distribuídos:

Administração Regional de:	Nº de Candidatos
Afonso Cláudio	156
Cachoeiro de Itapemirim	770
Colatina	516
Nova Venécia	128
Vitória	1.421
T O T A L	2.991

Paralelamente às demais atividades, a Comissão procedeu ao julgamento dos recursos interpostos por candidatos inscritos pelas Regiões Administrativas de Afonso Cláudio e Nova Venécia, que resultaram em alterações na classificação de 3 candidatos.

Na execução do cronograma das atividades, assinale-se a publicação das classificações dos candidatos de Afonso Cláudio e Nova Venécia e o encaminhamento à Imprensa Oficial, para publicação, das classificações dos candidatos das demais Regiões.

As escolhas de cadeira serão processadas nos dias 10/02/76, em Afonso Cláudio e Nova Venécia; 16/02/76 em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina; e, a partir do

dia 23/02/76, em Vitória. Em março, será feita a chamada geral das vagas remanescentes da 1a. escolha, obedecidas as áreas de opção feita pelos inscritos.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO RURAL

Através da municipalização do ensino busca-se a adesão das comunidades capixabas e, principalmente, a sua participação na tarefa educacional, pela conjugação de esforços e utilização plena dos recursos existentes.

Assim sendo, a municipalização do ensino tem como objetivos:

- transferência gradativa para o Município da responsabilidade na administração e parte da manutenção do Ensino de 1º Grau rural;
- participação efetiva da comunidade no processo de desenvolvimento do ensino;
- correção da dispersão dos recursos empregados em educação no município.

Em 1975, deu-se ênfase à programação:

- a) pela assinatura para transferência de encargos e serviços de educação rural aos municípios de: Aracruz, Domingos Martins, Nova Venécia, Santa Teresa, São Gabriel da Palha e Viana e estabelecidos 6 outros municípios, para acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos trabalhos executados em Alfredo Chaves, Ibirapu, Itaguaçu, Muqui, Fundão e Pinheiro;
- b) pela assinatura de convênios para prestação de assistência técnica com 36 municípios.

O Grupo de Municipalização do Ensino, no exercício, promoveu reuniões, encontros e palestras, com as Prefeituras Municipais e outras instituições, visando orientar, à transferência de encargos educacionais, criação, organização e reorganização dos órgãos municipais de educação, execução de projetos e participação efetiva das comunidades no processo educacional.

Além de promover 42 visitas aos municípios do Estado, a equipe esteve representada no Encontro "Programa de Integração Estado-Municípios", realizado em Sergipe e no "I Encontro Nacional de Educação Municipal", em Brasília.

Presentemente, processa-se a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, de cujos resultados preliminares já se pode concluir

— entrosamento escola-comunidade, em que se assinala a criação de conselhos municipais, de cuja ação está resultando trabalhos de recuperação e conservação de bens imóveis, com a comunidade ofertando materiais e mão de obra; melhor assistência ao educando; melhoria na merenda escolar; conscientização da responsabilidade dos pais na educação; maior frequência dos alunos, realização de campanhas para aquisição de material de limpeza e utensílios escolares; recuperação de móveis escolares etc;

— assistência do Executivo Municipal — com as Prefeituras Municipais oferecendo condições para que os órgãos Municipais de Educação atuem de modo abrangente, envolvendo todos os problemas educacionais da municipalidade;

— órgãos Municipais de Educação — concessão de ajuda financeira para visitas às escolas da zona rural; fornecimento de todo material de consumo; ajuda financeira para a realização de cursos para professores; confecção de impressos para escrituração escolar etc.

— rede física — construção, reforma e conservação de prédios escolares; equipamento das unidades escolares; recuperação de carteiras etc.

— assistência ao educando — atuação junto aos órgãos de saúde para vacinação na zona rural, aquisição de gêneros alimentícios e utensílios domésticos para a preparação e distribuição da merenda escolar; aquisição e distribuição de material didático; tratamento dentário de educando, concessão de bolsas de estudo etc

Cumpramos ressaltar, outrossim, que, por intermédio dos seus assistentes Técnicos, o Grupo de Municipalização do Ensino efetuou, em 1975, ainda, as seguintes tarefas:

— levantamento das prioridades físicas de zona rural; elaboração do Plano Municipal de Educação; auxílio ao Supervisor no planejamento e orientações pedagógicas; visitas às escolas rurais; contatos com os Srs. Prefeitos Municipais, lideranças e instituições locais; criação de Conselhos Comunitários, caixa escolar, Clubes Agrícolas etc.

A supervisão atuou diretamente na zona rural, orientando o pessoal docente na utilização eficaz da proposta curricular (manuseio, seleção de atividades, elaboração de objetivos e técnicas de ensino). Além das orientações referentes à Proposta Curricular, ênfase maior foi dada à 1ª. série, no que diz respeito à alfabetização procurando fornecer aos professores não só o conhecimento do método como também a aplicação do mesmo e o acompanhamento dos trabalhos docentes.

DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal estiveram afetos os registros Gerais de Pessoal; controle de frequência; confecção de folhas de pagamento e descontos; recolhimentos previstos em lei: INPS, FGTS, PASEP, IMPOSTO DE RENDA, etc.; cadastramento, encaminhamento de processos de licença; fatura de contratos e aditivos de contratos; assinatura e registro em carteiras profissionais; atendimento a servidores e aos demais setores da Secretaria.

A Chefia da Divisão, coube, ainda, o trabalho de assessoramento, no que tange a pessoal, à chefia do Departamento de Apoio Administrativo e a cooperação, aos demais setores da Secretaria.

Através dos seus serviços, em número de 4 (Pessoal Docente Efetivo, Pessoal Docente Transitório, Pessoal Técnico Administrativo e Pessoal Regido pela CLT) desenvolveu as atividades burocráticas de rotina e mais as seguintes tarefas específicas:

— registro, distribuição, datilografia e arquivamento de todo o expediente que transitou pela Divisão;
— controle de frequência (abonos de faltas, justificativas, férias, laudos médicos, suspensão de contratos) dos servidores;

— datilografia, registro e arquivamento das Ordens de Serviço, CI, memorandos, instruções de serviço, assinalando-se em especial:

— ordens de serviço	1497
— C I (comunicações internas)	5923
— exame e despachos de processos tramitados na D P	26900;

— serviços datilográficos de mapas e informações em processos referentes ao enquadramento de pessoal e comunicações sobre enquadramento e lotação;

— anotações, nas fichas funcionais de todos os servidores, dos atos publicados no órgão oficial, referentes ao pessoal administrativo,

— organização dos processos de nomeação e posse

de funcionários administrativos designados como substitutos, readmitidos, nomeados (serventes, auxiliares administrativos, assistentes Administrativo);

— atendimento e orientação, em grande escala, ao público;

— informação, despacho e encaminhamento de processos;

— remessa de memorandos aos estabelecimentos de Ensino;

— registro, em livro próprio, de saídas de processos;

— expedição diária de abonos de falta e guias de licença;

— fornecimento de atestados sobre vida funcional às pessoas interessadas em inscrições a concursos diversos.

No Serviço de Pessoal Docente efetivo, consignam-se os seguintes dados:

— manuseio, informação, despacho e encaminhamento de processos de professores exonerados, aposentados, demitidos e falecidos	135
— guias de licença	2.276
— atestados expedidos	688
— processos diversos tramitados	18.118
— controle do PASEP (cadastramento e entrega de comprovantes)	386

O resumo das atividades do Serviço de Pessoal Docente transitório, aponta:

— levantamento de dados (Monitores I, II e III)	14.822
— atestados fornecidos	52
— guias de licença	153
— saída de processos informados	2.694
— posse de substitutos designados	57

DIVISÃO DE ASSUNTOS FINANCEIROS

A Divisão de Assuntos Financeiros couberam os assuntos de controle contábil e orçamentário.

A Divisão participou das reuniões para elaboração de orçamento e forneceu orientação aos demais setores no que se refere a ações contábeis e orçamentárias.

Afora as rotinas administrativas usuais, desenvolveu, também, as seguintes tarefas específicas:

DIRETORIA FINANCEIRA

realizou as tarefas de emissão de:

— notas de pagamento despesa orçamentárias	1.305
— notas de pagamento extraorçamentário ..	1.283
— notas de empenho	1.603
— notas de anulação	159
— adiantamentos	416
— cheques	1.743
— depósitos bancários	1.743

CONTADORIA SETORIAL

Efetuiu as seguintes atribuições:

— conferência de notas de pagamento extra-orçamentário	1.283
— conferência de notas de pagamentos orçamentário	1.305
— conferência de empenhos (ordinário, estimativo e global)	1.603
— análise de processo e prestação de contas	600

— reanálise de processos de prestação de contas	360
— entrada de processos	5.152
— saída de processos	4.952
— registro de empenhos	1.603
— registro de notas de pagamentos	2.588
— registro de notas de anulação	156
— conferência de processos de liquidação de pagamento	2.588
— contabilização de documentos	2.930

A Contadoria realizou, por outro lado, o levantamento de "Restos a Pagar" e preenchimento dos modelos CODEC-9 e CODEC-10, respectivamente, Demonstrativo das execuções Orçamentárias de Despesas e Controle da Programação e Execução Financeira.

DIVISÃO DE APOIO AO SISTEMA DE ENSINO

A Divisão efetivou as tarefas de apoio auxiliar ao sistema de Ensino, quer pela coordenação e supervisão das tarefas realizadas no âmbito das Diretorias que lhe são subordinadas, quer pela visita a estabelecimento de ensino, inclusive particulares, a fim de colaborar na solução dos problemas surgidos.

Pelo serviço de Verificação da Vida Escolar foram executados os trabalhos de registro dos diplomas e certificados de todos os cursos de nível médio, autenticação de certificados de exames supletivos, autenticação das fichas de histórico escolar de todos os alunos matriculados em escolas superiores, bem como expedidas certidões de histórico escolar de alunos que frequentaram colégios atualmente extintos, ressaltando-se:

— registros de diplomas (cursos de Técnico em Contabilidade, Secretariado, Administração e Formação para o Magistério de 1º grau)	3.502
— autenticação de certificados de exames supletivos	1.011
— autenticação de histórico escolar de alunos do Curso Superior	3.045
— Certidões de histórico escolar fornecidas	24
— processos encaminhados	97

DIRETORIA DE RECURSOS INSTRUCCIONAIS

A Diretoria de Recursos Instrucionais, tem por finalidade precípua a de prestar assistência aos órgãos educacionais, escolas e professores do Sistema na elaboração de materiais e recursos instrucionais, bem como nas atividades de intercâmbio e cooperação escola-comunidade.

No setor de Biblioteca e Banco do Livro promove tarefas de orientação a Auxiliares de Bibliotecários e funcionários, quanto à organização de bibliotecas; técnica de preparação das publicações para uso dos leitores; organização de bibliotecas; organização, implantação e funcionamento do Banco do Livro; documentação do Banco do Livro; elaboração de fichas para remanejamento de acervos bibliográficos etc.

No setor de audio-visuais realizou sessões cinematográficas; preparo de material de projeção, roteiros de projeções; aulas sobre recursos audiovisuais e outras atividades semelhantes.

No transcurso de 1975, através de aulas, palestras, atendimento diário possibilitou treinamento com materiais audiovisuais variados (projetores sonoros, de "slides" e diafilmes, gravadores, episcópios etc.) a inúmeros professores. No período de 11 a 30 de agosto, realizou o ETRA-75 (Estágio e Treinamento em Recursos Audiovisuais, para 50 professores, de vários níveis).

O resumo das principais realizações efetuadas pela Diretoria, evidenciam, ainda:

— confecção de painéis e murais didáticos	72
— confecção de cartazes:	54
— formativos e informativos	23
— mapas diversos	23
— material mimeografados (vultos históricos, apostilas diversas, método analítico, método eclético, método D. Bosco, Banco do Livro, Biblioteca etc.)	24.500
— desenhos e ilustrações	413
— diversos (capas de relatórios, projetos, albums seriados, desenhos em "Stencil", roteiros para "Slides" e diafilmes, impressos, vitrais, transformações de diafilmes em "Slides" etc.)	61.195
— aulas sobre Recursos Audiovisuais (incluindo o ETRA-75)	93
— professores treinados (incluindo o ETRA-75)	210
— palestras sobre o Banco do Livro	10
— orientações sobre uso de material (cartazes, painéis, murais, albums seriados técnicas artísticas, montagem de equipamento audio-visual, comemorações de datas cívico-religiosas etc.)	240
— empréstimo de material educativo (cartazes gravuras, projetores fixos, diafilmes, projetores sonoros 16mm, telas de acrílico, flanelógrafos, revisos de "Slides", revistas)	389
— empréstimo de coleções de "Slides"	428
— sessões cinematográficas, abrangendo 51555 espectadores (para alunos de escolas de 1º e 2º graus)	227
— confecção de serviços fotográficos:	1.624
— fotografias	12
— coleções de "slides"	88
— transformações de diafilmes em "slides"	60
— ísteiros para "Slides"	70
— roteiros para diafilmes	450
— distribuição de folhetos para o Concurso "O Livro e a Criança"	448
— preparo de circulares e envio às escolas de 1º e 2º graus sobre comemoração cívicas	26
— preparo de caixas colecionadoras de folhetos e monografias	26
— entrevistas individuais com auxiliares de Bibliotecários	191
— visitas às escolas visando o funcionamento de bibliotecas	1.335
— serviços gerais do Banco do Livro (boletim mensal, documento informativo sobre a implantação do Banco do Livro, circulares sobre os trabalhos do Banco do Livro etc.)	

Além das demais tarefas rotineiras, a Diretoria promoveu e participou de reuniões com diretores de escolas e outros órgãos da SEC; compareceu ao Encontro Regional Centro Sul dos CRUTACS; realizou o concurso "O Livro e a Criança", em comemoração à Festa Nacional do Livro; e ficou responsável pela projeção do Filme "BRASIL ONTEM, HOJE E AMANHÃ", para o público em geral, nos municípios de Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Baixo Guandú, Colatina, Domingos Martins, Fundão, Itaguaçu, Itarana, Pancas, São Gabriel da Palha e Vitória, sendo que, neste último, o filme foi exibido, também, nas Faculdades, Centros Comunitários etc. e, incluído na programação festiva do "Dia de Vitória", teve sua projeção prolongada até o mês de novembro, abrangendo todas as escolas de 1º e 2º graus da Grande Vitória.

Associando-se às comemorações da Semana da Criança, a DRI efetivou, ainda, a realizações de sessões

Cinematográficas para as escolas de 1º grau da Grande Vitória, atividades estas que tiveram lugar no auditório do CETAPES.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

A Diretoria de Assistência ao Educando foram cometidas, entre outras atribuições, as tarefas de assegurar assistência aos alunos carentes a fim de garantir-se o cumprimento da obrigatoriedade escolar, bem como dar execução aos planos de aplicação de recursos estaduais que, adicionados aos de origem federal e municipal, constituem a base para prestação de assistência ao estudante.

Em 1975, o seu plano de distribuição de bolsas de estudos beneficiou a 955 alunos, assim discriminados:

1º grau	7.697
2º grau	1.976
Excepcionais	282

DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS

A Diretoria de Serviços Gerais, estiveram afetos todos os serviços de conservação das dependências e instalações da Secretaria, além das providências administrativas de natureza condominial.

Em resumo, executou as seguintes tarefas e atividades:

SERVIÇO DE EXPEDIENTE

Ao serviço de expediente competiu: a elaboração de atos; datilografia em geral; redação de ofícios; comunicações internas; memorandos; conferência de publicações; manutenção de arquivos de cópias de atos; de ofícios etc.; controle do arquivo dos atos de interesse da Secretaria; informações de processos; atendimento ao público e outras tarefas correlatas.

No setor, foram desenvolvidas as seguintes tarefas específicas:

Ordens de Serviço	2.647
Comunicações internas e ofícios	6.221
Resumos de contratos e aditivos	893
Tabelas, relações, editais	84
Informações de processos	784
Atendimento de pessoas (média diária)	20
Tramitação de processos	17.309

SERVIÇO DE PROTOCOLO

Compreende o controle, através de fichários, das entradas e saídas de processos; controle de entrega de processos aos diversos órgãos; informações de processos; registros de entradas e saídas; atendimento a todos os setores da Secretaria; atendimento ao público. Abaixo, o movimento geral de Protocolo.

Autuação de processos	27.341
Trânsito de processos	123.802
Informações de processos (média diária)	50
Atendimento ao público (média diária)	125
Ofícios recebidos	293
Movimentação de comunicações internas	5.017

SERVIÇO DE ARQUIVO

O Setor executou as tarefas de guarda e conservação dos processos arquivados; organização e controle das consultas; registros das entradas e saídas de documentos; informações de processos; atendimento aos setores da Secretaria; atendimento ao público.

O resumo das atividades do serviço evidencia:

Processos arquivados	23.032
Processos informados	2.125
Atendimento aos diversos órgãos (m. diária)	20
Atendimento ao público (média diária)	30
Encadernações	197

SERVIÇO DE PORTARIA, ZELADORIA E VIGILÂNCIA

A responsabilidade deste Serviço estiveram afetas as tarefas de expedição de toda a correspondência da Secretaria; recebimentos de correspondência e outros; tramitação de processos; controle de entradas e saídas de correspondências, processos e encomendas. Limpeza diária do prédio e do pátio e faxina geral, duas vezes ao mês; controle e distribuição de café; conservação do prédio e seus pertences; conservação e recuperação permanente do piso, paredes, caixa d'água, rede elétrica, aparelhos eletrônicos, relógios; vigilância noturna todos os dias e diurno, especialmente, aos sábados, domingos e feriados.

A estatística deste Serviço apresenta os seguintes números:

Processos expedidos	17.730
Cartas simples postadas	7.201
Cartas registradas postadas	748
Telegramas expedidos	297
Cartas em mão	2.477

BOLETIM INFORMATIVO

A edição do boletim informativo envolve as tarefas de datilografia em "stencil" conferência do material datilografado; impressão em mimeógrafo; alceamento manual; grampeação manual; empacotamento, selagem e expedição pelo correio; distribuição nas diversas repartições da Capital.

No exercício, foram impressos 32 Boletins e 10 anexos, cada um contendo, em média, 20 folhas de papel tamanho ofício, impressas nas duas faces, o mesmo acontecendo com os anexos relativos as designações de Monitores I e II.

SERVIÇO DE TRANSPORTE

Encarregado do atendimento, esquematizado As solicitações de veículos; controle, guarda e serviços de manutenção e conservação de veículos; preenchimento de impressos sobre movimentação de carros; abastecimento dos veículos (combustível e lubrificação).

No período de janeiro a agosto, o serviço foi responsável pela operação, manutenção e guarda de 18 veículos, os quais, a partir de 25 de agosto, face às disposições do Decreto Nº 686, foram recolhidos ao Departamento de Transportes da Secretaria de Administração, com exceção dos carros de representação e do Brasília AA-1281, que servem ao Gabinete.

DIRETORIA DE PRÉDIOS

Através da Diretoria de Prédios deu-se execução aos trabalhos de construção e de recuperação da rede física escolar, além das demais atividades rotineiras do Setor.

Foi a seguinte programação de obras no exercício, mediante licitação e/ou convênio com as Prefeituras Municipais:

PROJETO 1020 — OBRAS CONTRATADAS

ESCOLA	MUNICÍPIO	NATUREZA DA OBRA
E. 1º e 2º graus Stª Cruz	Aracruz	ampliação
E. 1º grau Fraternid. e Luz	C. Itapemirim	muro e alambrado
Idem Afonso Schwab	Cariacica	ampliação
Idem Cristo Rei	Cariacica	Muro de vedação
Idem Jonas Montenegro	D. Rio Preto	ampliação
Idem São Geraldo	Guaçu	muro e quadra de esport.
Esc. Polivalente Guaçu	Guaçu	muro de arrimo
E. 1º grau de Meaie	Guarapari	construção
Idem Joventina Simões	Guarapari	construção
Idem de Itarana	Itarana	construção
Idem Filomena Quitiba	Piúma	ampliação
Idem Pe. Antunes Siqueira	Viana	muro vedação
Idem Novo México	Vila Velha	muro vedação e ampliação
Idem Florentino Ávidos	Vila Velha	recuperação de muro
Esc. Polivalente Aribiri	Vila Velha	muro, alambrado/cerca
Esc. Polivalente Maruípe	Vitória	muro e cerca
Idem M.A. Pedro Rabaloli	Vitória	muro e cerca
Centro de Educação Física	Vitória	muro, alambrado, grades
Parque I. D. Vargas	Vitória	muro arrimo e vedação
E. 1º grau Hildebrando Lucas	Vitória	área coberta e galpão
Idem Gomes Cardim	Vitória	muro de arrimo/vedação
Idem Almirante Barroso	Vitória	muro de vedação
CETAPES	Vitória	muro de vedação

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 15.03 — ATIVIDADE 2047

ESCOLA	MUNICÍPIO	NATUREZA DA OBRA
E. 1º grau João XXIII	B.S. Francisco	recuperação/conservação
C. Est. Liceu Muniz Freire	C. Itapemirim	" "
E. 1º grau e 2º grau J. Bley	Castelo	" "
Idem M. E. Tomazi	Mimoso do Sul	" "
Adm. Regional N. Venécia	N. Venécia	adaptação prédio
E. 2º grau do Esp. Santo	Vitória	adaptação de salas
Centro Educ. Física — DED	Vitória	Piscina, casa bombas

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 15.03 — ATIVIDADE 2 043

ESCOLA	MUNICÍPIO	NATUREZA DA OBRA
G.E. Aristeu Aguiar	Alegre	recuperação/conservação
E. 1º grau Sirena R. Fonseca	Alegre	" "
Jardim Inf. Amélia Aivim	Apicá	" "
E. 1º grau Candida Póvoa	Apicá	" "
Idem Gabriel Silveira	Apicá	" "
Idem José Carlos	Apicá	" "
Idem Barra Riacho	Aracruz	" "
Idem Dílio Penedo	Aracruz	" "
Idem M. Pinto Neto	Aracruz	" "
Idem Aparício Alvarenga	Aracruz	" "
Idem M. Costa e Silva	Aracruz	" "
Idem Xavier Calfa	Aracruz	" "
Idem Horácio Plínio	B. Jesus Norte	" "
Idem Antonio Horácio	B. Jesus Norte	" "
Idem André Lulz	B. Jesus Norte	" "
Jardim Infância Gil Veloso	B. Jesus Norte	" "
E. 1º grau Inah Werneck	C. Itapemirim	" "
Idem Petronilha Vidgal	C. Itapemirim	" "
Idem C. Olímpio Cunha	Cariacica	" "
Idem Antonio Esteves	Cariacica	" "
Idem Stélida Dias	Cariacica	" "
Idem Nações Unidas	Cariacica	" "
Idem Pres. Médici	Cariacica	" "
Idem Augusto Luciano	Cariacica	" "
Idem Ana L. Balestrero	Cariacica	" "
Idem Cerqueira Lima	Cariacica	" "

ESCOLA	MUNICÍPIO	NATUREZA DA OBRA	
Idem Hugo Viola	Cariacica	"	"
Idem Ary Parreiras	Cariacica	"	"
Idem Carolina Picler	Colatina	"	"
Idem Carlos Mendes	Colatina	"	"
Idem Serra Azul	D. S. Lourenço	"	"
Idem S. Mauricio	D. S. Lourenço	"	"
Idem Perdido	D. S. Lourenço	"	"
Idem Limo Verde	D. S. Lourenço	"	"
Idem Vista Alegre	D. S. Lourenço	"	"
E. 1º grau Córrego Azul	D. S. Lourenço	recuperação/conservação	
Idem Córrego Severino	D. S. Lourenço	"	"
Idem Veadozinho	D. S. Lourenço	"	"
Idem Carvalho	D. S. Lourenço	"	"
Idem Catete	D. S. Lourenço	"	"
Idem Munitura	Fundão	"	"
Idem Nair Miranda	Fundão	"	"
E. 2º grau Nair Miranda	Fundão	"	"
E. 1º grau Virgílio Damalheti	Fundão	"	"
Jardim Infância Itarana	Itarana	"	"
E. 1º grau B. Sossego	Itarana	"	"
Idem Camilo Bride	Itarana	"	"
Idem Martinho Scárdua	Itarana	"	"
Idem Sossego S. Antonio	Itarana	"	"
E. Normal — 1º, 2º graus L. Grinadi	Itarana	"	"
E. 1º, 2º graus M. Elias Tomazi	M. do Sul	"	"
E. 1º grau Torres	M. do Sul	"	"
Idem Pedro J. Vieira	M. do Sul	"	"
Idem São Rafael	M. do Sul	"	"
Idem Bom Sucesso	M. do Sul	"	"
J. Inf. Corina B. Guimarães	M. do Sul	"	"
E. 1º grau Conceição Muqui	M. do Sul	"	"
Idem Monteiro Silva	M. do Sul	"	"
Idem Santo Antonio	M. do Sul	"	"
Pavilhão Artes Industriais	M. do Sul	"	"
E. 1º grau P. Carlos Mattos	M. do Sul	"	"
Idem São Pedro	M. do Sul	"	"
Idem Elpidio C. Oliveira	Montanha	"	"
Idem Castelo Branco	Montanha	"	"
E. 2º grau Avides Fraga	Muqui	"	"
Idem Muqui	Muqui	"	"
E. 1º grau Marcondes Souza	Muqui	"	"
Grêmio Elpidio da Cunha	Muqui	"	"
Esc. Aplicação de Muqui	Muqui	"	"
Jardim Inf. Jurandir F. Mont	Muqui	"	"
E. 1º grau São Gabriel	Muqui	"	"
Idem Cristalino	N. Venécia	"	"
Idem Boa Vista	N. Venécia	"	"
Idem Emir M. Gomes	Pinheiro	"	"
Idem S. João Sobrado	Pinheiro	"	"
Idem Fazenda Alegria	Pinheiro	"	"
E. 1º grau Alto Calçado	S. J. Calçado	"	"
Idem Barro do Calçado	S. J. Calçado	"	"
Idem José F. Nunes	S. J. Calçado	"	"
Idem Fazenda Segunda	S. J. Calçado	"	"
Idem Vila Airituba	S. J. Calçado	"	"
Idem Manoel Franco	S. J. Calçado	"	"
Idem Irmãos Kenney	S. J. Calçado	"	"
Jardim I. Marieta Castro	S. J. Calçado	"	"
E. 1º, 2º graus M. G. Vieira	S. J. Calçado	"	"
E. 1º grau S. Leopoldina	S. Leopoldina	"	"
Idem Cab. Trancredo	S. Teresa	"	"
Idem Vasco Coutinho	V. Velha	"	"
Idem Casa do Menino	V. Velha	"	"
Idem Guadalajara	V. Velha	"	"
Idem D. Candido Marinho	V. Velha	"	"
Idem José Siqueira	V. Velha	"	"
Idem N. Senhora Penha	V. Velha	"	"
Idem Barão Rio Branco	V. Velha	"	"
Idem P. Humbert Piacente	V. Velha	"	"
Idem Florentino Avidos	V. Velha	"	"
Núcleo de Supervisão	V. Velha	"	"

ESCOLA	MUNICÍPIO	NATUREZA DA OBRA
E. 1º grau Vasco Coutinho	V. Velha	" "
Idem Adolfinia Zampugno	V. Velha	" "
Parque Inf. D. Vargas	Vitória	" "
E. 1º grau Palmeiras	Vitória	" "
Idem P. Regina Silva	Vitória	" "
Idem João Bandeira	Vitória	" "
Idem M. A. Rabaioli	Vitória	" "
Idem Marieta Escobar	Vitória	" "
Idem Gomes Cardim	Vitória	" "
Idem Pedro II	Vitória	" "
Idem Lions — Vitória — Centro	Vitória	" "
Idem São Benedito	Vitória	" "
Idem Liserina Lirio	Vitória	" "
Idem Alberto Almeida	Vitória	" "
Núcleo Doc. Divulgação	Vitória	" "
Parque Inf. Q. Lindenberg	Vitória	" "
Div. P. Equip. Material — SEC	Vitória	" "
E. 1º grau Adão Benezath	Vitória	" "
Idem Irmã M. Morta	Vitória	" "

FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA	MUNICÍPIO	NATUREZA DA OBRA
E. 1º grau Virgínia Velha	R. Novo Sul	recuperação/conservação
Idem Copalaba	R. Novo Sul	" "
Idem Arroio das Pedras	R. Novo Sul	" "
Idem Tres Bicos	R. Novo Sul	" "
Idem Jonas Montenegro	R. Novo Sul	" "
Conselho Reg. Desportos	R. Novo Sul	" "

DIRETORIA DE EQUIPAMENTO E MATERIAL

A Diretoria de Equipamento e Material, no exercício de 1975, procurou estabelecer novas normas de organização e planejamento objetivando a realização, a contento das variadas tarefas que lhe estão afetas.

Na medida do possível e na conformidade dos recursos financeiros existentes, deu-se o provimento de material de consumo e permanente aos órgãos da Secretaria e aos Estabelecimentos de ensino da rede oficial estadual.

Pelo serviço de Amoxarifado, em especial, foram atendidos núcleos da Supervisão, escolas de 1º e 2º graus, jardins de infância, parques infantis, pavilhões de Artes Industriais, escolas de aplicação, Cetapes, Instituto Oral do Espírito Santo e Diretoria de Educação Física e Desportos.

Através da Enforma, foram adquiridos materiais de consumo e permanente, na forma das requisições do DAPAD, DETED, CEE, CEC, FEE, AFE e CRD.

O Serviço de Patrimônio vem executando trabalhos de recuperação em bens móveis, efetuando o levantamento, cadastramento e avaliação dos diversos bens existentes nos órgãos internos da Secretaria e nas escolas.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Estadual de Educação vem cumprindo com perfeita regularidade e total eficiência as suas elevadas responsabilidades como Órgão normativo da Educação Estadual. Adaptando-se às novas tendências e diretrizes no campo educacional, em consonância com a política implantada pelo atual Governo, o CEE vem integrando cada vez mais, o ensino no Estado ao espírito basilar da Lei nº 5692/71.

No exercício de 1975, o CEE estreitou as suas atividades e relações aos demais órgãos e autoridades, di-

reta ou indiretamente, ligados a educação, não só na área estadual, como também, no âmbito federal e municipal.

Através de serviço próprio exerceu as tarefas de inspeção das Faculdades da Capital e do interior, atingindo resultados satisfatórios.

Destaque especial merece o alcance das resoluções baixadas no exercício, notadamente aquelas que dizem respeito ao ensino supletivo: Uma, refere-se a implantação do ensino supletivo, em Vitória, pela Prefeitura Municipal, através de seu Departamento de Educação, Cultura e Saúde que, desde 1967, se preocupava com o problema, tendo designado uma comissão de técnicos para estudos de reformulação da estrutura do antigo Serviço de Educação. Assim como a estrutura escolar, apresentando uma nova proposta curricular, transformando a metodologia arcaica dos ginásios tradicionais em ensino supletivo dinâmico, dentro da filosofia da nova lei. Com o parecer nº 64/75, o CEE aprovou o projeto da P.M.V., proporcionando, destarte, a adolescentes e adultos uma auto-realização e conhecimento das séries finais do 1º grau (5ª a 8ª série), habilitando-os a prosseguimento de estudos a níveis mais elevados, em 5 semestres letivos, condensando os quatro anos regulares.

A outra, é sobre a realização de exames supletivos a nível de 1º e 2º graus para militares da Marinha de Guerra do Brasil, através da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo, proporcionando o atingimento, a curto prazo, de nível de escolaridade de 1º grau para militares nas primeiras graduações da carreira (marinheiro e cabo) e de 2º grau como requisito prévio a promoção a 3º sargento, vindo ao encontro de metas estabelecidas pela Marinha de Guerra do Brasil, em seus programas educacionais.

Contando com a preciosa colaboração técnica e financeira do DEF/MEC, o CEE realizou o I Seminário sobre ensino na Zona Rural.

Outrossim, participou de várias outras atividades, a saber:

- Simpósio de Educação, promovido pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Brasília;
- Participação no V Encontro Regional da CEAE, do DAU-MEC;
- Participação no VIII Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação, Brasília;
- Participação no IX Encontro de Secretários de Educação, Reitores e Presidentes de Conselhos de Educação, Porto Alegre;
- Encontro com o SENAC sobre ensino Profissionalizante, Vitória;
- Participação de encontro do Secretário de Educação, do Presidente e do Secretário do CEE com o Reitor da UFES, para viabilizar a integração Universidade/Sistema de Ensino Estadual;
- Elaboração do Projeto de Lei de Atualização do Sistema de Ensino Estadual e do Projeto de Lei de Reformulação do CEE;
- Participação em seminários promovidos pelo MEC e pela comissão de educação da Câmara dos Deputados;
- Elaboração da Resolução nº 12/75, que fixa normas disciplinadoras para cobrança de anuidades, taxas e contribuições escolares;
- Elaboração do Regimento fixando normas para o funcionamento da Comissão de Encargos Educacionais.

O total de reuniões realizadas, está assim sintetizado:

Plenária	69
Comissão do Ensino de 1º Grau, Supletivo e Planejamento	26
Comissão do Ensino de 2º Grau	46
Comissão do Ensino Superior	35
Comissão de Legislação e Normas	36
Comissão de Encargos Educacionais	22

ESCOLA DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

O exercício registra a intensa atividade da Escola na adoção de providências objetivando o reconhecimento do seu curso pelo Conselho Federal de Educação.

Concomitantemente, foi desenvolvida uma extensa programação artística e cultural e adotadas várias providências de reorganização e reequipamento dos seus setores, notadamente no que diz respeito à Biblioteca e Musicoteca.

Por implicações decorrentes do reconhecimento da escola, não foi realizado concurso vestibular para o Curso Superior de Graduação, sendo esta atividade realizada, tão somente, para o Curso Preparatório.

Para os Cursos de Graduação houve, apenas, a re-matricula dos alunos já existentes, em regime de crédito, e as matrículas para o Curso Preparatório foram efetuadas dentro dos critérios vigentes para o ensino de 2º grau.

Os serviços de biblioteca e discoteca, consistiram na organização e catalogação dos livros e discos em fichários próprios e atendimento de alunos e professores.

A Escola recebeu uma doação de 28 livros didáticos, elevando-se o seu acervo para 500 livros didáticos e 1.000 partituras musicais de autores clássicos.

A Musicoteca consta de 1.312 gravações em discos de diversos autores clássicos

A Entidade foi visitada pelos professores Orlando Vieira Leite e Mirza Perotto, designados pela Portaria nº 224 de 23.09.75, incumbidos pelo Conselho Federal de Educação para inspecionar as condições de funcionamento dos cursos, com vista ao seu reconhecimento.

ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

A Escola dedicou, ainda, ao campo das artes, uma eficiente assistência, cuidando da realização de recitais e concertos, quando violinos, violoncelos, flautas, pianos e canto viveram os mais altos instantes das músicas nacional e mundial.

As principais atividades artísticas e culturais efetivadas pela Escola, em 1975, são as que, a seguir, se descrevem:

- Apresentação de Exercícios Práticos, com alunos dos cursos preparatório e Superior, no auditório do Instituto de Educação Prof. Fernando Duarte Rabelo;
- Recital de Canto, no Teatro Carlos Gomes;
- Recital com a participação do Coral e da Orquestra Juvenil, canto e piano da Escola, no auditório Fábio Ruschi;
- Participação na II Semana de Arte de São Mateus, patrocinada pela UFES. A Escola apresentou dois concertos: o primeiro, na Abertura, com a participação do Conjunto de Cordas, Coral e número de piano e Canto; o segundo, com a Orquestra Juvenil da Escola;
- Participação na homenagem ao "Dia do Professor", na realização de "Hora de Arte", no Teatro Carlos Gomes;
- Semana da Música;
- Apresentação de concertos a 2 pianos-conjunto de violinos e piano no Teatro C. Gomes;
- Concerto com a Orquestra de Câmara e Coral Glória (da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina), no auditório Fábio Ruschi;
- Apresentação da Orquestra Juvenil de Cordas e Flautas Doce, no Teatro Carlos Gomes;
- Realização do ciclo Bach, organizado pelo Centro de Cultura Musical "Ricardina Stamato" e Diretório Acadêmico "Aurea Adlet";
- Participação na Banca Examinadora do 1º Concurso Nacional de Piano e Canto;
- Apresentação da Orquestra Juvenil durante as comemorações do 42º aniversário da Associação Espiritossantense de Imprensa;
- Propondo-se contribuir para o aprimoramento com as suas Orquestras Juvenil e de Câmara em da cultura musical, a Escola fez-se representar 'A Caravana da Cultura', promovida pela Fundação Cultural e Governo do Estado.

CORPO DISCENTE

O alunado da Escola, em 1975, é o seguinte de acordo com os cursos e especializações.

Cursos Especializações	Superior	Preparatório	PRELIMINAR	Início
Canto	4	3	—	5
Piano	25	118	—	—
Violo	—	3	5	11
Flauta Doce	—	—	4	29
Violoncelo	—	—	2	6
Trompa	—	1	3	—
T. Musical	—	125	—	39
TOTAL	29	250	14	90

FACULDADE DE FARMACIA E BIOQUÍMICA DO ESPÍRITO SANTO

O exercício de 1975 assinala o fato mais auspicioso para a vida da Instituição, qual seja o do seu reconhecimento pelo Parecer nº 3500, de 4 de setembro, do Conselho Federal de Educação, em decorrência do qual foi baixado, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Gaisel o Decreto nº 76608, de 17 de novembro.

Diante do ocorrido, a Faculdade realizou a sua primeira solenidade de colação de grau aos Farmacêuticos e Farmacêuticos Bioquímicos por ela formados e que, até então, estavam impossibilitados de gozar as prerrogativas e exercer os deveres profissionais conferidos pelo curso.

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES CULTURAIS

No tocante às atividades de intercâmbio cultural e técnico, a Faculdade esteve representada nos seguintes conclave:

- I Encontro Nacional de Química Farmacêutica — Rio
- I Encontro de Diretores de Faculdades de Farmácia do Brasil — Ribeirão Preto
- I Encontro da Associação Brasileira de Ensino

- I Encontro da Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico e Bioquímico — Ribeirão Preto
- X Congresso Panamericano de Farmácia e Bioquímica — Punta Del Este (Uruguai)
- II Simpósio de Estudos Farmacêuticos e Bioquímicos do Espírito Santo — Vitória.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Com o objetivo de elevar os padrões e garantir a melhoria do ensino, a Faculdade promoveu a ida de 11 professores para frequentarem o Curso de Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior, patrocinado pela CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) e ministrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. O curso logrou pleno êxito, com ótimos resultados alcançados, no terreno pedagógico-didático, pelos professores desta Faculdade.

Outrossim, foram enviados três outros professores, para frequência a Cursos de Pós-Graduação, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

CORPO DOCENTE

Abaixo, fornecemos, a atual composição do quadro docente da Faculdade, de acordo com a qualificação e a categoria funcional:

	Titular	CATEGORIA FUNCIONAL	
		Assistente	Auxiliar de ensino
1 — Professores com aperfeiçoamento e Especialização	10	3	4
2 — Professores c/Pós-Graduação	9	—	—
3 — Professores com Graduação	7	1	3
TOTAIS	26	4	7

CORPO ADMINISTRATIVO

O corpo administrativo da Escola é constituído de 2 técnicos de nível superior, 5 administradores de nível superior, 5 funcionários de nível médio e 11 funcionários de nível primário.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A Faculdade teve a receita arrecadada de Cr\$ 2.755.293,54 (dois milhões setecentos e cinquenta e cin-

co mil, duzentos e noventa e três cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), para a despesa orçamentária realizada no importe de Cr\$ 2.132.452,95 (dois milhões cento e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros e noventa e cinco centavos).

BENS IMÓVEIS

Foram realizadas 250 m2 de construções novas, que se destinam à instalação de três laboratórios, dependências e circulação, que se encontram em fase de ins-

talação do laboratório, elevando-se desta forma, a área construída para 1567,18 m².

O gasto com a citada ampliação elevou-se para Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros).

Assinala-se, também, a aplicação, no exercício, de Cr\$ 57.226,19 (cinquenta e sete mil duzentos e vinte e seis cruzeiros e dezesseis centavos) na conservação e reparos do próprio da Faculdade, com a total pintura, interna e externa de todas as suas dependências.

BENS IMÓVEIS

Afora a aquisição de novos móveis, ferramentas, utensílios de oficina, copa e cozinha, foi aumentado o acervo da biblioteca, elevando-se o seu total para 943 títulos e assinatura de 42 periódicos.

CORPO DISCENTE

A composição do alunado, para os cursos de graduação de Farmácia e de Farmácia e Bioquímica registrou o movimento de 113 alunos no 1º semestre e de 112 alunos no 2º semestre.

No concurso vestibular para ingresso em 1976, foram inscritos 153 candidatos que concorrerão ao preenchimento das 30 vagas fixadas pelo Conselho Federal de Educação.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA

A evolução das matrículas na Escola, acha-se consignada no quadro que segue:

ANO	MATRÍCULA
1970	86
1971	93
1972	100
1973	112
1974	113
1975	113

ESCOLA SUPERIOR DE AGRONOMIA DO ESPIRITO SANTO

Assinala-se, no exercício de 1975, a obtenção, pela Escola, do Reconhecimento do seu curso, na forma do Decreto n. 75.235 e retificação contida no Decreto n. 75.521 de 21 de março de 1975.

Concomitantemente, além das atividades usuais e rotineiras, merecem destaque:

CONSTRUÇÕES

No local onde se acha instalada a sede da Escola, foram realizadas as seguintes construções:

— uma quadra de esportes medindo 600 m², contendo arquibancada, vestiários feminino e masculino, iluminação, todo cercado de tela, e inaugurado no dia 19.12.75;

— uma sala, com 120 m², destinada ao funcionamento dos Departamentos;

— calçamento do acesso à Escola, numa extensão aproximada de 250 metros;

— dependência para guarda de material de construção e de uso diário;

— construção e montagem do Posto Meteorológico, em convênio com o 6.º Distrito Meteorológico.

LABORATÓRIOS

— montagem dos laboratórios de Zootecnia, Fito-tecnicia e aquisição dos aparelhos e equipamentos indispensáveis aos mesmos;

— montagem do laboratório de Análise de Solos.

CONSTRUÇÕES NA ÁREA DE EXPERIMENTAÇÃO

— uma pocilga, contendo as instalações necessárias e obedecendo às técnicas atuais e aquisição de matrizes de suínos para estudos específicos;

— construção de rede elétrica cobrindo toda a área da Escola e ligada a todas as suas dependências e instalações;

— construção de 2 barragens para atendimento às diversas instalações existentes;

— construção de 2 aviários com capacidade para 2.000 unidades, bem como aquisição das instalações necessárias;

— construção de um reservatório de água;

— início da construção de estábulos e silos trincheira.

EXPERIMENTOS AGRÍCOLAS

Dando cumprimento às suas finalidades de ensino e pesquisa, a Escola executou, em sua área de experimentação agrícola, em convênio com a EMCAPA:

— experimento de cultivares de rabanete;

— experimento de cultivares de milho;

— experimento de adubação (NPK) em milho;

— experimento de adubação (NPK + micro nutrientes) na cultura de soja;

— experimento de cultivares na cultura de soja;

— experimento de calibração de métodos de análises de solos com a cultura do arroz irrigado;

— experimento de cultivares irrigado;

— experimento de cultivares com a cultura do café;

— experimento de cultivares com a cultura do sorgo.

CONVENIOS

No decorrer do exercício, a escola firmou os seguintes convênios:

— com a PRODECA (Programa de Desenvolvimento das Ciências Agrárias), no valor de Cr\$ 915.000,00, destinado à realização de Obras e complementação salarial do pessoal docente, cujos níveis foram equiparados ao pessoal de igual categoria da Universidade Federal do Espírito Santo;

— com a EMESPE (Empresa Espírito-santense de Pecuária), através do qual a Escola assumiu a administração do "Parque de Exposição Agropecuária de Alegre", onde pretende realizar, em futuro próximo, a instalação de um Posto de Inseminação Artificial, já solicitado ao Ministério da Agricultura;

— com a EMCAPA (Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária), através do qual foram instalados vários experimentos de campo, com a participação efetiva de professores e alunos da Escola.

ATIVIDADES DIDÁTICAS

As atividades didáticas foram desenvolvidas dentro do prazo previsto no Calendário Escolar, com cumpri-

mento integral da carga horária de cada disciplina bem como dos programas estabelecidos. As aulas práticas de laboratório foram ministradas dentro da própria Escola, ao passo que para as aulas práticas de campo foram utilizadas as áreas e instalações da Escola, complementadas com visitas a propriedades rurais e diversas, pertencentes a terceiros, onde o aluno pode manter contato direto com o homem do campo e melhor perceber o mecanismo que se desenvolve na agricultura e pecuária capixabas, principalmente em regiões circunvizinhas.

Como atividades didáticas extra curriculares, destacam-se os cursos efetivados por ocasião da "III Semana Agrônoma de Alegre".

CONCURSO VESTIBULAR

Ao Concurso Vestibular compareceram 150 candidatas possibilitando o preenchimento das 50 vagas oferecidas e autorizadas pelo CFE. Com a matrícula dos candidatos aprovados no concurso vestibular, o corpo discente da Escola, em 1975, constituiu-se de 163 alunos no curso de graduação.

CURSOS REALIZADOS

Paralelamente ao curso de graduação em agronomia, a ESAES ofereceu os seguintes cursos:

- de Inseminação Artificial;
- de Verão aos alunos que não lograram resultados suficientes durante o oferecimento normal do curso;
- de Metodologia de Ensino oferecido aos professores da Escola pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) da OEA, ministrado por professores do referido Instituto. A segunda etapa desse curso, de 100 horas de duração, será realizado em fevereiro de 1976;
- diversas modalidades de Cursos oferecidos por ocasião da III Semana Agrônoma de Alegre;
- de Técnica em Comunicação, com a participação de alunos e professores da Escola.

CONCURSO

Para atendimento às disciplinas do ciclo básico, a Escola ofereceu Concurso Público para Auxiliar de Ensino, com ampla divulgação, a fim de suprir a ausência de professores, que se afastaram para cursar pós-graduação.

CORPO DOCENTE

Em 1975, 33 professores prestaram serviços à Escola sendo:

- 15 em regime de 40 horas;
- 12 em regime de 24 horas;
- 06 em regime de 12 horas.

Desses professores, 11 estão cursando pós-graduação, a nível de Mestrado, em diversas Escolas Superiores do País, sendo que 2 concluirão o aludido curso em fevereiro de 1976, quando reiniciarão suas atividades na ESAES.

ATIVIDADES DIVERSAS

Com o capital inicial de Cr\$ 120.000,00 e estatutos já registrados, foi criada a CAIXA DE ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA ESAES, entidade que tem por fim amparar, com a concessão de bolsas de estudo e outras modalidades de assistência, ao aluno carente de recursos.

Registraram-se 20 conclusões no curso de graduação com a respectiva colação de grau efetuada em 19.12.75.

Foi ampliado o espaço útil da Biblioteca e do seu acervo e iniciou-se, também, a ampliação do prédio sede, em que estão sendo construídas dependências para almoxarifado, Secretaria, Diretoria, Sala de Aula e outras serventias.

FUNDAÇÃO CULTURAL

Um dos primeiros tópicos assinalados entre as diretrizes contidas no Plano de Ação — Documento Básico, destinado a balizar a política administrativa da Fundação, era representado pela necessidade de reformulação de sua reformulação, digo, de sua estrutura, eis que a vigente não mais parecia em condições de atualidade capaz de suportar a amplitude dos encargos inerentes às definições administrativas do mesmo Plano de Ação.

Dado o fato, porém, da realização, pelo Governo do Estado, de estudos, em torno de modernização da estrutura da administração estadual, considerou-se inoportuna a adoção de quaisquer iniciativa de dinamização desse propósito, sem que se esboçasse, ao menos, as linhas gerais, agora definidas, da estrutura de administração estadual.

Muito embora a retratação em tais providências, implantaram-se numerosas medidas visando à melhoria do processo administrativo, entre as quais, o funcionamento regular de um serviço de comunicação, ordenamento de protocolo em moldes modernos e a melhoria no processamento da despesa.

No exercício de 1975, defrontou-se a Fundação com seríssimas dificuldades orçamentárias e financeiras, face à existência de débitos levantados ao início do exercício, no valor de Cr\$ 2.167.371,26 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e hum cruzeiros e vinte e seis centavos), correspondentes a compromissos com fornecedores diversos: INPS, Imposto de Renda, Instituto Jerônimo Monteiro, Caixa Econômica Federal, Associação dos Funcionários Públicos TELEST, ESCELSA, CESAN, PASEP e numerosos outros. Esse quadro, já em si desanimador, foi agravado, a partir de junho, com o advento da Portaria 103, do Ministério das Comunicações em razão do qual a Fundação passou a ser violentamente taxada pelas retransmissões de televisão que, desde 1974, vinha promovendo através do sistema EMBRATEL, importando ao nível dos horários então mantidos, em despesa média mensal aproximada de Cr\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

Outro encargo expressivo vincula-se ao aluguel de filmes exibidos através do sistema retransmissor de televisão, que, em junho, já importava em, aproximadamente Cr\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil cruzeiros).

Felizmente, na solução da série questão orçamentária, contou-se com todo o apoio do Governo do Estado, que, por vezes, a custa de sacrifícios e dificuldades, concedeu os reforços solicitados.

Paralelamente, realizou-se uma política de grande contenção de gastos, fazendo descer violentamente os tradicionais déficits nas promoções e eventos e promovendo uma elevação muito expressiva na renda própria, particularmente através do Setor Comercial que disciplina o agenciamento de publicidade para a Rádio Espírito Santo.

Iniciou-se um paciente trabalho de composição em torno de débitos, como aquele que permitiu a transformação de crédito da Escelsa, pelo fornecimento de energia e no valor aproximado de Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros), em publicidade da empresa atra-

vés da Rádio Espírito Santo e de programas do Teatro Carlos Gomes. O entendimento concluído com a Fundação Padre Anchieta, em torno de aluguel de filmes, também merece registro, pelo volume do acréscimo do débito que a Entidade concordou em promover e que permitiu uma redução de Cr\$ 284.418,16 (duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e dezoito cruzeiros e dezesseis centavos), no débito levantado até setembro. A dívida para com a EMBRATEL que, em outubro, importava em aproximadamente Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), foi dividida para pagamento em 42 parcelas mensais.

Complementando esse esforço, o Governo do Estado, através do apoio do Governador e da compreensão da Secretaria da Fazenda, permitiu condições à Fundação para a liquidação de débitos vencidos para com o INPS, PASEP, CEF, Imposto de Renda, Associação dos Funcionários Públicos, Instituto Jerônimo Monteiro e fornecedores diversos no valor de Cr\$ 1.934.277,76 (um milhão, novecentos e trinta e quatro mil, duzentos e setenta e sete cruzeiros e setenta e seis centavos).

Passou a Fundação a ter, então, condições administrativas mínimas para cumprir uma programação artística e cultural, ativa, conquistando importante etapas no alcance dos objetivos de sua política, a partir da crescente valorização dos elementos locais.

Uma série de ativos contatos, mantidos na área federal, particularmente junto a Órgãos do Ministério de Educação e Cultura, das Comunicações, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e ainda, perante a Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, Companhia Vale do Rio Doce, Federação das Indústrias do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, diversos órgãos do Governo do Estado e de empresariado, viabilizou o delineamento dos programas a que Plano de Ação se Vincula.

MCSEU E BIBLIOTECA

Muito embora as dificuldades financeiras, realizaram-se, em 1975, reparos essenciais na sede do Museu do Colono, deslocando-se, para Santa Leopoldina, onde se encontra instalada, um servidor para colaborar na melhoria da manutenção da sede do Museu.

A Biblioteca da Fundação atendeu a uma média mensal de 70 consulentes, tendo sido classificados, em 1975, em 8727 volumes. O carro biblioteca, já agora com um acervo de 3350 títulos, percorre os bairros de menor poder aquisitivo.

Coube ao chefe do Setor de Biblioteca, o planejamento e organização da IV Feira do Livro, montada na Praça Costa Pereira, em Vitória, quando foram vendidos 23.210 volumes.

Esse mesmo servidor passou a representar, no Estado, o Instituto Nacional do Livro.

A Fundação Cultural, ainda através do seu Setor de Biblioteca, organizou projeto de extensão de seus serviços ao interior, tendo para isso, realizado um levantamento da situação de todas as bibliotecas existentes no Estado.

ARTES PLÁSTICAS

As atividades do Setor, no decorrer do exercício, foram voltadas ao incentivo dos valores locais e ao entrosamento com entidades interessadas, como a Sub-Reitoria de Assuntos Universitários da UFES, Foto Clube do Espírito Santo e outras, sem que fosse esquecida a contribuição da presença de artistas de outros Estados, como os representantes na Mostra de Arte Gaucha, realizada em conjunto com o Plano de Ação Cultural do Ministério de Educação e Cultura e Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Nesse campo, foram tomadas efetivas providências, inclusive a elaboração do projeto arquitetônico, para a instalação da Galeria de Arte no edifício denominado "das Fundações".

Promoveu-se, ainda, com grande êxito, o Salão de Arte Infante-Juvenil, realizado nesta Capital, em outubro.

TELEDIFUSÃO

Sentindo a necessidade de ampliar a faixa de ouvintes da Rádio Espírito Santo que, então, apresentava índices insignificantes, solicitou-se a um especialista a elaboração de uma estrutura de programação, capaz de atender a demanda de massa, preservada as responsabilidades da emissora como instrumento de aprimoramento cultural. Os resultados foram os mais animadores, através de um aumento crescente, extremamente expressivo, nos índices de audiências, com reflexos no próprio faturamento da emissora que se elevou de marcas mensais aproximadas de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para alcançar, logo a seguir, índices muito superiores a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

A nova programação da Rádio Espírito Santo abriu campo para a edição do programa "Gente Nossa", com depoimentos importantes das figuras mais representativas da música capixaba.

Outros programas foram lançados, com êxito, inclusive um dedicado ao esporte, muito apreciado pelo público em geral e outro voltado para os agricultores.

O Senhor Governador do Estado passou a realizar um contato semanal com o povo através da emissora, proferindo comentários sobre questões da administração pública, com a mais ampla repercussão.

Em 1975, foi complementada a contratação do estudo de localização da emissora de frequência modulada, já deferida à Fundação. Prossegue-se, ainda, com as providências de instalação de novos estúdios, tendo sido introduzidas melhorias técnicas que possibilitaram o aprimoramento do som e maior penetração da emissora.

Ainda no que concerne à televisão, foi complementada toda a documentação necessária a instruir o processo de obtenção, junto ao Governo Federal, de outorga de um canal gerador de televisão, o que só foi possível, dentre outras providências, com a atualização de todos os compromissos vencidos com INPS, Imposto de Renda e outras instituições.

MÚSICA ERUDITA

A programação de música erudita, desenvolvida especialmente, no Teatro Carlos Gomes, caracterizou-se pela sua intensidade e pela expressão das músicas executadas. O êxito na programação de Música Erudita é ainda mais marcante tendo em vista o fato que os contratos para a composição de programação foram concluídos tendo em mira a realidade financeira da Fundação e o fato de que, ordinariamente, tais espetáculos são deficitários. Através de especial esforço do Setor especializado, a programação, intensa e de melhor qualidade, apresentou déficit de significação muito pouco reduzida.

Assim o público capixaba teve oportunidade de assistir em 1975, a 33 espetáculos, a cargo de artistas de maior expressão, como o Trio de Música Contemporânea, Arthur Moreira Lima, Ballet Trans-Forma, Madrigal Palestrina, Miguel Proença, Ballet Eugênia Feodorova, Quinteto Villa Lobos, Banda Antiqua, Ballet Stagium e Turbido dos Santos.

Promoveu-se, também, o I Concurso de Piano e Canto um dos eventos de maior significação na vida

cultural do Estado e, com a colaboração do SESI e da FESBEM, o curso "A Criança, o Maestro e a Música", a cargo do Maestro Carlos Eduardo Prattes.

A Fundação colaborou, de maneira efetiva, com numerosas outras iniciativas, tais como: Semana de Arte de São Mateus; apresentação da Orquestra Brasileira; apresentação da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; eventos promovidos pela Escola de Música do Espírito Santo e outras entidades artísticas e culturais do Estado.

OUTRAS ATIVIDADES NO TEATRO CARLOS GOMES

A programação do teatro e música popular, de março a dezembro de 1975, foi elaborada de maneira a oferecer ao público uma mostra do que se realiza de mais importante no País nestas áreas como estimular e mostrar o trabalho dos artistas locais.

Procurou-se executar a agenda de eventos sem obedecer a gostos pessoais ou a uma só tendência. Mostramos e incentivamos o que é considerado importante e que representa a cultura atual.

Acreditamos que se criou, neste período, um clima propício ao desenvolvimento das artes e da cultura, sem paternalismos e sem ditar escolas.

Talvez a melhor demonstração de acerto da programação adotada foi a afluência de público às promoções de Artes Plásticas, teatro e música popular. E a Fundação trabalhou visando este objetivo; aprimoramento e atualização do gosto do público existente e a conquista de novos públicos.

O setor de música popular foi muito bem sucedido neste período. As mais representativas figuras da música popular brasileira se apresentaram em Vitória durante o ano, alcançando grande sucesso e trazendo informações musicais atualizadas para o nosso público e artistas.

Dos 25 espetáculos de música popular apresentados, 13 foram com artistas de fora e os demais com artistas locais.

O estímulo apresentado ao músico local foi da maior importância e teve excelente resposta. Não só pelo número de "Shows" locais, como pela evolução e amadurecimento dos trabalhos expostos. O músico capixaba e a Fundação se entrosaram perfeitamente e deve-se seguir e aperfeiçoar este entrosamento. O público também prestigiou bastante seus artistas e acompanhou com interesse cada espetáculo.

O setor de teatro sofreu restrições contextuais. A temporada nacional de teatro foi fraca, apenas reagindo no final do ano e isto refletiu aqui. Entretanto, o público capixaba viu os espetáculos importantes da temporada, que puderam excursionar.

O teatro local começa a respirar o clima propício que a Fundação criou.

Com propósito de equipar melhor o Teatro Carlos Gomes, adquiriu-se uma bateria marca "Pinguim" e um piano "Yamaha" modelo G-2E de cauda.

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Foi elaborado o Programa de Valorização do Patrimônio Histórico com o qual a Fundação Cultural respondeu ao propósito do Governo Federal de empreender um programa de valorização do patrimônio histórico, artístico dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Foi registrada pela Fundação a Semana do Folclore, através de palestras que promoveu e com o lançamento do Concurso Nacional sobre o Folclore do Espírito Santo.

PAC — PAC

Visando a propiciar condições de assimilação de uma mensagem cultural ao grande público, tradicionalmente sem acesso aos espetáculos de apoio artístico, realizou-se a título experimental, alcançando êxito, em Convênio com Programa de Ação Cultural do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura, o I Programa de Arte e Cultura, que teve por sede o bairro de Goiabeiras, durante o qual se registraram espetáculos de nível excelente, nos campos de danças, música erudita, música popular, teatro e, ainda, um "happenning Infantil".

POLÍTICA EDITORIAL

Através da liquidação dos compromissos financeiros correspondentes e de outras providências, foi possibilitada a reedição do livro "História do Espírito Santo", do professor José Teixeira de Oliveira. O lançamento da segunda edição da obra, que contou com a presença de destacadas figuras das letras nacionais, foi um acontecimento de maior expressão na vida cultural do Estado.

Ainda em 1975, foram acionadas providências no sentido de definir uma política editorial que deverá apresentar seus primeiros frutos concretos já no ano de 1976.

SECRETARIA DA FAZENDA

O Espírito Santo embora experimente uma fase de aceleração do seu desenvolvimento econômico, ainda fica situado ao lado das unidades da Federação sub-desenvolvidas.

O ICM é a sua principal fonte de receita orçamentária, representando 97% da receita tributária, originando-se principalmente, das receitas geradas pelas atividades relacionadas com a exploração da terra e o consumo. Devido ao incipiente parque industrial do Estado e ainda em função das indústrias de maior porte gozarem de isenções fiscais, o crescimento da receita não poderia deixar de acompanhar o índice de crescimento da economia do Estado, avaliado em 4% anualmente.

O rápido crescimento da população é responsável pelo aumento de despesas, principalmente no setor de saúde, saneamento, transportes, educação, fomento à produção e em outras áreas imprescindíveis à operacionalidade da máquina administrativa, o que tem contribuído para aumentar, sensivelmente, os déficits orçamentários anuais. Sabido que o Estado, desde a reforma tributária de 1965 vem enfrentando seguidos déficits, a situação hoje experimentada pelo meu Governo não chega a ser uma surpresa.

Releva, isto sim, enfatizar que em todos os momentos, o comando da política econômico-financeira do Governo tem atuado com eficiência, eliminando pontos de estrangulamento e oferecendo ao Governador, em tempo hábil, sugestões e soluções que têm contribuído para que possamos oferecer, como oferecemos em 1975, um quadro econômico-financeiro que permitiu ao Governo, com a compreensão e o apoio federal, manter religiosamente em dia os seus compromissos, especialmente, com o funcionalismo público, a rede hospitalar e os programas voltados para a melhoria dos padrões comunitários, prioridades que foram efetivamente cumpridas pela Secretaria da Fazenda.

BALANÇO

A arrecadação do ICM, em 1975, incluído o FUNDAP, atingiu um total de Cr\$ 492.239.585,00, representando menos 34,19% em relação à previsão feita para o exercício, que era de arrecadar Cr\$ 660.519.745,00. Se excluirmos o ICM-FUNDAP o Estado arrecadou, em 1975, Cr\$ 422.061.212,00 com um crescimento nominal de 35,11% em relação a 1974, quando a arrecadação estadual atingiu Cr\$ 312.520.522,00. O ICM-FUNDAP teve uma contribuição de apenas 15,29% na receita de 1975, ao passo que em 1974 sua participação era de 29,78%.

Eis o quadro da Receita e Despesa, no período 1963/1974:

Exercícios	Receita Arrecadada (Excluíse operações de crédito)	Despesa Realizada	Déficit
1963/1966 ...	94.639.518	108.464.550	13.825.032
1967/1970 ...	424.058.621	477.956.242	53.897.421
1971/1974 ...	1.619.013.035	2.021.849.390	402.836.355

Os déficits, como assinalamos em pronunciamentos anteriores, encontram justificativa em diversos fatores, a saber: o grau de sub-desenvolvimento da economia do

Estado, a reforma tributária de 1965, a isenção total de ICM às indústrias e, até mesmo uma superestimação de previsão do referido imposto na lei orçamentária.

Aliás, na elaboração das propostas orçamentárias, nos últimos anos, por necessidade de fazer coincidir a receita com a despesa e por exigência de legislação que proíbe que operações de crédito possam ser realizadas acima de 25% da receita, foi encontrada uma fórmula cômoda, superestimando-se as previsões de arrecadação do ICM. Este fato refletiu-se no orçamento do Estado para 1975, quando a arrecadação do ICM excedeu a do ano anterior e, não obstante, comparada com a previsão orçamentária, acabou sendo menor em Cr\$.... 168.288.161,00.

Para o fechamento da proposta orçamentária, de 1975 foram incluídas autorizações para realização de operações de crédito, por empréstimo, no valor de Cr\$ 157.200.000,00, o que permite a afirmativa de que o orçamento do Estado para aquele exercício, já tinha sido votado com déficit. Somando-se a diferença entre a previsão e a arrecadação do ano, encontramos o déficit anunciado, de Cr\$ 325.480.161,00. Ao término do exercício e mediante os quadros reais do comportamento da arrecadação, este déficit subia para Cr\$ 355.548.184,00, o que equivale afirmar que 91,6% desse déficit já estava previsto na própria proposta orçamentária aprovada para 1975.

Os quadros traduzem as afirmativas feitas:

Receitas Correntes:

Tributárias (impostos e taxas)	Cr\$	660.519.746
Patrimonial	Cr\$	7.100.000
Transferências Correntes	Cr\$	61.561.000
Receitas diversas	Cr\$	12.500.000
Total	Cr\$	741.680.746

Receitas de Capital:

Operações de crédito	Cr\$	157.200.000
Alienação de Bens	Cr\$	6.000.000
Transferências de Capital	Cr\$	95.900.000
Outras receitas de Capital	Cr\$	3.200.000
Total	Cr\$	262.300.000
TOTAL	Cr\$	1.003.980.746

Segundo as fontes, a receita votada assim se distribui, excluídas as operações de crédito:

Recursos próprios	Cr\$	723.580.746-85,45%
Fundos de participação	Cr\$	123.200.000-15,55%
Total	Cr\$	846.780.746

A arrecadação, em 1975, comparada com o exercício anterior, oferece um quadro que nos permite afirmar que o ICM-FUNDAP desempenha papel importantíssimo na receita estadual, apesar de não gerar qualquer parcela destinada às despesas do Estado, pois o que lhe é devido é utilizado em financiamentos concedidos aos importadores.

Os municípios, no entanto, têm uma participação direta na arrecadação do ICM-FUNDAP, pois são beneficiários de 20% do imposto recolhido.

A arrecadação de 1975, comparada com a do ano anterior, foi a seguinte:

	1974	1975	Em relação ao ano anterior
Incluindo ICM-FUNDAP	451.859.979	492.239.585	+ 8,95%
Excluindo ICM-FUNDAP	323.803.210	422.061.218	+ 30,34%

A participação do ICM-FUNDAP na arrecadação do ICM foi a seguinte, em 1975:

	ICM Arrecadado	ICM-Fundap	
1974	430.325.532	128.036.769	— 29,75%
1975	458.739.726	70.178.373	— 15,30%

No entanto, apesar destes números levando-se em conta a programação dos grandes Projetos, já pode-se assinalar uma aceleração na economia estadual, através do desenvolvimento de nosso parque industrial. Já temos boas indústrias atraídas pelas perspectivas de desenvolvimento. O Distrito Industrial e toda a região de Carapina já apresenta uma nova fisionomia, graças à implantação de uma série de indústrias, umas em pleno funcionamento e outras em acelerado processo de implantação.

Na faixa dos Grandes Projetos, podemos enfatizar que cerca de 45 bilhões de cruzeiros serão incorporados a economia do Estado. O impacto destes investimentos e a geração indireta de insumos e oportunidades diversas, farão com que a atual participação de 7% do setor secundário na formação do PIB estadual, se eleve para cerca de 42% nos próximos cinco ou seis anos.

Conhecendo a íntima relação entre o PIB e a arrecadação do ICM, é evidente que a atual situação financeira do Estado é puramente emergencial, estando o Governo certo de que estaremos incluídos entre as unidades mais desenvolvidas do país, por volta de 1980.

Vale destacar o comportamento da execução orçamentária em 1975, com números preliminares, que poderão ser ligeiramente alterados, quando do encerramento oficial do balanço orçamentário:

Recursos próprios e transferências da União	Cr\$ 687.888.204,00
Auxílios Especiais (Fundo perdido)	Cr\$ 160.000.000,00
Empréstimos p/adiantamento de receita	Cr\$ 90.000.000,00
TOTAL	Cr\$ 937.888.204,00

A despesa realizada, no mesmo exercício, atingiu a cifra de Cr\$ 1.043.435.388,00. No simples confronto destes números, chega-se à conclusão que resultou um déficit de Cr\$ 355.548.184,00, que foi reduzido, em termos contábeis, a Cr\$ 105.548.184,00, por força do aproveitamento dos empréstimos por adiantamento de receita e pela utilização da ajuda federal.

RECEITA

O comportamento da receita tributária (impostos e taxas), em comparação com a previsão orçamentária, comportou-se no exercício da seguinte maneira:

a) Com inclusão do ICM-FUNDAP	
Previsão	Cr\$ 660.519.746,00
Arrecadação	Cr\$ 492.239.585,00
Arrecadação a menor	Cr\$ 168.280.161,00
Diferença relativa	34,19%

b) Com exclusão do ICM-FUNDAP:	
Previsão	Cr\$ 547.769.746,00
Arrecadação	Cr\$ 422.061.218,00
Arrecadação a menor	Cr\$ 125.708.528,00
Diferença relativa	29,79%

Confrontada a receita tributária de 1975 com a do ano anterior, teremos o seguinte quadro:

a) Com inclusão do ICM-FUNDAP:	
1975	Cr\$ 492.239.585,00
1974	Cr\$ 440.577.291,00
Arrecadação a maior	Cr\$ 51.662.294,00
Diferença relativa	11,74%

b) Com exclusão do ICM-FUNDAP:	
1975	Cr\$ 422.061.212,00
1974	Cr\$ 312.520.522,00
Arrecadação a maior	Cr\$ 109.540.690,00
Diferença relativa	29,78%

DÍVIDA ATIVA

Um dos mais sérios problemas encontrados na Secretaria da Fazenda é o da cobrança judicial da Dívida Ativa.

Atualmente cabe à Procuradoria Geral promover a cobrança através dos Promotores Públicos. Não só na Capital como em todas as Comarcas do Interior os processos ou caminham morosamente ou chegam até a se extraviarem.

Pesquisa realizada somente no Cartório dos Feitos da Fazenda Estadual compreendendo o período de janeiro de 1974 a novembro de 1975 revelou que de 1040 processos ajuizados apenas 109 chegaram ao final com o pagamento dos tributos devidos, ou seja apenas 10,48%. 69 processos não foram encontrados e, em 24 casos o produto da cobrança não foi recolhido aos cofres do Estado.

A Secretaria realiza estudos no sentido de corrigir as falhas existentes no sistema.

Durante o exercício de 1975 foram inscritos em Dívida Ativa 520 certidões de dívida totalizando Cr\$... 13.762.358,94.

FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA

Embora tenhamos alcançado grandes progressos na melhoria da ação fiscal, o que se deve exclusivamente à inescedível dedicação não só das chefias como de todos os auxiliares, ainda teremos de envidar esforços no sentido do aperfeiçoamento. Esperamos, para isso no corrente ano levar a efeito cursos práticos de treinamento do pessoal e elaborar um manual de serviço que condense todas as normas instruções e modelos de formulários e fixe rotinas padronizadas de execução.

O número de contribuintes cadastrados atinge a 58.767, dos quais 42.069 produtores. Este último número demonstra que mais de 60% das propriedades rurais estão sendo controladas através da ação fiscal.

Na fiscalização são adotados dois roteiros distintos: um básico que consiste no exame da escrita do contribuinte para constatação do cumprimento da obrigação principal e dos acessórios e outro que controla a circulação externa de bens sujeitos ao ICM. Este é exercido através de uma rede constituída de 110 postos fiscais.

Para fiscalização dos contribuintes cadastrados estabelecidos resolveu o Governo adotar um sistema especial de fiscalização que se limita a constatar, mensalmente, se foi recolhido o ICM devido. Essa tarefa é executada com base em mapas mensais de contribuintes que deixaram de pagar o tributo, fornecidos por computador, mapas esses que são encaminhados às regiões Fiscais que determinam as visitas aos estabelecimentos. Comprovado o não pagamento, o contribuinte é notificado no ato, ficando, em decorrência disso, sujeito ao pagamento em dobro do devido.

Em 1975 essa fiscalização dirigida visitou 18.523 contribuintes. Em sua grande maioria essas visitas objetivaram comprovar o não pagamento do ICM por contribuintes dados como omissos pelo computador. Em virtude da ação fiscalizadora resultaram notificações por não recolhimento do ICM no período compreendido entre janeiro a novembro de 1975 no montante de Cr\$ 65.902.477,94, importância que representa numerário ne-

cessário para pagar mais de um mês de funcionalismo. Até setembro o montante, comparado com igual período do ano anterior foi o seguinte:

Em 1975	Cr\$ 50.107.468,00
Em 1974	Cr\$ 25.666.716,00

Diferença para mais:

absoluta	Cr\$ 24.440.752,00
relativa	95,22%

Durante o ano foi exercida intensa ação repressiva a fraudes e sonegações. Uma intensa rede de defraudadores foi localizada operando com as chamadas "guias frias". Essa modalidade de fraude resulta da inscrição na Receita Federal, na Junta Comercial e no Cadastro desta Secretaria de firmas inexistentes, o que vinha ocorrendo devido às facilidades de registro. Coibiu o Governo esses falsos registros estabelecendo, através da Secretaria, rigorosa pesquisa prévia antes do deferimento da inscrição.

Para execução de suas tarefas fiscalizadoras o Departamento de Assuntos Tributários da Secretaria da Fazenda contou com 1.232 funcionários, sendo 28 ocupantes de cargos em comissão e 1.205 de cargos efetivos.

Duas preocupações, de imediato, determinaram uma priorização na área das responsabilidades confiadas à Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça. A primeira delas está diretamente relacionada com os padrões do sistema penitenciário estadual, cujo quadro desmerecia o conceito moderno de terapia penal. O outro aspecto que muito preocupava o Governo era a necessidade de se emprestar ao organismo do Interior e Justiça o apoio exigido pela maioria das comarcas do Estado, que não possuíam condições mínimas de funcionamento, tendo em vista as precárias instalações em que se abrigavam. De outro lado, a Secretaria procurou enfrentar, dentro da nova sistemática da administração estadual, aqueles pequenos problemas que vinham afligindo o desempenho de várias áreas administrativas, logrando nestes aspectos fundamentais, alcançar altos índices de operacionalidade.

Concluiu o Governo, através da ação da Secretaria, os Foruns de Barra de São Francisco e Serra, preparando-se, já agora, para entregar à Justiça as novas unidades de Ecoporanga, Guaçuí e Alfredo Chaves, além da reforma e ampliação do Forum de Domingos Martins. O Forum de Alegre, solucionado o problema de desapropriação do terreno pelo Governo, será reiniciado e concluído ainda este ano.

Administrativamente a Secretaria pode enfrentar o problema do reaparelhamento de suas instalações, dotando-as de conforto e funcionalidade na nova sede, além de providenciar a instalação de um Gabinete Dentário para o Manicômio Judiciário.

Voltando ao aspecto da situação penal, o Governo determinou o reestudo de um projeto especial, no âmbito do qual pudessem estar definidas, além da ampliação e melhoria das unidades existentes na área da Grande Vitória, a implantação de pelo menos duas Colônias Penais, respectivamente em Alegre e Nova Venécia.

De estudo em estudo e para agilizar o processo de implantação de uma unidade penal padrão, ficou resolvido que o Governo, com o apoio Federal, daria prioridade à instalação de uma unidade já na mesma área onde existia a antiga Colônia Penal Agrícola. Com esta medida a liberação de recursos e os prazos de implantação estariam assegurados junto ao Governo Federal, para imediata execução.

O crescimento demográfico e o desenvolvimento do polo industrial programado para a Grande Vitória, sem dúvida, estão a justificar o acerto desta decisão governamental.

Assim, o Governo pretende entregar, tão logo fiquem oficialmente concluídos os entendimentos com o Ministério da Justiça, ao sistema penitenciário do Estado, o moderno Instituto Penal Agro-Industrial de Viana, capaz de atender às exigências mais prementes de nosso sistema judiciário.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

A DAED tem como área de atividade a administração geral desta Secretaria, exercendo-a através do Serviço de Administração e do Serviço de Encargos Diversos.

Promoveu, no exercício de 1975, a transferência da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça para as novas instalações e consequente equipamento de suas dependências.

Foi realizado um estudo dos volumes e processos enviados ao Arquivo Público, quando da mudança da Secretaria, visando a proporcionar maior espaço nas novas instalações.

O protocolo registrou a entrada de 3.040 processos, foram publicadas cerca de 78 leis, oriundas de igual número de autógrafos encaminhados pelo Gabinete Civil.

ASSISTENCIA AOS MUNICÍPIOS

Este órgão que integra a estrutura desta Secretaria tem por finalidade precípua orientar e desenvolver o trabalho de entrosamento com as Prefeituras, prestando-lhes assistência no âmbito administrativo.

Diversas foram as orientações solicitadas, desde simples questões de elaboração e aplicação de concursos públicos até mesmo as de caráter econômico-financeiro, para confecção de orçamento-programa, além de sugestões quanto a projetos legislativos.

A Diretoria promoveu uma viagem de estudos a São Paulo, com uma Delegação composta de 36 pessoas, das quais 20 Prefeitos e os demais Vereadores e Assessores Municipais, tudo em colaboração com o CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), com resultados considerados dos mais proveitosos.

A Diretoria teve, ainda, ativa participação no Curso de Orçamento-Programa promovido pela NESAF-ES, com o Diretor da SOEF, orientando os cursistas de aproximadamente 80% das Prefeituras do Estado.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

A Diretoria de Geografia e Cartografia, que também integra a estrutura desta Secretaria, no exercício de 1975 manteve constante intercâmbio com a Fundação IBGE, recuperou diversos mapas municipais, prestou informações a diversos órgãos estaduais, entre as quais as Secretarias da Fazenda e Agricultura, procedeu a confecção de cartogramas, adquiriu 12 foto-mosaicos da região limítrofe com Minas Gerais para elaboração de foto-cadastramento, tendo também participado do VII Congresso Brasileiro de Cartografia e Simpósio Internacional de Ortofoto na cidade de São Paulo.

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Entre os Órgãos em regime especial de Administração, vinculado à Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça, encontra-se a Procuradoria Geral da Justiça, constituída de 1 (um) Procurador Geral, 7 (sete) Procuradores da Justiça, 63 (sessenta e três) Promotores de Justiça e 13 (treze) Promotores Substitutos, que tem a incumbência de zelar pela fiscalização da lei e promover a defesa da sociedade, e de um órgão de deliberação coletiva, o Conselho Superior do Ministério Público, que tem por finalidade a administração da Instituição.

Compõe ainda a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, a Corregedoria do Ministério Público, cuja atividade é promover correições em todas as comarcas do Estado.

Tem entidade de classe, a Associação Espírito Santense do Ministério Público, que promoveu uma série de atividades nesse exercício, destacando-se a aquisição sede própria localizada no conjunto 804 do Edifício Ruralbank.

Movimento Processual:

Tramitaram cerca de 1.064 processos, distribuídos aos Procuradores da Justiça.

Foram ajuizados cerca de 470 Certidões de Dívida Ativa, correspondentes a um montante de Cr\$... 17.842.000,04 (dezoito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil cruzeiros e quatro centavos).

É de se ressaltar a repercussão no seio da classe do Ministério Público, a sanção da Lei nº 3005, de 07/11/75, que fixou novos vencimentos para os Promotores, estipendiando-os com os mesmos índices atribuídos aos Magistrados, em suas respectivas entrâncias, ratificando situação já estabelecida na Administração anterior.

COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

O Complexo Penitenciário do Estado é supervisionado pela Coordenação dos Serviços Penitenciários e é constituído dos seguintes estabelecimentos penais: a) Instituto de Readaptação Social "Jair Etienne Des-saune"; b) Colônia Penal Agrícola; c) Manicômio Judiciário.

INSTITUTO DE READAPTAÇÃO

Esta unidade funciona sob regime de prisão semi-aberta ou de média segurança. Em 31 de dezembro de 1975 nele se encontravam 193 segregados. Em anexo, mas completamente separado, funciona o Presídio de Mulheres, onde se encontravam recolhidas 4 (quatro) internas.

Tem sido uma grande preocupação do Governo a manutenção desta unidade, que por várias vezes visitamos, determinando medida enérgica e ação humana e objetiva para que se possa realmente conquistar um elogiável padrão penitenciário. Os nossos esforços, reconhecemos, de todo não têm sido, ainda, compreendidos, pois esta unidade ainda se encontra como credora de alguns sérios problemas, de ordem humana, social, disciplinar e administrativa.

Apesar de em 1975 termos emprestado grande ênfase à recuperação desta unidade, criando um clima de entendimento, respeito e compreensão, não logramos, de todo, o atingimento das metas programadas.

Esperamos, no entanto, este ano, com uma nova administração, com a adoção de medidas de caráter interno e uma perfeita assistência de sentido social, encontrar os padrões que pretendemos para aquela unidade.

Iremos, este ano, concluir a construção, em concreto armado, das diversas oficinas e determinar a reforma geral do pavilhão das celas, na rede de esgotos, no salão de festas e em outras áreas da unidade. Melhoraria considerável pretendemos oferecer à alimentação e assistência médica dos segregados.

MANICÔMIO JUDICIÁRIO

Nesta unidade estão recolhidos 58 (cinquenta e oito) pacientes (delinquentes mentais) e funciona como "prisão hospital".

Determinamos a construção, em 1975, nesta unidade, do Pavilhão de Mulheres, cujas obras estão praticamente concluídas. Com a participação da Unidade Comunitária de Integração Social foi possível a implantação de um Gabinete Dentário, dentro dos mais modernos padrões, inclusive com o destaque imediato de Cirurgião-Dentista.

COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA

Na Colônia Penal estão recolhidos 23 (vinte e três) internos, na fase de 3º estágio, funcionando sob regime de "prisão aberta", ou seja, de mínima segurança.

Em 1975 o Governo procurou, através da Secretaria, desenvolver na referida unidade, os setores agrícola, pecuário e de suinocultura.

Releva destacar que a Secretaria, cumprindo uma determinação de sentido humano, que nunca faltou a filosofia da nossa administração, procurou em todas as unidades de sua área, emprestar carinhosa e permanente assistência e solidariedade, marcando o encerramento do ano com a realização de alegres manifestações natalinas, reunindo internos e seus familiares, com farta distribuição de brindes e entregas de ranchos aos familiares.

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

Órgão de deliberação coletiva, tem por finalidade apreciar os processos de indulto, comutação de penas e livramento condicional dos presos da Justiça.

Em face do Decreto Presidencial nº 76.550 de 05/11/75 e do vivo empenho manifestado pelos Governos Federal e Estadual, o Conselho Penitenciário intensificou suas atividades, reunindo-se extraordinariamente a fim de apreciar, até alguns dias antes do Natal, todos os processos de internos que requereram os benefícios concedidos pelo Decreto acima mencionado, em número de noventa e cinco (95).

No exercício findo, esta Secretaria dotou o Conselho Penitenciário de novas instalações, alugando um conjunto de salas no Edifício Ruralbank, onde, hoje, está condignamente instalado, considerando que, anteriormente, funcionava em condições bastante precárias.

O surto de desenvolvimento industrial programado para o Estado e a intensa confirmação de implantação de novas empresas, tanto na área industrial específica, quando em outras áreas limítrofes à Grande Vitória, vem exigindo um desdobramento da atividade oficial, no sentido de sustentar essas decisões de caráter privado e alimentar os complexos que de nós têm se aproximado, dando-lhes uma visão global das perspectivas estaduais e oferecendo-lhes os números, as legislações e os pronunciamentos oficiais que sustentam a filosofia de nossa administração, em termos empresariais e públicos.

A Secretaria da Indústria e do Comércio, sem dúvida, dentro do contexto da economia capixaba, segue as diretrizes que traçamos dentro do I PND, voltadas prioritariamente, para o encontro de uma fórmula de equilíbrio entre a ação empresarial do Governo, através de empresas nas quais possuímos o comando acionário e, o esforço da própria iniciativa privada, em vários e importantes setores.

Esta ação, fruto de uma determinante governamental, visa dar parcelas apreciáveis da participação que vinha sendo creditada ao Governo, através de algumas empresas da administração descentralizada num efetivo e ordenado processo de transferência para a iniciativa privada, com o que nossa administração fortalece a classe empresarial, de inúmeras viabilidades em setores básicos do desenvolvimento do Estado.

Esta mensagem, cumprida em grande parte neste primeiro ano de nossa administração traduz a preocupação maior que temos e, que pretende atingir em nosso quadriênio uma perfeita e sólida presença da iniciativa privada interna e externa, sem desajustes ou protecionismos. E papel do Governo atuar na faixa da iniciativa privada, através de seus órgãos descentralizados em igualdade de condições e quando a própria iniciativa privada mostrar-se áptica ou sem condições técnicas ou financeiras, para assumir os riscos de cada empreendimento.

Nosso Governo, portanto, agirá sempre como suporte, como força de estímulo à descentralização, quando ela se justificar, em todos os setores da economia capixaba.

Para que este processo de valorização e compreensão sobre a empresa capixaba cresça e frutifique, teremos que criar condições para que o empresariado tenha acesso ao crédito oficial, sem grandes entraves; estimular a formação de equipes de assistência administrativa e técnica à pequena e média empresa; a realização de amplas pesquisas e estudos sobre as potencialidades estaduais; a criação de um instrumento financeiro, com recursos que já estamos identificando, para atender às empresas que já tenham se integrado às normas modernas de administração, produção e comercialização e, em última análise, manter sempre bem claro que a empresa capixaba, pelas suas características especiais, é credora, preferencialmente, dos estímulos e créditos que estamos oferecendo, através dos organismos estaduais vinculados ao nosso sistema Financeiro.

1 — PROGRAMA E PROJETOS EM FASE DE ESTUDOS, ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

1 — Em Fase de Estudos

1.1. — Considerando como prioridade selecionada para o setor industrial, o estabelecimento de progra-

ma que permita maiores facilidades e pesquisa, lavra e industrialização dos recursos minerais do Estado, está em fase final o estudo para criação de uma empresa de pesquisa e lavra de minerais, dependendo no momento de composição financeira que permita sua criação.

1.2. — Objetivando definir localização com equipamentos e instalações adequadas que permitam a realização de feiras e exposições com os problemas e contratempos que normalmente são encontrados, elaboramos um estudo para a construção do Pavilhão de Feiras e Exposições, no qual está prevista uma área que consideramos ideal, com 10.000 m² e todos os detalhes necessários ao fim a que se destina.

1.3. — Objetivando aprimorar a mão-de-obra existente e futura, em estudo conjunto com o IEL, PIPMO, FINDES, FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO, SENAI E SENAC, estamos promovendo a realização de cursos na área administrativa e de produção, junto às empresas já implantadas nos diversos setores de produção.

Diante do problema de demanda crescente nos diversos setores de produção, procuramos, em contato com os órgãos responsáveis, um maior entrosamento entre governo e empresa, para adoção de medida capazes de minizar o problema. Sobre o tema estamos mantendo entendimentos com o Ministro da Indústria e do Comércio e o Ministério da Educação e Cultura, para que numa escala maior, prevista para um futuro próximo, possa ser atendida a demanda de mão-de-obra, não só dos grandes projetos — Usina Siderúrgica Corredor de Exportação e Estaleiro Naval — como pelas indústrias satélites e outras atividades induzidas pelo surto de desenvolvimento.

1.4. — Tendo conhecimento de ainda na evasão de recursos do nosso Estado, através dos incentivos do Imposto de Renda, estamos estudando a realização de uma Campanha objetivando uma maior adesão do contribuinte do Imposto de Renda domiciliado no Espírito Santo, ao Decreto Lei 880, Campanha essa que contará com a participação direta do GERES.

2 — Em Fase de Elaboração

2.1. — Foi concluída a análise da Pesquisa Comercial realizada nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares, cujos resultados estão na fase final de encadernação para divulgação.

2.2. — Através de Convênio, firmado entre esta Secretaria, o BANDES e a FINDES, está sendo elaborado um novo Cadastro Geral — Indústria e Comércio — tendo sido, para tanto, contratados os serviços do SERCOP com a inclusão de um sistema de atualização permanente.

2.3. — Inexistindo no momento material de divulgação atualizado, foi elaborado um Manual para o Investidor, ilustrado e bilingue, contendo todas as informações gerais necessárias e oportunidades de investimento no Espírito Santo.

A impressão do manual está em fase final e sua divulgação dar-se-á no primeiro aniversário do Governo.

3 — Em Fase de Implantação

3.1. — PROGRAMA DE AMPARO A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — Conhecendo os problemas aflictivos da pequena e média empresa capixaba: carência de garantias reais para obtenção de créditos, difícil retenção de mão-de-obra qualificada, a baixa rentabilidade, etc., procuramos inicialmente tomar providências quanto à possibilidade de financiamento de capital de giro àqueles empresas. Concomitantemente objetivando assistência gerencial à pequena e média empresa vem a

Secretaria mantendo entendimentos com o PANDES, a SEPLAN e a FINDES, para a criação do Centro de Assistência Gerencial — CEAGES, a exemplo de outros Estados da Federação. Para o financiamento de capital de giro em 1976, podemos contar com recursos do GERES.

3.2. — COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO — Diante da realidade espírito-santense no que tange a necessidade de apoio ao comércio interno e externo, estamos implantando na Secretaria um sistema que proporcionará ao nosso empresário, uma assistência até o momento inexistente. Estamos procurando subsídios em outros Estados, bem como manter entendimentos com o Ministério das Relações Exteriores e COCEX do Banco do Brasil.

3.3. — PAINEL DE DESENVOLVIMENTO — Está programado para o período de 12 a 21 de março, dentro das comemorações do primeiro aniversário do Governo, a realização de um Painei de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Será utilizada a área do Armazém 4 e anexo. O objetivo dessa realização é mostrar ao povo capixaba e aqueles e outros Estados e estrangeiros, as atividades econômicas do Espírito Santo (indústria e comércio) as realizações do governo, bem como as oportunidades de investimento.

3.4. — PESQUISA GEOLÓGICA — Em prosseguimento aos estudos sobre o potencial mineral do Espírito Santo, estamos realizando, com a equipe do CENPRO, uma pesquisa geológica para identificar os recursos minerais do Espírito Santo, cujas despesas correrão à conta do FUNDOES.

3.5. — APOIO À INDÚSTRIA METAL MECÂNICA — Em Convênio esta Secretaria, em conjunto com a equipe do CENPRO, elaborou projeto para análise da estrutura de apoio à Indústria Metal Mecânica. A pesquisa tem como objetivo identificar no Estado do Espírito Santo, todos os serviços auxiliares à Indústria Metal Mecânica e, da análise final incentivar a implantação de outros necessários ao setor.

3.6. — INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO — Em Convênio com o MIC esta Secretaria está elaborando um estudo preliminar objetivando a adoção de medidas necessárias a interiorização do desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Secretaria da Indústria e do Comércio emprestou grande ênfase à melhoria dos índices funcionais de seu pessoal administrativos, mediante uma permanente e criteriosa presença na área de cursos técnicos, de aprimoramento e de ampliação de conhecimentos especializados legislação de incentivos, política fiscal tributação, relações humanas e realidade nacional, entre outros.

Contando com o apoio do SENAC e a participação financeira do Programa Interno de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), a Secretaria liderou um amplo programa de cursos, reunindo, com a colaboração de todas as demais Secretarias de Estado, um grupo superior a 100 candidatos.

Na área administrativa interna a Secretaria promoveu um reestudo do seu espaço físico, concluindo pela necessidade de ampliação de áreas, melhoria dos padrões de conforto e funcionalidade nas divisões e departamentos, tornando viável e eficiente o desempenho de vários setores.

CENTRO DE PROMOÇÃO

Notando, desde os primeiros instantes, que era fundamental ao Governo dispor de um órgão que pudesse manter diálogo rápido e eficiente com os empresários nacionais e internacionais interessados em investimen-

tos no Estado, criamos o Centro de Promoção de Oportunidades de Investimentos no Espírito Santo (CEPRO), cuja principal finalidade foi amplamente atingida no exercício de 1975.

Prestando assessoria eficiente aos empresários locais, prioritariamente e, por extensão aos investidores nacionais e internacionais, sem qualquer ônus para as partes, o CENPRO dispõe de um rol de bons projetos e viabilidades, muitos dos quais estão em adiantada fase de estudos pelos grupos interessados.

A implantação desta unidade foi possível graças ao Protocolo de Cooperação Técnico-Financeira assinado entre a Secretaria e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES).

TRANSPORTE

Um dos grandes desafios enfrentados pela Secretaria para dar solução a uma das exigências traçadas pelo nosso Governo, foi o estudo de viabilidade de um sistema de transporte aquaviário, para solucionar o problema de transporte de grandes massas entre Vitória e Vila Velha, principalmente.

Com base nos estudos realizados pelo Programa de Reaparelhamento Estrutural da Grande Vitória (PRE), que identifica a utilização deste tipo de transporte como de pacífica viabilidade, determinamos que fossem iniciados entendimentos com empresas privadas interessadas na implantação do sistema, consultados, preliminarmente, os interesses da Administração do Porto de Vitória e aqueles subordinados à área da Secretaria de Serviços Públicos Especiais.

Foram realizadas, durante o ano, inúmeras reuniões com o grupo de maior experiência nacional neste tipo de transporte — TRANSTUR — Aerobarco do Brasil Transportes Marítimos e Turismo S.A. — que detém a concessão do transporte marítimo no trecho Rio-Niterói, com unidades moderníssimas e alta capacidade de transporte.

Mantivemos, em Vitória, com dirigentes daquela empresa e técnicos do setor, os entendimentos preliminares, conseguindo um estudo de viabilidade para a implantação do serviço entre Vitória e Vila Velha e Paul-Vitória, que justificou a proposta apresentada pelo Grupo ao Governo. O assunto ainda está em pauta, devendo ser definitivamente resolvido no primeiro trimestre do ano.

JUNTA COMERCIAL

A reorganização administrativa e técnica da Junta Comercial era uma necessidade premente, para que o organismo oficial pudesse acompanhar o surto de crescimento das atividades empresariais no Estado. Determinamos todas as medidas tendentes a justificar esta conquista, o que efetivamente coloca, hoje, a nossa Junta Comercial, entre as mais eficientes do país.

Com a implantação do Regulamento de Organização e de Administração do Pessoal, a modificação de contribuição da Junta para o FUNDOES e a liberação de recursos adicionais, foi possível alcançar alguns objetivos:

- a) velocidade no processo de tomada de decisões;
- b) ausência de conflito entre a Direção e os demais setores;
- c) ausência de hiato entre a Direção e os administradores subordinados;
- d) pronta visão dos pontos de estrangulamento;
- e) presença permanente da Direção na administração central e nas Delegacias Regionais;
- f) modernização do equipamento e aquisição de máquinas, arquivos e sistemas de racionalização de fichas e operações.

Alguns números que selecionamos, podem traduzir, com maior objetividade e expressão, a presença da Junta Comercial.

MOVIMENTO GERAL DOS REGISTROS E ARQUIVAMENTOS NO EXERCÍCIO DE 1975

DISCRIMINAÇÃO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Registro de Firma	153	130	135	163	189	186	170	176	161	177	157	126	1.923
Baixa de Firma	10	5	5	13	10	17	24	35	22	22	26	11	200
Alteração de Firma Individual	34	33	26	39	51	75	87	64	46	71	29	68	623
Registro de Filial	3	4	-	8	12	5	7	9	18	8	8	10	90
Contrato Social	84	67	81	84	113	98	116	96	102	90	105	62	1.098
Alteração Contratual	67	67	75	61	102	118	164	150	118	163	104	130	1.319
Distrato Social	3	1	1	-	1	1	6	16	3	3	6	7	53
Atos Constitutivos de S/A	8	4	8	9	7	14	18	5	9	179	5	15	281
Ata de Assembléia Geral Ord.	5	3	3	27	29	14	13	2	8	4	12	10	130
Ata de Assembléia Geral Ext.	16	26	20	53	33	26	36	30	20	25	18	36	339
Ata de Diretoria	11	35	17	14	28	23	34	18	11	21	12	15	219
Ata de Conselho Fiscal	2	-	-	-	-	-	3	-	-	1	1	-	7
Diário Oficial/ Arquivamento	32	21	31	52	46	70	69	59	43	36	47	48	554
Boletim de Subscrição	11	2	1	2	-	2	6	-	-	1	3	1	29
Proteção do Nome Comercial	-	8	3	8	5	2	11	2	19	1	3	7	69
Procuração	9	4	6	14	12	12	16	15	14	19	19	19	159
Emancipação	12	9	7	7	10	21	25	17	16	23	23	13	183
Certidão	198	196	206	242	255	267	293	298	290	259	263	270	2.957
Autenticação	254	581	166	491	950	1.012	945	926	778	956	1.023	1.019	9.001
Recurso	1	3	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	7
Cancelamento	-	2	-	7	1	3	3	4	3	4	10	1	38
T O T A I S	913	1.181	792	1.294	1.854	1.966	2.047	1.823	1.609	2.068	1.874	1.808	19.289

COMPORTAMENTO DO TOTAL DA RECEITA DO EXERCÍCIO DE 1975

Em cr\$1,00

DISCRIMINAÇÃO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
TAXAS													
Contrato Social	19.199	16.950	20.550	18.568	32.930	29.322	43.125	36.018	45.457	36.257	40.654	37.034	376.074
Alt. Contratual	12.960	12.916	12.125	23.296	41.901	41.933	46.156	25.425	19.593	28.992	22.195	26.727	314.221
Registros	27.919	23.962	25.943	30.170	51.553	58.209	64.435	54.929	51.629	53.132	48.693	44.366	534.940
Alt. Registros	1.951	-	-	-	-	-	-	-	-	949	3.648	1.710	8.258
Arq. s/Capital	49	189	316	-	-	-	363	-	-	-	-	-	917
Baixa/Distrato	258	344	86	1.046	625	1.452	2.620	4.015	2.108	798	1.463	228	15.043
Cadastro	14.993	12.412	12.934	17.255	29.030	31.480	36.600	27.857	27.581	28.690	27.816	26.183	292.830
Publicação	11.396	9.416	9.812	13.090	22.497	24.397	28.365	23.544	21.179	21.224	21.286	19.981	226.887
Sub Total	88.725	76.199	81.766	103.425	178.536	186.793	221.664	171.788	167.547	170.742	165.757	156.228	1.769.170
EMOLUMENTOS													
Busca/Consulta	572	398	792	440	62	806	1.333	89	147	369	774	1.632	7.414
Certidão	6.257	5.355	4.958	7.347	10.075	9.907	12.296	10.454	9.412	9.540	7.713	7.220	100.534
Requerimento	2.036	1.547	1.537	2.594	5.488	6.138	6.730	5.760	5.562	6.128	6.314	5.829	55.663
Req. Urgência	10.350	8.430	9.075	11.550	13.405	20.580	23.311	19.051	18.777	18.536	18.517	18.154	194.736
Sub Total	19.215	15.730	16.362	21.931	34.030	37.431	43.670	35.354	33.898	34.573	33.318	32.835	358.347
LIVROS													
Autenticação	21.734	18.291	17.010	17.883	30.427	36.443	41.543	31.236	28.613	35.632	36.006	29.394	344.214
Sub Total	21.734	18.291	17.010	17.883	30.427	36.445	41.543	31.236	28.613	35.632	36.006	29.394	344.214
TOTAL GERAL	129.674	110.220	115.138	143.239	242.993	260.669	306.877	238.378	230.056	240.947	235.081	218.457	2.471.731

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 1975

TÍTULOS	Previsão/S	Execução/S	Diferença/
RECEITAS CORRENTES			
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	2.420.000,00	2.471.731,00	51.731,00
SOMA	2.420.000,00	2.471.731,00	51.731,00
TOTAL	2.420.000,00	2.471.731,00	51.731,00
TÍTULOS	Previsão/\$	Execução/\$	Diferença/\$
CREDITOS			
ORÇAMENTÁRIAS E SUPLEMEN- TARES	2.420.000,00	2.361.025,16 (—)	58.974,84
SOMA	2.420.000,00	2.361.025,16 (—)	58.974,84
SUPERAVIT		110.705,84	110.705,84
TOTAL	2.420.000,00	2.471.731,00	51.731,00

Vitória, 31 de dezembro de 1975.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 1975

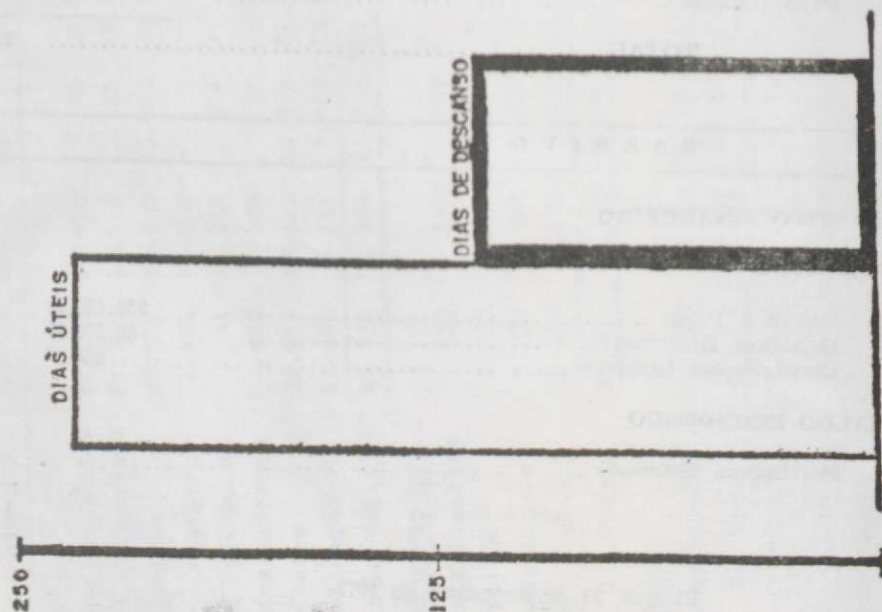
A T I V O			
ATIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL			
Em Caixa			399.405,44
R E A L I Z Á V E L			
Diversos Responsáveis			316,51
ATIVO PERMANENTE			
Bens Móveis	433.026,46		
Bens Imóveis	269.467,50		702.493,95
TOTAL			1.102.215,91
P A S S I V O			
PASSIVO FINANCEIRO			
EXIGÍVEL			
Restos a Pagar	239.634,43		
Depósitos Diversos	88.566,67		
Consignações Diversas	468,76		328.669,86
SALDO ECONÔMICO			
Patrimônio Estadual			773.543,05
			1.102.215,91

Vitória, 31 de dezembro de 1975.

ANÁLISE DA FORÇA PRODUTIVA

DIAS PRODUTIVOS E IMPRODUTIVOS
EXERCÍCIO - 1975

DIAS PRODUTIVOS • 246
DIAS IMPRODUTIVOS • 119

SITUAÇÃO E FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO - 1975

% DETERMINADO COM BASE NO Nº DE DIAS/HOMEM

I - FALTAS ABONADAS

Secretaria Geral — 07

Serviço Administração — 56

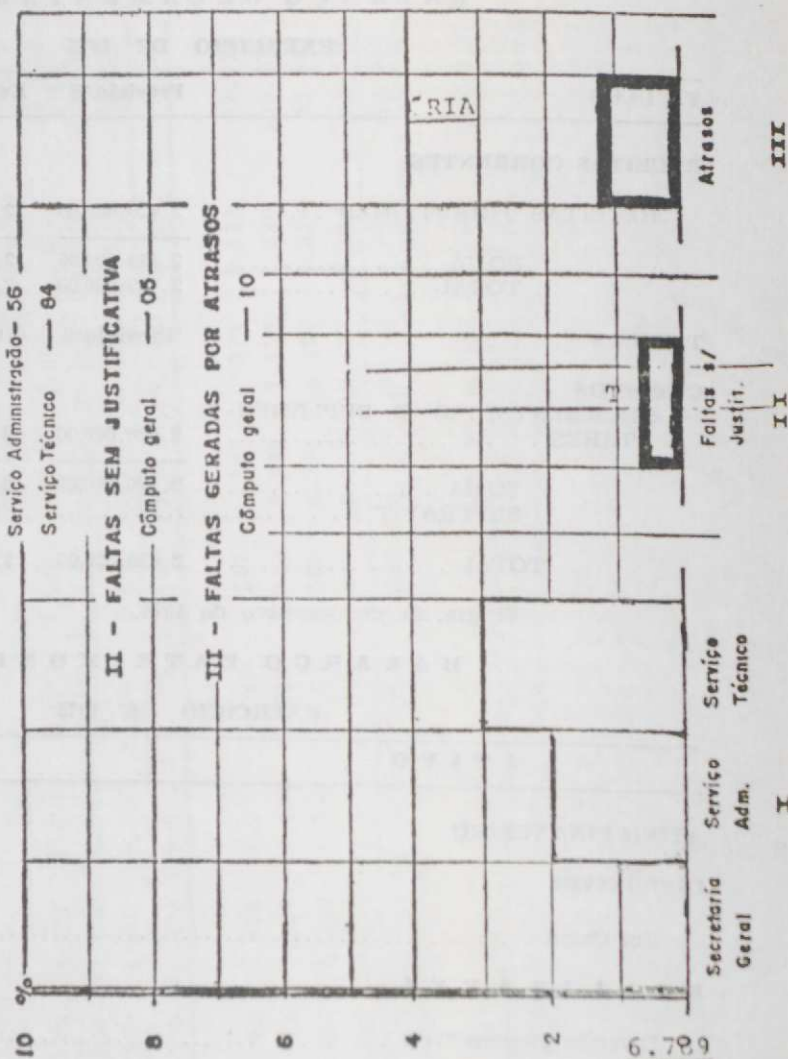
Serviço Técnico — 84

II - FALTAS SEM JUSTIFICATIVA

Cômputo geral — 05

III - FALTAS GERADAS POR ATRASOS

Cômputo geral — 10



PROCESSOS JULGADOS PELAS TURMAS DE VITÓRIA

ANO DE 1975

Meses	Número	Total
Janeiro	518	
Fevereiro	400	
Março	454	
Abril	509	
Maio	572	
Junho	642	
Julho	713	
Agosto	602	
Setembro	594	
Outubro	597	
Novembro	543	
Dezembro	635	
		<u>6.789</u>

DELEGACIA DE CACHOEIRO DE ITAPORANGA

REGISTROS E ARQUIVAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO DE 1975

D I S C R I M I N A Ç Ã O	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Registro de firma	29	21	31	25	40	34	39	30	36	38	26	26	375
Paixa de firma	1	-	1	3	2	10	6	6	-	8	5	3	45
Alteração de firma individual	9	12	9	11	11	11	30	11	-	11	-	14	129
Registro de filial	1	-	-	-	-	-	-	3	7	2	-	5	18
Contrato social	11	15	15	10	19	12	18	14	15	17	13	7	166
Alteração contratual	6	8	10	10	19	17	25	18	-	25	24	18	180
Distrato Social	1	-	-	-	-	1	3	5	-	2	2	2	16
Atos constitutivos de S/A	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	3
Ata de Assembléia Geral Ordinária ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Ata de Assembléia Geral Extraordinária	-	-	-	-	-	-	-	8	-	3	2	3	16
Ata de Diretoria	8	1	6	4	14	15	18	5	-	3	2	-	76
Diário Oficial c/publicação de ata ..	4	3	3	1	6	8	3	8	-	6	5	5	52
Procuração	1	-	-	2	1	1	4	2	-	6	3	7	27
Emancipação	1	3	2	1	2	5	3	1	-	11	6	2	37
Certidão	18	15	21	5	28	46	32	47	-	35	29	44	320
Autenticação	254	291	160	226	325	475	312	166	154	179	161	313	3.116
Totais	344	369	258	298	468	635	493	324	212	346	278	456	4.481

COMPORTAMENTO DA RECEITA NO EXERCÍCIO DE 1975

DELEGACIA DE CAHOEIRO DE ITAPEVIRIM

Em Cr\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
<u>TAXAS</u>													
Contrato Social	2.418	2.718	2.790	2.046	6.004	3.930	5.823	5.655	6.111	5.715	4.750	4.086	52.046
Alt. Contratual	1.686	1.355	1.853	1.511	6.065	6.923	8.713	4.185	4.342	4.832	4.832	4.530	50.827
Registros	4.849	4.458	5.491	4.763	10.880	12.309	13.215	10.063	11.444	11.120	7.280	7.008	102.880
Alt. Registro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	798	3.648	1.710	6.156
Arq. s/Capital	-	-	-	-	-	-	363	-	-	-	-	-	363
Baixa/Distrato	86	-	86	2.580	121	968	1.652	1.951	456	-	551	114	6.243
Cadastro	2.146	1.798	2.349	2.059	2.120	5.840	6.920	5.001	5.206	5.624	5.054	4.446	51.563
Publicação	1.628	1.344	1.728	1.562	3.968	4.526	5.363	4.056	3.973	4.292	3.857	3.393	39.764
Sub Total	12.813	11.693	14.351	12.199	32.158	34.496	42.049	30.911	31.532	32.381	29.972	25.287	309.842
<u>EMOLUMENTOS</u>													
Busca/Consulta	-	-	110	-	-	93	62	58	87	87	212	420	1.129
Certidão	599	455	755	230	1.142	1.971	1.888	1.461	1.329	560	453	631	11.474
Requerimento	233	168	241	188	857	1.104	1.146	1.032	1.060	1.125	1.009	942	9.105
Req. Urgência	1.400	1.100	1.575	1.250	3.015	3.080	3.921	3.658	4.007	3.901	4.035	3.769	34.711
Sub Total	2.232	1.723	2.681	1.668	5.014	6.248	7.017	6.209	6.483	5.673	5.709	5.762	56.419
<u>LIVROS</u>													
Autenticação	4.048	4.642	2.659	3.788	4.957	7.166	7.243	6.901	6.004	7.114	7.021	5.637	67.190
Sub Total	4.048	4.642	2.659	3.788	4.967	7.166	7.243	6.901	6.004	7.114	7.021	5.637	67.190
TOTAL GERAL	19.093	18.058	19.691	17.655	42.139	47.910	56.309	44.021	44.019	45.168	42.702	36.686	433.451

DELEGACIA DE COLATINA

REGISTROS E ARQUIVAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO DE 1975

DISCRIMINAÇÃO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Registro de firma	25	24	23	32	25	40	27	32	23	28	32	12	124
Caixa de firma	3	-	-	3	2	1	5	17	13	4	5	2	55
Alteração de firma individual	11	14	2	14	16	16	20	16	12	19	15	19	174
Registro de filial	1	-	-	2	1	1	3	2	1	3	-	-	14
Contrato social	9	13	8	7	3	11	14	10	12	9	12	5	113
Alteração contratual	2	5	11	15	14	7	25	23	19	21	18	18	178
Acerto social	-	-	-	-	1	-	-	5	-	4	1	1	12
atos constitutivos de S/A	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	2	5
Ata da Assembleia Geral Ordinária	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Ata da Assembleia Geral Extraordinária	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	3
Ata da Diretoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	4
Ata do Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Ata Oficial c/publicação de ata	-	-	-	1	2	-	23	2	2	-	6	1	37
Ata de eleição de subscrição	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3
Ata de recuração	-	-	1	-	-	-	1	3	-	1	1	1	8
Ata de arancipação	1	3	-	2	2	3	3	3	6	1	2	4	30
Ata de rtidão	11	5	6	12	15	7	24	17	33	16	30	20	196
Ata de autenticação	-	-	-	-	-	-	-	160	218	244	255	194	1.071
Ata de Recurso	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	3
Ata de Cancelamento	-	2	-	1	1	3	-	1	2	2	2	1	15
Totais	65	66	51	89	82	91	146	293	344	355	381	284	2.247

DELEGACIA DE COLATINA

COMPORTAMENTO DA RECEITA NO EXERCICIO DE 1975

Em Cr\$ 1,00

Discriminação	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1 - TAXAS													
Contrato Social	1.860	2.418	1.488	1.309	1.572	3.144	5.739	3.317	5.067	2.706	4.125	2.910	35.648
Alt. Contratual	885	1.198	2.139	2.795	5.199	2.702	4.501	3.473	2.265	4.228	3.171	3.926	36.482
Registros	2.402	3.694	3.295	6.217	5.854	9.362	10.769	11.545	8.814	10.708	9.279	7.064	89.003
Alt. Registros	1.951	-	-	-	-	-	-	-	-	151	-	-	2.102
Arq. s/Capital	49	70	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147
Baixa/Distrato	-	-	-	86	-	-	363	852	684	-	570	114	2.669
Cadastro	1.624	1.537	1.479	2.433	2.750	3.680	5.200	4.646	3.800	180	3.990	3.192	38.514
Publicação	1.232	1.166	1.122	1.848	2.130	2.852	4.030	3.548	3.014	3.219	3.045	2.436	29.642
Sub Total	10.003	10.083	9.551	14.684	17.505	21.740	30.602	27.381	23.644	25.192	24.180	19.642	234.207
2 - EMOLUMENTOS													
Busca/Consulta	-	-	22	-	-	-	-	31	31	115	411	408	1.018
Certidão	331	284	134	477	601	288	576	361	704	476	514	241	5.087
Requerimento	158	132	126	366	590	828	933	789	831	882	975	795	7.405
Req. Urgência	1.000	1.025	950	1.625	1.695	2.310	2.660	2.590	2.415	2.135	2.660	1.505	22.570
Sub Total	1.489	1.441	1.232	2.468	2.886	3.426	4.169	3.771	3.981	3.608	4.560	3.049	36.080
3 - LIVROS													
Autenticação	2.675	2.010	3.393	3.495	3.515	6.273	6.392	3.545	4.747	5.437	5.586	4.247	51.345
Sub Total	2.675	2.010	3.393	3.495	3.515	6.273	6.392	3.545	4.747	5.437	5.586	4.247	51.345
Total Geral	14.167	13.534	14.176	20.647	23.936	30.439	41.163	34.697	32.372	34.237	34.326	26.938	321.632

SUPPIN

Entre as principais atividades realizadas pelo SUPPIN, é importante o destaque das medidas que adotamos para descentralizar os polos industriais, identificando logo a área para localização do Distrito Industrial de Cachoeiro de Itapemirim e abrindo a série de medidas que responderão pela implantação de outros polos, especialmente em Colatina, nesta primeira etapa.

Fizemos, no caso específico do Distrito Industrial de Cachoeiro de Itapemirim, doação de uma área de 45 alqueires, na Fazenda Monte Libano, para servir aos propósitos do Distrito e, ainda, através de desapropriação, outra área de 69 alqueires à margem da rodovia Cachoeiro-Alegre, para indústrias não poluentes.

Com recursos contratados com o BNDE, foi possível a SUPPIN proceder a desapropriação amigável de 519,2 hectares de terra em Carapina, no município da

Serra, representando um investimento de Cr\$ 14.560.126,00 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta mil, centos e vinte e seis cruzeiros) e permitindo que a área do CIVIT, passasse de 3,3 milhões de metros quadrados para 8 milhões de metros quadrados. Ao mesmo tempo vale destacar que a área industrial na Grande Vitória, tem, ainda, uma reserva declarada de utilidade pública equivalente a 25 milhões de metros quadrados.

No exercício de 1975 a SUPPIN determinou a execução de serviços técnicos no setor II, constando de restituição aerofotogramétrica, elaboração do projeto a nível de engenharia, dos sistemas viários e de água e esgotos, com a utilização do próprio pessoal técnico do órgão e a contratação, apenas, da restituição aerofotogramétrica e a assessoria especial de um engenheiro sanitário.

A posição atual das indústrias do Centro Industrial de Vitória é a seguinte:

PROCEDENCIA DAS INDÚSTRIAS DO CIVIT

ESTADO	NÚMERO DE INDÚSTRIA	%
Espírito Santo	5	26,3
Minas Gerais	7	36,8
Rio de Janeiro	4	21,0
São Paulo	1	5,3
Distrito Federal	1	5,3
Pernambuco	1	5,3
TOTAL	19	100,0

RELAÇÃO DE INDÚSTRIAS DO CIVIT

RAMO DE INDÚSTRIA	NÚMERO
Têxtil	2
Metalúrgica	5
Produtos de Matérias Plásticas	1
Química	3
Produtos Alimentares	2
Material Elétrico e de Comunicação	1
Papel e Papelão	1
Bebidas	1
Mecânica	1
Minerais não metálicos	1
Outras	1
TOTAL	19

QUEM ESTÁ NO CIVIT

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
Em Operação	5
Em Implantação	1
Área Adquirida	5
Área Reservada	8
TOTAL	19

INDÚSTRIAS EM OPERAÇÃO NO CIVIT

DISCRIMINAÇÃO	INVESTIMENTO	MÃO DE OBRA	PRINCIPAIS PRODUTOS
	TOTAL CR\$		
FIBRASA	13.500.000	118	Fios e Sacaria de Polipropileno
CARBOINDUSTRIAL	28.000.000	40	Pasta de Eletrodos
CONELE	15.000.000	180	Cordoalhas, cabos telefônicos e especiais
EMPROL	9.000.000	89	Sacos promocionais
METALÚRGICA VITÓRIA	1.640.000	68	Ferragens galvanizadas
TOTAL	67 140 300	495	—

COPESA

O Governo empenhou-se o máximo para dar uma nova tónica aos negócios da COPESA. Fatos amplamente analisados, apontavam, ao assumir a atual Diretoria, medidas de caráter enérgico e imediato, no âmbito administrativo e técnico da empresa, cuja viabilidade estava seriamente ameaçada. É bem verdade que a atual administração ainda luta com ingentes dificuldades para superar os problemas originários de outras administrações e para fixar nova imagem da empresa.

Com a casa em desordem, com a frota em precário estado de conservação, com sua estrutura física de operação enfrentando graves problemas tecnológicos e higiênico-sanitários e praticamente em estado de insolvência, não pode o Governo apresentar, em apenas 8 (oito) meses de administração, uma empresa recuperada, prestigiada e em condições de exercer o seu papel de principal instrumento de aceleração e afirmação da política pesqueira estadual.

Após a realização, por contrato, de uma auditoria, a empresa pôde identificar, em sua quase totalidade, os pontos negativos e, partir confiante para uma completa reformulação de critérios administrativos, técnicos e industriais, visando a reconquista do tempo perdido e a abertura de novas frentes de financiamento, internas e externas, para propiciar o ingresso acelerado da indústria pesqueira no contexto da economia estadual.

Para enfrentar a gravidade da situação experimentada pela empresa, a atual diretoria adotou um rol de medidas prioritárias, a saber:

- a) dispensa de pessoal ocioso ou incompetente;
- b) cancelamento total de despesas supérfluas, não essenciais ou não programadas;
- c) imediata reestruturação física, orgânica e funcional nas fontes de produção, para elevar a receita, incluindo nesta determinação, a reparação da frota;
- d) idêntica medida no setor de distribuição e venda de produtos da empresa, incluindo nesta determinação, a reparação de veículos, o levantamento do pessoal e a avaliação de toda a infra estrutura de venda de pescado;
- e) consolidação dos objetivos da empresa através de documento formal apresentado aos grupos interessados e organismos de financiamento, definindo as prioridades estabelecidas pelo Governo e situações, com exclusividade, na área de atuação da empresa;
- f) reorganização administrativa e elaboração de

novo organograma, cuja implantação já está sendo processada;

g) estreitamento de relacionamento com a SUDEPE e com o PESCART;

h) estudo de transferência das atuais instalações para outra área, em estreito entendimento com a APV;

i) avaliação das condições para propôr uma associação da empresa com o grupo japonês TAIYO, mantida a participação do Governo em torno de 51%, como fórmula para atingir melhor capacidade técnica, melhores resultados financeiros, maiores mercados e mais dinâmicos financiamentos.

A adoção destas medidas tornaram possível, ao final do exercício, pelo menos a afirmativa de que a empresa pode ser recuperada e apresentar suas melhores performances nos próximos anos. Como fatores diretamente originários da série de medidas adotadas, pode-se apresentar alguns reflexos positivos, a saber:

a) triplicação da receita em relação à conseguida pela administração anterior;

b) completa recuperação de toda a frota pesqueira, mantendo-se todas as unidades em atividade;

c) elaboração do Projeto de Desenvolvimento Pesqueiro para o Espírito Santo, já aprovado pela SUDEPE e ora em fase de viabilização, propiciando a empresa, na forma de incentivos fiscais, recursos do FISET, necessários, também, ao saneamento do passivo e a reposição do capital de giro;

d) empréstimo a ser concedido pelo BANDES, no valor de Cr\$ 1.500.000,00 (Um milhão e meio de cruzeiros);

e) convênio que será celebrado ainda no primeiro semestre, com a SUDEPE, para execução de um programa de pesquisa exploratória em águas marítimas do Espírito Santo;

f) convênio com o PESCART para implantação e dinamização de um Departamento de Pesquisa e Extensão Pesqueira, junto à empresa.

PRODUÇÃO

A produção da empresa é representada pela captura de diversos tipos de pescado e pelo fabrico de gelo. Operando com cinco (5) barcos do tipo "Linha" e um (1) barco do tipo "Traineira" a COPESA conseguiu um apreciável incremento, capturando em 1975 38.69% mais do que em 1974, ou seja, 375.092 quilos, contra 270.447 quilos.

Tecnicamente o aumento pode ser justificado com a adoção de medidas científicas e experimentadas pelas melhores equipes de captura do país, integrando-se toda a operação pesqueira, desde o homem ao equipamento, respeitadas as condições da empresa.

A produção de gelo tem sido muito prejudicada, pois o equipamento é muito velho e encontra-se em precárias condições de operação, apesar das medidas adotadas que propiciaram, no ano de 1975, a operação do equipamento dentro de um índice de 75 a 80% de sua capacidade, representando uma produção de 324.773 barras/25 quilos-ano.

PRODUÇÃO DA FROTA PESQUEIRA 1974/1975

MESES	ANOS	1974 (TON)	1975 (TON)
Janeiro		17,889	7,091
Fevereiro		29,064	14,578
Março			
Abril			
Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
TOTAL		270,447	375,092

PRODUÇÃO DA FABRICA DE GELO — 1975

(B A R R A S)

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
32.406	31.095	29.035	26.592	26.499	27.206
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
24.913	27.615	26.374	26.412	24.143	22.393
TOTAL					324.773

* Com peso médio de 25kg. p/Barra.

FABRICA DE TECIDOS

A produção industrial da empresa no exercício de 1975 foi de 2.195.805 milhões de metros de brins e lonas, de diversos padrões, respeitada a média de produção-dia de 7.319 metros e uma média-mês de 182.983 metros.

Eis o quadro anual de produção:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

		Média dia
Janeiro	169.520 metros	6.520
Fevereiro	108.155 "	6.008
Março	177.374 "	7.390
Abril	179.556 "	7.182
Mai	169.875 "	6.795
Junho	183.010 "	7.320
Julho	190.708 "	7.334
Agosto	176.823 "	7.076
Setembro	234.226 "	9.008
Outubro	229.736 "	8.508
Novembro	203.980 "	8.499
Dezembro	172.842 "	6.921
TOTAL	2.195.805	

Em termos de comercialização, as vendas a prazo e à vista comportaram-se no exercício dentro dos seguintes números:

COMERCIALIZAÇÃO

As vendas da empresa no exercício de 1975, atingiram o montante de Cr\$ 6.367.821,86, assim distribuídos:

	A Vista	A Prazo	Total
Janeiro	7.743,70	422.685,57	430.429,27
Fevereiro	173.857,36	312.323,15	486.180,51
Março	45.312,00	284.341,56	329.653,56
Abril	55.179,00	498.598,36	553.777,36
Mai	14.321,00	339.078,23	353.399,23
Junho	67.778,10	700.923,38	768.701,48
Julho	580,00	738.622,23	739.202,23
Agosto	30.182,12	565.153,11	595.335,23
Setembro	81.723,60	523.395,34	610.118,94
Outubro	12.700,34	625.557,29	638.257,63
Novembro	37.644,40	679.122,61	716.767,01
Dezembro	39.176,45	673.021,03	712.197,48
	566.198,07	6.367.821,86	6.934.019,93

Média mensal de vendas: Cr\$ 577.834,99

Apesar destes números e tendo em vista os aspectos de evolução do mercado consumidor dos produtos produzidos pela TECISA, pode-se prever que esta unidade deverá enfrentar sérios problemas em futuro muito próximo.

Com maquinário obsoleto, fabricado em 1912, com mão de obra mal remunerada, com dificuldades de matéria prima, com preços de produção elevados, a indústria não oferece maiores perspectivas. Para que a indústria possa se recuperar e enfrentar o mercado, é necessário que seu equipamento industrial seja completamente substituído e que as fontes de matéria prima na região voltem a produzir como no passado. A indústria, neste particular, tem procurado incentivar ao máximo o plantio do algodão, mas, sozinha, não tem conseguido muita coisa. É mister a efetiva realização de um programa de estímulo à produção, visando uma colheita de 2,5 milhões de quilos, sob a direta supervisão técnica e financeira da própria Secretaria de Agricultura.

Preocupado com este aspecto da questão, o Governo espera no ano de 1976, poder oferecer maior apoio e mais objetivas medidas de amparo à produção daquela oleaginosa, melhorando as perspectivas da indústria.

No entanto, cremos, os destinos desta indústria, deverão em 1976, estar completamente esclarecidos, levando-se em conta todos os aspectos já amplamente debatidos pelo Governo com sua Diretoria e com os técnicos que estudam o problema.

No que se refere à Fábrica de Oleos Arariboia, ela está sendo incorporada à TECISA, tendo em vista que estava praticamente paralizada. No momento está sendo realizado o levantamento de seu acervo patrimonial, avaliação de seu equipamento industrial e relacionamento de todos os demais bens, para efetivação da medida já aprovada e em fase final de regularização.

TURISMO

Visando dar uma nova dimensão à política turística estadual, ficou evidenciado que era necessário investir maciçamente no setor, para o alcance de alguns objetivos fundamentais.

Foram, assim, equacionadas algumas medidas, a saber:

- criação da nova imagem da empresa que lidera o setor turístico estadual perante o público;
- dar maior dinâmica às finalidades estatutárias da empresa, acionando todos os meios que pudessem representar soluções novas para o aproveitamento das nossas potencialidades turísticas.

Para atingir estes objetivos, a empresa contou com recursos financeiros, em 1975, da seguinte ordem:

- 1º — Receita orçamentária repassada a título de aumento de Capital Cr\$ 600.000,00
- 2º — Receita operacional do Radium Hotel Cr\$ 1.301.216,44
- 3º — Receita do Centro de Convenções Cr\$ 25.174,40
- 4º — Receita por alienação de ações pertencentes à empresa, da PETROBRAS Cr\$ 2.756.319,18
- 5º — Outras receitas Cr\$ 48.161,52

Uma simples análise deste quadro permite a afirmativa de que a receita orçamentária foi a quem da verba destinada à empresa; pois o Governo precisou realizar um remanejamento orçamentário para atender exigências de verbas do DER-ES, em termos rodoviários de sentido turístico, eliminando-se, portanto, das dotações do setor turismo, o total de Cr\$ 1.500.000,00 (Um milhão e meio de cruzeiros), ficando para o ano de 1975 apenas uma parcela de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros).

O recebimento da parcela que restou foi possível tendo em vista a realização do Congresso da ASTA, aproveitando-se, ainda, uma parcela remanescente do orçamento de 1974, no valor de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros).

A EMCATUR, no exercício, em face da Lei nº 2.297, passou a dar suporte administrativo ao Conselho Estadual de Turismo (CONESTUR, devendo passar a cobrar deste órgão a quantia mensal de Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros). Esta verdadeira cirurgia orçamentária que a empresa vem sofrendo poderá, caso não seja sanada, criar sérios problemas para a sua programação, inviabilizando muitos dos projetos programados e em fase de implantação.

Emprestamos, por outro lado, aos festejos populares intensa e permanente colaboração, investindo e participando de promoções como carnaval, natal e aconte-

cimentos folclóricos e religiosos, alguns dos quais sempre estiveram subordinados às municipalidades.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

1975

— CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Ao assumirmos a Diretoria da Empresa Capixaba de Turismo S.A. EMCATUR, no cargo de seu Presidente, foi com surpresa que verificamos sua inatividade não havendo preocupação até então de se imprimir uma dinâmica de trabalho que respondesse às necessidades da área de turismo.

Havia até 31 de março de 1975 a preocupação de se levar avante o projeto imobiliário da "Cidade do Sol", de propriedade da EMESA — Empreendimento Minas-Espírito Santo S/A, da qual a EMCATUR era principal acionista, e todos os recursos desta Empresa eram praticamente jogados para aquele negócio, em detrimento aos maiores interesses turísticos do Estado.

A EMCATUR é proprietária de dois equipamentos turísticos: o Radium Hotel e o Centro de Convenções, ambos em Guarapari, o maior pólo turístico capixaba.

A administração anterior, por razões que desconhecemos, não assumiu, por completo, as atividades do Radium Hotel, chegando ao cúmulo de sequer contabilizar seu movimento hoteleiro, a partir do momento que ele passou para propriedade da Empresa. Isto resultou em drásticas consequências administrativas, principalmente se levarmos em consideração que tal omissão provocou o falseamento dos dados apurados nos balanços de 72, 73 e 74, que não refletiram a real situação econômica-financeira da EMCATUR e poderá trazer consequências desastrosas se nos sujeitarmos a uma fiscalização por parte da Receita Federal, no que se refere ao imposto de renda. Por outro lado, a omissão da administração passada gerou problemas na área do pessoal do Hotel, que hoje se refletem de maneira negativa na sua operação.

O Centro de Convenções, por sua vez, não mereceu um trabalho que viesse a dinamizá-lo e todas as suas atividades até aqui foram produto da espontaneidade daqueles que, conhecendo sua existência em Guarapari, nos procuraram para ali realizarem suas convenções. Mal equipado, o Centro de Convenções muito deixava a desejar para o seu funcionamento, tendo sido necessário que a atual administração o equipasse com um completo sistema audiovisual e construísse as lojas de artesanato e o posto de informações turísticas.

— ASPECTOS FINANCEIROS

Para desenvolver-se uma política de turismo que atendesse principalmente, a recuperação do tempo perdido, havia necessidade de investir-se maciçamente no setor, procurando-se alcançar dois objetivos, quais sejam:

- 1º — criar uma nova imagem da Empresa perante o público;
- 2º — dar as soluções exigidas pela potencialidade turística do Estado, acionando todos os meios para atingir-se a própria finalidade estatutária da Empresa.

Para tanto, dispusemos, até 31/12/1975, dos seguintes recursos:

- 1º — receita orçamentária, repassada a título de aumento de capital Cr\$ 600.000,00
- 2º — receita operacional do Radium Hotel Cr\$ 1.301.216,44

3º — receita do Centro de Convenções	Cr\$ 25.174,40
4º — receita pela venda de ações da Petrobrás, de nossa propriedade ..	Cr\$ 2.756.319,18
5º — outras receitas	Cr\$ 48.161,52

Uma rápida análise do quadro acima, evidencia-se que a receita orçamentária foi aquela do da verba a nós destinada, pois houve necessidade, por parte do Governo do Estado, de que se procedesse a um remanejamento de verbas para suprir o DER de meios que lhe desse condições para atendimento de "rush" desencadeado nessa área, tendo do nosso orçamento sido extirpada a quantia de Cr\$ 1.500.000,00, restando-nos, tão somente, Cr\$ 500.000,00, do total de Cr\$ 2.000.000,00 previstos. Ademais é bom que se acrescente que os Cr\$ 500.000,00 que nos foram repassados teve como motivação o Congresso da "ASTA", e Cr\$ 100.000,00 se referia ao exercício de 1974.

Se considerarmos que a receita do Radium Hotel a ele se destinou, como cobertura da defasagem do período ocioso de sua ocupação e mais a recuperação parcial do prédio e a aquisição de equipamentos e materiais de que estava tão necessitado, vamos verificar que a Empresa sobreviveu apenas com o produto da venda parcial de seu patrimônio — as ações da Petrobrás num processo de autofagia empresarialmente desaconselhável, pois ele deveria, pelo seu vulto, destinar-se ao reinvestimento em equipamentos turísticos cuja operação representasse fonte de receita para a Empresa.

Com o advento da Lei nº 2.297/75, a Empresa passou a dar suporte administrativo ao Conselho estadual de Turismo (COMESTUR) e deste cobrará, mensalmente, Cr\$ 120.000,00, destinados a cobrir os novos recursos humanos que fomos obrigados a contratar para atendimento das tarefas até então atribuídas à Secretaria Executiva do Conselho.

É preciso que aqui se deixe registrado os receios que temos com as consequências que poderão advir da profunda cirurgia orçamentária que sofremos em nosso orçamento plurianual, do qual se retirou verbas em cerca de 80%, deixando-nos dúvidas quanto a viabilização dos vários projetos por nós programados.

Ademais, preocupa-nos, também, o desvio de verbas da Empresa em promoções nitidamente de responsabilidade das municipalidades, embora reconheçamos que, principalmente o Carnaval, sejam eventos turísticos de inegável valor. Cabe, entretanto, a Empresa a divulgação de tal tipo de evento, sendo válido o dispêndio que sempre se fizer neste setor.

— ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A começar pelo apoio que pessoalmente o signatário desta deu à IV Feira Capixaba dos Municípios, que envolve, sempre que se realiza, o nome da Empresa, por constituir-se, sem dúvida alguma, na maior festa popular do Estado, desenvolvemos uma série de providências que, assim, podem ser resumidas:

a — EVENTOS MUNICIPAIS

A divulgação dos eventos municipais — Festa de São Benedito — Serra — Dia do Município de Guarapari — Corpus Christi — Castelo — II Semana de Arte — São Mateus — foram feitas com a impressão de cartazes, programas e convites.

O Centenário dos Imigrantes no Espírito Santo, realizado em Santa Tereza, teve também o apoio da Empresa, que colaborou com a decoração das ruas da Cidade.

b — DIVULGAÇÃO

No setor de divulgação foram impressos: 30.000 folhetos, dentre os quais material bilingue visando à

realização do Congresso da ASTA, divulgando o folclore capixaba, a pesca oceânica e o potencial turístico de nosso Estado, reimpressão de 30.000 folhetos — 400 cartazes, convites e programas divulgando a Festa de São Benedito do Município da Serra — Festa do Município de Guarapari, II Torneio Aberto de Pesca Oceânica e a Festa de Corpus Christi de Castelo.

O lançamento do Selo de Guarapari, também foi divulgado pela Empresa com a impressão de convites além da confecção de 5.000 bolsas plastificadas e 250 bones.

c — PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

II Torneio Brasileiro Aberto de Pesca Oceânica — Realizado em Vitória, teve o apoio da Empresa da seguinte forma:

Programa de promoção turística, distribuição de material promocional, impressão de cartazes e convites, realização de excursões à Guarapari, Santa Tereza e sightsceings pela Grande Vitória, dentro do programa para senhores dos participantes.

A Empresa, ainda colocou à disposição da Comissão Executiva do evento, 4 recepcionistas turísticos, bem como pessoal para serviço de Secretaria, e transporte.

Dentro ainda da programação social, foi promovido uma noite de Carnaval no Iate Clube, e o Coquetel de Encerramento no Centro de Convenções.

Foram tomadas várias providências junto aos órgãos governamentais, no que se refere a policiamento, lanchas de apoio, serviço de atendimento médico, instalação de telefone público.

A colaboração financeira da Empresa foi para:

— 250 farnéis diários, portas, dragagem, pessoal de terra, lanchas de apoio, carrinhos pendurados de peixe além dos troféus oferecidos aos 4 primeiros vencedores.

— Encontro de INOCOOPES — Turismo Receptivo
— Encontro de Secretários de Planejamento.

d — PESQUISA E CADASTRO

— Foram realizadas a: Pesquisa de opinião pública em Guarapari

— Cadastramento de Empreendimentos Turísticos localizados na Faixa Radioativa e pelos microrregionais. A aquisição de um "trailer" e uma variante, servindo como ponto de apoio para realização das pesquisas.

e — APOIO AO ARTESANATO

A aquisição de 32.000 peças artesanais, para comercialização no Congresso da ASTA e Galeria de Artesanato do Centro de Convenções, contribuiu, sobretudo, para o programa de fomento e apoio ao artesanato capixaba.

f — RECURSOS HUMANOS

Visando a melhoria da mão de obra especializada na área de turismo, foi promovido um curso para Recepcionista Turística com uma duração de 2 meses, tendo sido selecionadas 20 recepcionistas que vem atuando em Convenções, Seminários e outros eventos, atendendo assim, as necessidades de agentes de viagens que atuam no Turismo Receptivo de órgãos oficiais.

— DÍPENSÍOS NO EXERCÍCIO

Ao destacarmos as principais cifras dos despêndios ocorridos no exercício passado visando demonstrar a

maneira com que alcançamos o primeiro estágio de agilização de nossas atividades.

Despesas Administrativas	Cr\$ 1.605.841,24
Propaganda, Publicidade e Promoções	Cr\$ 147.575,00
Despesas como material de divulgação	Cr\$ 83.192,90
Despesas do Centro de Convenções	Cr\$ 248.256,55
Participação em Congressos e outros eventos	Cr\$ 490.886,03
Participação em eventos Culturais e Esportivos	Cr\$ 129.165,44

2.704.917,16

PROGRAMA DE ATIVIDADES

PARA 1976

Dando sequência a programação geral esboçada no orçamento plurianual, neste exercício, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

a — SETOR DE SERVIÇOS

- 1 — A Empresa deverá desenvolver o projeto de engenharia do hotel-clínica de Guarapari e sua construção deverá ser iniciada a partir do mês de junho vindouro;
- 2 — A Empresa deverá associar-se a um grupo privado para construção de um hotel em Santa Tereza;
- 3 — Será iniciado o estudo de viabilização de um complexo turístico para a Lagoa Juparanã;
- 4 — Será adotada uma política de divulgação das potencialidades do Centro de Convenções de Guarapari, procurando-se atrair um maior número de eventos para aquele local.

b — SETOR DE RECURSOS HUMANOS

- Objetivando a promover o desenvolvimento de recursos humanos para atuarem, como agentes multiplicadores, na execução dos programas de formação profissional, no setor de turismo, o Convênio a ser firmado entre a EMBRATUR, e a EMCATUR agregará forças e experiências, numa tentativa de fazer frente as solicitações de ordem técnica, metodológica para o desenvolvimento turístico nacional.
- Como primeira etapa, a EMCUTUR estará participando do Curso de Preparação de Agentes de Treinamento, a ser realizado no período de 04 de março de 1976 a 20 de abril de 1976, no Centro de Treinamento para Turismo, em São Paulo, que tem como objetivo preparar Agentes, para estudar, planejar e formular diretrizes de Desenvolvimento de Recursos Humanos nas áreas técnicas de acordo com o Programa de Recursos Humanos da EMBRATUR.

Para o ano de 1976, os cursos a serem realizados dentro do Convênio, atingirão as áreas de Grande Vitória e Guarapari. Natureza dos cursos — qualificação e aperfeiçoamento: garçons, comareiras, recepção, cozinha, lancheiros, mensageiros, gerência empresarial.

c — NO SETOR DE PESQUISA

Dando continuidade ao programa de pesquisa e cadastro, o Setor encarregado, da atividade iniciou em janeiro próximo passado, uma pesquisa de fluxo turístico, tendo instalado um posto volante, no trevo de Guarapari para realização do mesmo. A pesquisa de fluxo se desenvolverá até o mês de março e paralelamente ao programa será feito além do cadastramento

de equipamentos turísticos dos demais municípios enquadrados no zoneamento turístico, a atualização dos dados já cadastrados pelo Setor, nos municípios da Faixa Radicativa.

d — SETOR DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Dentro do Programa de Informação Turística, estão programados além da manutenção dos Postos de Informações já instalados, a implantação de um posto, na futura Rodovia Jones Santos Neves em Guarapari, e a instalação de uma Galeria de Artesanato no Aeroporto de Vitória, visando à fomentar o produto artesanal de nosso Estado. Em decorrência do êxito alcançado na comercialização do artesanato, na Galeria do Centro de Convenções, a Empresa dará continuidade a promoção da venda de artesanato naquela Galeria durante Congressos, Seminários, etc.

— PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS MUNICIPAIS

A divulgação de eventos municipais, através de cartazes e impressão de programas terá o apoio da Empresa, incluindo pela primeira vez em sua programação a Paixão de Cristo, realizada em São Roque, Município de Santa Tereza.

— ASSESSORIA DE IMPRENSA

Será dada continuidade a distribuição de "releases" para a imprensa falada e escrita local e de outros Estados, mantendo-os, desta forma informados suas atividades turísticas do Estado.

— IMPRESSÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL

- Revista bimestral "Turismo e Cultura"
- Roteiros turísticos integrados

- Programa audio-visual
- Revista educativa turística
- Folhetos diversos

- Emplacamento Turístico ao longo das BRs 101 e 262.

- A Implantação do Serviço de Salvamento de Guarapari e das Praias de Camburi e da Costa, estes últimos em colaboração com a Polícia Militar do Espírito Santo, já se encontram em funcionamento.

— CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que se resulte neste trabalho a abertura de um diálogo franco com a alta direção da EMBRATUR que, sensibilizada pelas ponderações e projetos por nós apresentados, passou a emprestar seu apoio às nossas iniciativas, a ponto de pretender associar-se ao projeto do hotel clínica de Guarapari, com um investimento que deverá alcançar cerca de Cr\$ 13.000.000,00. Ademais, ela pediu a nossa autorização para divulgação da construção do Centro de Convenções de Guarapari, pretendendo financiar equipamentos idênticos ao que dispomos.

A EMBRATUR, como resultado da análise de um relatório que lhe enviamos por sua solicitação, passará a adotar uma linha de comportamento de integração dos Sistemas Nacional e Estaduais de Turismo, já tendo nos comunicado que a primeira sugestão, no que se refere a aprovação de projetos hoteleiros, foi aceita e será baixada uma resolução deferindo aos Sistemas Estaduais o direito de opinar na aprovação daqueles projetos.

Os serviços de saúde pública, administrados pela Secretaria de Saúde, sofreram um incremento correspondente à expansão do próprio processo de desenvolvimento econômico e social, do qual são partes inseparáveis, especialmente em se tratando de um processo que tem base no planejamento. A instalação e a melhoria da infra-estrutura econômica, assim como a satisfação da demanda dos serviços sociais — os de saúde em particular — foram proporcionados pelo setor público estadual. Para tanto, a estrutura organizacional da Secretaria de Saúde está sendo gradativamente moldada com o fim de atender às necessidades criadas pelo planejamento, como meio de lograr o desenvolvimento integral da comunidade estadual, que é a política científica ou o governo racional de um conjunto social, para conduzi-la às mais elevadas e melhores formas de vida coletiva, dando nesta última, oportunidades para que todos os indivíduos se superem, de acordo com as potencialidades de cada um.

Na problemática de saúde pública existem diversas variáveis, muitas das quais são estranhas ao setor, por dependerem mais diretamente de outros setores econômicos e sociais. Assim, a grande maioria dos fatores que geram saúde depende, quanto à sua modificação ou alteração favorável para o bem estar do homem, das ações dos outros setores sócio-econômicos.

Além disso, entre as variáveis dependentes do atual estado de desenvolvimento científico e tecnológico. Esta situação limita, na prática, a ação do Setor Saúde à produção de serviços que visam, principalmente, a modificar as manifestações de efeito do problema, ou seja, a controlar mormente a perda de saúde através de ações reparadoras ou preventivas. Não é muito repetir, então, que o Setor Saúde por si só não pode remover os grandes fatores causais, determinantes dos baixos níveis de sub-desenvolvimento.

2 — INFORMAÇÕES BASICAS

O Estado do Espírito Santo possui uma área de 45.597 quilômetros quadrados, dentro do Brasil, que tem 8.456.598 quilômetros quadrados de superfície. Guarda portanto, o nosso Estado uma relação, em termos de extensão territorial de apenas 0,54%. Por outro lado, já em termos de população, o Brasil, em números de 1975, possui 107.145.200 habitantes e o Espírito Santo, 1.725.066 habitantes, dando um percentual de 1,61%.

3 — NÍVEL DE SAÚDE

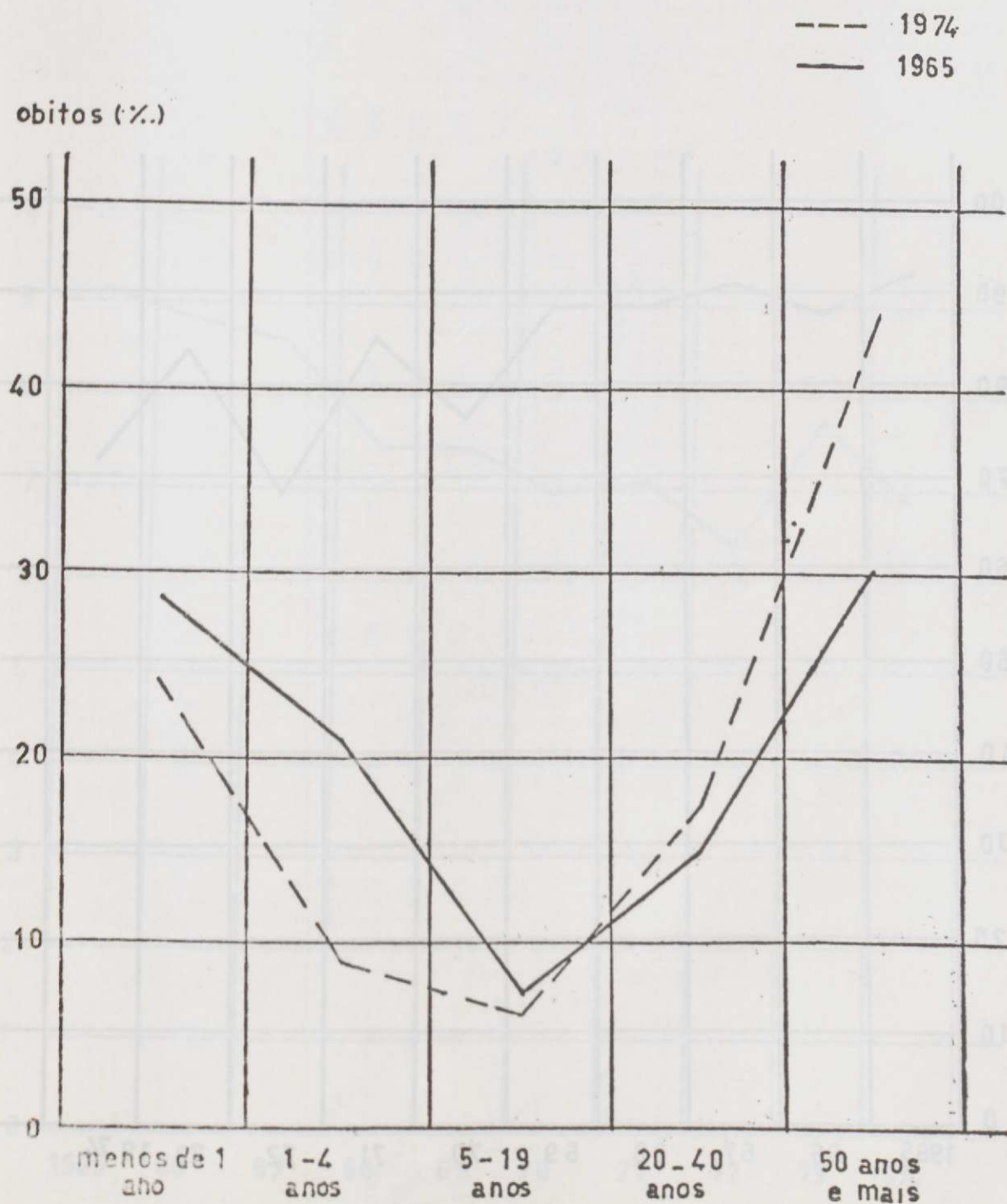
Tomando-se algumas expressões numéricas, busca-se avaliar o nível de saúde da população do Estado ainda que, paradoxalmente, seja analisado por seu aspecto negativo, ou seja, os óbitos. De uma maneira geral, dividem-se os indicadores de saúde em dois grandes grupos, sendo que o primeiro é constituído de algumas expressões numéricas que irão fornecer indicações sobre as condições de saúde em geral e o outro reflete aspectos mais específicos.

O coeficiente de Mortalidade Proporcional.

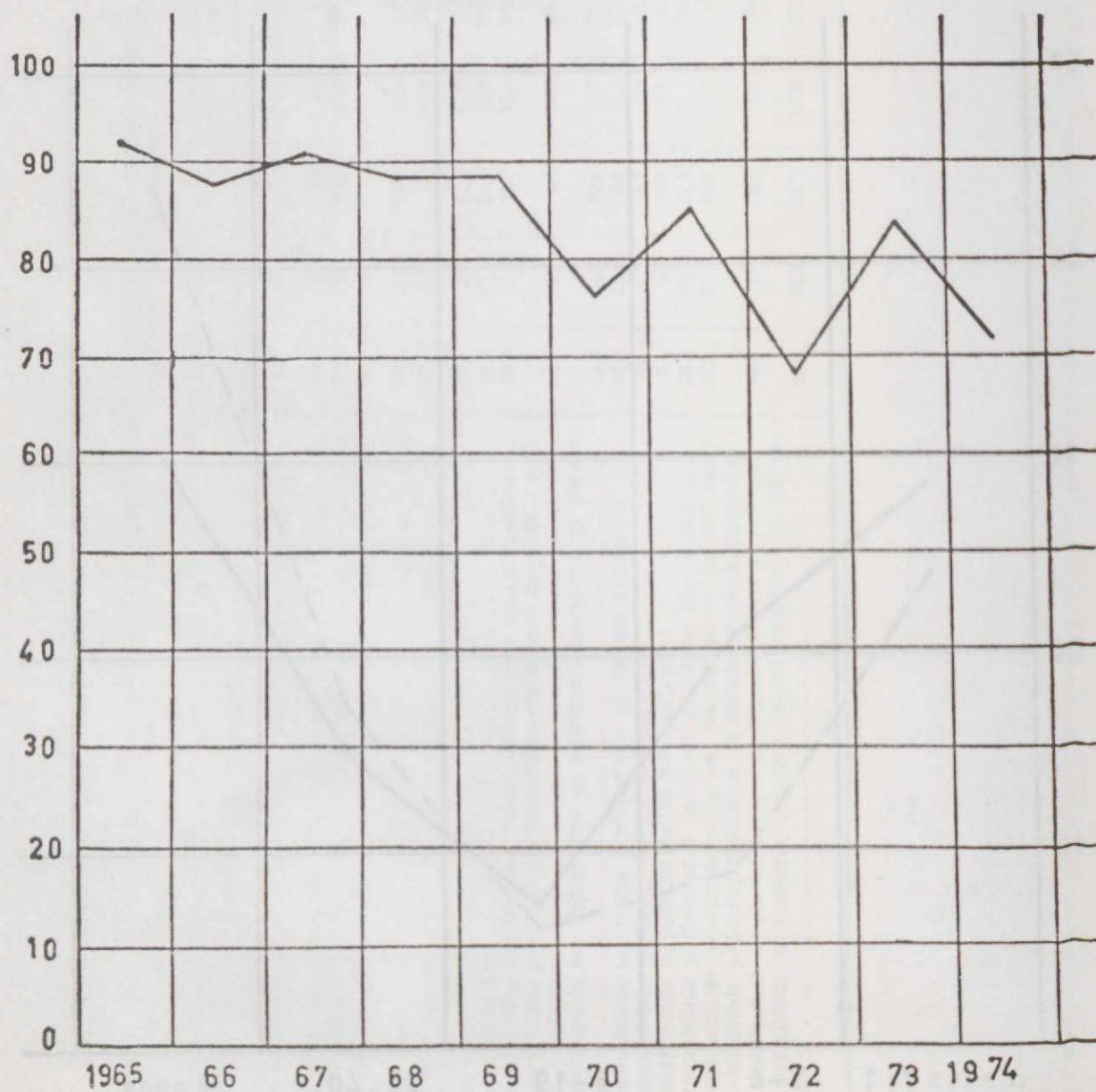
**INDICADORES DE SAÚDE CALCULADOS PARA O
ESPIRITO SANTO 1965/74**

C O E F I C I E N T E S	A N O S											
	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974		
Taxa de mortalidade geral (por 1.000 habitantes)	9,1	8,8	8,6	7,4	7,4	6,9	7,0	6,3	7,7	6,8		
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 habitantes)	91,4	87,0	89,9	87,9	88,3	76,3	85,2	68,2	82,9	71,5		
Razão de mortalidade Proporcional: distribuição % dos óbitos p/ grupos idade												
Menos de 1 ano	28,4	27,3	27,1	27,2	27,1	27,2	27,4	25,3	25,1	24,3		
De 1 a 4 anos	20,3	16,7	7,6	19,9	14,9	12,5	12,2	12,2	10,2	9,2		
De 5 a 19 anos	7,0	6,2	7,0	7,4	6,3	5,8	5,9	6,3	6,0	5,9		
De 20 a 49 anos	14,4	12,3	11,4	13,2	14,7	15,3	15,6	16,3	15,6	16,9		
De 50 anos e mais anos	29,9	37,5	36,9	32,3	37,0	39,2	38,9	41,9	41,3	43,7		
Taxa de mortalidade por Doenças Transmissíveis (por 100.000 habitantes)	39,4	21,1	33,5	36,3	30,3	30,1	64,6	44,6	80,1	57,7		
Taxa de mortalidade por Diarreias Infeciosas em criança de — de 5 anos p/ 100.000 habitantes	1,2	1,7	1,2	0,6	20,2	8,0	24,6	19,0	30,3	20,1		
Taxa de mortalidade por Tuberculose do aparelho respiratório (p/ 100.000 habitantes)	13,8	14,3	10,3	10,3	8,7	7,5	8,9	7,3	8,0	7,2		
Taxa de mortalidade por Gripe e Pneumonia (p/ 100.000 habitantes)	17,9	13,4	10,3	8,5	21,9	14,6	17,3	18,6	33,7	25,1		
Taxa de mortalidade p/ tétano (p/ 100.000 habitantes)	4,6	5,7	4,7	2,4	3,8	1,9	2,8	3,0	2,9	2,6		
Taxa de mortalidade p/ sarampo p/ 100.000 habitantes)	4,4	0,7	5,6	8,4	8,7	3,5	5,3	2,9	8,3	0,9		
Taxa de mortalidade p/ Neoplasma malignos p/ 100.000 habitantes)	23,2	25,5	27,6	22,1	28,5	29,5	28,4	31,2	36,4	30,5		
Taxa de mortalidade p/ arteriosclerose das coronárias (p/ 100.000 hab.)	27,3	31,7	34,7	12,8	17,0	7,5	21,9	26,1	67,0	60,9		
Taxa de mortalidade p/ Lesões Vasculares do Sistema Nervoso Central p/ (100.000 habitantes)	20,7	21,0	23,0	11,8	19,9	30,9	37,5	36,8	39,9	40,1		
Taxa de mortalidade p/ Acidentes e outras causas violentas (p/ 100.000 habitantes)	26,3	27,3	29,7	22,9	37,6	27,9	30,2	26,6	40,2	82,0		

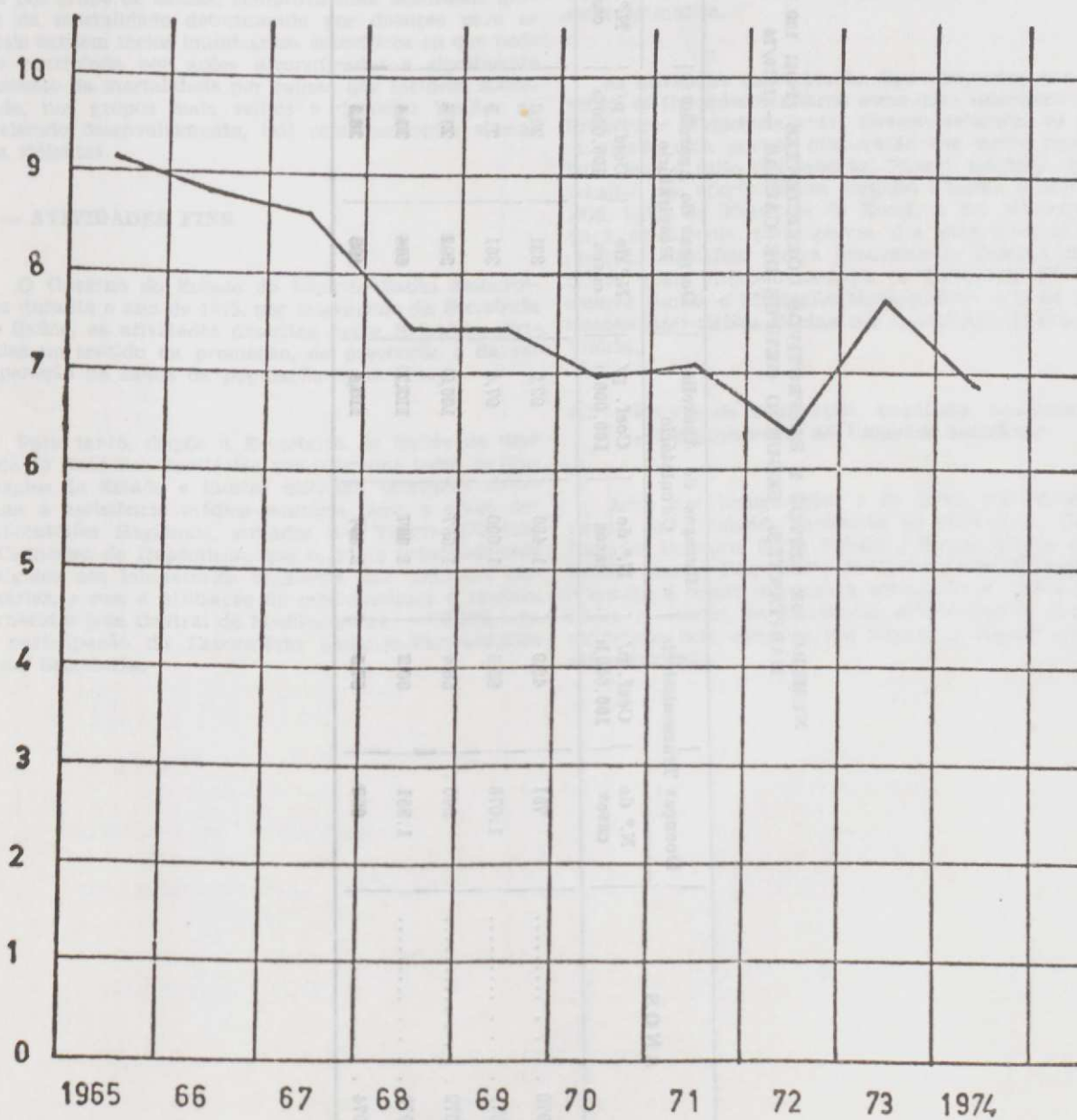
CURVA DE MORTALIDADE PROPORCIONAL DO
 ESPÍRITO SANTO, SEGUNDO GRUPO ETÁRIOS
 1965 - 1974



MORTALIDADE INFANTIL POR
1000 NASCIDOS VIVOS



MORTALIDADE GERAL POR 1000 HABITANTES



NUMERO DE ÓBITOS E RESPECTIVOS COEFICIENTES (POR 100.000
HABITANTES), SEGUNDO GRUPOS DE CAUSAS — 1970/74

ANOS	Doenças Transmissíveis		Doenças do Aparelho Circulatório		Doenças do Aparelho Respiratório		Tumores		Causas mal definidas, ignoradas e outras causas	
	N.º de casos	Coef. p/ 100.000 h	N.º de casos	Coef. p/ 100.000 h	N.º de casos	Coef. p/ 100.000 h	N.º de casos	Coef. p/ 100.000 h	N.º de casos	Coef. p/ 100.000 h
1970	751	46,9	1 486	92,9	321	20,0	497	31,0	8 920	557,7
1971	1 076	65,5	1 600	97,4	361	21,9	491	29,9	8 187	498,6
1972	940	56,4	1 667	100,0	398	23,8	571	34,2	7 398	444,2
1973	1 351	80,2	1 897	112,7	664	39,4	610	36,2	8 397	498,9
1974	990	57,6	1 897	110,4	495	28,8	537	31,2	7 738	450,7

pertencente ao primeiro grupo, pretende medir a saúde através da longevidade da população, assim quando a maior proporção de óbitos ocorrer acima de 50 anos, significa que a população está vivendo mais, e consequentemente, usufrue melhores condições de saúde. O referido coeficiente calculado para o Estado, no período de 1965/74, vai gradativamente sofrendo um acréscimo considerável, com um deslocamento da predominância de óbitos das faixas etárias inferiores para as superiores.

Pertencendo ao segundo grupo, o coeficiente de mortalidade infantil por estar intimamente relacionado a vários fatores, principalmente àqueles que independem da ação isolada do setor saúde, vem decrescendo lentamente que, entretanto, é bem acentuado quando comparado com as taxas observadas na maioria dos Estados brasileiros.

Uma análise, ainda que superficial, dos coeficientes por grupo de causas, comprova uma acentuada queda da mortalidade determinada por doenças para as quais existem meios imunizantes específicos ou que pode ser controlada por ações diversificadas e significante aumento da mortalidade por causas que incidem, sobretudo, nos grupos mais velhos e daquelas ligadas ao acelerado desenvolvimento, tais como acidentes e causas violentas.

4 — ATIVIDADES FINIS

O Governo do Estado do Espírito Santo desenvolveu durante o ano de 1975, por intermédio da Secretaria de Saúde, as atividades descritas neste Relatório, dirigidas no sentido da promoção, da prevenção e da recuperação da saúde da população deste Estado.

Para tanto, dispõe a Secretaria de Saúde de uma rede de Unidades Sanitárias que preenche todos os municípios do Estado e muitos distritos, sobretudo destinada à assistência médico-sanitária, com o apoio dos Laboratórios Regionais, sediados em Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, que o fazem principalmente dirigidos aos laboratórios orgânicos das Unidades Sanitárias, e com a utilização de medicamentos e vacinas, fornecidos pela Central de Medicamentos — CEME, com a participação do Laboratório Químico-Farmacêutico desta Secretaria.

Dispõe, ainda, o Governo do Estado, de uma entidade vinculada à Secretaria de Saúde, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo — F.H.E.S., que se destina a prestar serviços de assistência médico hospitalar, completando assim o arsenal médico-assistencial do Governo do Estado.

As atividades desenvolvidas tiveram a assistência técnica do Ministério da Saúde, que mediante convênios com a Divisão Nacional de Tuberculose, a Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, a Divisão Nacional de Organização Sanitária, a Coordenação de Proteção Materno-Infantil, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, o Serviço de Saúde dos Portos e a Divisão Nacional de Câncer, participaram inclusive com recursos financeiros para a execução de atividades específicas. As atividades de natureza médico-social são, em grande parte, financiadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social — INPS e do Fundo de Assistência ao Trabalhador rural — FUNRURAL, objetivando a integração das ações de saúde, principalmente as de assistência médica.

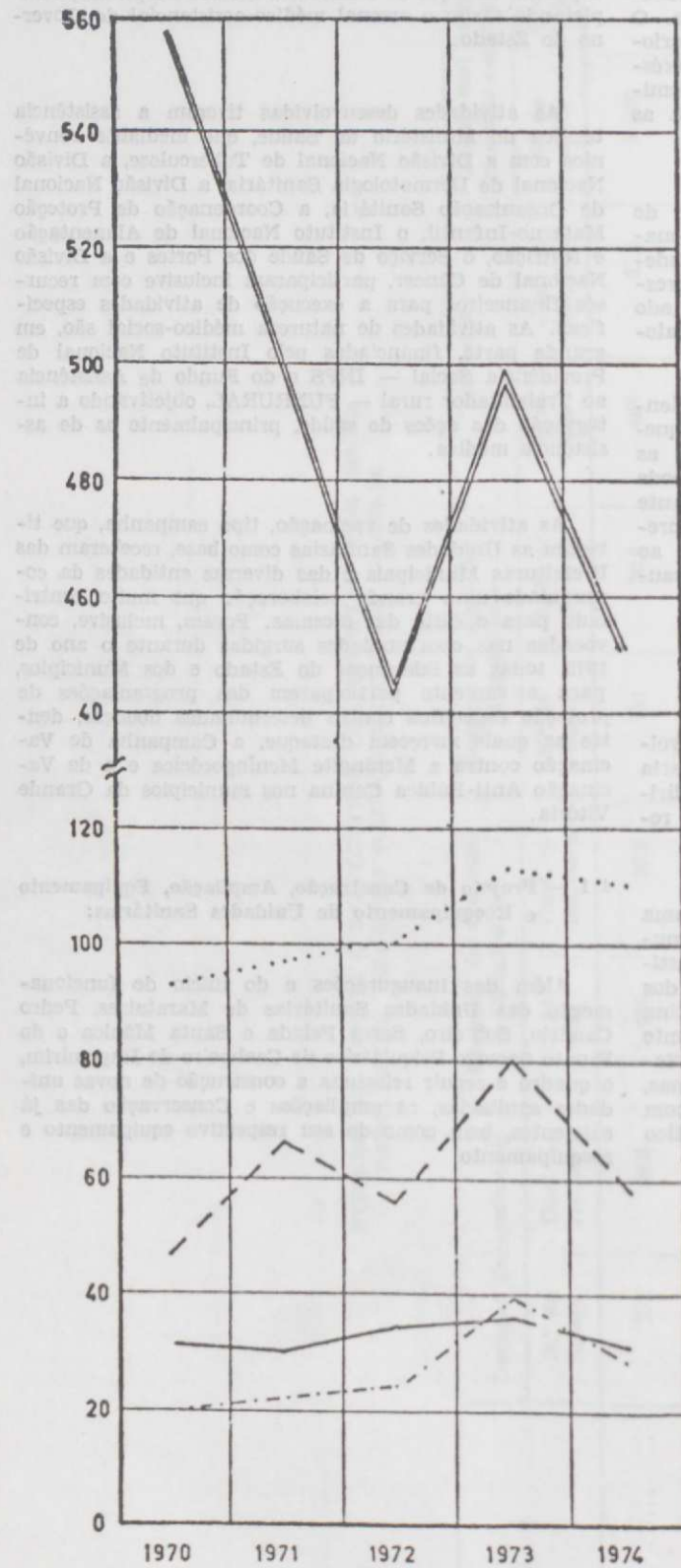
As atividades de vacinação, tipo campanha, que tiveram as Unidades Sanitárias como base, receberam das Prefeituras Municipais e das diversas entidades da comunidade uma grande colaboração que muito contribuiu para o êxito das mesmas. Foram, inclusive, convocadas nas oportunidades surgidas durante o ano de 1975, todas as lideranças do Estado e dos Municípios, para ativamente participarem das programações de proteção específica contra determinadas doenças, dentre as quais merecem destaque, a Campanha de Vacinação contra a Meningite Meningocócica e a de Vacinação Anti-Rábica Canina nos municípios da Grande Vitória.

4.1 — Projeto de Construção, Ampliação, Equipamento e Reequipamento de Unidades Sanitárias:

Além das inaugurações e do início de funcionamento das Unidades Sanitárias de Marataizes, Pedro Canário, Sobreiro, Serra Pelada e Santa Mônica e do Pronto Socorro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim, o quadro a seguir relaciona a construção de novas unidades sanitárias, as ampliações e Conservação das já existentes, bem como do seu respectivo equipamento e reequipamento.

Depois disso, o Governo do Estado de São Paulo, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), realizou um estudo sobre a mortalidade em São Paulo, com o objetivo de identificar as principais causas de morte e as doenças mais frequentes. Este estudo foi realizado em 1970/74, com base em dados coletados em hospitais e postos de saúde.

Os dados foram coletados em hospitais e postos de saúde, com o objetivo de identificar as principais causas de morte e as doenças mais frequentes. Este estudo foi realizado em 1970/74, com base em dados coletados em hospitais e postos de saúde.



COEFICIENTES DE MORTALIDADE POR 100.000 HABITANTES, SEGUNDO GRUPOS DE CASOS 1970/74

- CAUSAS MAL DEFINIDAS, IGNORADAS E OUTRAS
- DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO
- DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
- .- DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO
- TUMORES (malignos e benignos)

Projeto de Construção, Instalação e equipamento de Unidade Sanitária

Despesa realizada em 1975

Em Cr\$ 1,00

Discriminação	Recursos Orçamentários	Outras Fontes	Total
I — CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS:	1.214.976		1.214.976
— PINHEIRO — Unidade Sanitária de São João do Sobrado (conclusão)	42.053		42.053
— SERRA — Centro de Saúde de Carapina (início)	766.443		766.443
— VITÓRIA — Centro de Saúde de Santo Antônio (prosseguimento)	406.480		406.480
II — MELHORIAS DE OBRAS DIVERSAS:	116.066	74.293	190.349
— BOA ESPERANÇA — Unidade Sanitária de Boa Esperança	—	15.785	15.785
— CARIACICA — Unidade Sanitária de Porto de Santana	65.261	45.339	110.600
— CONCEIÇÃO DA BARRA — Unidade Sanitária de Pedro Canário	7.870	—	7.870
— MONTANHA — Unidade Sanitária de Montanha	—	13.169	13.169
— SANTA LEOPOLDINA — Unidade Sanitária de Santa Leopoldina	27.640	—	27.640
— VIANA — Unidade Sanitária de Viana	15.285	—	15.285
III — CONSERVAÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS:	104.315	54.662	158.977
— ALEGRE — Unidade Sanitária de Ibitirama	—	17.549	17.549
— CARIACICA — Centro de Saúde de Jardim América	8.477	—	8.477
— CONCEIÇÃO DE CASTELO — Unidade Sanitária de Conceição de Castelo ..	37.589	—	37.589
— GUARAPARI — Unidade Sanitária de Guarapari	58.249	—	58.249
— NOVA VENÉCIA — Centro de Saúde de Nova Venécia	—	30.573	30.573
— VILA VELHA — Centro de Saúde da Glória	—	6.540	6.540
IV — EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DE UNIDADES SANITÁRIAS:	413.307	407.709	824.014
— Equipamentos e Instalações	206.334	296.204	502.536
— Material Permanente	209.973	111.505	321.478
TOTAL	1.051.654	536.664	2.229.339

4.2 — Programa de Integração de Assistência Médica Desenvolvido com o Instituto Nacional de Previdência Social:

Em decorrência do Convênio assinado pelo Governo do Estado do Espírito Santo e pelo Instituto Nacional de Previdência Social, a assistência médica já prestada, em regime ambulatorial, pelas Unidades Sanitárias integrantes da rede estadual, foi grandemente incrementada, mediante a utilização de horário de atendimento fora do normal da respectiva Unidade Sanitária, tendo como consequência, propagação do benefício referido à maior parcela da população, com a utilização da estrutura física existente, aumentando simplesmente o número de Médico e de pessoal Auxiliar, com a utilização de agentes terapêuticos e imunizantes fornecidos pela Central de Medicamentos — CEME, através da Coordenação de Medicamentos Básicos da Secretaria de Saúde.

UNIDADES SANITÁRIAS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COM O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — I.N.P.S.

- 01 — Centro de Saúde de Maruípe — Vitória;
- 02 — Unidade Sanitária de Afonso Claudio;
- 03 — Unidade Sanitária de Aracruz;
- 04 — Unidade Sanitária de Baixo Guandu;
- 05 — Unidade Sanitária de Barra de Itapemirim — Itapemirim;
- 06 — Unidade Sanitária de Barra de São Francisco;
- 07 — Unidade Sanitária de Castelo;
- 08 — Unidade Sanitária de Conceição da Barra;
- 09 — Unidade Sanitária de Domingos Martins;
- 10 — Unidade Sanitária de Ecoporanga;
- 11 — Unidade Sanitária de Guarapari;
- 12 — Unidade Sanitária de Iúna;
- 13 — Unidade Sanitária de João Neiva — Ibraçu;
- 14 — Unidade Sanitária de Montanha;
- 16 — Centro de Saúde de Nova Venécia;
- 16 — Unidade Sanitária de Santa Teresa;
- 17 — Unidade Sanitária de São Gabriel da Palha;
- 18 — Unidade Sanitária de São Mateus.

PRODUÇÃO GLOBAL DO CONVENIO SECRETARIA DE SAÚDE/INPS

1974 — 1975

ESPECIFICAÇÃO	1974	1975
Segurados Atendidos	19.161	23.364
Dependentes Atendidos	51.526	64.448
Exames Realizados	19.381	24.299
Fezes	11.415	14.215
Urina	4.175	5.554
Sangue	3.791	4.530
— leucometria	251	150
— hematimetria	254	93
— hemograma	598	1.594
— hemossedimentação	102	8
— sorologia	2.110	2.169
— glicose	53	222
— uréia	16	25
GUIAS DE INTERNAÇÃO FORNECIDAS	1.346	1.238
ENCAMINHAMENTOS PARA ESPECIALISTAS	128	336
Vacinações	22.082	14.543
Anti-variólica	5.295	2.509
Anti-tifóidica	3.277	2.046
Anti-tetânica	5.420	3.611
Anti-diftérica	2.615	1.525
Anti-pertussis	2.638	1.283
Anti-polimielítica	2.431	3.464
B.C.G. intradérmico	336	105
VISITAS MÉDICAS	270	283
VISITAS PELO SERVIÇO DE ENFERMAGEM	330	365

4.3 — Desenvolvimento das Atividades:

4.3.1 — As atividades desenvolvidas pelas Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde são as seguintes:

- a) Assistência Médico-Sanitária a adultos;
- b) Assistência Médico-Sanitária a gestantes;
- c) Assistência Médico-Sanitária a infantes;
- d) Assistência Médico-Sanitária a pré-escolares;
- e) Assistência Médico-Sanitária a escolares.

Dentro das atividades de assistência médico-sanitária a gestantes e a infantes, destaca-se o programa de alimentação e nutrição, desenvolvido com a colaboração da Coordenação de Proteção Materno-Infantil — CPMI e Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN.

MOVIMENTO DAS UNIDADES SANITÁRIAS

1974 — 1975

GRUPOS	Inscrições		Consultas		Comparecimentos	
	1974	1975+	1974	1975+	1974	1975+
Adultos	126.547	98.043	371.592	316.437	438.015	377.102
Gestantes	14.927	10.860	45.640	37.372	50.313	42.413
Infantes	31.622	27.418	74.400	66.786	90.191	85.673
Pré-escolares	45.435	31.919	136.217	105.405	166.491	125.381
Escolares	49.840	42.986	158.950	134.325	209.174	159.808
TOTAL	267.771	211.226	786.799	658.325	954.184	790.377

+ dados até outubro.

A assistência dirigida, com especial ênfase, ao atendimento ao infante, ao pré-escolar e ao escolar teve no Centro de Atendimento Pediátrico de Linhares, integrante do Programa Materno-Infantil, o seguinte movimento.

OCORRÊNCIAS	ANOS	
	1974	1975+
Internamento	443	471
Altas	360	382
Transferências	6	14
Óbitos	68	65

+ dados até outubro.

EXAMES REALIZADOS NO CENTRO DE ATENDIMENTO PEDIÁTRICO DE LINHARES

Natureza do Material	ANOS	
	1974	1975+
Fezes	153	95
Urina	108	57
Sangue	67	100
Líquor	17	34
PPD	04	05
Pesquisa de BAAR	—	11

+ dados até outubro.

Quanto ao Projeto Materno-Infantil, os Convênios firmados entre o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Saúde e o Governo Federal, através da Coordenação do Programa Materno-Infantil (CPMI) e do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), no ano de 1974, quatorze (14) Unidades Sanitárias, foram incluídos nestes Programas.

No ano de 1975, mais dezoito (18) Unidades Sanitárias foram incorporadas ao Programa Materno-Infantil, com recursos da CPMI. Posteriormente, no transcurso de 1976, serão beneficiadas também pelo INAN com a adaptação ou construção dos respectivos lactários.

Entre os Municípios envolvidos no Projeto de Proteção Materno-Infantil, encontram-se: Ecoporanga, Montanha, Mucurici, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Colatina, Mantenópolis, Nova Venécia, Pancas, São Gabriel da Palha, Aracruz, Conceição da Barra, Linhares, Pinheiro, São Mateus, Afonso Cláudio, Itarana, Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Iúna, Alegre, Atilio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Dolores do Rio Preto, Guaçu, Mimoso do Sul, Anchieta, Guarapari, Itapemirim, Piúma, Presidente Kennedy e Nova Almeida.

Dentre as Unidades Sanitárias que receberam leite em pó, fornecido pelo INAN, registramos as seguin-

tes: Mucurici, Ecoporanga, Montanha, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Pancas, São Gabriel da Palha, Conceição da Barra, Linhares, Pinheiro, São Mateus, Afonso Cláudio e Itarana.

O movimento do Projeto de Proteção Materno-Infantil, no ano de 1975, até o mês de outubro, registrou os seguintes dados:

1 — Consultas de pré-natal	5.018
2 — Consultas no puerpério	2.473
3 — Consultas de crianças menores de 01 ano	4.959
4 — Consulta de criança de 1 a 6 anos	12.078
5 — Nº de pessoas que receberam orientação pré-nupcial e pré-natal	1.590
6 — Orientação integrada da família	3.491
7 — Cursos para capacitação de pessoal	02
8 — Nº de participantes nos cursos do item anterior	76
9 — Pré-escolares que receberam leite	7.083
10 — Gestantes e Nutrizes que receberam leite	1.101
11 — Total de indivíduos que receberam leite —	8.184

LABORÁTORIOS DE UNIDADES SANITÁRIAS

1974 — 1975

Natureza do Material	A N O S	
	1974	1975+
Fezes	220.342	172.599
Urina	51.695	54.799
Sangue	42.939	46.179
Escarro	22.718	18.731
Secreção Nasal	—	1.085
Secreção Uretral	—	1.284

+ dados até outubro.

PERCENTUAL DE POSITIVIDADE

Pesquisa Solicitada	Total de Pesquisas	Pesquisas Positivas	Percentual %
Bacilo de Koch	18.731	1.494	7,98
Bacilo de Hansen	1.085	195	17,98
Gonococo	1.284	161	12,54
Hamatozoários	208	72	34,61

Pesquisa	Total de	Pesquisas	Percentual %
Solicitada	Pesquisas	Positivas	
Ancilostomídeos	160.587	36.781	22,90
Schistosoma mansoni	160.587	5.899	3,66
Ascaris lumbricóides	160.587	79.149	49,28
Outros helmintos	160.587	47.540	29,60
E. hystolitica	160.587	3.975	2,47
G. lamblia	160.587	21.927	13,65
Outros protozoários	160.587	21.927	13,65
Tuberculose	3.010	349	11,59
VDRL	41.739	2.138	5,12

EXAMES DE SAÚDE — FORNECIMENTO DE CARTEIRAS

1975 +

MUNICIPIOS	Inscrição	Exames de Sangue Realizados	Carteiras de Saúde Expedidas	Carteiras de Saúde Revalidadas
Ecoporanga	521	521	—	—
Colatina	1.849	2.289	1.880	366
Mantenópolis	66	268	60	2
Nova Venécia	253	253	247	6
Aracruz	402	1.753	201	9
Linhares	1.997	5.680	640	17
São João de Petrópolis	586	586	—	—
Jardim América	8.365	10.547	10.547	2.182
Vila Velha	8.223	7.521	7.521	2.187
Vitória	7.264	6.886	5.587	1.391
Vitória — CS. Maruípe	4.890	4.770	3.087	2.683
Castelo	1.035	1.035	81	29
Alegre	104	162	162	58
Cachoeiro de Itapemirim	1.973	2.946	1.973	973
Dores do Rio Preto . . .	7	—	—	—
Guaçu	1.704	1.764	342	61
Mimoso do Sul	41	940	40	48
Guarapari	493	351	329	22
T O T A L	45.773	47.422	32.697	9.034

+ dados até outubro.

4.3.2 — Projeto de Interiorização da Assistência Médico-Sanitária:

O Projeto de Assistência Domiciliar por Unidades Sanitárias Móveis vem sendo substituído pelo Projeto de Interiorização de Assistência Médico-Sanitária, através da construção de novas Unidades Sanitárias e da implantação do Programa de Penetração Rural, passando deste modo a ser oferecer uma assistência permanente junto às comunidades.

4.3.3 — Projeto de Assistência ao Escolar:

A faixa etária de 7 a 14 anos passou a merecer uma maior atenção no corrente exercício. Para isto, enfatizou-se a atuação do Serviço Escolar Externo, especialmente na área da Grande Vitória, devido à maior densidade demográfica de escolares nesta região. No interior, devido à proximidade das escolas com as Unidades Sanitárias, o referido Programa foi dinamizado pelo trabalho da Comissão Mista de Saúde Educacional (COMSAE), visando aumentar a cobertura à população escolar.

Merece destaque, o trabalho conjunto tanto na Grande Vitória, como no Interior, dos Profissionais de Saúde desta Secretaria, dos Supervisores de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura, dos Extensionistas Rurais da ACARES, de Assistentes Sociais da SETRAPS

e da Coordenadoria do MOBRL-ES, que dinamizaram a atuação dos líderes rurais para se obter melhor rendimento destes projetos.

Na Grande Vitória, tomando-se por base os quatro (4) Centros de Saúde nela localizados, o Serviço Escolar Externo, até 31 de outubro de 1975, conseguiu efetuar 13.986 exames médicos, 5.314 exames de fezes e forneceu 6.517 atestados de saúde.

4.3.4 — Projeto de Controle e Erradicação de Doenças Transmissíveis:

4.3.4.1 — Imunização contra as doenças evitáveis:

A Secretaria de Saúde, procurando cumprir a sua meta prioritária participando ativamente na consecução dos objetivos contidos no Programa Nacional de Imunizações, não se descuidou, dentro de suas possibilidades, do programa de combate às doenças transmissíveis objetivando a reduzir a níveis compatíveis com o Processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico que atravessa o país, a incidência das doenças evitáveis por vacinação. Assim, merece ênfase especial a imunização contra sarampo, difteria, tétano, poliomielite, coqueluche, tuberculose. A varíola já se encontra eradicado do país desde 1972, persistindo os altos índices de imunização contra esta doença devido à ne-

cessidade de se manter o atual estado de erradicação da doença.

Em 1975, foram executadas duas campanhas de grande envergadura, a saber, a Campanha contra Meningite, realizado em todo o território estadual e a Campanha contra a Raiva, imunizando a população canina da Grande Vitória.

O Programa de Imunizações elaborado para o Estado do Espírito Santo, sofreu no ano de 1975, sensíveis prejuízos quanto às metas a serem atingidas, devido ao acidente ocorrido no Frigorífico da Cibrazem no Rio de Janeiro, com grande perda de vacina antisarampiosa e antipoliomielítica e ao atraso na regularização da vacina DPT (tríplice).

TOTAL DE DOSES DE VACINAS APLICADAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — 1974 — 1975

VACINAS	1974	1975	Total
Contra Poliomielite	127.006	158.704	285.310
Contra Sarampo	139.190	13.826	153.016
Contra Tuberculose (BCG-IQ)	311.315	54.708	366.023
Contra Tuberculose (BCG-Oral)	23.385	2.372	25.757
Contra Difteria	72.498	106.301	178.799
Contra Tétano	141.439	199.287	340.726
Contra Coqueluche	71.917	93.470	165.387
Contra Varíola	528.863	236.051	764.914
Contra Febre Tifóide	55.697	35.880	91.577
Contra Meningite	10.000	1.412.400	1.422.400
Contra Raiva Humana	15.554	15.111	30.665
Contra Raiva Canina	—	30.289	30.289
Contra Cólera	1.084	1.053	2.137
TOTAL	1.497.948	2.359.452	3.857.400

Tratando-se de uma atividade pioneira, a vacinação contra a meningite e na qual o Estado do Espírito Santo, assumiu uma posição de destaque por ter apresentado um elevado índice e ter sido o primeiro Estado Brasileiro a cobrir toda a sua população, o detalhamento da mesma merece destaque.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA MENINGITE MENINGOCÓCICA TIPO A + C, REALIZADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO PERÍODO DE 10 A 14 DE MARÇO EM VITÓRIA, VILA VELHA E CARIACICA, E NO PERÍODO DE 15 A 29 DE MAIO NOS DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO — ANO 1975.

Nº de Ordem	MUNICÍPIOS	População	Nº de Vacinados	Cobertura Vacinal %
01	Afonso Cláudio	50.276	36.500	72,6
02	Alegre	42.853	24.900	58,1
03	Alefredo Chaves	10.984	9.500	86,5
04	Anchieta	12.125	8.100	66,0
05	Apiacá	7.838	1.400	17,9
06	Aracruz	28.226	26.100	92,5
07	Atilio Vivacqua	7.518	4.300	57,2
08	Baixo Guandu	28.748	27.000	93,9
09	Barra de São Francisco	57.350	35.200	61,6
10	Boa Esperança	11.105	8.200	74,4
11	Bom Jesus do Norte	5.394	500	09,3
12	Cachoeiro de Itapemirim	107.036	88.400	82,6
13	Colatina	113.299	80.600	71,0
14	Conceição da Barra	33.777	23.000	68,0
15	Conceição do Castelo	15.860	16.100	101,5
16	Castelo	27.315	20.500	75,1
17	Cariacica	118.834	84.400	71,0
18	Divino de São Lourenço	4.178	3.000	71,8
19	Domingos Martins	25.754	21.000	81,5
20	Dores do Rio Preto	3.954	14.200	359,1
21	Ecoporanga	50.555	25.700	50,8
22	Fundão	8.690	7.400	85,1
23	Guarapari	25.764	27.200	105,6
24	Guaçu	17.821	14.700	82,5
25	Ibiraçu	18.214	18.900	103,8
26	Iconha	8.061	7.100	88,1
27	Itaguaçu	12.702	9.900	77,9
28	Itarana	9.411	8.800	93,5
29	Itapemirim	30.293	23.100	76,3
30	Iúna	33.849	28.500	84,2
31	Jerônimo Monteiro	7.771	5.600	72,0
32	Linhares	98.163	84.700	86,3
33	Mimoso do Sul	25.224	16.800	66,6

Nº de Ordem	MUNICIPIOS	População	Nº de Vacinação	Cobertura Vacinal %
34	Montanha	14.260	14.500	101,7
35	Mucurici	21.107	15.000	71,5
36	Mantenópolis	12.890	8.500	65,9
37	Muniz Freire	19.903	11.700	58,8
38	Muqui	13.551	10.900	81,2
39	Nova Venécia	50.489	34.000	67,5
40	Pancas	29.803	18.200	61,0
41	Pinheiro	22.413	18.900	84,3
42	Piúma	3.801	3.700	97,3
43	Presidente Kennedy	11.468	6.200	54,1
44	Rio Novo do Sul	9.772	6.800	69,6
45	Santa Leopoldina	23.097	15.400	66,7
46	São Gabriel da Palha	37.923	33.800	89,1
47	São Mateus	43.617	36.300	83,2
48	Serra	20.242	14.600	72,6
49	São José do Calçado	10.234	2.300	22,5
50	Santa Teresa	27.396	21.700	79,2
51	Viana	12.379	10.200	82,4
52	Vila Velha	145.299	121.500	83,6
53	Vitória	158.882	196.900	123,9
T O T A L		1.747.469	1.412.400	80,8

Merece destaque a contribuição valiosa que a Secretaria de Saúde recebeu para a realização de todas as campanhas por parte das Forças Armadas sediadas no Estado que não pouparam esforços no sentido de oferecer a maior cobertura em termos de participação para as equipes atuantes, possibilitando, assim, que os trabalhos decorressem dentro da mais perfeita ordem e eficiência.

4.3.4.2 — Controle da Tuberculose:

Prosseguiu com vigor a luta contra a Tuberculose no Estado do Espírito Santo. Após o notável êxito

da Campanha de Vacinação Simultânea e da Campanha de Vacinação dos Escolares em 1974, aplicando BCG intradérmico na faixa etária de 8 meses aos 14 anos de idade, no total de 311.315 vacinados, passou-se à fase de horizontalização da Campanha, graças ao treinamento de pessoal lotado nas Unidades Sanitárias, que desta forma passam a aplicar rotineiramente o BCG intradérmico juntamente às demais vacinas. Além disso, com a preparação de funcionárias desta Secretaria de Saúde no Curso de Treinamento de Agentes Locais, foram incorporadas mais dezesseis (16) Unidades Sanitárias no Projeto de Controle de Tuberculose, possibilitando assim a interiorização da luta contra tuberculose.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO DE CONTROLE DA TUBERCULOSE +

ATENDIMENTOS	INPS	OUTROS	TOTAL
Consultas	9.109	16.547	25.656
Iniciaram tratamento	—	—	1.444
Reiniciaram tratamento após abandono	—	—	167
Reiniciaram tratamento após recaída	—	—	114
Curaram-se	—	—	1.185
Abandonaram o tratamento	—	—	410
Faleceram	—	—	85
Iniciaram quimioprofilaxia	211	328	539
Abandonaram quimioprofilaxia	—	—	111
Concluíram quimioprofilaxia	—	—	764
Visitas domiciliares	1.633	3.663	5.296
EXAMES REALIZADOS			
— Abreugrafias	10.624	30.633	41.257
— Exames de Escarro	7.070	21.479	28.549
— Testes Tuberculinicos	2.834	4.566	7.400
MEDICAMENTOS DISTRIBUIDOS			
— Estreptomicina	20.191	39.264	59.455
— Hidrazida	260.607	404.647	667.254
— P.A.S.	141.494	293.079	440.473
— Tiacetazona	143.214	247.369	390.583
— Rifampicina	16.610	28.238	44.848
— Etambutol	47.297	59.603	106.900
— Etionamida	—	—	25.005
— Terizidona	—	—	17.696
— Pirazinamida	—	—	50.072
— Outros	32.558	—	39.791

+ dados de dezembro/74 a novembro/75.

4.3.4.2.1 — Preparação de Pessoal de Tuberculose:

A) Curso de Administração de Programas de Controle de Tuberculose — para pessoal de nível profissional:

Sob o patrocínio da Organização Pan-Americana de Saúde e do Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Tuberculose, foi realizado durante o mês de setembro de 1975 no Espírito Santo, com a participação efetiva da Secretaria de Saúde, o Curso de Administração de Programas de Controle da Tuberculose.

B) Treinamento de Pessoal Auxiliar:

O treinamento de pessoal auxiliar para as Unidades Sanitárias foi o seguinte:

VACINADORES	5
AGENTES LOCAIS	17
RECICLAGEM	18
TOTAL	40

4.3.4.3 — Controle da Hanseníase:

No corrente exercício, a Secretaria de Saúde, com recursos próprios e auxílio financeiro da ordem de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), concedido pela Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária (DNDS) e dispondo dos medicamentos específicos e não específicos, fornecidos pela Central de Medicamentos (CEME) o projeto de combate da hanseníase, foi grandemente intensificado através de todas as Unidades Sanitárias do Estado, pesquisando novos casos, procurando pacientes que tinham destinos ignorados e os faltosos, conseguindo-se, assim, aumentar consideravelmente o registro de doentes conforme se constata na tabela a seguir:

ATIVIDADE DE CONTROLE DA HANSENIASE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATIVIDADES	1974	1975
Inscrições de hansenianos	353	498
Consultas a hansenianos	—	4.583
Inscrições de comunicantes	—	573
Consultas a comunicantes	1.482	1.656
Consultas p/despistamento de casos	—	20.182
Total de comparecimentos	—	27.447
Teste de Mitsuda realizados	—	302

No encerramento do corrente ano, a situação da hanseníase no Estado é a seguinte:

Total de doentes fichados	4.376
Doentes controlados	3.791
Doentes internados	348
Paradeiro ignorado	237
Óbitos	34

4.3.4.4 — Controle da Raiva:

O Projeto de Profilaxia da Raiva funcionando desde janeiro de 1971, somente no Centro de Saúde de Jardim América, em 1975, foi atendido aos Centros de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, inclusive aos sábados, domingos e feriados existe plantão no horário de 08:00 às 11:00 horas, para que não haja interrupção nos tratamentos iniciados, e se faça o atendimento aos casos novos. Através das referidas Unidades Sanitárias, no corrente ano, foram atendidas 3.107 pessoas, conforme quadro abaixo:

ATENDIMENTO REALIZADOS NO SERVIÇO DA PROFILAXIA DA RAIVA

ESPECIFICAÇÃO	1974	1975
Nº de pessoas atendidas	3.075	3.107
Nº de pessoas tratadas	1.525	1.661
Nº de Animais mordedores		
— Cão	1.953	2.797
— Gato	130	223
— Outros	120	161

Paradoxalmente, embora tenham sido tratadas mais pessoas, foram aplicadas em 1974, 15.554 doses e em 1975, 15.111, devendo-se este fato, à progressiva educação em Saúde da Comunidade, que gradativamente, vai deixando de sacrificar os animais mordedores, permitindo com isto, que os mesmos sejam observados pelo Serviço, o que permite estabelecer tratamentos com menor número de doses, no caso de mordeduras graves ou mesmo o não tratamento, caso o animal permaneça vivo no tempo previsto para observação.

Considerando que a Organização Mundial de Saúde recomenda para um efetivo controle da raiva animal, a vacinação de pelo menos 60% da população canina considerada, em 1975, foi realizada na Grande Vitória, através de equipes da Secretaria de Saúde e da Agricultura e colaboração das Prefeituras Municipais, uma Campanha de Vacinação Canina, nos meses de junho e julho, de acordo aos dados expostos na tabela que se segue:

Município	Previsão (60%)	Cães Vacinados	%
Vitória	9.833	9.353	57,07
Vila Velha	9.686	10.064	62,34
Viana	777	823	63,55
Serra	1.271	1.507	71,14
Cariacica	8.121	8.542	63,11
TOTAL	29.687	30.289	61,21

Confrontando-se a tabela acima, observa-se que houve a cobertura de mais de 60% da população canina prevista.

4.3.4.5 — Controle das Doenças Venéreas:

O combate às doenças venéreas como atividade permanente das Unidades Sanitárias, dentro do Projeto que visa o seu controle em todo Território Estadual. A seguir, veremos as tabelas com os dados comparativos de 1974 a 1975.

CASOS NOTIFICADOS DE DOENÇAS VENÉREAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — 1974/1975

Doença Notificada	Nº De Casos		Total
	1974	1975	
Cancróide	49	16	65
Blenorragia	685	268	953

Granuloma Inguinal	37	10	47
Linfogranuloma Venéreo . .	28	19	47
Sífilis	3.590	2.539	6.129
T O T A L	4.389	2.852	7.241

4.3.4.6 — Controle da Cólera:

A partir de setembro de 1970, em decorrência da expansão da 7ª Pandemia de Cólera e em face da possibilidade de entrada da doença no Brasil, através dos terminais marítimos, a Secretaria de Saúde, mediante convênio firmado com o Ministério da Saúde, passou a exercer rigorosa Vigilância Internacional nos Terminais da Ponta do Tubarão e Paul. O resultado dos trabalhos realizados podem ser vistos na tabela a seguir:

CONTROLE DA COLERA — VIGILANCIA INTERNACIONAL

1974/1975

A T I V I D A D E S		A N O S	
		1974	1975
Embarcações entradas		1.064	1.234
Embarcações Visitadas		572	519
Embarcações desinsetizadas		—	1
Passageiros	Nacionais	41	14
Inspecionados no desembarque (Dec. 66.689, de 11.06.1970)	Estrangeiros		
	Vistos para		
	Art. 8º	107	255
	Art. 11	19	46
	Art. 18	21	15
Tripulantes desembarcados por doença		75	65
Tripulantes isolados		—	03
Revacinação antivaricelica		1.771	2.534
Vacinação anticolérica		1.039	1.053
EXAMES DE SAÚDE PARA ESTRANGEIROS			
Transformação de visto consular		29	69
Exames complementares solicitados		60	325
Laudos fornecidos		29	69
INTIMAÇÃO E PENALIDADE			
Autos de infração		04	12
Autos de multa		01	10
Certificado Internacional Vac. Anticolérica expedido		391	845
Certificado Internacional Vacinação Antivaricelica expedido		1.556	2.045
Prorrogação do Certificado Desratização p/ 30 dias		13	10

4.3.4.7 — Campanha de Combate à Esquistossomose: rotina do Centro de Saúde da Glória e que se apresentaram voluntariamente.

Em 25.08.75, começou-se a colheita de material no Bairro Itapoá; os trabalhos continuaram em Santa Inês, Santa Mônica, Cobilandia, São Torquato e Cobi.

No mês seguinte, após a realização de 2.490 exames coprológicos e a constatação de 142 casos positivos, foi efetuado o tratamento, à base de Osmoquin, de todos os casos positivos no município de Vila Velha. Também foram tratados os casos diagnosticados na

rotina do Centro de Saúde da Glória e que se apresentaram voluntariamente. Com o primeiro exame coprológico para avaliação da eficácia do tratamento em questão, verificou-se que todos os casos tratados deram negativo para Schistosoma mansoni.

4.3.5 — Vigilância Epidemiológica:

Em 1975, com o treinamento e a padronização de técnicos de laboratório; bem como a alerta geral a to-

das as Unidades Sanitárias, no sentido de aprimorar o atendimento precoce aos casos suspeitos, possibilitando a rápida colheita do material, permitiu a diferenciação diagnóstica, da meningite meningocócica, das meningites de outra etiologia. Assim, observamos em 1975, 200 casos de meningite meningocócica confirmados laboratorialmente e 492 casos de meningite de outra etiologia.

A Vigilância Epidemiológica iniciou-se no Espírito Santo em 1969, com a Unidade de Investigação Epidemiológica, prioritariamente voltada para a Erradicação da Varíola. Posteriormente, este trabalho foi ampliado para o Controle da Poliomielite, da Doença Meningocócica e da Raiva Humana.

Em relação à Poliomielite, a partir de 1973, o seu controle passou a ser mais efetivo. Em razão disto, em 1974, foram registrados 73 casos, apresentando-se um coeficiente de morbidade de 3,7/100.000 hab.. Em 1975, foram registrados no período de janeiro a novembro, 52 casos, com um coeficiente de morbidade de 2,9/100.000 hab.. Entre estes 52, observamos que 25% deles foram encontrados no grupo etário de menores de 01 ano; 59,7% na faixa de 01-04 anos; 9,6% de 05-09 anos e na faixa etária de 10 a 14 anos apenas 1,9%, enquanto que 3,8% dos casos tiveram idade ignorada.

A zona urbana apresentou em 1975, 71,2% dos casos, com coeficiente de morbidade três (3) vezes maior que na zona rural. Consequentemente, concluímos que a zona urbana terá prioridade no recebimento da vacina, assim como o grupo de menores de 01 ano que desta forma, terá oportunidade de receber os respectivos reforços até a idade de 04 anos, 11 meses e 29 dias, o que aumenta consideravelmente a imunidade da doença.

Em relação à Doença Meningocócica, a Vigilância Epidemiológica realizou em 1975, 263 investigações dentro das Normas Técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ou seja, após a Campanha realizada na Grande Vitória, no mês de março, passou-se a enviar o material colhido nos Hospitais da Grande Vitória, para o Laboratório Central da Secretaria de Saúde, onde era feita cultura e tipagem das bactérias, o que facilitou o tratamento e quimioprofilaxia realizada em 201 comunicantes. Permitiu ainda este trabalho constatar o seguinte: a maior incidência da meningite no Estado deu-se no grupo etário de 0-4 anos, com 39% dos casos, seguido pelo grupo etário de 05-15, com o percentual de 32%.

Além destas enfermidades, foram registradas no quadro nosológico do Estado as seguintes doenças transmissíveis.

Doenças Transmissíveis	1974	1975
Blastomicose	2	15
Bouba	1	6

Cancróide	49	16
Coqueluche	778	786
Difteria	52	49
Encefalite	7	10
E. mansônica	2.687	2.789
F. tifóide	50	99
Gastroenterite	600	3.116
Gonorréia	685	268
Granuloma inguinal	37	10
Gripe	4.700	7.893
Hepatite infecciosa	373	425
Leishmaniose	101	58
Linfogranuloma venéreo	28	19
Malária	100	45
Oftalmia purulenta	139	45
Parotidite epidêmica	356	354
Pênfigo	2	7
Pneumopatias	42	821
Raiva	2	2
Rubéola	115	79
Sarampo	585	122
Sífilis	3.590	2.539
Tétano	45	46
Tétano neonatorum	18	28
Varicela	537	426

Pelo trabalho de conscientização realizado junto aos Chefes de Unidades Sanitárias, bem como dos Senhores Médicos em geral, passou-se a observar o aumento de notificação de doenças que anteriormente não eram comunicadas, tais como as Gastroenterites, Gripe, Pneumopatias, excluída Tuberculose Pulmonar. Quanto à queda da notificação do Sarampo, isto se deve à Campanha de Vacinação Simultânea realizada de dezembro de 1973 a novembro de 1974, que cobriu todo o Estado.

4.4 — Projeto de Assistência Odontológica:

A Assistência odonto-sanitária proporcionada pelo Estado é prestada da seguinte maneira:

- Assistência através da rede de Unidades Sanitárias;
- Assistência na zona rural através de Unidades Sanitárias Móveis;
- Assistência nos grandes centros urbanos através da Operação Concentrada de Combate à Cárie Dentária.

4.5 — Medicamentos Básicos:

Depois da criação da Central de Medicamentos — CEME, e da celebração de convênio entre esta Secretaria de Saúde e aquela Instituição, o Laboratório Químico Farmacêutico desta Secretaria passou a produzir exclusivamente para atender às exigências deste convênio.

São oito produtos fabricados, sendo sete na forma de comprimidos e apenas um em líquido.

PRODUÇÃO GLOBAL DA ASSISTÊNCIA ODON-SANTARIA

1974 — 1975

ESPECIFICAÇÃO

	Unidades Sanitárias		U.S. Móvel de Con- ceição da Barra		Operação Concentrada de Combate à Cárie		Total Geral	
	1974	1975	1974	1975	1974	1975	1974	1975
EXAMES DENTARIOS								
Total de atendimentos subsequentes	70.514	71.511	1.915	4.856	18.616	20.855	91.045	97.222
Total de atendimentos	88.805	99.411	196	135	11.544	10.595	100.545	110.141
Tratamentos incompletos	10.594	14.939	5	—	5.851	4.212	16.450	207.363
Tratamentos completados	11.055	12.134	27	—	12.258	13.123	23.340	19.151
Clientes não atendidos	743	505	9	—	—	—	751	25.257
								505
ESTATISTICA								
Serviços Executados	430.766	464.792	5.900	11.307	178.254	176.805	614.902	652.904
Consumo total de anestésicos	197.234	209.227	4.361	4.375	10.469	11.095	212.064	224.697
Horas trabalhadas	83.081	91.729	1.362	830	36.698	39.825	121.141	132.384
Dias trabalhados	14.197	17.050	216	395	—	515	14.413	17.690
ANESTESIA								
Obturações à porcelana	5.498	8.250	—	—	14.122	17.216	19.611	25.466
Obturações à amálgama	11.071	13.743	—	—	75.688	70.256	86.759	64.001
Total de obturações	16.560	21.995	—	—	89.810	87.472	106.370	109.467
Foramentos de cavidade	11.567	17.571	—	—	47.802	55.555	59.369	73.106
Recuperação de molares	3.062	2.884	—	—	27.011	30.024	30.073	32.908
Curativos	2.956	16.138	—	313	1.569	1.292	4.525	17.743
Profilaxia	11.045	9.856	—	213	3.608	686	14.653	10.755
Fluoterapia	—	174	252	—	2.800	34	3.052	208
CIRURGIA								
Extrações cadiuos	31.959	36.700	1.405	2.112	9.047	6.553	42.411	45.365
Extrações permanentes	232.672	225.674	2.169	3.619	4.309	3.868	239.150	233.161
Total de extrações	264.631	262.374	3.574	5.731	13.456	10.421	281.561	278.526
Pulpotomia	—	—	—	—	95	9	95	9
Outras intervenções	49.518	61.679	84	194	598	501	50.200	62.674
Inspeção de Saúde	3.975	3.194	—	—	—	—	3.975	3.194

O quadro seguinte mostra o que foi o trabalho do Laboratório Químico Farmacêutico em 1975:

Nº de Ordem	Produtos	Apresentação	Quantidade	Preço Unit. Cr\$	Total
01	Aspiceme	Comp.	1.200.000	0,02.2	26.400,00
02	Dipirona	Comp.	480.000	0,06.9	33.120,00
03	Piperazina	Comp.	720.000	0,03.8	27.360,00
04	Sulfadiazina	Comp.	720.000	0,09.0	64.800,00
05	Sulfaguanidina	Comp.	600.000	0,05.5	33.000,00
06	Tetiamizol	Comp.	300.000	0,20.0	60.000,00
07	Sulfalen	Comp.	600.000	0,17.0	102.000,00
08	Mercuriocromo	Fr. 500 ml . . .	1.800	3,50.0	6.300,00
09	Mercuriocromo	Fr. 60 ml . . .	12.000	0,95.0	11.400,00
T O T A L					364.380,00

Para a produção destes medicamentos, foram adquiridas e consumidas as seguintes matérias primas:

01 — Ácido acetilsalicílico	600.000 grs.
02 — Adipato de Piperazina	350.000 grs.
03 — Dipirona	250.000 grs.
04 — Sulfadiadina	350.000 grs.
05 — Sulfadiazina	300.000 grs.
06 — Sulfamotopiridazina	300.000 grs.
07 — Tetrahidroxifenil-Imidatiazol	30.000 grs.
08 — Talco sem perfume	150.000 grs.
09 — Estearato de magnésia	30.000 grs.
10 — Gelatina em pó	10.000 grs.
11 — Lactose	30.000 grs.

Totalizando todos esses produtos a importância de Cr\$ 226.689,20. Outros materiais utilizados com rótulos e sacos plásticos para embalagem dos medicamentos totalizaram a importância de Cr\$ 18.144,00.

4.6 — Atividades dos Laboratórios Regionais:

Com a transferência de grande parte dos exames de rotina para os laboratórios das Unidades Sanitárias, foi considerada satisfatória a produção dos laboratórios regionais, com sede em Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, passando a se ocuparem com as atividades inerentes a sua condição de laboratório regional.

PRODUÇÃO DOS LABORATÓRIOS REGIONAIS

LOCALIDADE	A N O S	
	1974	1975
Cachoeiro de Itapemirim + Colatina	118.158	93.075
Colatina	23.745	19.686
Vitória	57.662	53.598
T O T A L	119.563	166.359

+ Em convênio com o INPS.

PESQUISAS DE HELMINTOS E PROTOZOÁRIOS INTESTINAIS — 1975

ESPECIFICAÇÃO	Números Absolutos	Números Relativos
a) Pesquisa de Helmintos:		
Positivos	26.835	68,66%
Negativos	12.244	31,33%
T O T A L	39.079	99,99%
Positivos para Ancilóstomos	8.164	20,89%
Positivos para Ascaris lumbricoides	13.845	35,42%
Positivos para Tricocéfalos trichiurus	10.042	25,69%
Positivos para Strongilóides stercoralis	2.112	5,40%
Positivos para Schistosoma mansoni	609	1,55%
Positivos para Enterobius vermiculares	538	1,37%
Positivos para Tênia-spécie	253	0,64%
Positivos para Hymenolepis nana	76	0,19%
b) Pesquisa de Protozoários:		
Positivos	15.902	40,69%
Negativos	23.231	59,44%
T O T A L	39.133	100,13%
Positivos para Endamoeba coli	5.321	13,61%
Positivos para Endamoeba histolice	03	0,07%
Positivos para Giárdia lamblia	4.706	12,04%
Positivos para Endolimax nana	1.731	4,42%
Positivos para Iodamoeba butschli	296	0,75%
Positivos para Balantidium coli	19	0,04%

SOROLOGIA PARA LUES — 1975

REAÇÕES SOROLÓGICAS	Números Absolutos	Números Relativos
a) V. D. R. I.		
Reações qualitativas	25.317	—
Positivas	2.097	8,28%
Negativas	23.220	91,71%
b) WIDAL		
Positivas	—	—
Negativas	19	100,00%

BACTERIOLOGIA — 1975

PESQUISAS	Números Absolutos	Números Relativos
a) Bacilo de Koch	15.798	
Positivas	1.511	9,56%
Negativas	14.237	90,43%
b) Bacilo de Hansen	952	
Positivas	195	20,48%
Negativas	757	79,51%
c) Bacilo Diftérico	02	
Positivas	—	—
Negativas	02	100,00%
d) Nesseria gonorrhoeae	600	
Positivas	33	5,50%
Negativas	567	94,50%

DIAGNÓSTICO PRECOSE DA GRAVIDEZ

1975

ESPECIFICAÇÃO	Números Absolutos	Números Relativos
Testes realizados	2.649	
Positivos	1.399	52,81%
Negativos	1.250	47,18%

CULTURAS — 1975

ESPECIFICAÇÃO	Números Absolutos	Números Relativos
a) Cultura para Bacilo de Koch	353	
Positivas	140	39,66%
Negativas	213	60,33%
b) Hemocultura (Caldo Bileado)	1	
Positivas	—	100,00%
Negativas	1	20,00%
c) Coprocultura	48	
Positivas	46	95,83%
Negativas	2	4,16%
d) Liquor	232	
Positivas	70	30,17%
Negativas	162	69,82%
TOTAL	638	

HEMATOLOGIA — 1975

EXAMES HEMATOLÓGICOS	TOTAIS
Hematimetria	6.094
Hemograma de Schilling	15.568
Leucocitometria	6.095
Determinação do Fator RH	4.175
Tempo de sangramento	576
Tempo de coagulação	576
Hemossedimentação	644
Eritograma	5.723
Contagem de plaquetas	08
TOTAL	37.249

EXAMES QUÍMICOS PARCIAIS DE URINA

ESPECIFICAÇÃO	TOTAIS
Pesquisa de Proteína	28.902
Pesquisa de Pigmentos Biliares	23.483
Pesquisa de Glicose	20.151
Determinação de pH	18.792
Pesquisa de Sais Biliares	28.141
Pesquisa de Sangue Oculto	18.611
Pesquisa de Acetona	18.476
SEDIMENTOSCOPIA	28.902

BROMATOLOGIA — 1975

EXAMES	TOTAL
Bacteriológicos	804
Rede de abastecimento d'água	642
Água de praia	112
Água de piscina	32
Outros	18
Químicos	85
Água	72
Frutas	02
Farinha Láctea	11

EXAMES MICOLÓGICOS — 1975

ESPECIFICAÇÃO	Números Absolutos	Números Relativos
Paracoccidioides Brasiliensis	5	100,00%
Positivos	1	20,00%
Negativos	4	80%

5 — ATIVIDADES — MEIO

Apoiando as atividades-fim desenvolvidas pelas diversas unidades de saúde, foram executadas atividades-meio, de responsabilidade dos diversos órgãos da administração da Secretaria de Saúde, destacando-se as seguintes:

— Expedição de Portarias	905
— Decretos	117
— Processos protocolizados	12.757
— Correspondências expedidas	15.728

PLANO DE AÇÃO SETORIAL PARA O ANO DE 1976

1 — INTRODUÇÃO

Tendo como respaldo o Plano Básico de Ação 1975/79, da Secretaria de Saúde, integrante do 1º PED do Espírito Santo, e imbuído do espírito da modernização administrativa em fase de implantação, o presente Plano de Ação Setorial procura envolver todas as atividades desenvolvidas no âmbito desta Pasta, canalizando-as para uma maior integração com as desenvolvidas por outras instituições do Setor Saúde, bem como dando a elas um caráter dinâmico e mais flexibilidade, traduzidos em maior proveito para a saúde dos capixabas.

Por outro lado, a parcela de responsabilidade do Estado no Sistema Nacional de Saúde, organizado pela Lei Federal nº 8.229, de 17.07.75, é objeto de preocupação das autoridades sanitárias, procurando durante o corrente ano, o aperfeiçoamento das atividades já em execução e a implementação daquelas previstas no SNS principalmente as que se referem ao planejamento integrado e ao apoio às atividades municipais.

2 — OBJETIVOS

A promoção, a proteção e a recuperação da saúde da população capixaba é o objetivo principal. Para a sua consecução, entretanto, estão sendo executados os programas prioritários de controle das doenças transmissíveis, de assistência materno-infantil, de saneamento ambiental e de assistência médica em geral.

Ainda, outros objetivos são a reorganização e regionalização, mediante a criação e implantação de escritórios executivos de saúde e da modernização da estrutura da Secretaria, como também a ampliação da cobertura populacional, através da criação e funcionamento de unidades auxiliares tanto na área rural como nos bairros mais populosos das aglomerações urbanas. Ainda merece destaque a melhor qualificação dos recursos humanos, que está sendo obtida, principalmente com o treinamento de pessoal existente.

3 — PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

Os programas desenvolvidos pela Secretaria de Saúde obedecem a uma escala de prioridades que são elaboradas mediante a análise da magnitude do problema a ser solucionado, a vulnerabilidade — obtida através da relação custo/benefício — e os propósitos sociais do Governo.

Assim, destaca-se como altamente prioritário o combate às doenças transmissíveis feito de todas as formas possíveis, sobretudo aquelas enfermidades que são evitadas simplesmente com a imunização. Aqui é que se obtém o melhor resultado dos recursos empregados. A assistência à maternidade e à infância é prioridade em todos os planos de saúde. O saneamento ambiental e a assistência médica à comunidade complementam esta relação de prioridades.

3.1 — Programa de Combate às Doenças Transmissíveis:

3.1.1 — Vacinação:

a) Contra Difteria-Coqueluche-Tétano (DPT):

Serão vacinadas 54.000 pessoas no grupo etário de 0-5 anos.

b) Contra o Tétano:

Na profilaxia do tétano "neonatorum" e também na proteção de grupos expostos ao tétano, serão vacinadas 77.000 pessoas.

c) Contra a Varíola:

Para manter a situação de erradicação da varíola no Brasil e, em particular no Espírito Santo, serão vacinadas 60.000 pessoas, incluindo primovacinações e revacinações.

d) Contra a Poliomielite:

Serão vacinadas 60.000 pessoas do grupo etário de 0-5 anos.

e) Contra o Sarampo:

Serão vacinadas 50.000 pessoas do grupo etário de 0-15 anos.

f) Contra a Tuberculose:

Serão vacinadas 80.000 pessoas do grupo etário de 0-5 anos, com o BCG intradérmico.

g) Outras Vacinações:

Serão feitas outras vacinações, como por exemplo, contra a meningite, na dependência da situação epidemiológica.

3.1.2 — Ações Diversificadas:

3.1.2.1 — Programa de Controle da Tuberculose:

Com base no diagnóstico através do exame de escarro, medida de baixo custo, e o tratamento feito em regime ambulatorial utilizando o agente local ou uma outra pessoa da comunidade, que garanta a continuidade do tratamento, acrescido da vacinação com o BCG intradérmico, está sendo executado, com a participação, em 1976, de todas as Unidades Sanitárias.

3.1.2.2 — Programa de Controle da Hanseníase:

Através do controle dos doentes hansenianos, com exame periódico dos contatos, procurar-se-á incrementar o número de diagnóstico de casos de hanseníase da forma clínica indeterminada, em cada área jurisdicionada pela unidade sanitária, visando a interrupção da cadeia epidemiológica dessa endemia. Esta atividade, aliada ao tratamento, sobretudo dos bacilíferos, bem como das medidas educativas que tenham por fim a mudança do comportamento da população, será a ênfase dada a este setor durante o corrente ano.

3.1.2.3 — Programa de Controle das Doenças Venéreas:

Apurar-se-á, no programa de controle das doenças venéreas, especificamente o sistema de notificação e buscar-se-á a melhoria do setor ambulatorial das unidades sanitárias encarregadas da profilaxia e do tratamento dessa enfermidade.

3.1.2.4 — Programa de Controle da Raiva:

Além da manutenção na Unidade de Profilaxia de Raiva, da vacinação humana contra esta doença, será feita na 2ª quinzena de março e durante o mês de abril do corrente ano, a vacinação canina, na área da Grande Vitória e Guarapari, com a efetiva participação das respectivas Prefeituras, de aproximadamente 50.000 animais.

3.1.2.5 — Controle de Vermínoses:

Além da atividade médico-sanitária e de educação para a saúde, desenvolvidas por todas as Unidades Sanitárias será dado ênfase ao aspecto de saneamento rural e urbano, principalmente no município de Vila Velha, a fim de ser erradicada a esquistossomose nas áreas de recente penetração e impedir a sua propagação nas áreas antigas, com as obras de drenagem realizadas pelo Departamento Nacional de Saneamento.

3.2 — Programa de Assistência Materno-Infantil:

Engloba o programa materno-infantil as atividades desenvolvidas por todas as Unidades Sanitárias, prioritariamente destinadas ao grupo composto de gestantes, nutrízes e crianças o qual com a expansão da rede de Unidades de Saúde durante o corrente ano será mais beneficiado.

3.3 — Programa de Saneamento Ambiental:

O Governo do Estado será dotado no corrente ano de um órgão exclusivamente para cuidar da fiscalização das condições de saneamento ambiental, principalmente no que concerne ao combate à poluição causada pelos despejos industriais. Para tanto, a Secretaria de Saúde está aparelhando o Laboratório Central de Saúde Pública, do qual parte será destinada para a elaboração de exames de água, do solo e das partículas colhidas na atmosfera, nas áreas mais expostas.

Por outro lado, o órgão de fiscalização das condições de saneamento ambiental, apoiará as unidades sanitárias na execução das medidas de saneamento elementar das populações do interior, na área rural, na construção de fossas e poços, como solução individual do problema.

3.4 — Programa de Educação para a Saúde:

Através da dinamização da Comissão Estadual de Saúde da Comunidade, será levado a efeito o Programa de Educação para a Saúde, que objetiva obter a participação da população em geral e de seus líderes em especial na solução dos problemas e na execução das atividades de promoção da saúde.

3.5 — Programa de Assistência Médica em Geral:

Durante o ano de 1976, será implementada a descentralização das atividades de assistência médica, com a criação de unidades auxiliares de saúde nos principais aglomerados urbanos, especificamente na área da Grande Vitória, e de unidades rurais de saúde em distritos ainda sem assistência médica, com o fim de executar as tarefas elementares de saúde pública.

3.5.1 — Unidades a serem Inauguradas:

Durante o ano de 1976, além dos Postos de Saúde que funcionarão na Grande Vitória nos Centros Comunitários que disponham de capacidade instalada, com a participação da SETRAPS e UCIS, serão inauguradas as seguintes obras:

- US São João do Sobrado — PINHEIRO
- US Irupí — IUNA
- US Anutiba — ALEGRE
- CS Santo Antonio — VITÓRIA
- Laboratório Central — VITÓRIA

3.5.2 — Ampliação do Almojarifado de Medicamentos Básicos:

A Central de Medicamentos — CEME, em convênio com o Governo do Estado, ampliará o seu almoxarifado, localizado em Bento Ferreira, nas proximidades da sede da Secretaria de Saúde, objetivando ampliar a assistência farmacêutica para melhores benefícios prestar à comunidade capixaba.

3.5.3 — Programa de Controle de Câncer Genital:

Será iniciada nas Unidades Sanitárias a colheita de material para diagnóstico precoce de câncer genital.

O referido material será remetido para o Setor de Citologia do Laboratório Central que será capacitado para a execução da técnica de Papanicolaou, específica para esta atividade.

3.5.4 — Programa de Assistência Odontológica:

Serão incrementadas durante o corrente ano as atividades de assistência odontológica executadas nas Unidades Sanitárias, como também na operação concentrada de combate à cárie. Será também dada ênfase ao Grupo materno-infantil.

4 — IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E DE LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA:

4.1 — Sistema de Vigilância Epidemiológica:

Em consequência de convênio assinado pelo Ministério da Saúde e pelo Governo do Estado, será implantado um sistema de vigilância epidemiológica, relativo a um elenco mínimo de doenças de grande prioridade conferida pelas autoridades sanitárias do referido Ministério e da Secretaria de Saúde.

Entre outras, destacam-se a cólera, a varíola, a raiva, a meningite e a poliomielite, componentes do elenco mínimo requerido por aquelas autoridades e que merecem um sistema epidemiológico em regime de dedicação exclusiva.

4.2 — Sistema de Laboratórios de Saúde Pública:

Será organizado, durante o ano de 1976, um verdadeiro sistema de Laboratórios de Saúde Pública em todo o Estado do Espírito Santo, que foi objeto de assinatura de convênio com o Ministério da Saúde.

Com base no Laboratório Central, que fará a supervisão geral, funcionarão os laboratórios regionais e os laboratórios das unidades sanitárias que se estendem até os postos de tomada de amostra, localizados nas unidades sanitárias rurais.

O Sistema de Laboratórios de Saúde Pública tem exclusivamente por objetivo o controle e a erradicação das doenças mais prevalentes no Estado e impedir a penetração e a propagação de doenças que têm caráter epidêmico.

5 — PLANO DE OBRAS:

O Plano de Obras, para o exercício de 1976, é o seguinte:

Tipos de Unidade	Quantidade	Custo Estimado (Em Cr\$ 1,00)	
		Valor Unitário	Valor Total
Centro de Saúde	2	1.700.000	3.400.000
Unidade Sanitária 3ª Classe	1	150.000	150.000
Unidade Sanitária Rural	10	50.000	500.000
Total	13	—	4.050.000

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

1 — INTRODUÇÃO

A Fundação Hospitalar do Espírito Santo, iniciou o exercício de 1975 atravessando sua mais séria crise financeira, desde a sua instituição e teve essa situação agravando-se dia a dia, durante todo o primeiro trimestre do exercício. Sua dívida consolidada ultrapassou a casa dos Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). O crédito das unidades Hospitalares junto aos seus fornecedores era nulo e os preços obtidos eram aqueles impostos por fornecedores que não sabiam quando poderiam receber as quitações de seus fornecimentos.

Em meados de março, ao tomarmos posse, anunciamos que a meta prioritária do governo seria o Homem e que essa meta não seria atingida sem que se desse ao Setor Saúde a atenção merecida. E, na ação de meu Governo, conhecedor da situação caótica da Rede Hospitalar, determinamos aos setores financeiros do Estado que os recursos disponíveis fossem imediatamente aplicados na regularização do pagamento do Funcionalismo Estadual e na quitação dos débitos da Rede Hospitalar Oficial.

Registrou-se, assim, uma reversão na expectativa da situação da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, pois, já no início do segundo semestre, os fornecedores de gêneros alimentícios, medicamentos e outros bens de consumo, disputavam nossa Rede Hospitalar como boa compradora e pagadora. Conseguiu, portanto, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo nos três primeiros meses da nossa gestão, restabelecer seu crédito na praça.

Após o restabelecimento do crédito, pode a Entidade equacionar os problemas atinentes às suas atividades-fins, ou seja, programar a correção das deficiências existentes no atendimento à sua clientela, quer seja pagante ou não. E nesse equacionamento estava implícita a necessidade de se produzir um aumento de receitas de serviços industriais que compensasse investimentos para esse fim e para a elevação do padrão de atendimento dos próprios hospitais.

Quando se estuda o problema de receitas de serviços hospitalares, há que se fazer um enfoque especial no grande e indispensável cliente desses serviços no Brasil: o INPS — Instituto Nacional de Previdência Social.

Além dos serviços prestados pelas Unidades Hospitalares ao INPS, uma ponderável parcela das receitas industriais da FHES era oriunda do Convênio de Integração de Assistência Médica, firmado entre o Governo do Estado e o INPS e de execução da Fundação Hospitalar.

Possuindo atualmente 13 hospitais, ou seja, 17,10% dos hospitais do Estado e 1.825 leitos-dias, ou seja,

30,56% dos leitos do Estado é evidente que a rede pública deverá aumentar o seu número de hospitais, embora o Espírito Santo esteja com a média de 3,5 leitos por 1.000 habitantes, considerados muito próximo do recomendado.

2 — ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A grande preocupação da FHES no exercício de 1975 concentrou-se no seu setor financeiro e orçamentário, objetivando, principalmente, o saneamento desse setor com a recuperação do crédito das Unidades Hospitalares, diminuição nos custos de aquisição de bens de consumo e serviços, regularização no pagamento de pessoal e obrigações sociais.

Determinamos, para esse fim, fossem regularizados os repasses das dotações consignadas no orçamento do Estado. Porém, devemos destacar que a participação do INPS, com as reformulações de seus Convênios nos proporcionou recursos para os fins almejados.

A programação orçamentária para o exercício de 1975 previa receitas e despesas de custeio no valor de Cr\$ 29.025.700,00, para Cr\$ 3.100.000,00 de capital. Com o desenvolvimento da execução orçamentária, novas atividades foram incorporadas à rede hospitalar e a necessidade de se aumentar as receitas, requereu maiores aplicações de melhoramentos dentro de cada Unidade Hospitalar. Assim sendo, foram feitas suplementações orçamentárias, na referida Programação que passou a montar em Cr\$ 7.977.900,00 para despesas Correntes e Cr\$ 244.000,00 para capital. Isso significa que a participação do Estado na manutenção da FHES, que era de 52,8% contra 47,2% de recursos de serviços industriais, passou a ser de 43,1% contra 56,8% de recursos próprios. Buscou dessa forma, a FHES, a diminuição do ônus do Estado na participação de sua manutenção e principalmente, no acréscimo de suas atividades.

Quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1976 programava-se uma despesa de Cr\$ 46.433.200,00, onde o Estado participaria com Cr\$ 22.463.200,00 e o restante seria coberto com receitas de serviços hospitalares. Na montagem do Orçamento Estadual, foi consignado à FHES um montante de Cr\$ 25.703.000,00, onde se verifica uma quantia maior no valor de Cr\$ 3.239.800,00. Assim sendo, a programação orçamentária para 1976 foi reformulada, ficando um montante de Cr\$ 46.432.200,00 dos quais o Estado participará com 48,4%, a FHES com 37,2% e 14,4% representa investimento com recursos financiados pelo Governo Alemão para construção de Unidades Hospitalares. Havia uma preocupação quanto do encerramento do Convênio de Integração de Assistência Médica, entre o INPS e o Governo do Estado do Espírito Santo. Ao invés disso, foi assinado no Convênio Global, através do qual se implantou o Plano de Ação Conjunta, e, novamente, coube a execução do mesmo

à Fundação Hospitalar. Assim, novas atividades surgiram, tais como Ambulatório e Pronto Socorro no Hospital Maternidade Sílvia Avidos, Ambulatório e Pronto Socorro no Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Pronto Socorro na Maternidade de Vila Velha, ambulatório diversos nos principais municípios do Estado. Esse fato eleva a expectativa orçamentária de Cr\$ 46.432.200,00 para Cr\$ 72.677.200,00, sem qualquer acréscimo nominal da participação do Estado na manutenção da FHES, havendo, sim, diminuição real dessa participação que passou a ser de 30,9% contra 69,1% de receitas próprias da FHES.

Numa análise superficial das atividades exercidas pelos principais setores do Departamento Administrativo, salientamos as seguintes:

2.1 — Foram emitidas a diversas firmas 150 (cento e cinquenta) Cartas-Convites e 1 Tomada de Preços;

2.2 — Foram emitidas 411 autorizações para compra de material;

2.3 — Despesas com aquisição de material: Cr\$ 972.952,54;

2.4 — Atualizações dos Cadastros de todos os bens móveis existentes na rede hospitalar da FHES;

2.5 — Recuperação do material considerado fora de uso nas Unidades Hospitalares e redistribuição dos mesmos;

2.6 — Inventários realizados:

2.6.1 — Sanatório Samuel Libânio (extinção);

2.6.2 — Pronto Socorro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim (início de funcionamento);

2.6.3 — Centro de atendimento Pediátrico de Linhares (transferência);

2.6.4 — Foram executadas 158.458 cópias p/ou tiragens de formulários diversos;

2.6.5 — Aquisição de Viaturas:

a) Corcel Stander — 4 portas — 1975

b) Volkswagen — Sedan — 2 portas — 1975

c) Volkswagen — Ambulância — 1975

d) Volkswagen — Ambulância — 1975

e) Volkswagen — Ambulância — 1975

f) Volkswagen — Ambulância — 1975

g) Ford-F 75 — Ambulância — 1975

2.6.2.6.6 — ALIENAÇÃO DE VIATURAS:

a) Ford Pick Up — 1969

b) Ford Pick Up — 1969

c) Ford Pick Up — 1969

d) Chevrolet camioneta — 1968

2.7 — PESSOAL:

2.7.1 — Durante o exercício de 1975 foram procedidas 244 admissões, reenquadramentos ou transferências e 233 dispensas, aposentadorias ou transferências de uma Unidade Hospitalar para outra, apresentando no cômputo geral o total de 1.128 servidores;

2.7.2 — As despesas com o pessoal assalariado orçaram em Cr\$ 11.864.244,68 (onze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro cruzeiros e sessenta e oito centavos), relativas a salário, 13º salário, rescisões contratuais e aposentadorias, abrangendo todas as Unidades Hospitalares, inclusive a Central Administrativa;

2.7.3 — Além do pessoal contratado pela FHES, consequentemente com vínculo empregatício, a entidade mantém contratos com Sociedades Médicas que possibilitam melhor atendimento aos pacientes da rede hospitalar. Durante o exercício de 1975, a FHES pagou às referidas sociedades, o total de Cr\$ 2.004.380,62 (dois milhões e quatro mil e trezentos e oitenta cruzeiros e sessenta e dois centavos);

2.7.4 — Em face da exposição feita, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo dispendeu com todo o pessoal que direta ou indiretamente emprega suas atividades na rede hospitalar a importância de Cr\$ 17.272.402,84 (dezessete milhões, duzentos e setenta e dois mil quatrocentos e dois cruzeiros e oitenta e quatro centavos), incluindo as Obrigações Sociais (FGTS e INPS)

3 — ATIVIDADES TÉCNICAS

O Departamento Técnico no ano de 1975, esteve presente em todas as atividades da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, afetos a sua área, traçando normas, planejando, extrapolando dados estatísticos, controlando e orientando convênios, supervisionando farmácias hospitalares e serviços de enfermagem das Unidades, promovendo cursos para-médicos e treinamento em serviço, visando o aprimoramento e reciclagem dos mesmos, no sentido de melhor qualificação técnica e maior humanização ao atender o homem doente.

Principais atividades desenvolvidas pela equipe do Departamento Técnico.

3.1 — Estudos e Projetos:

3.1.1 — Hospital Colônia "Adauto Botelho" — Levantamento da planta arquitetônica do Hospital;

— Projeto do novo bloco de assistência social;

— Projeto dos novos setores (2), de Terapia Ocupacional.

3.1.2 — Hospital Infantil "Nossa Senhora da Glória";

— Nova sala de exames clínicos;

— Bloco de internação com capacidade de 33 leitos;

— Depósitos de suprimento;

— Passarela de comunicação entre o hospital e a nova Unidade de Internação.

3.1.3 — Projeto do novo ambulatório da Maternidade de Vila Velha, anexo ao hospital, com ligação ao corpo principal

3.1.4 — Estudos preliminares para expansão da capacidade do Hospital Maternidade "São Camilo" para 300 leitos.

3.1.5 — Projeto de criação do Pronto Socorro, no pavimento térreo, anexo a um novo ambulatório.

3.1.6 — Ante-projeto de um hospital Neuro-Psiquiátrico, com capacidade para 300 leitos.

3.2 — Obras e Serviços:

3.2.1 Hospital Colônia "Adauto Botelho":

— Substituição de toda rede elétrica secundária;

— Construção do bloco de assistência social;

— Início das escavações para fundação de terapia ocupacional;

— Construção da rede de incêndio do Hospital, com reservatório próprio;

3.2.2 — Instalação de incinerador, na Maternidade de VILA VELHA.

3.2.3 — Hospital Infantil "Nossa Senhora da Glória":

— Sala do Banco de Sangue;

— Ambulatório, com sala de pequena cirurgia e recuperação;

— Reforma de 5 (cinco) apartamentos e 1 (uma) Enfermaria;

— Pintura Interna;

— Reparo nas canalizações de esgoto;

— Ajardinamento e pintura da fachada do Hospital.

3.2.4 — Reforma do Centro Cirúrgico, na Unidade Integrada de "Jerônimo Monteiro".

3.2.5 — Construção de vestiário e bar, anexo ao campo de esportes, no Sanatório "Dr. Pedro Fontes".

3.3 — Cursos realizados:

CURSOS	Nº	TURMA	ALUNOS	CUSTO/ALUNO
Copeira	01		20	137,50
Cozinha	01		20	287,50
Auxiliar de Enfermagem	02		38	328,94

3.4 — Outras Atividades:

3.4.1 — Transferência do material e equipamentos do Sanatório "Samuel Libanio" para o Pronto Socorro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim;

3.4.2 — Participação junto à Secretaria de Saúde, na implantação do Serviço de Doença Mental no Espírito Santo;

3.4.3 — Elaboração do projeto de Residência Médica em Pediatria;

3.4.4 — Levantamento e elaboração do quadro de pessoal necessário para o Pronto Socorro Psiquiátrico de Linhares.

3.4.5 — Acessoramento técnico para adequar o Hospital Maternidade "São Camilo" às exigências do RECLAR;

3.4.6 — Listagem do material permanente e equipamentos;

3.4.7 — Análise crítica com levantamento de custo do Convênio FHES/INPS;

3.4.8 — Entendimentos preliminares com ESCELSA, visando solucionar o problema de energia elétrica do Sanatório "Oswaldo Monteiro";

3.4.9 — Instalação de um isolamento dotado dos requisitos técnicos, recomendados pelo Ministério da Saúde para atender possível surto de Cólera no País;

3.4.10 — Elaboração do projeto para implantação do Curso Supletivo de Auxiliar de Enfermagem;

3.4.11 — Recebimento, distribuição e controle de medicamentos da CEME;

3.4.12 — Organização de um Manual de Normas Técnicas de Enfermagem.

Os trabalhos desenvolvidos proporcionaram um aumento no atendimento a pacientes, como se pode observar no quadro abaixo:

ATENDIMENTOS	1973	1974	1975
Internações	15.573	19.624	26.102
Ambulatoriais	28.270	(1) 39.071	63.810
Pronto Socorro	13.258	(2) 56.737	45.156
TOTAL	57.371	115.432	135.068

(1) — Em 1974, foi considerado como atendimento ambulatorial os atendimentos feitos aos internos do Sanatório "Dr. Pedro Fontes", no Hospital daquela Colônia, no total de 5.129. Deixamos de computar estes atendimentos em 1975, que totalizaria 5.780, melhores detalhes (ANEXO I).

(2) — Os dados de 1974 referentes à Pronto Socorro, refletem o atendimento de urgência e ambulatorial da M.V.V.. Em 1975, foram detalhados os atendimentos ambulatoriais e os de urgência.

4 — MOVIMENTO DOS CONVÊNIOS

4.1 — No corrente exercício, deve-se ressaltar a assinatura do Convênio de Integração de Assistências Médica, em substituição ao anterior, firmado em 11.05.72, que possibilitou uma maior cobertura médico-ambulatorial e médico-hospitalar aos beneficiários do I.N.P.S..

Como Entidade executora do citado Convênio, a FHES, em retribuição aos serviços prestados recebeu, mediante apresentação de Faturas, a importância global de Cr\$ 17.472.452,00 (dezesete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros).

4.2 — Em decorrência do citado Convênio abaixo está especificado o Demonstrativo dos Atendimentos Médicos das Unidades Sanitárias durante o exercício de 1975, em Segurados e Dependentes do INPS:

— Segurados Atendidos	23.748
— Dependentes Atendidos	63.734

Total de Atendimentos 87.482

— Exames Realizados	82.902
— Guias de Internações Fornecidas	1.065

— Encaminhamentos para Especialistas	415
— Imunizações	14.499
— Visitas Médicas	232
— Visitas pelo Serviço de Enfermagem	304

4.3 — Prosseguindo o convênio que, firmado entre o Governo do Estado e o INPS, em 13.03.72, visando dar a assistência especializada em tuberculose através dos Hospitais, Dispensários e Unidades Sanitárias, aos segurados e beneficiários da autarquia, foi recebida no corrente exercício a importância de Cr\$ 2.449.040,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quarenta cruzeiros), sendo que deste total foram feitas as seguintes transferências:

— SECRETARIA DE SAÚDE	Cr\$ 610.000,00
— DIVISÃO NACIONAL DE TUBERCULOSE	Cr\$ 253.396,07

A conta do referido convênio, foi possível prestar aos segurados e dependentes do INPS no exercício, os seguintes atendimentos:

PELAS UNIDADES SANITÁRIA:

Nº de consultas realizadas	9.268
Nº de comunicantes examinados	1.539
Nº de Quimioprofilaxias iniciadas	216
Nº de B.C.G. aplicados	6.970
Nº de P.P.D. Realizados	2.992
Nº de abnegrafias realizadas	11.286
Nº de pesquisas de B.A.A.R.	6.601
Nº de Visitas pelo Serviço de Enfermagem	1.670

PELAS UNIDADES HOSPITALARES:

Nº de Internações	159
Nº de Diárias	11.621

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

ATENDIMENTOS REALIZADOS PELAS UNIDADES HOSPITALARES

1975

ATIVIDADES	HCAR	HENSG	SON	SSL	PTCL	SPF	HMSA	HJSN	HVV	HUSF	HSJC	HMSC	UIJM	TOTAL
Internações.....	5.472	3.610	227	31	105	457	3.670	1.842	3.262	3.096	1.144	2.861	464	26.042
INPS e Convênios.....	4.720	2.404	105	10	-	-	2.040	846	2.748	2.423	959	1.458	-	18.371
Particulares.....	35*	13	-	-	-	-	61	22	61	314	94	533	54	1.197
Indigentes.....	717	1.193	122	21	105	457	949	974	463	359	91	667	413	6.572
Altas.....	5.278	3.247	201	53	93	390	3.601	1.784	3.218	3.049	1.086	2.620	443	25.001
INPS e Convênios.....	4.622	2.661	93	16	-	-	2.647	831	2.776	2.385	897	1.528	-	15.455
Particulares.....	37	14	-	-	-	-	55	27	65	314	93	527	48	1.184
Indigentes.....	619	972	108	37	93	390	899	926	377	349	96	587	400	5.848
Óbitos.....	40	384	29	3	16	14	83	54	51	61	37	35	12	823
INPS e Convênios.....	12	216	9	-	-	-	58	22	43	40	31	15	-	452
Particulares.....	-	-	-	-	-	-	3	-	1	4	6	4	3	21
Indigentes.....	28	168	20	3	16	14	32	32	7	11	-	18	9	356
Transferências.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
INPS e Convênios.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Particulares.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indigentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Internações - Homens....	4.776	-	149	14	64	-	757	470	611	954	350	541	159	10.523
Internações - Mulheres..	948	-	73	17	42	-	2.039	1.250	2.610	1.340	528	1.163	221	10.746
Internações - Crianças..	48	3.610	5	-	-	-	832	127	41	748	220	257	67	6.443
Pacientes-Dia.....	227.283	71.733	10.503	1.784	7.633	123.633	11.834	18.300	13.835	18.193	7.417	10.620	3.424	624.210
Média de Pacientes-Dia..	625	197	29	12	21	343	32	50	38	44	20	29	9	1.450
Porcentagem da Ocupação(1)	104	87	22	54	40	86	37	70	63	74	34	53	50	70
Média de Permanência (Dias)	33	12	41	19	59	3	6	4	5	5	4	6	6	17
Leitos-Dia.....	219.000	82.121	47.450	3.322	18.510	146.000	37.120	28.280	21.900	21.900	21.900	18.250	5.640	611.517
Partos.....	-	-	-	-	-	-	1.205	604	1.340	581	182	513	20	4.424
- Normais.....	-	-	-	-	-	-	1.033	424	1.049	535	163	543	20	3.771
INPS e Convênios..	-	-	-	-	-	-	551	200	735	436	142	309	-	2.075
Particulares.....	-	-	-	-	-	-	3	-	5	17	2	57	4	80
Indigentes.....	-	-	-	-	-	-	478	222	303	82	24	77	18	1.273
Cezarianas.....	-	-	-	-	-	-	151	160	281	25	12	68	-	594
INPS e Convênios.....	-	-	-	-	-	-	95	104	211	23	11	36	-	504

Cont'd. p. 22.....

ATIVIDADES	HCAB	HMSG	SON	SSI	PTCL	SPF	HMSA	HJSN	MTW	HSSF	MSJC	HISC	UIJM	TOTAL
Particulares.....	-	-	-	-	-	-	2	4	4	2	1	15	-	28
Indigentes.....	-	-	-	-	-	-	54	58	46	1	-	17	-	176
- Outros Tipos.....	-	-	-	-	-	-	22	14	30	-	2	-	-	60
INPS e Convênios....	-	-	-	-	-	-	15	10	22	-	-	-	-	47
Particulares.....	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Indigentes.....	-	-	-	-	-	-	7	4	5	-	2	-	50	68
- Cirurgias.....	-	2.246	-	-	-	-	190	332	857	1.331	180	326	47	5.509
- Pequenas.....	-	1.621	-	-	-	-	35	49	192	1.185	157	61	-	3.300
INPS e Convênios....	-	1.239	-	-	-	-	28	37	178	823	134	23	-	2.466
Particulares.....	-	30	-	-	-	-	-	-	14	110	12	7	17	190
Indigentes.....	-	352	-	-	-	-	7	12	-	228	11	31	30	671
- Médias.....	-	477	-	-	-	-	68	66	584	98	21	25	2	1.341
INPS e Convênios....	-	363	-	-	-	-	56	47	537	59	12	14	-	1.088
Particulares.....	-	20	-	-	-	-	2	-	10	8	7	2	2	51
Indigentes.....	-	94	-	-	-	-	10	18	37	31	2	9	-	202
- Grand.....	-	136	-	-	-	-	67	27	81	46	2	240	1	612
INPS e Convênios....	-	76	-	-	-	-	75	128	75	39	2	117	-	512
Particulares.....	-	8	-	-	-	-	2	6	2	1	-	56	1	75
Indigentes.....	-	52	-	-	-	-	10	83	4	8	-	67	-	224
Atendimento Ambulatorial	-	17.158	-	-	-	-	-	608	35.211	4.197	218	8.247	-	63.636
Atendimento Pronto-Socorro.....	-	1.805	-	-	-	-	18.714	-	24.637	-	-	-	-	45.155
Exames Patológicos....	-	-	-	73	-	-	-	-	52	-	-	-	-	131
Exames Radiológicos....	-	-	-	17	-	-	1.383	414	1.437	-	145	-	-	3.396
Exames Clínicos.....	-	-	-	-	-	-	-	9.636	18.798	-	-	2.181	3.115	33.731

/mlde.

FUNDACÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

[illegible]

FUNÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REALIZADAS EM 1975

CLASSIFICAÇÃO	C.A.	RECUP. PRÉCIOS	DÍVIDA EXTERNA	EQUIP. E REEQUIP.	CONVÊNIO TO.	CONVÊNIO CIAM	HCAG	H.I.U.S.G.	H.M.V.V.	H.J.S.M.	H.N.S.A.	UTJM	TOTAL
RECEITA INDUSTRIAL													
Convênio c/INPS	-	-	-	-	2.449.040	4.991.629	4.718.502	3.112.596	3.950.015	760.471	1.740.436	18.074	21.706.753
Convênio c/FUNRAI	-	-	-	-	2.449.040	4.991.629	4.532.932	2.799.752	3.355.000	306.913	1.466.316	-	19.921.492
Convênio c/IPASE	-	-	-	-	-	-	-	200.000	410.000	438.000	140.000	-	1.260.000
Convênio c/Polícia Militar	-	-	-	-	-	-	85.477	-	-	-	-	-	85.477
Convênio c/Exército	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênio c/Marinha	-	-	-	-	-	-	-	-	14.771	-	-	-	-
Outros Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-	6.663	-	-	-	6.663
Recursos de Particulares	-	-	-	-	-	-	8.666	-	-	-	-	-	8.666
Transfusão do Estado	-	-	-	-	-	-	83.427	35.814	192.701	29.548	114.120	18.074	485.694
- Pessoal	15.640.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.640.000
- Outros Custeios	10.509.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.509.000
- Previdência Social	1.823.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.823.000
- Diversos	2.911.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.911.000
	397.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	397.000
RECEITAS DE CAPITAL													
Amortização da Div.Externa	-	946.130	1.173.000	723.060	-	-	-	-	-	-	-	-	2.639.130
- Urupê	-	-	1.173.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.173.000
- Equip. e Instalações	-	946.130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	946.130
- Material Permanente	-	-	-	370.000	-	-	-	-	-	-	-	-	370.000
	-	-	-	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000
TOTAL	15.640.000	946.130	1.173.000	723.060	2.449.040	4.991.629	4.718.502	3.112.596	3.980.015	776.461	1.740.436	18.074	40.265.803

A manutenção da ordem e da segurança pública no Estado é uma das tarefas que o Governo realizou com o máximo de seriedade e objetividade.

O desempenho dos órgãos que compõem a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, em 1975, pode ser considerado dos mais produtivos, principalmente encarecendo-se com toda objetividade o esforço realizado pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e pelo Departamento Estadual de Trânsito, nas suas respectivas áreas, apesar da falta de pessoal para completar os seus efetivos de ação em todo o Estado.

Na área do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública é oportuno destacar o estudo e a colaboração emprestada para a elaboração do projeto de criação da Escola de Polícia Civil, entre muitas outras atividades administrativas, através da eficiente participação dos órgãos que integram o Gabinete e, entre os quais, destacamos: Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes, de Programação e Orçamento, Jurídica e Militar.

Com o suporte destes setores foi possível estabelecer perfeita e completa normalidade na ação administrativa, onde é válido destacar os gastos efetuados:

COMBUSTÍVEIS	Cr\$	38.232,25
CONSUMO DE ÓLEO	Cr\$	2.305,85
MATERIAL DE CONSUMO	Cr\$	96.186,18
MANUTENÇÃO DE VIATURAS	Cr\$	39.330,82
MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	Cr\$	74.982,33
ALIMENTAÇÃO DE FRESOS	Cr\$	2.168.571,05
TOTAL	Cr\$	2.419.608,48

CENTRAL DE INFORMAÇÕES

Esta Central tem por competência investigar e informar sobre matéria sigilosa ou de interesse específico da administração pública estadual em íntima ligação com os Serviços de Investigação da Polícia Militar e da Polícia Civil.

No exercício de 1975 a Central de Informações desenvolveu um ritmo de atividade muito elogiável. Sob suas ordens foram realizados 200 pedidos de busca, além, naturalmente da efetivação de expedientes administrativos internos e externos, somando 63 memorandums, 45 encaminhamentos, 213 informações e 218 ofícios.

Mantém a Central, ainda, estreita ligação com as Secretarias de Segurança Pública de outros Estados, além dos órgãos de informação federal.

Lutando com o problema da falta de pessoal, o que é uma constante na área do organismo policial do Estado e sentido falta de pessoal e equipamento especializado, mesmo assim a Central tem a seu crédito um excelente volume de trabalho, onde podemos destacar, também, a elaboração de um completo levantamento dos índices de criminalidade no Estado, apontando os tipos de crime, o número, a natureza, a incidência e outros aspectos fundamentais ao estudo e análise do comportamento da criminalidade no Estado. Creditamos, também, à Central, a elaboração do material que ilustrou e complementou a edição dos seus 19 boletins internos e 4 Boletins Especiais.

1975 — ÍNDICES DE CRIMINALIDADE

Crimes	Interior	Capital	Total
Contra a pessoa	1.249	644	1.884
Contra o patrimônio	464	197	661
Contra os costumes	507	215	722
Contra a Família	6	5	11
Contra a Administração Pública	61	35	96
Diversos	171	71	242
Acidentes Trabalho	40	23	69
Acidentes Aut/Trânsito	330	124	454
Vítimas fatais Trânsito	271	314	585
Tóxicos/Entorpecentes	12	49	61

Foram, por outro lado, consoante informação da Central de Informações, remetidos à Justiça um total de 3.388 inquéritos, sendo 2.481 no interior e 907 na capital.

POLÍCIA CIVIL

A Superintendência de Polícia Civil a quem está entregue a tarefa de preservar a ordem pública e apurar as infrações penais ocorridas no Estado, credita-se um gigantesco esforço para atender estas exigências, dispondo de um efetivo pequeno para atender às suas responsabilidades e uma frota e equipamentos muito aquém de suas reais necessidades.

A maioria dos problemas na área da Polícia Civil, sem favor, têm origem nos claros imensos do seu efetivo pessoal, pois tal fato acarreta a sobrecarga de funções e a adaptação ou deslocamento de outros funcionários estranhos à atividade policial para o exercício de tarefas que estão a exigir absoluta identidade funcional.

Para um quadro efetivo de 1.176 funcionários o órgão apenas pode apresentar um total de 603, existindo, portanto, um déficit de 573 funcionários em vários setores. O retrato real dos atuais efetivos podem ser vistos neste quadro:

SERVIÇO DE PERÍCIAS

DISTRIBUIÇÃO GERAL:

Laudos elaborados e expedidos	275
Ofícios recebidos	263
Requerimentos recebidos	28
Requisições de perícias recebidas	23
Ofícios expedidos	15
Comunicação interna	25
Fotografias produzidas	6.584

SEÇÃO DE LEVANTAMENTO DE CRIMES

LOCAIS DE CRIMES:

De arrombamento	133
Legitimações de veículos	52
Legitimações de locais de crimes	8
De atropelamento	24

De homicídio	24
De suicídio	5
De acidente de trânsito com vítima	33
De danos materiais	44
De incêndio	12
De encontro de cadáveres	50
De fuga de presos	4

LOCAIS DE CRIME DE NATUREZA DIVERSA

De encontro de ossaça	4
De eletroplessão	1
Falsificação de loteria	1
Encontro de feto	4
Tombamento	2
Desabamento	6
Acidente de trabalho	2
Invasão de domicílio	8
Disparo de arma de fogo	2
De explosão	32
Não especificado	

SEÇÃO DE PERÍCIAS DE LABORATÓRIO (Exames e Laudos)

Grafotécnico em documentos	42
Documentoscópico	6
Grafotécnico e mecanográfico	1
Recenticidade de disparo e eficiência de arma de fogo	10
Microscópio em substância vegetal	2
Danos materiais	4
Arma branca	1
Em objetos	2

SEÇÃO DE PERICIAIS FOTOGRAFICAS, DESENHOS E PROJETOS

Fotografias para legitimação de presos	663
Fotografias aplicadas em laudos	5.654
Reprodução de fotografias 18 x 24	242
Reprodução de fotografias 6 x 9	25

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

Identificados

Atestado de Antecedentes	6.125
Guias de Isenção	160
Legitimações	129
Segregados	27

Anotados

Atestados de Antecedentes	17.642
---------------------------------	--------

Documentos recebidos

Cédulas de Identidade	20.853
Atestados de Antecedentes	22.953
Retificações	1.269
Anotações no Arquivo Criminal	74
Guias de Isenção	331

Serviços efetuados pela Cia. Fotográfica Euclides

Cédulas de Identidade	35.951
-----------------------------	--------

SEÇÃO DE CONTROLE DE FILIAIS DE IDENTIFICAÇÃO DO INTERIOR

Cédulas de Identidade	15.846
Atestados de Antecedentes	2.072
Retificações	96

SEÇÃO CRIMINAL

Comunicações criminais recebidas e registradas

Denúncias	2.254
Pronúncias	265
Condenações	1.433
Absoluções	924
Livramento condicional	111
Extinção de pena	412
Prescrição de pena	144
Processos arquivados	947
Processos nulos	6
Sursis	88
Impronúncia	12
Suspensão de pena	19

Boletins Individuais

Recebidos	6.502
Registrados	9.403
Mandados de prisão recebidos e registrados ...	2.000

Outros Serviços

Cancelamento de Nota	429
Folhas de Antecedentes Criminais expedidas p/I.N.I.	660
Folhas de Antecedentes Criminais expedidas pela Seção Criminal	3.659
Boletins de Identificação Criminal registrados	982
Pesquisas registradas, no arquivo	33.301

SERVIÇO MÉDICO LEGAL

Exames Clínicos

Necrópsias	868
Exumações	1
Lesões Corporais	2.003
Conjunção Carnal	441
Toxicológico e Etilico	157
Coito Anal	39
Exames Complementares	68
Verificação de Idade	5
Exame Físico e Mental	4
Verificação de parto recente	6
Exame de Desenvolvimento Mental	5
Constatação de gravidez	15

Exame de Determinação de sexo	1
Exame Microscópio em Substância Vegetal	36

Serviços

Sepultamentos	149
Documentos	416

QUADRO DOS GASTOS EFETUADOS PELA SPC

COMBUSTIVEIS	676.146,60
CONSUMO DE ÓLEO	31.565,83
MATERIAL DE CONSUMO	566.597,30
MANUTENÇÃO DE VIATURAS	500.143,99
MOVEIS E EQUIPAMENTOS	357.785,64

TOTAL 2.132.239,35

DIVISÃO DE POLÍCIA TÉCNICA

Com a próxima conclusão das obras de recuperação do antigo prédio do DETRAN, este setor poderá oferecer ao público mais conforto e atingir, por outro lado, melhores índices de desempenho. Também ressen-te-se da contratação de maior número de funcionários, para poder atingir o índice ideal de desempenho.

Na sua área podemos apresentar um completo levantamento, retratando a ação da Polícia Civil, dentro de um leque de atividades que os números e gráficos mediante podem traduzir:

QUADRO DO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE

Crimes	Interior	Capital	Total
Contra a Pessoa	1.240	644	1.884
Contra o Patrimônio	464	197	661
Contra os Costumes	507	215	722
Contra a Família	6	5	11
Contra a Adm. Pública	61	35	96
Diversos	171	71	242
Acidente do Trabalho	46	23	69
Acidente Automobilístico e de Trânsito	330	124	454
Vítimas de Acidente Automobi-lístico e de Trânsito	271	314	585
Tóxicos e Entorpecentes	12	49	61

INQUÉRITOS REMETIDOS A JUSTIÇA

INTERIOR — 48 MUNICÍPIOS	2.481
CAPITAL — 14 DISTRITOS	907

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS

Ordem Política e Social	25
Segurança Patrimonial	76
Crimes C/Adm. Pública e Econ. Popular	28
Furtos de Veículos	31
Costumes e Diversões	53
Defraudações e Falsificações	232
Delitos de Tráfego	40

Segurança Pessoal	102
Menores e Assuntos Sociais	03

TOTAL GERAL 590

QUADRO DAS NECESSIDADES DA SPC, REFERENTES A PESSOAL

ANEXO I

Cargos	Previsto	Existente	Falta
Of. Administrativo	15	09	06
Aux. Administrativo	32	05	57
Assist. Administrativo	02	01	01
Caixa	02	01	01
Necroscopista	22	08	14
Comis. de Polícia	30	08	22
Escrivão de Polícia	206	95	111
Datilosconista	23	23	00
Aux. Datiloscopista	44	38	06
Perito Criminalístico	16	14	02
Locutor de Segurança	24	10	14
Fot. Criminalístico	14	04	10
Detetives	210	146	64
Agente de Segurança	125	97	28
Motorista de Segurança	101	20	81
Motorista	16	16	00
Guarda de Presídio	182	71	111
Contínuo	09	05	04
Servente	36	18	18
Técnico em Comunicação ...	11	02	09
Médico Legista	26	12	14

TOTAL 1.176 603 573

NECESSIDADES DA SPC. REFERENTES A EQUIPAMENTOS

ANEXO II

a) VIATURAS

Automóvel marca Volkswagen, sedan, tipo patrulhinha, para distribuição às Delegacias de Polícia dos municípios 30

Carro marca Chevrolet, com cofre, a ser utilizado na área da Grande Vitória, que engloba 5 municípios e população aproximada de 500.000 hab. — 20

b) APARELHO DE COMUNICAÇÃO

30 rádios fixos e 25 rádios moveis VHF, com frequência de 32.100 transmissão e recepção;

1 (uma) estação repetidora em VHF, com 39.100 transmissão e 32.100 recepção.

1 (uma) estação repetidora LINK — 171.97 x 171.97

1 (uma) estação repetidora LINK — 151.54 x 151.53

2 (duas) maletas motorolas — Modelo S — 1059 A (c/Acessórios)

1 (um) Osciloscópio — Modelo S — 1332 A

2 (dois) WATT METERS T — 1001 A, Bird — Mod 43 c/dois canais e elementos de 0 (Zero) a 100 WATTS — frequência baixa e dois canais elementos de 0 (Zero) a 250 WATTS, frequência alta

2 (dois) digital Multimeter — Odeur Mod 71048 A

c) ARMAMENTO

Revólver Taurus, Cal 38, Mod PO, 76 MM — 300
Colete a prova de bala Mod 401-V — 30

OBS.: — Da mesma forma que o Ministério da Justiça vem colocando a disposição do Ministério do Exército, para reaparelhamento das Polícias Militares seria desejável que igual procedimento fosse adotado em relação às Polícias Civis, para aquisição de viatura, armamento e aparelhos de comunicação.

POLÍCIA MILITAR

a) VIATURAS

Caminhões Mercedes Bens, a óleo diesel — 5
Onibus, Mercedes Benz — 2
ABT (Auto Bomba Tanque Mercedes Benz — 15

b) ARMAMENTO

Revólver Taurus, Cal 38, Mod PO, 76 MM — 1000
Mtr Bereta, 9 MM, portátil — 200
Espargidor MK — IV, fabricação da Val-
jaraíba — Lorana SP — 500

POLÍCIA MILITAR

Instituição permanente e regular, tem suas missões normais de manutenção da ordem pública e participa, na qualidade de Força Auxiliar do Exército Brasileiro, nas operações relativas a Segurança Interna e Defesa Territorial.

A Polícia Militar vem realizando com elogiável presença os serviços inerentes ao Policiamento Ostensivo, Policiamento de Trânsito, Policiamento de Rádio Patrulha Terrestre, Policiamento de Segurança Externa nos Estabelecimentos Penais do Estado, Guardas Diversas, Prevenção de Incêndios, prestação de serviços de socorros públicos e salvamentos (postos da orla marítima).

O efetivo da Polícia Militar foi fixado pela Lei n.º 2.581, tendo sido aumentado pela Lei n.º 2.901, de 03 de julho de 1974, para 3.787 soldados.

E atual efetivo da Polícia Militar está assim distribuído:

a) OFICIAIS:

Coronel PM 7 (sete)
TC PM 9 (nove)
Maj PM 18 (dezoito)
Cap PM 56 (cinquenta e seis)
1.º Ten PM 49 (quarenta e nove)
2.º Ten PM 95 (noventa e cinco)

Num total de 234 (duzentos e trinta e quatro) oficiais.

b) PRAÇAS ESPECIAIS:

Aluno da EFO 60 (sessenta)

c) PRAÇAS DE PRÉ:

ST PM 46 (quarenta e seis)
1.º Sgt PM 95 (noventa e cinco)
2.º Sgt PM 161 (cento e sessenta e um)

3.º Sgt PM 355 (trezentos e cinquenta e cinco)
Cabos PM 558 (quinhentos e cinquenta e oito)
Soldados PM 2.278 (dois mil, duzentos e setenta e oito)

Num total de 3.493 (três mil, quatrocentos e noventa e três) praças de pré.

EFETIVO FIXADO PARA O CORRENTE ANO:

a) Oficiais 234
b) Asp Of PM 24
c) Praça Especial Al 36
d) Praça de Pré 3.485
TOTAL 3.787

Do efetivo previsto consta a PMS, com o seguinte:

a) OFICIAIS:

Coronel PM 7
TC PM 8
Maj PM 17
Cap PM 48
1.º Ten PM 42
2.º Ten PM 39
Asp. Of PM 24

b) PRAÇAS:

Aluno da EFO 44
ST PM 40
1.º Sgt PM 70
2.º Sgt PM 139
3.º Sgt PM 178
Cabo PM 302
Soldados PM 1.901
TOTAL EXISTENTE 2.859

O aquartelamento da PM está localizado em Marulpe, onde estão todas as instalações do 1.º BPM. O 2.º BPM tem sede em Nova Venécia e o 3.º BPM está sediado em Alegre, no sul do Estado. Também funciona em Marulpe o Quartel do Comando Geral.

Entre as grandes preocupações do Governo para com a Polícia Militar estão as seguintes necessidades: aumento dos efetivos, melhoria salarial, construção de um novo BPM em Carapina, para atender às exigências do desenvolvimento da área, em função dos Grandes Projetos e a construção de um hospital próprio para atendimento dos seus efetivos militares. Empenha-se o Governo no estudo do aumento das dotações da Polícia Militar, pois somente após a solução deste entrave, poderá o Estado partir para a conquista das objetivas metas defendidas pelo Estado Maior da Polícia Militar e que encontram o melhor carinho e atenção do meu Governo.

Na área da Polícia Militar, ainda, é muito grato o Governo poder assinalar a marcante presença do Corpo de Bombeiros, da 1ª Cia. de Trânsito e do Serviço de Policiamento com Cães Pastores, no dia a dia do Estado, especialmente na área da Grande Vitória.

O Corpo de Bombeiros, somente no exercício de 1975, atendeu 571 casos, os mais variados.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

O ano de 1975 marcou o ingresso do DETRAN em novas e amplas instalações, propiciou o aumento do seu

quadro de pessoal e ampliou as perspectivas de prestação de serviço, respeitados os mais modernos padrões.

Aprovada a transferência de cargos, num total de 100 (cem) para a autarquia foi possível a conquista de um maior e mais ordenado desempenho administrativo. E bem verdade que as responsabilidades e atividades subordinadas ao DETRAN cresceram muito, tornando, praticamente, nulo o aumento do número de cargos.

Por falta de um efetivo funcional de maior nível, pela ausência de recursos materiais, muitos dos projetos do órgão sofrem atrasos e reduzem os padrões de atuação administrativa.

O Governo, através da Secretaria, está atento ao problema e deverá, com o advento da atual reorganização administrativa, melhorar substancialmente as perspectivas funcionais e materiais do órgão.

Pode-se, no entanto, de relance, formar uma idéia sobre a atual imagem do DETRAN, cujos problemas mais prementes estão sendo resolvidos. O setor de contabilidade está perfeitamente enquadrado na melhor técnica, dispondo de uma boa equipe e apresentando uma escrita completamente em dia, eliminando-se um dos mais sérios entraves ao bom desempenho do organismo.

O setor de material e compras teve atuação destacada em 1975, já que foi responsável pelo equipamento da nova sede e montagem de todas as salas e unidades operacionais. Moderno auditório, dispondo de tela, projetor e equipamento de som, representa uma conquista para o DETRAN.

Foram adquiridos no exercício 43 novas viaturas, assim distribuídas: 24 para o DETRAN, 7 para o CITRAN, 5 para a POLÍCIA MILITAR, 11 para a POLÍCIA CIVIL e 2 para o GABINETE DA GOVERNADORIA.

O serviço de exames médicos e psicotécnicos, que vinha sendo feito por credenciamento, passou a ser oficialmente conduzido pelo DETRAN, sem intermediários ou credenciados, melhorando, sensivelmente o atendimento e ampliando o faturamento do organismo.

Moderna aparelhagem foi adquirida para equipar o referido setor, já funcionando em imóvel alugado, próprio para as exigências do serviço, com uma equipe de psicólogos, estagiários, pessoal administrativo e profissionais especializados.

O setor de emplaceamento de veículos teve que ser reformulado, tendo em vista o fato do retorno dos funcionários da Secretaria da Fazenda, que estavam à disposição do DETRAN, aos seus cargos de origem.

A normalização do serviço veio através da colaboração das Prefeituras Municipais, que cederam funcionários, bem como com a utilização de pessoal contratado, fatores que tornaram possível a manutenção dos Postos de Emplacemento em todo o Estado.

Manteve o DETRAN, através de suas equipes de orientação e fiscalização, permanente contato com os setores municipais, mantendo, ainda, reuniões periódicas com os titulares de Postos, em Vitória, para atualização e prestação de contas.

FINANÇAS

Do total previsto para o exercício — Cr\$ 13.900.000,00 — foi realizada apenas Cr\$ 11.591.764,05, dentro do qual a despesa de capital representou 38,55%.

O não atingimento da previsão impediu que o DETRAN pudesse instalar duas novas CIRETRANS, ampliar a aquisição de equipamentos e viaturas e adquirir motocicletas para patrulhamento a cargo da Cia. de Trânsito.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA ARRECADADA

EXERCÍCIO DE 1975

JANEIRO	687.972,74
FEVEREIRO	685.073,06
MARÇO	770.602,50
ABRIL	773.105,90
MAIO	719.799,57
JUNHO	1.150.199,51
JULHO	1.427.830,98
AGOSTO	1.270.917,93
SETEMBRO	1.163.508,71
OUTUBRO	1.190.113,71
NOVEMBRO (*)	3.387.003,21
DEZEMBRO	823.474,61

Total da Receita Realizada	14.
Previsão Orçamentária incluindo o Excesso de Arrecadação	13.
Superavit da Receita	

(*) Incluído disponibilidade líquida apurada no Balanço de 1974 no valor de Cr\$ 2.340,32

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO EXECUÇÃO SINTÉTICA — EXERCÍCIO 1975

Código	Previsão Inicial	Alterações Orçamentárias	Saldo Final	Total Empenhado	Saldo da Verba
3.1.1.0.00	1.895.000,00	1.059.500,00	2.954.500,00	2.812.115,24	142.384,76
3.1.2.0.00	1.992.500,00	247.000,00	2.239.500,00	1.685.773,86	553.726,14
3.1.3.0.00	1.182.100,00	793.577,00	1.974.677,00	1.697.907,16	276.769,84
3.1.4.0.00	177.600,00	15.000,00	193.600,00	174.653,23	17.946,77
3.1.5.0.00	110.000,00	335.000,00	445.000,00	412.690,13	32.309,87
3.2.3.0.00	8.200,00	3.000,00	11.200,00	3.680,00	7.520,00
3.2.5.0.00	228.600,00	145.000,00	373.600,00	336.267,35	37.332,65
3.2.7.0.00	75.000,00	—	75.000,00	—	75.000,00
4.1.1.0.00	1.600.000,00	— 446.400,00	1.153.600,00	1.109.539,18	44.060,82
4.1.3.0.00	1.435.000,00	1.368.000,00	2.803.000,00	2.256.725,03	546.274,97
4.1.4.0.00	1.050.000,00	627.323,00	1.677.323,00	1.102.412,87	574.910,13
TOTAL	9.754.000,00	4.146.000,00	13.900.000,00	11.591.764,05	2.308.235,95

QUADRO — 3 Vitória e nos Municípios de: Linhares, Guarapari, São José do Calçado, Castelo e Colatina

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO DE 1975

RECEITA TOTAL	14.022.692,43
DESPESA TOTAL	11.591.764,05
SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO	2.430.928,38
(—) Repasse de Recursos ao Governo do Estado em 1975	400.000,00
Disponibilidade para 1976	2.030.928,38

N.º de Ordem	Especificação	Total
01	Placas de Regulamentação ...	597
02	Placas de Advertência	12
03	Placas Indicativas	95
04	Semáforos	9
		713

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

Sinalização efetuada no exercício de 1975 na Grande

— ANEXO I —

QUADRO DEMONSTRATIVO DA CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA POR ESTE DEPARTAMENTO, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1975.

Nº	DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1		Ofícios Expedidos ...	1.281
2		Comunicação Interna ..	715
3		Instrução de Serviço ..	194
4		Ordem de Serviço . . .	029
5		Edital ...	064
6		Memorandum ...	021
7		Telegramas ...	022
8		Documentos Processados (requerimentos, Ofícios, Radiogramas, Telegramas, memorandos, Comunicações Circulares, etc.) ...	14.115

— ANEXO II —

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS SERVIÇOS DE NATUREZA DIVERSA, EXECUTADOS POR ESTE DEPARTAMENTO DE TRANSITO, NESTA CAPITAL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1975.

Nº	DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1		Total 2ªs Vias ...	24.535
2		Total 1ªs Vias ...	20.528
3		Mudança de Categoria ..	300
4		Exames Psicotécnicos ..	1.499
5		Carteiras Registradas ..	747
6		Matrículas Indistintas ..	206
7		Matrículas Individuais ..	022
8		Cópias de Prontuários ..	1.573
9		Documentos Processados ..	3.858
10		Atestados Médicos ..	45.019
11		Prontuários Abertos ...	23.449
12		Licença de Aprendizagem ..	1.110
13		Carteira para Instrutor de Escola ..	29
14		Vistorias Realizadas (Capital) ..	20.147
15		Vistorias Realizadas (Vila Velha) ..	9.330

— ANEXO III —

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CANDIDATOS EXAMINADOS EM VITÓRIA E MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1975.

Município	Nº de Examinados
Vitória	14.856
Iconha	216
Bom Jesus do Norte	106
Colatina	357
Guaçuí	456
São Gabriel da Palha	277
Mimoso do Sul	201

Linhares	385
Mucurici	118
Castelo	361
Itaguaçu	151
São Mateus	193
Itapemirim	090
Nova Venécia	650
Cachoeiro de Itapemirim	500
Alegre	148
Baixo Guandu	191
Conceição de Castelo	174
Aracruz	214
Montanha	220
Pancas	314
Mantenópolis	95
Barra de S. Francisco	231
TOTAL	20.404

— ANEXO IV —

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO OCORRIDOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1975 — REGISTROS VERIFICADOS APENAS NA ÁREA DA GRANDE VITÓRIA

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	Nº DE PESSOAS	
			FERIDAS	MORTAS
1	Colisão entre veículo c/danos mat.	981		
2	Colisão entre veículos (não fatal) ...	85	201	
3	Colisão entre veículos (fatal)	9		9
4	Atropelamentos Não Fatais	138	153	
5	Atropelamentos Fatais	22		23
6	Colisão c/objeto fixo c/danos mat. ...	19		
7	Colisão c/objeto fixo (não fatal)	35	71	
8	Colisão c/objeto fixo (fatal)			1
9	Outros com danos materiais	24		
10	Outros não fatais	31	49	
11	Outros Fatais	1		1
TOTAL		1.345	497	34

Serviço de Análise e Estatística

— ANEXO V —

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEÍCULOS EMPLACADOS EM TODO O ESTADO, DE ACORDO COM OS CERTIFICADOS DE REGISTROS REMETIDOS PELAS COLETORIAS DO INTERIOR NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DO ANO DE 1975

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
01	AUTOMÓVEIS	37.545
02	JEEP	5.335
03	CAMINHÕES	11.518
04	CAMIONETAS	14.166
05	ÔNIBUS	2.065
06	BASCULANTES	529
07	AMBULÂNCIAS	71
09	CAVALO MECÂNICO	200
09	MOTOCICLETA	520
10	MICRO-ÔNIBUS	05
11	MOTONETAS LAMBRETAS	184
12	FURGÕES	177
13	TANQUES CARRETAS	168
14	AUTO SOCORRO	11
15	FUNERÁRIO	08
16	CAMINHÃO FRIGORÍFICO	42
17	PICH-UP	6.356
TOTAL GERAL		78.900

TRANSPORTE COLETIVO

Transferida do Departamento de Estradas de Rodagem para o DETRAN, por força da Lei n. 2.482, de 24/12/69, a Divisão de Transportes Coletivos, além de suas atribuições burocráticas, tem a responsabilidade de fiscalizar o transporte de passageiros em todo o Estado, fiscalizando o cumprimento de todas as exigências regulamentares e inspecionando veículos das empresas concessionárias do órgão, bem como, proceder à execução de todas as tarefas contidas no Decreto n. 084—N, de 18/09/1970.

Também a falta de pessoal e a deficiência de equipamento de locomoção, impede que este setor possa dar atendimento total às suas imensas responsabilidades em todo o Estado. Espera o Governo poder determinar em 1976 a realização de concurso público para preenchimento de 20 vagas de Fiscal de Transporte Coletivo.

Na Divisão Técnica reside a responsabilidade do controle e planejamento da sinalização pública — vertical e horizontal — na área da Grande Vitória e em alguns municípios de maior importância.

Os serviços de Operações e Fiscalizações, Habilitação, Polícia de Trânsito (Escola) vêm cumprindo, dentro de sua capacidade operacional, as inúmeras responsabilidades: registro de acidentes, realização de exames de motoristas na capital e interior e fiscalização das auto-escolas em todo o Estado.

CAMPANHA EDUCATIVA

O setor de Relações Públicas do DETRAN teve um meritório trabalho em 1975. Suas campanhas educativas, as palestras, a apresentação de filmes, distribuição de cartazes, conferências escolares, Semana do Trânsito e toda uma série de boas iniciativas, deram uma nova dimensão aos problemas de trânsito, melhorando os índices anteriores de atropelamentos e acidentes. Dispõe o setor de uma excelente filmoteca, equipamento de som para ambientes externos e internos, gravadores, projetores e viaturas equipadas para atendimento de campanhas educativas.

CIRETRANS

Duas CIRETRANS já estão implantadas, sendo uma em Cachoeiro de Itapemirim e, outra, em Colatina, que deverão estar em pleno funcionamento ainda este mês.

A Secretaria de Serviços Públicos Especiais engloba duas sociedades de economia mista e três autarquias que, sob a forma de administração indireta, executam a política da área de competência da Secretaria.

Esses órgãos tiveram resultados positivos graças a maior autonomia, mas geraram, também, resultados negativos como fruto de atuações exclusivamente setoriais, divorciadas do universo administrativo. Esse fato é consequência da Lei 2.296, que não definiu as formas de coordenação, controle e supervisão a serem exercidas pelas Secretarias sobre os órgãos vinculados.

Urgia que se adotasse medidas que viessem sanar as dificuldades e compatibilizar a própria estrutura interna da Secretaria com sua área de ação.

Como nossa Administração já começava a se movimentar para contratação de empresa especializada em administração pública para implantação de novo modelo administrativo, este objetivo está sendo plenamente alcançado.

O Governo compareceu tanto ao I Encontro Nacional Sobre a Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, quanto a reuniões promovidas pelo Ministério dos Transportes e ao III Seminário Sobre o Plano Nacional de Viação — Região Sudeste, realizado em São Paulo, numa promoção da Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados e da Secretaria dos Transportes do Governo do Estado de São Paulo.

Na reunião promovida pelo Ministério dos Transportes, no mês de abril, foram divulgadas as metas físicas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). As obras incluídas, que relacionamos, são consideradas uma conquista do Governo do Estado que conseguiu despertar o Governo Federal para a fase de progresso do Espírito Santo.

- 1 — BR 101/262 — Acesso ao Porto de Vitória
- 2 — BR 259 — Governador Valadares — Aimorés — Colatina
- 3 — BR 482 — Carangola — Guaçu
- 4 — BR 484 — Afonso Cláudio — BR 262

Ao I Encontro Nacional Sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, promovido pela Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior, o Governo teve a companhia do cientista Augusto Ruschi, estudioso de ecologia e autor de vários livros sobre qualidade ambiental. O Dr. Augusto Ruschi foi convidado por mim para representar o Espírito Santo do Encontro.

Para formulação de um programa de eletrificação rural que, além de recursos estaduais, possa merecer auxílio financeiro de diversos setores da área federal, o Governo esteve várias vezes em Brasília onde atuou junto ao Grupo Executivo de Eletrificação Rural e ao Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica.

Ainda para a área de eletrificação rural, fomos representados pelo Secretário, que visitou a Secretaria dos Serviços e Obras Públicas do Estado de São Paulo e sua entidade vinculada, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, que trata de eletrificação e telefonia rurais naquele Estado.

Vários foram os contatos com o Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO — para agilizar as análises dos relatórios apresentados pela Consultoria incumbida de realizar os estudos para o novo Aeroporto de Vitória.

Na busca de solução para o problema aeroportuário do Estado, face as metas de desenvolvimento urbano e industrial do nosso Governo, foi realizado, em 20 (vinte) de março, tomada de preços para contratação de empresa consultora com objetivo de realizar o estudo de localização para o nosso aeroporto.

O contrato firmado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Serviços Públicos Especiais, e a firma vencedora é no valor de Cr\$ 158.224,80 (cento e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros e oitenta centavos).

Os estudos que definem o local do novo Aeroporto de Vitória estão, atualmente, em fase final. As análises econômicas, devidamente seguidas por estudos detalhados dos problemas relativos ao transporte e ao tráfego aéreo, orientaram a análise da Região para identificação dos locais possíveis.

Visando a organização espacial da Grande Vitória, face à implantação no Espírito Santo dos chamados Grandes Projetos de Impacto, com destaque para os setores siderúrgico, portuário e naval, que modificarão a distribuição populacional da Micro-Região de Vitória, o Governo do Estado criou, através do Decreto nº 691-N, de 29 de agosto de 1975, a Comissão Estadual para Construção da Terceira Ponte — CETERPO —, dentro da Secretaria de Serviços Públicos Especiais. Foram designados para compor a comissão os engenheiros Cesar José Ignácio de Mello Barros e José Fiel de Oliveira Fontes e o economista Arlindo Villaschi Filho. Esta comissão, sob a presidência do titular da Secretaria de Serviços Públicos Especiais, elaborou o Edital de Licitação nº 02/75 para seleção de empresas de consultoria para elaboração de estudos de localização e de viabilidade e projeto básico de uma via de ligação Ilha de Vitória-Continente Sul, que foi por nós aprovado.

Meta prioritária da nossa Administração, o edital foi publicado pela primeira vez em 15/10, ocorrendo à Secretaria para obtenção do mesmo empresas de consultoria e construção dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e do próprio Espírito Santo, num total de trinta e oito. Da Comissão de Licitação, para recebimento e julgamento das propostas, participam, além dos membros da CETERPO, o engenheiro Carlos Humberto Adnet Zardini e o advogado Cezar Cariello.

Após análise das propostas técnicas a comissão houve por bem atribuir maior nota à proposta apresentada pelo Escritório Técnico J.C. de Figueiredo Ferraz. Ao final do exercício pôde o Governo anunciar o nome da consultoria e assinar, solenemente, o contrato respectivo.

Em 1975 a Secretaria de Serviços Públicos Especiais assinou um convênio comprometendo a 1ª cota do IUEE, referente ao exercício. Os convênios assinados anteriormente necessitaram de total reformulação face à defasagem verificada entre o planejamento e a efetiva execução. Foi necessário o comprometimento de mais Cr\$ 11.482.639,44 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e quatro centavos), recursos do ano de 1975, para que se efetuasse a realização das obras conveniadas, dentro das prioridades traçadas pelo nosso Governo.

Concluimos no corrente exercício:

ALFREDO CHAVES

LDR Alfredo Chaves — Sagrada Família
RD Sagrada Família

ARACRUZ

LDR Fazenda Montovani — Fazenda Damiro Lopes
— (Barro Vermelho)

BAIXO GUANDU

RD Ibituba

BARRA DE SÃO FRANCISCO

RD Monte Sinai
RD Poranga

LDR Agua Doce — Vila Nelita — Santo Agostinho	
RD Vila Nelita	
RD Santo Agostinho	
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	
LDR Fruteiras — São Vicente	
RD São Vicente	
CASTELO	
LDR Aracuí — Estrela do Norte	
RD Estrela do Norte	
CONCEIÇÃO DA BARRA	
RD Sayonara	
RD Braço do Rio	
DOMINGOS MARTINS	
LDR Fazenda Estado — São Paulo	
LDR Fazenda Estado — Alto Caxixe	
LDR Km 96 — BR-262 — Peçanha	
LDR Santa Isabel — Biriricas	
RD Biriricas	
ECOPORANGA	
RD Santa Terezinha	
GUARAPARI	
LDR Fazenda Miranda — ex-Fazenda José Arpini	
LDR Amarelos — Rio Claro	
RD Rio Claro	
IBIRAÇU	
LDR Barra do Triunfo — Fazenda Fornassari	
ITAPEMIRIM	
RD Saco dos Cações	
RD Boa Vista	
RD Lagoa Dantas	
JERONIMO MONTEIRO	
RD Vila Cruzeiro	
MIMOSO DO SUL	
LDR Trevo de Mimoso do Sul — Santa Cruz de Itabapoana	
RD Santa Cruz do Itabapoana	
LDR Fazenda Oramar Lamis — Santo Antonio de Muqui	
RD Santo Antonio de Muqui	
PRESIDENTE KENNEDY	
LDR Boa Vista — Morobá	
RD Morobá	
RIO NOVO DO SUL	
RD Quarteirão	
SANTA LEOPOLDINA	
LDR Igreja — Caramuru	
RD Caramuru	
SÃO MATEUS	
RD Agua Limpa	
LDR Jaguaré — Jundiá	
RD Paulista	
RD Cemal	
VIANA	
LDR Viana — Pedra Mulata	
RD Pedra Mulata	
Serão inauguradas em 1976, ainda como integrantes dos convênios re-ratificados em 1975:	
LINHA	MÊS DE CONCLUSÃO
ATILIO VIVACQUA	
LDR Safra — Fazenda Bragança	abril
LDR BR-101 — Fazenda Independência	abril
BAIXO GUANDU	
LDR Mascarenhas — Km 14 do Mutum	abril
RD Km 14 do Mutum	abril
LDR Baixo Guandu — Barra do Bananal — Ibituba	abril
BARRA DE SÃO FRANCISCO	
LDR Barra de São Francisco — Monte Senir	maio
RD Monte Senir	maio
LDR Km 04 da LDR Barra de São Francisco	
Monte Senir — Santo Antonio — Itaperuna	maio
RD Santo Antonio	maio
RD Itaperuna	maio
ECOPORANGA	
LDR Ponto Belo — Santa Luzia do Norte — Cotaxé — Imburana	julho
RD Cotaxé	junho
RD Imburana	junho
RD Prata dos Baianos	abr
GUARAPARI	
LDR Trevo Guarapari — Buenos Aires — Rio Calçado — Baía Nova	maio
RD Buenos Aires	maio
RD Rio Calçado	maio
RD Baía Nova	maio
ICONHA	
RD Jaracatiá	março
LINHARES	
RD Córrego D'água — Alegre	maio
NOVA VENÉCIA	
LDR Monte Senir — Boa Vista — Cedro	maio
RD Boa Vista	maio
RD Guararema	maio
RD Cedrolândia	maio
RIO NOVO DO SUL	
RD Couro dos Monos	março
SÃO MATEUS	
LDR Agua Limpa — Barra Seca	fevereiro
RD Barra Seca	fevereiro
VIANA	
RD Areinha	abril
Com obras em andamento temos:	
LDR Ecoporanga — Prata dos Baianos	
LDR São João — São João do Jaboti	
RD São João do Jaboti	
LDR São João do Jaboti — Nova Jerusalém	
RD Nova Jerusalém	
LDR Nova Jerusalém — Imburi	
RD Imburi	
LDR Imburi — Boa Vista do Sul	
RD Boa Vista do Sul	
LDR Patrimônio do Vinte — Santo Antonio do Quinze	
RD Santo Antonio do Quinze	
Viu-se, ainda, o Governo obrigado a rescindir, como decorrência do exposto inicialmente, o convênio celebrado entre o Estado e a ESCELSA, em 11.3.75, que seria acobertado com os recursos provenientes da 1a. parcela do IUEE de 1975, já comprometida como visto antes.	
Assinado em 1974, com a CEPLAC, o convênio para eletrificação da zona cacauzeira previa a aplicação de 2 milhões, participando o Estado com metade desse valor. Os recursos suplementares da CEPLAC são fornecidos "a fundo perdido", ou seja, em torno de ações da ESCELSA, quando o investimento se tornar rentável.	
Ocorre que, mais uma vez, dada a elevação de custos, o referido total ficou aquém do orçamento atualizado, conforme expediente da ESCELSA. O quadro adiante compara as duas situações:	

QUADRO I

ORÇAMENTO ATUALIZADO DAS OBRAS

CONVÊNIO ESCELSA/CEPLAC/ESTADO

OBRAS	Sit. em 17/12/74	Sit. em 28/11/75.
1 — LDR Faz. Vitor Arnal — Faz. Bela Vista	400.000,00	820.000,00
2 — LDR Faz. Império — Faz. Ceará	90.000,00	170.000,00
3 — LDR Faz. Linhares — Faz. Maria Bonita	480.000,00	840.000,00
4 — LDR Faz. Bom Retiro — Faz. Ponta Nova — Regência	480.000,00	810.000,00
5 — RD Regência	70.000,00	104.000,00
6 — LDR Faz. São Luiz — Faz. Santa Fé	90.000,00	190.000,00
7 — LDR Faz. João Ferreira — Faz. Nossa Senhora das Graças	130.000,00	247.000,00
8 — LDR Faz. Jaivá — Faz. Santa Rita	260.000,00	440.000,00
TOTAL	2.000.000,00	3.621.000,00

Conforme trabalho elaborado pela Secretaria da Agricultura, a participação do setor primário na formação da renda interna estadual, para corresponder às expectativas de desenvolvimento econômico e social do Estado, requer, no período 1975/79, um crescimento em torno de 6,3% a.a. Com base nesse percentual, a ACARES estimou, somente para o fator terra, no período, um crescimento de produtividade em torno de 37%, ou a expansão da fronteira agrícola em 119%, em média.

Considerada a tendência histórica estadual, que indica o crescimento da fronteira agrícola, nos últimos 12 anos, a taxa de 7,5% a.a., parece pouco provável, face à carência de recursos, a expansão em torno de 17% a.a., necessária ao alcance dos 119% desejáveis para o período. Ressalta, assim, a realidade da política de estímulo ao aumento da produtividade, como forma de permitir ao setor rural a resposta adequada ao desenvolvimento global do Estado do Espírito Santo.

A elevação da produtividade no setor agropecuário encontra na Eletrificação Rural um insumo de influência decisiva, através da possibilidade da introdução de técnicas modernas, ao mesmo tempo em que concorre para a fixação das populações rurais e eleva-lhes as condições sócio-econômicas.

O Estado do Espírito Santo apresenta no setor da Eletrificação Rural números não muito diferentes dos alcançados nas demais unidades da Federação. Recente pesquisa feita pela Secretaria revela de forma contritadora, que não chega a 3% o número de estabelecimentos rurais ligados ao sistema elétrico.

O exame do comportamento desenvolvido pelo Governo Estadual na eletrificação do campo, ao longo dos anos, sugeriu a reformulação da política adotada, de forma a garantir ao Estado o efetivo comando da realização dos investimentos e a assegurar sua aplicação racional. Historicamente, não se tem efetivado o planejamento das linhas de distribuição rural, que têm sido construídas quase sempre como o produto de pressões políticas ou de interesses econômicos isolados.

As primeiras medidas visando ao estabelecimento de uma adequação planificação foram tomadas com a constituição do Grupo Executivo de Eletrificação Rural — GEER, criado pelo Decreto nº 764-N, de 01/10/75, a quem caberá, a partir de 1976, desenvolver todo o programa de atendimento, realizar estudos e pesquisas, elaborar planos, orientar e fiscalizar convênios e contratos firmados pelo Estado; obter recursos destinados à eletrificação.

Visando ainda melhorar o atendimento, levamos até Brasília o pedido de inclusão da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. como beneficiária dos recursos do IUEE, até então destinados apenas à área de concessão da ESCELSA. Não se justificava a exclusão de Municípios de elevada expressão econômica, como Colatina, Pancas, Santa Teresa e São Gabriel da Palha, abrangidos pela empresa colatinense, do atendimento gerado por aqueles recursos tributários.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VITÓRIA

Em decorrência do próprio programa nacional dos "corredores de exportação", que elegeu a nossa faixa portuária como terminal de um deles, reconhecendo a sua excepcional posição geográfica, o movimento do complexo portuário, no corrente exercício, veio atestar o acerto da medida e a eficiência da Administração.

A Administração do Porto de Vitória conseguiu, em relação aos exercícios anteriores, que o ano de 1975 fosse dos mais auspiciosos, mantendo-se o Porto de Vitória em posição de real destaque no cenário nacional.

Em 1975, a APV recebeu do DNPVN Cr\$ 59.450.000,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) para execução das obras do Silo e Atalaia, sendo tal valor acrescido da parcela de Cr\$ 13.040.000,00 (treze milhões e quarenta mil cruzeiros) da Taxa de Melhoramentos dos Portos aqui arrecadada.

Conforme cronograma previamente estabelecido, os recursos acima citados tiveram a seguinte destinação:

	Cr\$
1) Silos do Cereais	48.806.334,95
2) Reforço do Atalaia e Fundação dos Transportadores	1.839.926,33
3) Dragagem	3.052.345,11
4) Derrocagem das Pedras submersas no Cais Comercial	9.062.842,27
5) Novo sistema elétrico do Cais Comercial	2.600.905,60
6) Aquisição de equipamentos Diversos	396.724,47
7) Despesas Bancárias com as transferências de recursos	193.194,25
	65.952.272,90

O complexo portuário do Espírito Santo (Porto de Vitória e Terminal de Tubarão), em 1975, apurou a movimentação global de Cr\$ 57.720.000 toneladas de carga, no valor de Cr\$ 10.523.232.000,00 (dez bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, duzentos e trinta e dois mil cruzeiros) registrando um aumento em relação a 1974 de 3% e 73% respectivamente, correspondendo a um atendimento de 1.811 navios de diversos calados e nacionalidades.

As cargas movimentadas propiciaram uma receita tarifária de Cr\$ 45.770.300,48 (quarenta e cinco milhões setecentos e setenta mil, trezentos cruzeiros e quarenta e oito centavos) contra uma despesa de custeio de Cr\$ 43.466.576,02 (quarenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil quinhentos e setenta e seis cruzeiros e dois centavos), correspondendo a um acréscimo de 36% e 39%, em relação a 1974.

Outras receitas foram arrecadadas pela APV, a saber:

* a — Taxa de Melhoramentos dos Portos	Cr\$ 60.604.141,17
* b — Fundo de Dragagem	Cr\$ 1.891.996,30
c — Fundo de Depreciação	Cr\$ 351.721,45

TOTAL Cr\$ 62.847.858,92

* recursos transferidos ao DNPVN

A serem concluídas em 1976, na área portuária, estão as seguintes obras:

a — Acesso ferroviário ligando o Cais de Capuaba ao sistema ferroviário capixaba, bem como o acesso rodoviário ligando o mesmo cais à Rodovia Carlos Lindenberg;

b — 180 metros de Cais em Capuaba, para atender à exportação de celulose da CENIBRA;

c — Armazém em Capuaba para estocagem de celulose.

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

Em 1975, procurou o Governo reformular os estatutos da COMLUSA empresa de economia mista encarregada do setor de urbanização, adaptando-a às diretrizes estabelecidas na nova Lei Orgânica do Estado, implicando tal fato na reformulação de vários dispositivos, principalmente na composição do Conselho Consultivo, a fim de dar ao titular da Secretaria de Serviços Públicos Especiais uma visualização maior das ocorrências aí havidas.

Quanto às obras desenvolvidas, procuraremos enumerá-las por localidades:

a — PRAIA DO SUÁ

Quando a atual Diretoria assumiu o seu mandato, as obras da Enseada da Praia do Suá, com exceção do acesso à Ilha do Boi estava no início de sua implantação.

Nesta época estava apenas completado o aterro hidráulico, cumprindo-se fazer a urbanização de uma área de 1.100.000 m².

Gracas ao dinamismo da atual Diretoria, o resultado dos trabalhos foi auspicioso pois foi rápida a pavimentação asfáltica, iluminação e tratamento paisagístico das novas avenidas, que passaram a integrar o sistema viário da orla marítima.

Para 1976, prevê-se a completa urbanização desta área, incluindo áreas de lazer, estacionamento, campos para a prática de esportes e outros equipamentos próprios.

b — ILHA DO BOI

Prossseguiu, também, a urbanização desta ilha efetuando-se o aterro compactado, calçadas e assentamento de manilhas.

A movimentação de receita e despesa em 1975 foi a seguinte:

OPERACIONAL

Recebimento de Prestamistas	14.745.240,73	14.745.240,73
---------------------------------------	---------------	---------------

EXTRA-OPERACIONAL

Juros atraso títulos	10.487,56	
Renda de aplicação	418.520,29	
Outros juros	325,05	
Despesas reembolsadas	155.657,74	
Venda equipamentos usados	113.695,01	
Taxas transferência de lotes	37.337,65	736.023,10

OUTROS RECURSOS

Fundo especial de urbanização	2.515.000,00	2.515.000,00
		17.996.263,83

DESPESAS — 1975

PROJETOS

Obra Praia do Suá	37.159.900,08
Obra Ilha do Boi	3.230.285,33
Obra Ilha do Príncipe	391.521,47
Obra Projeto Guarapari	817.644,00
Obra Proj. Industrialização lixo	11.235,96

Obra Proj. Ilha da Fumaça	73.414,00	
Plano Des. Int. Micro-Região Vitória	299.316,30	41.983.317,14

ADMINISTRATIVAS

Material	175.460,67	
Pessoal	1.892.639,26	
Encargos Pessoal	987.472,71	
Serviços Terceiros	1.049.855,67	
Encargos Diversos	391.690,96	
Imposto e taxas	142.835,98	
Despesas Financeiras	174.354,11	4.814.309,36
		46.797.626,50

Os financiamentos recebidos em 1975, foram os que se seguem:

Credor	Data Contrato	Valor	Taxas	Vencimento
Banco do Brasil	21.02.75	12.694.209,00	10% + C.M.	01.04.86
Banorte	02.10.75	12.000.000,00	36% A.A.	26.09.76
Comid *	24.11.75	6.500.000,00	36% A.A.	18.11.76
Bandes/finep	05.08.75	718.000,00	18% A.A.	10.07.79

* Trata-se de renovação de financiamento no valor de Cr\$ 5.000.000,00 assinado em 18.11.74, com vencimento para 13.11.75.

Para finalizar, destaquemos a aquisição, pela COMDUSA, do controle acionário da EMESA — Empreendimentos Minas-E. Santo S.A., cujo núcleo de atuação é a Praia do Sol, para onde pretendemos estender a ação daquela empresa, deslançando o projeto "Cidade do Sol", localizado numa área de 8 km de orla marítima, entre Barra do Jucu e Guarapari.

Assim é que, para dinamizar a execução do projeto já foi providenciada a atualização dos estudos de viabilidade, feitos em 1970 pelo Escritório Harry J. Cole.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

O dinâmico trabalho desenvolvido pela atual Diretoria da CESAN possibilitou o prosseguimento de várias obras e o início de outras. A atualização de valores contratuais exigiu da equipe justificativas bem elaboradas que, ao crivo dos órgãos técnicos do PLANASA, puderam ser aprovadas pois houve necessidade de re-atifi-

car e renovar contratos de financiamento. Os sérios obstáculos encontrados pela CESAN em 1975 foram, assim, minorados pela dedicação da equipe e pelo apoio irrestrito do BNH.

A empresa foi obrigada a paralisar temporariamente importantes obras, reduzindo o nível de investimentos previstos fazendo uma reprogramação do trabalho a ser executado.

Para se ter uma idéia da situação atual da CESAN, basta citar que até 31.12.75 ela já havia contratado empréstimos no valor de Cr\$ 271.908.395,00 (duzentos e setenta e um milhões, novecentos e oito mil e trezentos e noventa e cinco cruzeiros), embora só na Grande Vitória, para conclusão da primeira etapa do seu sistema de abastecimento d'água haja necessidade de aplicar cerca de Cr\$ 250 milhões a preços de hoje, não considerando o sistema que atenderá à região industrial do Planalto de Carapina.

Os investimentos previstos e realizados naquele ano, com recursos do PLANASA, estão assim distribuídos:

Natureza dos Serviços	Valores Previstos P/1975-UPC/Cr\$	Realizado em 1975-UPC/Cr\$
1. Atualização do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da CESAN (Contrato assinado com a firma COLASA para execução deste serviço, ...)	1.873	—
	200.000	—
2. Projeto do Sistema de Abastecimento de Água da Grande Vitória	37.046	19.617
	2.955.000	2.246.886
3. Projeto do Sistema de Abastecimento de Água do Planalto de Carapina	32.784	20.508
	3.500.000	2.189.442

4. Obras dos Sistemas de Abastecimento de água de Afonso Cláudio, Anchieta-Iriri-Piúma, Conceição do Castelo, Santa Tereza, São Gabriel da Palha, Atílio Vivacqua, Barra de São Francisco, Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Venda Nova, Ecoporanga, Nova Venécia, Pombas, Rio Novo do Sul e Ibatiba	110.950	113.841
	11.845.000	13.191.948
5. Obras dos Sistemas de Abastecimento de água dos Conjuntos Residenciais de Jardim Limoeiro-Serra, COHAB de Santana-Cariacica e do Ancil Sub-Adutor de água da Região de Camburi	65.428	42.492
	5.875.438	4.741.803
6. Obras do Sistema de Produção de água da Grande Vitória	416.823	267.692
	44.500.000	31.122.724
7. Obras do Sistema de Reservação e Distribuição de água da Grande Vitória	299.738	82.074
	32.000.000	10.316.680
8. Obras do Sistema de Abastecimento de água do Planalto de Carapina - 1a. Etapa	114.743	—
	12.250.000	—
9. Obras dos Sistemas de Abastecimento de água de Montanha, Vila Verde, Mucurici e Domingos Martins-Marechal Floriano e Serra	47.471	—
	5.068.000	—
10. Projeto do Sistema de Esgoto do Planalto de Carapina	42.151	—
	4.500.000	—
11. Projeto do Sistema de Esgoto da Grande Vitória	14.050	—
	1.500.000	—
12. Obras do Sistema de Emergência do Planalto de Carapina e do Sistema de Distribuição de Camburi	—	1.356
		144.714

Os principais estudos e projetos desenvolvidos foram:

1. Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Domingos Martins-Marechal Floriano.
2. Sistema de Abastecimento de Água de Montanha.
3. Sistemas de Abastecimento de Água dos Núcleos Residenciais de Santos Dumont e Jardim Itapoã, em Vila Velha, Barro Canaã e Vale Encantado, em Cariacica e Mata da Praia Camburi, em Vitória.
4. Projeto de 5.632 m de redes de distribuição para o Plano de Obra da Grande Vitória.
5. Levantamentos topográficos e estudos preliminares para a elaboração do Projeto do Sistema de Abastecimento de Água de Guarapari.

Além do Sistema da Grande Vitória, compreendendo as ETAs de Cobi e Vale Esperança, foram concluídos em 1975 as seguintes obras: Sistema de Abastecimento de Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Santa Teresa, Atílio Vivacqua, Dolores do Rio Preto, Divino São Lourenço, Venda Nova, Jardim Limoeiro, Ibatiba, além das sub-adutoras de Camburi e COHAB-Santana.

Outros importantes dados seguem:

— Expansão da distribuição de água: 39.183 metros de rede em todo o Estado.

Água produzida nos 23 sistemas = 40.000.942 m³

— Número de ligações na Grande Vitória e interior = 67.018.

Aspecto financeiro:

Valor faturado = Cr\$ 33.586.411,00

Valor arrecadado = Cr\$ 28.515.173,00

Tais valores englobam água, esgoto, fundo de água e esgoto e previdência.

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS

O setor de obras públicas, a cargo do DEO, em 1975, conseguiu desenvolver um bom programa de trabalho mantendo sob seu controle 57 obras, sendo quase todas por meio de empreitada, através de contratos com firmas particulares ou por convênios com as Prefeituras. Destas, 37 já foram concluídas, estado 16 em andamento e 4 paralisadas.

O movimento financeiro registrou recebimentos da ordem de Cr\$ 15.837.648,30 (quinze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta centavos) e pagamentos de Cr\$ 15.598.875,34 (quinze milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e cinco cruzeiros e trinta e quatro centavos).

E esta a relação do estágio atual das obras subordinadas ao DEO.

O B R A	Localidade	Município	Valor Cr\$
A) EM ANDAMENTO:			
1) Centro de Investigação Sanitária da Saúde Pública ..	Bento Ferreira	Vitória	1.070.007,71
2) Forum de Ecoporanga	Sede	Ecoporanga	202.861,24
3) Forum de Domingos Martins	Sede	D. Martins	252.652,57
4) Instituto Médico Legal	Bomba	Vitória	1.006.553,32
5) Agência do Banestes da Glória	Glória	Vila Velha	737.362,51
6) Manicômio Judiciário (Amp. e Ref.)	P. Santana	Cariacica	450.198,00
7) Agência Banestes de São José do Calçado	Sede	S. J. Calçado	452.608,37
8) S. da Secretaria de Educação	P. do Suá	Vitória	962.000,00
9) A. Banestes de B. Guandu	Sede	B. Guandu	269.577,59
10) Ampliação do Prédio DETRAN	Bomba	Vitória	473.695,44
11) Forum de Guaçuí	Sede	Guaçuí	532.590,21
12) R. da Unid. Saúd. de São João do Sobrado	S. J. Sobrado	Pinheiro	70.255,92
13) R. da antiga sede do DETRAN	Bento Ferreira	Vitória	223.102,11
14) R. da Casa de Detenção	Glória	Vila Velha	460.019,90
15) Elevador do Forum de Cachoeiro de Itapemirim	Sede	C. Itapemirim	200.755,78
16) Centro de S. de S. Antonio	Santo Antonio	Vitória	—
* 17) A. das Inst. da R. Esp. Santo	Bomba	Vitória	288.122,09
* 18) Unidade Sanitária de Irupí	Irupí	Iúna	53.692,76
* 19) Forum de Colatina	Sede	Colatina	349.719,18
* 20) Forum de Alegre	Sede	Alegre	292.882,32
* Estas obras se encontram paralisadas.			
B) CONCLUÍDAS:			
1) Agência do Banestes de Montanha	Sede	Montanha	201.779,63
2) Agência Banestes de São Gabriel da Palha	Sede	São G. Palha	249.880,76
3) Cabana na Residência Oficial de Santa Teresa	Sede	Santa Teresa	64.270,76
4) Posto do Banestes do Prédio do DETRAN-ES	Bomba	Vitória	105.873,38
5) Centro de Ajustamento Social de Carapina	Carapina	Serra	174.973,70
6) Ampliação da Guarita na Residência Oficial de Santa Teresa	Sede	Santa Teresa	51.984,85
7) Conjunto de Sanitários no laboratório da S. de Saúde ..	Bento Ferreira	Vitória	61.627,99
8) Muro no Ed. Jones dos Santos Neves (IPAJM)	Horto	Vitória	72.867,62
9) Reforma da Unidade Sanitária de Guarapari	Sede	Guarapari	58.248,82
10) Reforma da Unidade Sanitária de C. do Castelo	Sede	C. Castelo	37.588,71
11) Agência do Banestes de Santa Teresa	Sede	Santa Teresa	167.037,06
12) Agência do Banestes de Barra de S. Francisco	Sede	B. S. Francisco	224.907,11
13) Reforma e Adaptação de ala do Palácio Anchieta para a Secretaria de Planejamento	Centro	Vitória	281.412,29
14) Unidade Sanitária de Anitiba	Anitiba	Alegre	53.962,76
15) Casa de Força da Assembléia Legislativa	Centro	Vitória	80.000,00
16) Elevador do Palácio Anchieta	Centro	Vitória	118.800,00
17) Reforma da Residência Oficial da P. da Costa	Praia da Costa	Vila Velha	318.928,53
18) Forum de Barra de São Francisco	Sede	B. S. Francisco	197.592,07
19) Elevador na Secretaria de Segurança	Bomba	Vitória	134.992,00
20) Instalação para ar condicionado na sede do DETRAN-ES	Bomba	Vitória	26.395,95
21) Elevador para sede do DETRAN	Bomba	Vitória	—
22) Reforma na Instalação Elétrica nos Blocos A e B da Secretaria de Saúde	Bento Ferreira	Vitória	15.500,00
23) Casa de Força da sede da Secretaria de Segurança Pública	Bomba	Vitória	199.000,00
24) Reforma da Residência do Banestes de Muqui	Sede	Muqui	84.349,23
25) Ampliação do Muro da Garage EMCAPA	Bento Ferreira	Vitória	6.377,25
26) Reforma do telhado da Assembléia Legislativa	Centro	Vitória	8.550,00
27) Casa de Força do Edifício das Fundações	Centro	Vitória	170.000,00
28) Reforma da Delegacia de Jucutuquara	Jucutuquara	Vitória	14.869,95
29) Ampliação da Agência do Banestes de M. do Sul	Sede	M. do Sul	61.707,54
30) Construção de Sanitários na Assembléia Legislativa	Centro	Vitória	23.005,61
31) Reforma da Unidade Sanitária de Alegre	Sede	Alegre	107.585,15
32) Construção de muro para contenção no C.E. da Saúde Pública	Bento Ferreira	Vitória	10.126,39
33) Reforma da Agência do Banestes de Castelo	Sede	Castelo	121.488,83
34) Colocação de Divisórias no Edifício das Fundações	Centro	Vitória	241.974,93
35) Construção de Piscina Olímpica e casa de Bomba do Centro de Ed. Física (DED-ES)	Bento Ferreira	Vitória	999.761,15
36) Construção de casa de máquinas para ar condicionado central na Rádio Esp. Santo	Bomba	Vitória	17.554,83
37) Reforma da Unidade Sanitária de Sta. Leopoldina	Sede	S. Leopoldina	25.705,15

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Em 1975, buscou o Governo juntamente com o DER, elaborar o Plano Viário Estadual, garantida inclusão no II PND dos trechos Carangola-Guaçu, Governador Valadares-Aimorés-Colatina e Afonso Cláudio-BR 262, além do acesso ao Porto de Vitória, com 6 km de extensão, totalmente pavimentados.

Cabe destacar a inauguração da Rodovia Venda Nova-Castelo, ES-166, com 38 km de extensão, entregue em novembro último, beneficiando vasta região cultivadora de café, milho e banana, no valor de Cr\$ 43 milhões.

Também digno de nota são os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo DER na Rodovia do Sol, para cuja conclusão serão necessários recursos da ordem de Cr\$ 200 milhões. Esta rodovia é considerada linha mestra do Plano de Desenvolvimento Turístico da Faixa Radioativa, cobrindo oito municípios, com alguns trechos já inteiramente asfaltados, como o de Jacaraípe a Vitória, Vitória a Vila Velha, Praia de Setiba a Guarapari e, em conclusão Vila Velha a Ponta da Fruta.

O trecho Vila Velha-Barra do Jucu está com a terraplenagem concluída, o mesmo ocorrendo com o trecho Ponta da Fruta-Setiba, o qual já teve aberta concorrência para pavimentação, completando, com isso, a ligação Vitória-Guarapari, pelo litoral, em pista asfaltada.

De Guarapari a Meaípe restam ainda fazer obras de terraplenagem em 3 km; de Meaípe a Anchieta há serviços de terraplenagem, estando concluído o trecho até Ubu.

Os trechos restantes até Marataízes farão parte do projeto integrado que será submetido à EMBRATUR, para financiamento destinado à criação de vários polos turísticos no País.

Outras obras de destaque vêm sendo executadas pelo DER visando o desenvolvimento do litoral capixaba, destacando-se a nova ligação Guarapari-BR-101, com 6 km de comprimento, encontrando-se em fase de terraplenagem e pavimentação e a ligação Jacaraípe-Nova Almeida, com 11 km de extensão.

Por inaugurar acha-se a rodovia Muqui-Cachoeiro, já estando inaugurada a São Gabriel da Palha-Nova Venécia.

Digno de nota, foi o aditivo ao Convênio assinado entre o Estado, através da Secretaria, e a CEPLAC, para aplicação de recursos na construção de estradas vicinais visando o escoamento da produção cacaueira, em Linhares.

Por este aditivo, o Estado participa com a parcela de Cr\$ 1 milhão e a CEPLAC com idêntico valor.

Em termos de realização física, foram pavimentados cerca de 88 km e implantados em torno de 76 km.

Adiante mostramos a realização física de estudos e projetos por trecho rodoviário e natureza do serviço.

Com a criação da Superintendência de Assistência Rodoviária aos Municípios (SARM), dentro da estrutura do DER, foi iniciado um serviço de atendimento, através de convênios com as Prefeituras, visando construir e manter em bom estado as rodovias de domínio municipal e, especialmente, aquelas que se ligam às rodovias da União.

Assim, foram realizadas obras em trinta e sete municípios, totalizando Cr\$ 19.545.319,49 (dezenove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e dezenove cruzeiros e quarenta e nove centavos).

Quanto aos serviços de conservação, procuramos acompanhar o crescimento da rede rodoviária com um serviço de restauração das estradas já em uso, através da limpeza de leitos, drenos; execução de acostamentos, aterros; construção de bueiros; reparos de pontes, abrangendo os três Distritos Rodoviários.

A conservação de pontes empregou cerca de 526 m3 de madeira, enquanto o patrolamento das rodovias cobriu 9.763 km entre federais, estaduais e municipais.

Para a conservação de estradas, foram ampliadas para treze o número de residências, com a criação de 2 (duas) unidades. Cada uma delas é responsável pelos trabalhos em um determinado grupamento, daí sua importância.

Os recursos financeiros para atendimento ao setor foram orçados em Cr\$ 215.926.835,49 (duzentos e quinze milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e cinco cruzeiros e quarenta e nove centavos) distribuídos conforme destacamos nos quadros adiante, apontando, também, o quadro à parte, a distribuição da despesa.

ANEXO N.º 1

CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES

DOTAÇÃO

Cr\$

Cota parte F.P.E.	7.740.000,00
Cota parte imposto Único s/comb. Iub.	9.660.000,00
Cota parte taxa Rodov. Única	2.700.000,00
Fiscalização Obras Delegadas	400.000,00
Contribuição do Estado	47.386.623,00
Transp. Veículo em balsa	30.000,00

67.916.623,00

RECEITAS DE CAPITAL

Cota parte F. Part. do Estado	13.191.538,00
Cota parte imp. U. s/Comb. Lub.	29.333.487,86

RECEITAS CORRENTES**DOTAÇÃO**

Cr5

Cota parte imp. U. s/Minerais	5.175.000,00	
Cota parte Fundc Especial	26.914.000,00	
Cota parte Taxa Rodov. Única	6.300.000,00	
Obras Delegadas c/DNER	9.600.000,00	
Aux. ou contrib. do Estado	41.675.400,00	
Convênio DERES-CEPLAC	1.000.000,00	
Convênio DERES-Minist. Aeronáutica	78.788,60	
Operações Crédito		
Convênio DERES-DNER-BIRD	14.741.988,03	148.010.212,49
		<u>215.926.835,49</u>

ANEXO N.º 2**CATEGORIA ECONÔMICA****DESPESAS CORRENTES****DOTAÇÃO****Despesas de Custeio**

Pessoal	26.181.808,00	
Material de Consumo	7.087.300,00	
Serviços de Terceiros	3.063.000,00	
Encargos Diversos	743.000,00	
Despesas Exercícios Anteriores	1.100.000,00	38.174.808,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Inativos	16.233,00	
Salário Família	10.000,00	
Juros Dívida Pública	21.179.803,00	
Contribuição Previdência Social	8.535.779,00	29.741.815,00
		<u>67.916.623,00</u>

DESPESAS DE CAPITAL

Obras Públicas	122.172.498,49	
Equipamentos Instalações	7.945.000,00	
Material Permanente	330.000,00	130.447.898,49
Inversões Financeiras		
Aquisição de Imóveis		200.000,00
Transferências de Capital		
Amortização	14.636.786,00	
Dif. de câmbio	2.725.528,00	17.362.314,00
		<u>148.010.212,49</u>
		<u>215.926.835,49</u>

Sigla do P.R.E.	T R E C H O	Extensão do Trecho	REALIZAÇÃO FÍSICA KM			
			IMPLANTACÃO		PAVIMENTAÇÃO	
			NO EXERCÍCIO		NO EXERCÍCIO	
			Programada	Realizada	Programada	Realizada
ES010	Jacaraipe — Nova Almeida	11,000	—	—	6,000	1,000
ES060	Rodovia Carlos Lindenberg	7,340	—	—	0,340	0,340
ES060	Vila Velha — B. Jucu — Ponta da Fruta	22,000	—	—	16,000	10,000
ES060	Ponta da Fruta — Setiba	10,000	—	—	4,000	—
ES060	Guarapari — Meaipe	6,000	4,000	1,000	—	—
ES060	Meaipe — Ubu — Anchieta	17,500	2,000	11,000	—	—
ES080	BR. 262 — Parque Exposição Itacibá	1,500	—	—	1,500	1,500
ES137	São Domingos — Nova Venécia	61,000	10,000	10,000	31,000	31,000
ES166	Venda Nova — Castelo	38,000	13,000	13,000	23,000	23,000
ES181	Alegre — Muniz Freire	42,000	9,000	8,000	—	—
ES185	Ibitirama — Ituna	38,000	7,900	7,900	—	—
ES245	Bananal — ES-010	56,000	0,500	0,500	—	—
ES245	Linhares — Regência	46,000	5,000	5,000	—	—
ES257	Ibiraçu — Aracruz — B. do Riacho	36,280	9,570	9,570	9,570	8,000
ES289	Muqui — Cachoeiro	32,000	—	—	14,000	—
ES387	Celina — Ibitirama	13,000	5,000	5,000	—	—
ES480	BR. 101 — Guarapari	6,000	2,500	6,000	2,500	—
ES482	Guaçuí — Divisa ES/MG — E. Feliz	36,000	—	—	20,000	20,000
TOTAIS		479,280	68,470	76,970	117,910	88,000

Sigla do P.R.E.	TRECHO	Natureza do Serviço	Extensão do Trecho km	REALIZAÇÃO FÍSICA KM	
				NO EXERCÍCIO	
				Program.	Realizada
ES060	Vila Velha — Ponta da Fruta	Proj. geot. fiscal	22	16	16
ES166	Castelo — Venda Nova	Proj. geot. fiscal	38	13,9	13,9
ES387	Celina — Ibitirama	Proj. geométrico	12	12	12
ES060	Ponta da Fruta — Setiba	Proj. geot. fiscal	12	12	2
ES060	Mealpe — Anchieta	Locação	25	2,5	2,5
ES480	Guarapari — BR. 101	Proj. geotécnico	6	6	2
ES060	Guarapari — Mealpe	Proj. geotécnico	6	6	2
	Ponte Florentino Avidos	Sond. em 5 pil.	0,325	0,325	0,325
	Ponte Arthur Carlos G. Santos	Consultoria	0,698	0,698	0,698
	Ponte Florentino Avidos	Proj. p/duplic.	0,325	0,325	0,325
	Ponte Rio Jucu	Construção	0,168	0,077	—
	Ponte Pedra Mulata	Recuperação	0,037	0,015	—
	Ponte Jacaraípe	Construção	0,035	0,024	0,024
	Ponte Guaçuí — Iúna	Construção	0,030	0,003	—
	Ponte Rio Una (ES-060)	Construção	0,023	0,023	0,023

Em 1976, segundo a Lei n. 3.043, a Secretaria de Serviços Públicos Especiais será transformada em Secretaria do Interior e dos Transportes devendo ser estruturada consoante as determinações daquele instrumento legal. Teremos novas responsabilidades sem que, no entanto, descuremos do atendimento aos setores já tradicionalmente ligados à Pasta.

Assim é que, no tocante à eletrificação do campo, procuraremos dotar o Estado de um planejamento adequado e, para isso, contrataremos, através da ESCELSA, os trabalhos da firma CAEEL para, num prazo de nove meses, entregar os estudos que deverão indicar e selecionar as áreas-polos de irradiação, devendo incluir, ainda, a apresentação dos projetos otimizados em seus custos de execução, tipos de estruturas, padrões e tensões de alimentação, dando, por fim, todas as diretrizes a serem seguidas.

Em 1976, também procuraremos obter novas fontes de financiamento para a ação da Secretaria de Serviços Públicos Especiais neste Setor. Os contatos mantidos em Brasília com o INCRA, em 1975, visaram habilitar o Estado a participar do II Programa Nacional de Eletrificação Rural, a ser desenvolvido com recursos do BID a partir de 1976 e durante os quatro anos seguintes.

A Secretaria preparará seu plano de trabalho a ser submetido à análise do referido órgão para angariar tais recursos. Ao mesmo tempo buscar-se-á uma aproximação maior com os proprietários rurais, auscultando suas reais necessidades, buscando divulgar os benefícios da energia elétrica, seu uso apropriado, desburocratizando o caminho a ser seguido a fim de se obter tal melhoramento.

Em 1970, os municípios situados na área de concessão da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. serão beneficiados com os recursos do IUEE, antes impossíveis de serem alocados para fora da zona abrangida pela Escelsa.

No setor portuário, espera-se a transformação da APV em sociedade de economia mista, dentro do sistema PORTOBRAS, estando já consignado no orça-

mento desta, para ser aplicado na faixa portuária capixaba, o seguinte programa de obras:

	Cr\$
a — Cais de Praia Mole	650.000.000,00
b — Complexo Portuário de Capuaba	217.000.300,00
c — Terminal de Celulose de Aracruz	115.425.000,00
d — Obras de Derrocagem das Pedras Submersas do Cais Comercial ..	16.000.000,00
e — Alargamento (Urbanização) do pátio de Estocagem da Ilha do Príncipe	2.000.000,00
f — Prédio destinado a CIPA e colégio da APV	1.200.000,00
g — Equipamento de operação Portuária	10.900.000,00
h — Material de escritório e oficina	800.000,00
	1.013.325.000,00

Na área de saneamento, prevê-se ainda dificuldades para a empresa, o que a obrigará tentar a obtenção de recursos a fundo perdido para execução de obras, de tal forma a poder cumprir a programação traçada.

Assim, serão iniciados os seguintes sistemas:

- a — Sistema de Distribuição/Reservação — 1ª etapa;
- b — Sistema de Carapina — sub-etape A — compreendendo trecho da Lagoa Jacunem à Ponta de Tubarão;
- c — Sistema de Carapina — sub-etape B — compreendendo captação no Rio Santa Maria, recalque, adução e interligação com o sistema de sub-etape A;
- d — Sistema de Montanha, Serra e Guarapari;
- e — Sistema de Domingos Martins — Marechal Floriano.

Quanto a urbanismo, já foi contratado com o Escritório Técnico ARY GARCIA ROZA o projeto final de engenharia para recuperação de um braço de mar em Guarapari, que deverá em sua implantação viária compreender aterro hidráulico, infraestrutura de galerias pluviais, esgotos, etc., urbanização e pavimentação de cerca de 700 mil metros quadrados, construção de

marinas e de um cais com 300 metros de extensão, criação de áreas verdes, totalizando, no cômputo dos aspectos focalizados, a importância de Cr\$ 50 milhões.

O plano de obras traçado pelo DER, para 1976, prevê a aplicação de recursos em revestimento primário, a contratação dos serviços da CERMAG para execução da política de estradas vicinais, contratação de estudos para as ligações Ibirapu-Aracruz e Ponta da Fruta-Setiba, além de:

- pavimentação do trecho Conceição da Barra — BR101;
- construção de pontes em Alfredo Chaves, Conceição da Barra e Baixo Guandu;
- restauração do trecho São Torquato-Vila Velha;
- construção de residências em Nova Venécia e Linhares.

O investimento com o exposto será da ordem de aproximadamente Cr\$ 12,3 milhões.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37																																																															

Uma das maiores prioridades da administração estadual, o setor confiado à SETRAPs cumpriu em 1975 os objetivos e programas elaborados, visando dar à ação social um planejamento identificado com as determinantes nacionais em função do homem, que em nosso Governo, também é credor de uma série de qualificados benefícios, que podem se traduzir na análise profunda e objetiva das atividades confinadas ao âmbito da SETRAPs.

A integração do homem capixaba à sociedade será possível, esperamos, a curto prazo, tendo em vista a programação que o nosso Governo preside, no contexto da Secretaria e através de seus organismos centralizados e descentralizados, num esforço imenso para superar todos os entraves que vinham asfixiando as conquistas sociais do povo capixaba.

Sem a perfeição que seria desejável, nosso Governo executou, no entanto, em 1975, na área social uma tarefa de reformulação de critérios aferção de propósitos e identificação de prioridades, consubstanciados numa programação cuja filosofia de ação é amplamente focalizada nos programas e subprogramas que poderão ser analisados dentro desta exposição, respeitado o roteiro adiante.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Coordenar e supervisionar o desenvolvimento das programações das Entidades Sociais que se constituem em unidades operacionais da SETRAPs.

— Estabelecer critérios que possibilitem unidade metodológica na execução das atividades programadas.

— Possibilitar a integração e utilização adequada dos recursos existentes na comunidade.

— Assegurar a participação da população na identificação e escalonamento das reais necessidades e aspirações comunitárias.

— Assegurar a participação dos grupos populacionais na execução das atividades programadas.

— Identificar e capacitar as lideranças para planejar, organizar, dirigir e controlar programação de nível comunitário.

Os Objetivos desse Sub-Programa foram operacionalizados através de Orientação e Assessoria Técnica prestada a 123 Entidades Sociais do Estado, distribuídas em 32 Municípios.

Tendo em vista uma maior rentabilidade dos serviços a prestar na forma de orientação técnica, às Entidades Sociais, foram agrupados conforme sua localização geográfica permitindo, aos técnicos, o atendimento a 75 Entidades Sociais, assim distribuídas:

Grande Vitória	54
Colatina	08
Cachoeiro do Itapemirim	08
Nova Venécia	01
Afonso Claudio	03
Guarapari	01

Nessa modalidade de prestação de serviços, os técnicos se deslocam para os bairros mantendo contatos frequentes com dirigentes de Movimentos Comunitários, Obras Sociais e suas clientelas, nas próprias Entidades, através de visitas, reuniões, assembleias, encontros, entrevistas e outros instrumentos adequados às situações evidenciadas.

Em relação às demais Entidades Sociais localizadas em outros municípios a atuação da SETRAPs verifica-se em forma de assessoria técnica compreendendo o acompanhamento das atividades das diretorias, no que se reporta à aplicação dos recursos provenientes da Secretaria, seja através do Sub-Programa Cooperação Financeira às Entidades Sociais ou através de convênios, por ela mantidos, com outros órgãos ou instituições.

Essa modalidade de prestação de serviço efetua-se mediante o deslocamento periódico dos técnicos às sedes das Entidades Sociais, bem como através de comunicações periódicas e entendimentos mantidos, por seu dirigentes na sede da SETRAPs.

Nesse enfoque a Secretaria atinge a 22 municípios atendendo a 48 Entidades Sociais.

As atividades empreendidas em conformidade com os objetivos desse Sub-Programa, estão escalonadas no quadro demonstrativo a seguir:

PROGRAMA: Ação Social e Comunitária

SUB-PROGRAMA: Assessoria e Orientação Técnica a Entidades Sociais

AÇÕES	TOTAL	Nº DE PESSOAS
Reuniões		
— Diretoria	570	2.033
— Moradores	131	1.914
— Outros Órgãos	47	689
— Alunos de Cursos	224	2.695
Encontros de Líderes	69	1.109
Assembleia Geral	111	3.200
Treinamento de Líderes	21	349
Reivindicações	48	235
Mutirão	07	245
Entrevistas:		
— Moradores	492	1.129
— Outros técnicos	88	867
— Membros de Diretorias	509	539
Entrosamento através de visitas a outros órgãos e/ou Entidades CLBA — SESI — UCIS — INPS — Prefeituras — etc.)	746	—
Encaminhamentos a recursos da Comunidade	616	—
Visitas Domiciliares	367	—
Visitas ao Interior do Estado para orientação e supervisão as Centrais Regionais e Municipais de Serviços	53	—

1.2 — SUB-PROGRAMA INCENTIVO À PRÁTICA DO LAZER COMUNITÁRIO.

OBJETIVOS GERAIS

— Dinamizar um instrumento que estimule uma maior participação na vida comunitária e possibilite a formação de responsabilidade social.

— Dotar as comunidades carentes de equipamento mínimo de lazer através da conjugação de esforços entre Governo e comunidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Proporcionar atividades físicas e mentais que estimulem a criatividade, o desenvolvimento intelectual e físico, bem como melhor relacionamento social.

— Formar hábitos de práticas de lazer para serem adequadamente empregadas nas horas livres.

— Promover e/ou identificar valores atléticos.

Esse Sub-Programa foi dinamizado através da execução de 2 projetos experimentais:

- Dinamização do Desporto
- Recreação Orientada.

— **Dinamização do Desporto** — execução dos 1^{os} JOGOS COMUNITÁRIOS, no Município de Vila Velha, no período de 15 a 30 de novembro. Participaram 1.800 atletas, de ambos os sexos, nas categorias adulto e juvenil, compondo a representação de 20 Movimentos Comunitários. Os torneios abrangeram 10 modalidades de esportes e contaram com a orientação técnica específica de 73 estagiários do Centro de Educação Física e Desportos da UFES, coordenados por um professor do mesmo Centro, e equipe da SETRAPs.

Os atletas foram treinados no período que antecedeu a realização dos jogos, pelos mencionados estagiários, observando as modalidades de esportes:

- Futebol de campo
- Futebol de salão
- Basquetebol
- Voleibol
- Andebol
- Tênis de mesa
- Bola de Pau
- Damas
- Atletismo
- Ciclismo

— **Recreação Orientada** foi operacionalizada no Município de Cariacica e na Área de Maruipé-Vitória através da execução de:

- Jogos Recreativos
- Danças Folclóricas
- Dança Universal
- Execuções
- Teatro
- Cenário
- Gincana
- Coraí
- Mímica
- Bardinha Rítmica
- Fantoques
- Ginástica — Olímpica Moderna
- Comemorações Cívicas e Sociais.

A execução desse projeto contou com a participação de 17 estagiários do Centro de Educação Física da UFES coordenados por uma professora do mesmo Centro e assistentes sociais da SETRAPs.

SUB-PROGRAMA: Incentivo à Prática do Lazer Comunitário

ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO
Competições esportivas	166
Treinos	92
Reuniões com atletas e Comissões de Bairro	09
Reuniões do Conselho esportivo Disciplinar	07
Reuniões da Coordenação Geral	37
Comemorações Cívico-Sociais	292
Encerramento de Cursos	115
Tardes dançantes	83
Inaugurações	80
Atividades artístico culturais (teatro, jornal, biblioteca, filmes) promoções	75
Recreação orientada (atividades diversas) sessões	75
	187

1.3 — SUB-PROGRAMA EDUCAÇÃO SOCIAL E EXTENSÃO CULTURAL

OBJETIVO GERAL

— Acelerar o processo de integração da população na vida comunitária, despertando-a e capacitando-a para o atendimento às suas necessidades sociais, visando o bem estar social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Oferecer à população informações básicas permitindo mudar hábitos de comportamento no que se reporta aos aspectos: Educação, Saúde, alimentação, Comunicação, Trabalho, Previdência Social, Lazer, Possibilidade de Associação, Integração Cultural e Liberdades Humanas.

— Esclarecer e incentivar a população para o uso adequado do equipamento comunitário urbano.

O Sub-Programa Educação Social e Extensão Cultural é executado para atender a exigência de uma intervenção mais intensa em áreas carentes com ênfase na manutenção, dinamização e criação de grupos nas comunidades.

A implementação desse sub-programa verificou-se pela execução de cursos, palestras, campanhas e outras atividades de grupos relacionadas com os diversos setores de bem estar social, sob a responsabilidade da Unidade Social Móvel da SETRAPs.

Atendendo ainda aos objetivos desse sub-programa foi executado o projeto experimental — "Semana da Comunidade", envolvendo 11 (onze) Entidades Sociais da Grande Vitória.

Foram realizados cursos de Educação Familiar e doméstica, palestras e atividades de recreação orientada, além de participação em torneios esportivos. A produção das atividades dos grupos foi exposta e colocada à venda no "Bazar da Comunidade".

A característica que ofereceu ao projeto uma conotação especial, foi a participação das comunidades em todas as suas fases: montagem, execução e avaliação, notadamente nas atividades relativas à exposição e comercialização do material confeccionado quando foi adotado o critério de formação de comissões para a realização das tarefas que se faziam necessárias, tais como: divulgação, finanças, venda e ornamentação.

O lucro da venda do material exposto foi dividido em partes iguais, entre as Entidades Sociais que integraram o projeto.

O quadro que se segue, relaciona e quantifica outras atividades executadas, na área de Educação Social e Extensão Cultural, através da Unidade Social Móvel e com recursos próprios das comunidades ou em integração com outras Entidades Sociais, sob a orientação dos técnicos da Secretaria:

SUB-PROGRAMA: Educação Social e Extensão Cultural

Ações	Quant.
Cursos de Educação Doméstica e Familiar	149
Palestras sobre: Saúde e Higiene Direito Usual, Educação e Familiar, Relações Humanas e outras	284
Formação de Grupos das crianças, jovens e senhoras	198
Campanhas	57

2 — PROGRAMA PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Este Programa desenvolve-se sob a responsabilidade do Centro de Programação de Recursos Humanos, tendo como Objetivos Gerais:

— Possibilitar a dinamização de instrumentos de capacitação e valorização de recursos humanos permitindo, em integração com o mercado de trabalho, redução do sub-emprego e desemprego, contribuindo, dessa forma, para a elevação da renda familiar.

— Garantir a elevação dos níveis de prestação de serviços da SETRAPS, dinamizando sub-atividades relativas ao aprimoramento técnico tendo em vista exigências de programações específicas.

Sua operacionalização é efetuada através dos sub-programas:

- Iniciação e Formação Profissional
- Desenvolvimento do Artesanato
- Colocação da Mão de Obra
- Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico e Auxiliares.

2.1 — SUB-PROGRAMA INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO GERAL

— Dinamizar instrumentos de iniciação e formação profissional para atendimento às necessidades de ca-

pacitação de mão de Obra, no que se reporta à política de valorização de recursos humanos e demanda do mercado de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Mobilizar a clientela para participar de programação de caráter profissionalizante;

— Programar e realizar cursos de iniciação e formação profissional nos setores primário, secundário e terciário;

— Proceder a seleção e orientação vocacional dos candidatos aos cursos de formação profissional.

As atividades referentes a este subprograma integram-se aquelas do Programa Ação Social e Comunitária na medida em que as entidades sociais são mobilizadas no sentido de levar às suas clientelas, programações especificamente voltadas para a iniciação e ou capacitação profissional, sendo diversificada a modalidade de prestação de serviços, nessa área, em conformidade com a procedência dos recursos a utilizar.

Basicamente, a sistemática adotada na prestação de serviços consiste em planejar, executar e avaliar a programação de cursos específicos, nas entidades sociais, através da implementação das ações a seguir escalonadas:

— Elaboração da previsão anual dos cursos a serem realizados, em conformidade com as aspirações comunitárias e necessidades do mercado.

— Celebração de convênios com entidades que atuam nessa área.

— Programação de cursos por Entidades Sociais

— Divulgação dos cursos nas áreas

— Seleção de instrutores

— Seleção de treinamentos

— Elaboração de Propostas de Cursos para serem encaminhadas às Entidades convenientes

— Assinatura de Termos Aditivos

— Previsão e provisão dos recursos físicos, materiais e financeiros necessários à execução dos cursos

— Emissão de certificados e encerramento de cursos

— Controle da programação através de:

— Coordenação direta e indireta dos cursos, em articulação com os Assistentes Sociais vinculados ao Programa Ação Social e Comunitária.

— Relatórios estatísticos e descritivos.

A implementação deste sub-programa verificou-se com RECURSOS:

- Originados do Convênio PIPMO/SETRAPS
- Provenientes da SETRAPS
- Próprios das Entidades Sociais
- Procedentes de outros Órgãos e/ou Entidades.

Os quadros a seguir, demonstram o quantitativo desta atividade desenvolvida e em desenvolvimento pela SETRAPS.

CURSOS DE INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EXECUTADOS EM 1975

Recursos Convênio PIPMO|SETRAPS

Nº de Ordem	ESPECIFICAÇÃO	Nº de Turmas	Nº de Pessoas Treinadas
01	Cabeleireiro	02	28
02	Corte e Costura Industrial	01	16
03	Datilografia	02	29
04	Eletricista Instalador	12	149
05	Enfermagem Básica	01	14
06	Instalador de Água e Esgoto	02	30
07	Manicure e Pedicure	09	128
08	Mecânico de Autos	01	05
09	Pedreiro	07	101
10	Pedreiro de Alvenaria	02	23
11	Pedreiro Revestidor	02	23
12	Pintor de Obras	04	50
13	Reparador de Aparelhos Eletro-domésticos	02	27
14	Vitrinista	01	07
TOTAL		48	630

CURSOS DE INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Início 1975/ Encerramento 1976

Convênio PIPMO|SETRAPS

Nº de Ordem	ESPECIFICAÇÃO	Nº de Turmas	Nº de Pessoas Matriculadas
01	Cabeleireiro	03	48
02	Datilografia	06	72
03	Eletricista Instalador	02	34
04	Instalador de Água e Esgoto	02	29
05	Manicure e Pedicure	08	129
06	Pedreiro	04	61
07	Pedreiro Revestidor	01	15
08	Reparador de Aparelhos Eletro-domésticos	02	33
09	Vitrinista	01	15
TOTAL		29	436

CURSOS DE INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EXECUTADOS EM 1975

OUTRAS FONTES DE RECURSOS *

Nº de Ordem	ESPECIFICAÇÃO	Nº de Turmas	Nº de Pessoas Treinadas
01	Cabeleireiro	06	92
02	Corte e Costura	44	746
03	Cerâmica	02	39
04	Confeitaria	02	43
05	Datilografia	18	113
06	Eletricista Instalador	05	66
07	Instalador de Água e Esgoto	04	47
08	Manicure e Pedicure	14	210
09	Marcenaria	05	75
10	Pedreiro	02	25
11	Pintura em Tecidos	09	141
12	Pintor de Obras	01	15
13	Tapeçaria	06	91
14	Trabalhos Manuais	57	859
TOTAL		175	2.552

- * Considerou-se outras fontes de Recursos aqueles
- provenientes da SETRAPS
 - próprios das Entidades Sociais
 - procedentes de outros órgãos e/ou Entidades Sociais (LBA — UCIS — Prefeituras, etc.)

TOTAL DE CURSOS DE INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SEGUNDO FONTE DE RECURSOS — 1975

Fontes de Recursos	Nº de Cursos Segundo Especificação	Número de Turmas	Número de Pessoas Treinadas
Convênio PIPMO/SETRAPS ..	14	77	1.066
Outras fontes	14	175	2.552
TOTAL		252	3.618

2.2 — SUB-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

OBJETIVO GERAL

— Dinamizar um instrumento, de incentivo ao desenvolvimento do artesanato no Espírito Santo, considerando o seu significado econômico e Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Formar e aperfeiçoar recursos humanos através da montagem e execução de cursos no sentido de capacitá-los para o desempenho de operações artesanais lucrativas.

— Preparar instrutores em conformidade com as características do sub-programa.

— Mobilizar a opinião pública no sentido de despertar aceitação do produto artesanal do Estado.

— Valorizar o trabalho artesanal.

A implantação deste sub-programa verificou-se mediante articulação com a Secretaria de Mão de Obra do Ministério do Trabalho, no sentido de proceder a sua adequação às diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanal, de responsabilidade da referida Secretaria.

Com base nas informações e orientações obtidas foi elaborado um projeto experimental de Formação de Mão de Obra Artesanal para ser executado:

— Junto a 20 Entidades Sociais assessoradas e/ou orientadas pela SETRAPS, localizadas nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, através da realização de 20 cursos atingindo 300 pessoas.

O Centro de Artes da UFES e a Secretaria de Mão de Obra do Ministério do Trabalho, integram o projeto, também como Entidades promotoras, tendo suas competências definidas.

Após a aprovação do projeto e a liberação dos recursos financeiros necessários à sua manutenção, foi realizada uma reunião com representantes das 20 Entidades Sociais selecionadas no sentido de informá-las e buscar colaboração, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos.

Das operações previstas no projeto para serem executadas em 1975, foram levadas a efeito:

- Estudo de viabilidade
- Montagem do Projeto
- Arregimentação de recursos
- Montagem dos cursos
- Elaboração do conteúdo programático
- Recrutamento, seleção e treinamento de instrutores.
- Início da elaboração do cronograma de realização dos cursos nas Entidades Sociais.

A execução dos cursos programados deveria iniciar-se ainda nos últimos meses do ano de 1975, entretanto, circunstâncias diversas provocaram o atraso registrado, ficando os mesmos para terem início a partir de janeiro de 1976.

Dentre as circunstâncias determinantes do não cumprimento dos prazos previstos, podem ser relacionadas:

- carência de pessoal no Centro de Promoção de Recursos Humanos, para assumir a administração do projeto.
- Período de indefinição no Centro de Artes da UFES, relacionadas à mudança de direção.
- Compromissos assumidos pelos alunos, relacionados à programação curricular e extra curricular do Centro de Artes.
- Sobrecarga de trabalho do pessoal do CPRH, nos últimos meses, em decorrência da programação relacionada ao sub-programa Iniciação e Formação Profissional, no que se reporta ao convênio PIPMO|SE-TRAPS, visto que problemas ligados aquele órgão da SMO|MTb, provocaram atraso na liberação das verbas destinadas aos cursos programados.

2.3 — SUB-PROGRAMA COLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

OBJETIVO GERAL

— Dinamizar um instrumento agenciador de mão de Obra, no sentido de possibilitar, à clientela treinada e à comunidade em geral, a elevação do padrão da renda familiar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proceder a colocação da mão de obra qualificada e/ou treinada, no mercado de trabalho.
- Manter intercâmbio com empresas tendo em vista a colocação de recursos humanos atendendo ao mercado de trabalho.

Objetivando a implantação do sub-programa, foram adotadas medidas preliminares para estruturação de

um sistema de agências de emprego no Espírito Santo, integrada ao Sistema Nacional de empregos.

Nesse sentido, foram mantidos vários contatos com a Secretaria de Empregos e Salários do Ministério do Trabalho, que sugeriu à SETRAPS iniciasse um fluxo permanente de informações relativas à problemática do mercado de trabalho no Estado.

As informações solicitadas relacionavam-se às seguintes áreas:

- emprego
- salário
- pesquisas sociais e econômicas

Atendendo a essas solicitações a SETRAPS manteve vários contatos com 15 instituições locais ligadas aos setores de produção e ao ensino profissionalizante, empresas públicas e privadas, órgãos do Governo Federal e Estadual e outros. Esses contatos permitiram o levantamento da bibliografia existente sobre os assuntos, que após selecionada foi encaminhada aquele Ministério.

Contatos posteriores mantidos com a Secretaria de Empregos e Salários sugeriram a possibilidade do Espírito Santo ser enquadrado ao Sistema Nacional de Empregos. Assim sendo, encontra-se em execução o estudo preliminar das viabilidades da implantação de um sistema de Agências de Colocação no Estado, que enfoca, dentre outros, aspectos relacionados a recursos necessários, recursos disponíveis, serviços de colocação profissional existentes no Estado e modelos utilizados em outros Estados.

2.4 — SUB-PROGRAMA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL TÉCNICO E AUXILIAR

OBJETIVO GERAL

- Rentabilizar a ação programada mediante a adequação e elevação dos níveis de prestação de serviços, através do pessoal técnico e auxiliar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o aperfeiçoamento contínuo e sistemático da equipe técnica e auxiliar mediante a realização de cursos, seminários e encontros.
- Possibilitar a participação do pessoal em cursos de aperfeiçoamento, seminários, etc. a serem realizados no Estado e/ou em outras unidades Federativas.
- Manter e atualizar a biblioteca existente — SETRAPS.
- Instalar bibliotecas nas Centrais Regionais e Municipais de Serviços.

Em relação a este sub-programa foram executadas as seguintes ações:

— Encontros com equipes das Centrais Regionais e Municipais de Serviços e Órgãos Técnicos da SETRAPS-Nível Técnico, objetivando oferecer:

— informações sobre as diretrizes programáticas da SETRAPS, para o quadriênio 75/79.

— orientações que facilitassem a unidade metodológica na prestação de serviços, incluindo aspectos administrativos (normas de trabalho internas).

— Encontros com equipes técnicas e auxiliar das Centrais Regionais e Municipais de Serviços e Órgãos Técnicos tendo em vista:

— Analisar e elaborar a documentação em uso e a ser utilizada na operacionalização dos Programas da SETRAPS.

— planejar a forma de atuação dos técnicos e auxiliares nas respectivas áreas de atividades mediante participação ativa dos mesmos

— Treinamento de agentes sociais — área Grande Vitória, no sentido de:

— oferecer informações e orientar quanto as suas atribuições relacionadas a operacionalização do Programa Ação Social e Comunitária.

— Treinamentos para Assistentes Sociais, em Serviço Social de Casos e Ação Comunitária, que objetivaram:

— possibilitar a reciclagem dos técnicos participantes, através de informações e pela vivência de técnicas utilizáveis em suas áreas específicas de atuação.

Esses treinamentos atingiram o pessoal diretamente responsável pela execução dos Programas Ação Social e Comunitária e Ajustamento Social servindo como instrumento de avaliação das atividades relacionadas aos referidos programas, bem como da atuação de cada profissional e da própria SETRAPS, permitindo ainda, a seleção de medidas a serem adotadas face à problemática levantada.

— Participação de (1) um técnico no Curso Orçamento-Programa promovido pela Secretaria de Planejamento do Estado do Espírito Santo

— Participação de (2) duas auxiliares no Curso de Aperfeiçoamento em Comunicação e Legislação Estatutária, promovido pelo SENAC-ES.

— Participação de (1) um técnico no I Encontro de Artesanato da Região Sudeste, realizado em Belo Horizonte, sob a coordenação da Secretaria de Mão de Obra do Ministério do Trabalho.

Síntese das ações relacionadas ao Sub-Programa-Treinamento e Aperfeiçoamento de pessoal.

Especificação	Quant.	Participantes
Encontros com equipes das Centrais Regionais e Municipais de Serviços e Órgãos Técnicos da SETRAPS		
NÍVEL TÉCNICO	02	31
NÍVEL AUXILIAR	02	30
Treinamentos para Agentes Sociais	05	32
Treinamentos para Assistentes Sociais	02	43
Participação em Cursos fora da SETRAPS	02	03
Participação em Encontros fora da SETRAPS	01	01

3. PROGRAMA — AJUSTAMENTO SOCIAL

Este Programa desenvolve-se sob a responsabilidade do Centro de Ajustamento Social e do Serviço de Orientação Familiar da Divisão de Orientação Social, tendo como Objetivo Geral:

— Contribuir para a integração social da população com característica de marginalidade aguda, visando obter sua participação consciente no processo de promoção de bem estar social.

Sua operacionalização efetua-se através dos subprogramas:

— Atenção à População Migrante
— Atendimento à População Carentiada e/ou Marginalizada.

3.1 — SUB-PROGRAMA — ATENÇÃO A POPULAÇÃO MIGRANTE

OBJETIVO GERAL

— Ordenar o fluxo Migratório visando prevenir a marginalização urbana e/ou distorções sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Impedir a formação de áreas de favelamento

e/ou aglomerados sub-humanos, proporcionando à clientela especificada, acesso aos bens e serviços da infraestrutura urbana.

— Evitar a disseminação da população mendiga e/ou ociosa em vias públicas proporcionando abrigo e atendimento às necessidades imediatas.

Em relação à este sub-programa, as ações empreendidas em 1975 foram reduzidas uma vez que a estrutura atual do Centro de Ajustamento Social, não comporta o atendimento à problemática específica.

A clientela a ser atendida por este sub-programa foi absorvida pelo sub-programa Atendimento à População Carentiada e/ou Marginalizada.

Assim sendo, está sendo estudado e elaborado um esquema de reestruturação do Centro de Ajustamento Social de forma a possibilitar a consecução dos objetivos propostos e a adequação ao Projeto Nacional de Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes — CETREMI, do Ministério do Interior (ver sub-programa Administração de Ações Complementares).

3.2 — SUB-PROGRAMA — ATENDIMENTO A POPULAÇÃO CARENCIADA E/OU MARGINALIZADA.

OBJETIVO GERAL

— Atender a indivíduos portadores de carência sócio-econômica crônica e transitória, possibilitando sua reintegração social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Oferecer abrigo e possibilidade de recuperação a indivíduos portadores de carências e/ou características de marginalidade, que requerem atendimentos especializados.

— Prestar atendimento de emergência a indivíduos que apresentam situações problemas que os impedem de alcançar níveis de vida compatíveis com as exigências humanas básicas.

O Sub-Programa intervém junto à clientela especificada utilizando a sistemática:

— Recolhimento à população em estado de mendicância encontrada nas vias públicas, em integração com a Secretaria de Segurança Pública.

— Abrigo provisório a essa clientela.

— Seleção e Triagem dos casos, mediante estudo e diagnóstico social dos recolhidos.

— Encaminhamento:

— aos Estados ou Municípios de origem

— à família

— a recursos da comunidade (hospitais, obras sociais).

— Alojamento da clientela elegível para:

— tratamento psico-social

— assistência médico-odontológica

— orientação profissional

— documentação para o trabalho

— Atendimento de casos sociais que demandam solução imediata (passagens, registro civil, órtese, medicamento, documentação para o trabalho, outros).

A clientela atendida nessa modalidade de prestação de serviço, é aquela que prescinde de internamento.

— Tratamento de casos sociais com elegíveis ao tipo de prestação de serviços.

Os quadros a seguir demonstram o quantitativo das ações desenvolvidas na implementação do Programa.

SUB-PROGRAMA — Atenção a População carente e/ou marginalizada.

I — Atendimento Social de Emergência

ESPECIFICAÇÃO	Nº	Total
1 — Atendimento de casos sociais que demandam solução imediata:		
novos	1657	4037
reincidentes	2380	
2 — Clientes recolhidos em vias públicas em estado de mendicância:		
novos	533	741
reincidentes	208	
Total Geral		4778

II — Clientela atendida segundo local de procedência

ESPECIFICAÇÃO
Estado do Espírito Santo
Estado de Minas Gerais
Estado do Rio de Janeiro
Estado da Bahia
Outros Estados
Sem Informação
TOTAL GERAL

III — Atendimento da clientela segundo motivo e solicitação apresentada.

ESPECIFICAÇÃO	Nº
Mendicância	741
Previdência e assistência (pensão, aposentadoria, serviço médico e odontológico, farmácia, funerais, outros)	893
Saúde (medicamentos, órtese, prótese, outros)	901
Trabalho (documentos, instrumental, ajuda supletiva e outros)	518
Alimentação	370
Habitação (reforma e pequenos reparos de barracos, aluguel)	305
Passagens (para Interior do Estado e outros estados)	733
Legislação de situação civil (casamento e registro civil)	323
Diversos	323

IV — Modalidade de Serviços prestados à clientela

ESPECIFICAÇÃO	Nº
1 — Encaminhamentos a:	
Órgãos de assistência ao trabalho	610
Órgãos de assistência à saúde	1.240
Entidades de atendimento ao menor	97
2 — Documentação para o trabalho	
(carteira profissional, fotografias, registro civil, certidão de casamento atestados)	483
3 — Passagens para retorno ao domicílio e ao local de origem	1.103
4 — Doação de medicamentos	552
5 — Instrumental para o trabalho	13
6 — Ajuda de emergência (diversos motivos)	52
7 — Internamento em Hospitais, Asilos, FESBEM	134

V — Instrumental utilizado na prestação de serviços à clientela

ESPECIFICAÇÃO	Nº
1 — Entrevistas	7.741
2 — Visitas domiciliares	223
3 — Reuniões	114
4 — Entrosamento com recursos da comunidade Entidades de atendimento à família e ao menor	191
Órgãos de assistência ao Trabalho	90
Órgãos de segurança	131
Órgãos de assistência à saúde	20
Outros recursos	147
5 — Documentação	
Organização de prontuário, fichários, elaboração de relatórios e outros documentos	—

4 — PROGRAMA COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO

Sua execução se processa de forma integrada pelos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional da SETRAPS, sendo que essa integração efetua-se em conformidade com as características das atividades a serem desenvolvidas.

Este programa tem como Objetivo Geral:

- Assegurar apoio técnico-administrativo a Entidades Sociais que se constituem em unidades operacionais da SETRAPS, bem como oferecer condicionamentos que viabilizem a execução de projetos especiais.

As atividades são desenvolvidas através dos sub-programas:

- Cooperação Financeira a Entidades Sociais.
- Administração de Ações Complementares.

4.1 — SUB-PROGRAMA COOPERAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES SOCIAIS

OBJETIVO GERAL

- Dotar as entidades sociais de recursos técnicos-financeiros que assegurem uma melhor intervenção nas variáveis competentes do Estado Social básico da clientela atendida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proceder o cadastramento e registro na SETRAPS das Entidades Sociais operantes no Estado.
- Conceder ajuda financeira a fim de possibilitar as entidades registradas o implemento de ações promocionais.

A sistemática adotada obedeceu as exigências dos Decretos 078-N de 1970 e 118-N de 1972 que regulamentam a concessão de ajuda financeira a Entidades Sociais. Sua intervenção verifica-se junto as diretorias das referidas entidades mediante a atuação da equipe de Assistentes Sociais.

As ações empreendidas estão sintetizadas em:

- Registro das Entidades Sociais na SETRAPS compreendendo:
 - Orientação para elaboração, atualização e/ou modificação dos estatutos.
 - Preenchimento de formulários específicos.
 - Visita a entidade que solicita o registro, visando estudo e classificação da mesma nas categorias estabelecidas.
- Elaboração de relatório e encaminhamento do processo para posterior efetivação do registro.
- Concessão de ajuda financeira a Entidades Sociais, verificando-se:

1 — Estudo da atuação das Entidades Sociais mediante visitas e análise de relatórios de atividades correspondentes ao ano anterior.

2 — Orientação às equipes técnicas e/ou à Chefia de Centrais Regionais e Municipais de Serviços e a diretores de Entidades Sociais quanto à sistemática adotada para concessão de ajuda financeira.

- 3 — Orientação a Entidades Sociais para:
 - Solicitação de ajuda financeira.
 - Elaboração de Plano de Aplicação (projetos e/ou atividades e respectivos orçamentos).
 - Elaboração e preparação de documentos hábeis, necessários ao processamento de ajuda.
 - Prestação de contas.

4 — Análise da documentação encaminhada pelas respectivas Entidades, tendo em vista o processamento e concessão da ajuda financeira.

5 — Controle e avaliação das atividades desenvolvidas, tendo em vista a adequação do sistema de intervenção proposto e a aferição dos resultados da ação programada.

No orçamento referente ao ano de 1975 foram incluídas 102 Entidades Sociais com dotação orçamentária correspondente ao valor total de Cr\$ 1.750.000,00, assim distribuída:

Subvenção Cr\$	1.600.000,00
Auxílio Cr\$	150.000,00

Para demonstrar as ações empreendidas na execução do Sub-programa segue quadro estatístico:

SUB-PROGRAMA — Cooperação Financeira

ESPECIFICAÇÃO	Quant.
1 — Orientação a Entidades Sociais para: Registro na SETRAPS	42
— Solicitação de ajuda financeira	121
— Elaboração de Plano de Aplicação (projetos e/ou atividades com respectivos orçamentos)	158
— Elaboração de documentos hábeis necessários ao processamento da ajuda financeira.	147
2 — Encontro Regional de Entidades Sociais objetivando orientação para solicitação de ajuda financeira e prestação de contas.	03
3 — Encontro Estadual de Entidades Sociais para apresentação da nova sistemática de distribuição e recebimento da ajuda financeira de 1973.	01

4.2 — SUB-PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO DE AÇÕES COMPLEMENTARES

OBJETIVO GERAL

— Oferecer apoio técnico administrativo a programação a serem desenvolvidas a curto prazo, em caráter de urgência e com possibilidade de posterior integração aos demais programas da SETRAPS ou de transferência para outros órgãos, de acordo com a especialidade exigida pela problemática tratada.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Levantamentos:

— Levantamento sócio-econômico no Município de São Mateus — Bairro Vila Nova (Pé sujo), tendo em vista a urbanização ou remoção da favela, em integração com a COHAB-ES, órgão descentralizado dessa Secretaria.

— Levantamento sócio-econômico dos proprietários de barracos comerciais na Praia da Costa, Vila Velha, com vistas a adoção de medidas higiênica-sanitárias de remoção de barracos, medidas estas a serem adotadas pelos órgãos competentes.

— Levantamento sócio-econômico, em integração com CODEC-ES, junto as famílias desabrigadas em decorrência das chuvas, no Município de: Ecoporanga, Mimoso do Sul.

Linhares.

— Levantamento sócio-econômico, no Município de Vila Velha, tendo em vista atendimento de emergência a população desabrigada em decorrência das

chuvas. Trabalho em integração com a Unidade Comunitária de Integração Social.

— Levantamento sócio-econômico da comunidade indígena de Caieiras Velhas e Adjacências, no Município de Aracruz, tendo em vista:

— Obtenção de subsídios que embasem as decisões do Governo do Estado, quanto as providências a serem tomadas em favor do grupo indígena.

— Formulação de diretrizes básicas que norteiem a montagem e execução de programas multisetoriais de caráter assistencial e promocional.

— Levantamento sócio-econômico das comunidades (15) que compõem área de atuação do Centro dos Lavradores Unidos para o Progresso — CLUPP — Baía Nova Guarapari, com vistas a identificação de problemas locais e dinamização das referidas comunidades.

O trabalho atendeu a solicitação da entidade.

PESQUISA

— ESTUDO SOBRE AÇÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA, objetivando:

— Identificar as características principais do processo de Ação Comunitária desencadeado pelos Movimentos Comunitários do Município de Vila Velha.

— Fornecer recomendações, sugestões e observações quanto a política e programação da SLTRAPS na área de Ação Comunitária.

— Estudo e elaboração de Ante-Projeto para reestruturação do Centro de Ajustamento Social, tendo em vista o atendimento da população Migrante, de acordo com as diretrizes do Projeto CETREMI (contidas em quadro anexo) e posterior encaminhamento ao MINTER-Ministério do Interior.

— Implantação no Espírito Santo, do PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS, coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, desenvolvendo as seguintes atividades:

— Coordenação do Programa a nível estadual

— Composição e coordenação do grupo de trabalho responsável pela elaboração dos seguintes documentos:

— Macro-Localização dos Centros Sociais Urbanos — (22 unidades).

— Micro-Localização dos Centros Sociais Urbanos — (22 unidades).

— Implantação do Programa CSU no Espírito Santo.

— Programa Básico para CSU — Município Vitória e Vila Velha — 1975.

— Estudo Preliminar objetivando a integração de serviços da Secretaria do Trabalho e Promoção Social e Coordenadoria de Bem Estar Social da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo.

ESTUDOS E PROJETOS

— Estudo para implantação da REDE ESTADUAL DE CRECHES NO ESPÍRITO SANTO — MACRO-LOCALIZAÇÃO. Trabalho desenvolvido com a participação da FESBEM e Fundação LBA órgão que deverá coordenar a implantação do programa.

— Estudos para implantação de QUADRAS POLIVALENTES EM CENTROS COMUNITÁRIOS, encaminhado ao Ministério de Educação e Cultura para obtenção de recursos financeiros que viabilizam a execução do projeto.

— Estudo para implantação de um SISTEMA DE AGÊNCIA DE EMPREGO NO ESTADO, sob a orientação da Secretaria de Empregos e Salários do Ministério do Trabalho.

— Participação no estudo para implantação do PROJETO DE ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR, sob a coordenação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

— Orientação para montagem do PLANO DE AÇÃO TRIENAL DO MEPES — 1976/1978 e posterior estudo e encaminhamento do mesmo a órgãos competentes tendo em vista viabilizar a sua execução.

— CENTRO DE REABILITAÇÃO

Estudo preliminar tendo em vista sua implantação e viabilidade de execução do projeto arquitetônico. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em integração com outros afins.

— Projeto CETREMI — Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes.

PROJETO CETREMI — CENTRO DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO DE MIGRANTES — DO MINISTÉRIO DO INTERIOR — MINTER.

I — OBJETIVOS E FUNÇÕES

METAS	OBJETIVOS	FUNÇÕES
A CURTO PRAZO:		
Atender as necessidades mais prementes de determinadas correntes de migrantes.	— Facilitar a inserção sócio-econômica do migrante de baixo nível de renda, contribuindo para reduzir os problemas imediatos ocasionados pela migração;	Prestação de serviços concretos aos migrantes carentes, relativos à: — Assistência médica-odontológica-hospitalar; — Auxílio passagem; — Alfabetização;

M E T A S	O B J E T I V O S	F U N Ç Õ E S
	— Capacitar os migrantes para assumir empregos disponíveis que os fixe no mercado de trabalho.	— Informação e orientação profissional; — Colocação no mercado de trabalho; — Transporte; — Alojamento; — Informações sobre utilização de recursos da comunidade; — Documentação; — Fiscalização de legislação trabalhista; — outros;

A MÉDIO E LONGO PRAZO:

Servir como instrumento para implantação de uma política mais integrada de redistribuição da população de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

— Racionalizar os movimentos populacionais, de acordo com as diferenças espaciais de oportunidades de trabalho

Coletar e processar informações básicas sobre movimentos migrantes.

CONVENIOS

Convênios com os seguintes órgãos:

— PREFEITURAS MUNICIPAIS de:

Afonso Cláudio

Serra

Vila Velha, tendo em vista o funcionamento das Centrais Municipais de Serviços instalados nos referidos Municípios.

— UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO — UFES, objetivando a atuação de universitários supervisionados por professores dos respectivos CENTROS, na programação da SETRAPS.

Total de universitários — 159

Procedência:

- Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
- Centro de Educação Física e Desportos
- Centro de Artes
- Centro de Estudos Gerais
- Sub-Reitoria Comunitária.

— FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO — FUNAI no sentido de viabilizar a execução de levantamento sócio-econômico da Comunidade Indígena de Caleiras Velhas e Adjacências, contando com a participação da Universidade Federal do Espírito Santo.

— PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO DE OBRA — PIPMO — área execução de recursos de cursos de formação profissional.

SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

Registramos, aqui, uma síntese das atividades desenvolvidas pela Divisão de Administração e Encargos

Diversos — D.A.E.D., através de seus órgãos subordinados, no que se refere a pessoal, serviços gerais, material e transporte.

a) Providências:

— Posicionamento da situação dos cargos, com respectiva lotação;

— Cargos e respectivos quantitativos;

— Pessoal contratado;

— Implantação do Serviço de Patrimônio;

— Organização dos e mentários de atos de interesse da Secretaria do Trabalho e Promoção Social;

— Implantação de novas fichas funcionais, com atualização das anteriores;

— Implantação de cadastro, visando o controle de pensões especiais concedidas pela SETRAPS;

— Realização de reuniões e orientação global e pessoal à funcionários, sobre matéria administrativa, legislação de pessoal e legislação específica da SETRAPS, realizadas pela Assessoria de Assuntos Administrativos Correntes e D.A.E.D.;

— Atualização de todo o serviço relativo a pessoal regido pela CLT, com implantação de fichas funcionais e atualização do pagamento desde 1974;

— Implantação do Arquivo, cujos trabalhos serão concretizados tão logo disponhamos de espaço físico adequado;

— Estudos, publicação de Edital, inscrição de candidatos à contratação para a função de Assistente Social;

— Recuperação de quase todos os veículos;

— Orientação e suporte administrativos, nos Irs. Jogos Comunitários, evidenciando-se, principalmente, as providências de aquisição de todo o material necessário à realização dos mesmos.

b) Levantamentos:

— Adequação, em planta, da área física proposta pelo Exmo. Sr. Governador, para funcionamento futuro da Secretaria do Trabalho e Promoção Social;

— Levantamento do material permanente indispensável ao funcionamento desta Pasta, prevendo-se as novas instalações;

— Levantamento de restos a pagar de 1974, e das despesas comprometidas em 1975, com as justificativas respectivas;

— Despesas pendentes desde 1973, com exame minucioso de cada caso, objetivando a efetivação dos respectivos depósitos;

— Levantamento de concessões de pensões privadas da Secretaria do Trabalho e Promoção Social, para organização do respectivo cadastro;

— Estudos de viabilidade de reimplantação de Boletim Informativo.

c) Legislação:

— Lotação nominal; quantitativos de cargos e distribuição;

— Determinação de exercício de funcionários;

— Delegação de competência, visando descentralização dos encargos afetos, principalmente, ao Gabinete do Secretário.

d) Projetos:

— Estudos para reestruturação da Secretaria do Trabalho e Promoção Social.

e) Comissões:

— Integramos a Comissão de Subvenção e Auxílio, instituída por V. Exa., quando tivemos ocasião de apreciar 112 (cento e doze) processos;

— Comissão encarregada de proceder à seleção para preenchimento, através de contrato, de vagas para a função de Assistente Social;

Registramos o trabalho desenvolvido pelos seguintes órgãos:

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO:

SERVIÇO DE PESSOAL:

— No tocante aos levantamentos efetuados e atualização de fichários e cadastro.

SERVIÇO DE MATERIAL TRANSPORTE E ZELADORIA:

— Cadastramento de todo o material permanente e equipamentos dos diversos setores desta Secretaria;

— Aquisição de material permanente e equipamentos, em substituição ao existente, que se encontrava em estado precário.

A seguir, apresentamos:

a) **Anexo I** — Organograma da Divisão de Administração e Encargos Diversos;

b) **Anexo II** — fls. 1 e 2, Síntese das Atividades e dados estatísticos fornecidos pelo Serviço de Administração e órgãos subordinados, concernentes a:

1 — atos elaborados pela Secretaria; decretos, portarias e ordens de serviço;

2 — correspondência expedida: comunicações internas, ofícios, memorandos, atestados, etc...

3 — movimentação de processos: entrada, andamento, informação e arquivamento de processos;

4 — atualização de fichas funcionais.

c) **Anexo III** — Dados relativos às licenças concedidas em 1975.

d) **Anexo IV** Demonstrativo dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas;

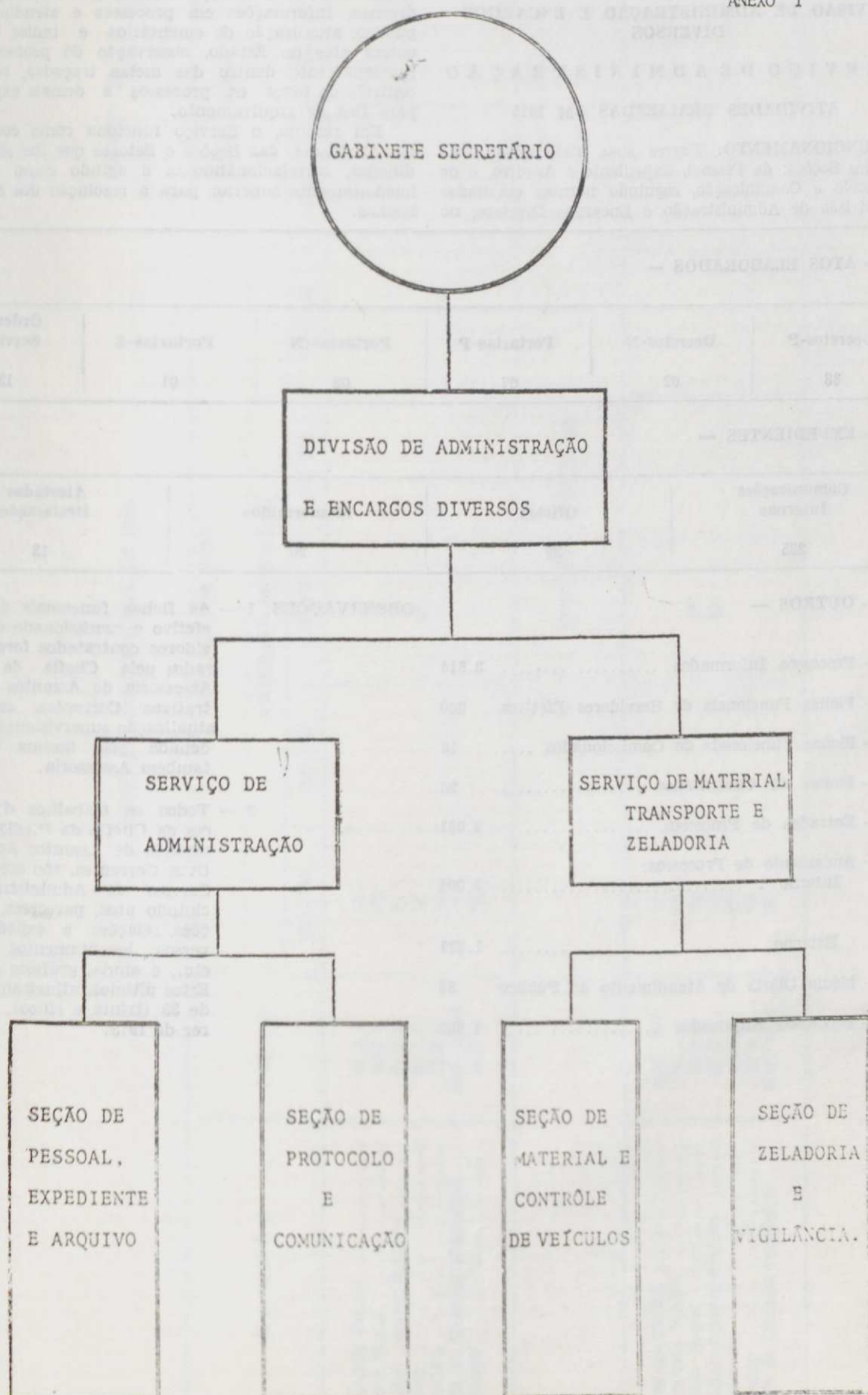
e) **Anexo V fls. 1 e 2** — Demonstrativo dos cargos técnicos e administrativos que compõem a estrutura da Secretaria — quadro permanente;

f) **Anexo VI** — Demonstrativo do quadro de pessoal do Centro de Ajustamento Social;

g) **Anexo VII** — Dados relativos a despesas com fornecimento de material de consumo, permanente e investimentos, a todos os órgãos da Secretaria;

h) **Anexo VIII** — Demonstrativo de despesas realizadas com veículos — período de janeiro a agosto de 1975;

i) **Anexo IX** — Demonstrativo de despesas realizadas com veículos — período de setembro a dezembro de 1975.



ANEXO II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADES REALIZADAS EM 1975

FUNCIONAMENTO: Exerce suas atribuições através das Seções; de Pessoal, Expediente e Arquivo, e de Protocolo e Comunicação, seguindo normas emanadas da Divisão de Administração e Encargos Diversos, no

que concerne à elaboração de atos, atualização de fichas funcionais, serviços mecanográficos, expedientes diversos, informações em processos e atendimento ao público, atualização de ementários e índice de leis e outros atos do Estado, observação do protocolo para funcionamento dentro das metas traçadas, registro e controle de todos os processos e demais expedientes para fins de arquivamento.

Em resumo, o Serviço funciona como controlador das atividades, das Seções e Setores que lhe são subordinados, correlacionando-as e agindo como instância imediatamente superior para a resolução dos seus problemas.

I — ATOS ELABORADOS —

Decretos-P	Decretos-N	Portarias-P	Portarias-N	Portarias-E	Ordens de Serviço-P
38	02	67	02	01	137

II — EXPEDIENTES —

Comunicações Internas	Ofícios	Memorandos	Atestados e Declarações
285	30	20	13

III — OUTROS —

— Processos Informados	3.514
— Fichas Funcionais de Servidores Efetivos	200
— Fichas Funcionais de Comissionados	18
— Fichas de Contratados	28
— Entradas de Processos	2.851
— Andamento de Processos:	
Interno	3.094
Externo	1.830
— Média Diária de Atendimento ao Público	35
— Processos Arquivados	1.602

OBSERVAÇÕES: 1 — As fichas funcionais do pessoal efetivo e comissionado e dos servidores contratados foram elaborados pela Chefia da DAED e Assessoria de Assuntos Administrativos Correntes, sendo sua atualização supervisionada e coordenada pela mesma Chefia e também Assessoria.

2 — Todos os trabalhos datilográficos da Chefia da DAED e da Assessoria de Assuntos Administrativos Correntes, são efetuados no Serviço de Administração, incluindo atos, pareceres, informações, relações e expedientes diversos, levantamentos, contratos, etc., e ainda, gráficos e tabelas. Estes últimos, atingiram um total de 35 (trinta e cinco), no decorrer de 1975.

ANEXO III

LICENÇAS CONCEDIDAS EM 1975

C A R G O S	CÓDIGO	LICENÇA EM DIAS						POR PESSOAS	
		PRIMEIRO SEMESTRE							
		Art. 103	Art. 121	Art. 112	Art. 111	Art. 110	Art. 113		Art. 116
Assistente Social	06.1.1	58							
Agente Social	06.3.6	172							
Auxiliar Administrativo	01.3.5	35							
Médico	05.1.6	16		6				1	
Motorista	10.3.6	10		15				1	
Chefe de Central Municipal ...	Ref. 10-C	5							1
Continuo	10.4.3	30							
SEGUNDO SEMESTRE									
Chefe da DAED	Ref. 3-C	70							
Assistente Social	06.1.1	82							
Agente Social	06.3.6	62		18				4	
Auxiliar Administrativo	01.3.5	145		45				1	
Continuo	10.4.3	02							
Servente	10.4.1	40							
Chefe de Central Municipal ...	Ref. 10-C	35							

SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

A — GABINETE DO SECRETÁRIO

Cargos	Referências	Quantitativo	Providos	Vagos
Chefe de Gabinete	CE — 4	1		X
Contadoria Setorial	7 — C	1	X	
Chefe do Serviço de Registro e Análise de Contas	10 — C	1	X	
Chefe da Seção de Controle da Execução Orçamentária	FG — 3	1	X	
Chefe da Seção de Revisão e Classificação de Comprovantes	FG — 3	1	X	
Oficial de Gabinete	10 — C	1	X	
Motorista de Gabinete	10 — C	1	X	

B — DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

Chefe da Divisão de Administração e Encargos Diversos	3 — C	1	X	
Chefe do Serviço de Administração	10 — C	1	X	
Chefe do Serviço de Material Transporte e Zeladoria	10 — C	1	X	
Chefe da Seção de Material e Controle de Veículo	FG — 3	1		X
Chefe da Seção de Pessoal, Expediente e Arquivo	FG — 3	1	X	
Chefe da Seção de Zeladoria e Vigilância	FG — 4	1	X	
Chefe da Seção de Protocolo e Comunicação	FG — 3	1	X	

C — DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO SOCIAL

Chefe da Divisão de Orientação Social	3 — C	1		X
Chefe de Serviço de Orientação Familiar	10 — C	1	X	
Chefe de Serviço de Relações e Instituições Sociais	10 — C	1	X	
Chefe da Seção de Triagem	FG — 3	1		X
Chefe da Seção de Registro	FG — 3	1	X	
Chefe da Seção de Orientação	FG — 3	1	X	

D — DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Chefe da Divisão de Desenvolvimento Comunitário	3 — C	1	X	
Chefe de Serviço de Promoção e Cooperação	10 — C	1		X
Chefe de Serviço de Estudos e Projetos	10 — C	1		X
Chefe da Seção de Pesquisa	FG — 3	1	X	
Chefe da Seção de Projetos Comunitários	FG — 3	1		X
Chefe da Seção de Cooperação e Intercâmbio	FG — 3	1		X
Chefe da Seção de Promoção Comunitária	FG — 3	1	X	
Chefe do Centro de Ajustamento Social	5 — C	1	X	
Chefe do Centro de Promoção e Recursos Humanos	5 — C	1	X	
Chefe de Central Regional de Serviços de Colatina	7 — C	1	X	
Chefe de Central Regional de Serviços de Cachoeiro de Itapemirim	7 — C	1		X
Chefe de Central Regional de Serviços	7 — C	1	X	
Chefe de Central Municipal de Serviços de Vila Velha	10 — C	1	X	
Chefe de Central Municipal de Serviços da Serra	10 — C	1		X
Chefe de Central Municipal de Serviços de Afonso Cláudio	10 — C	1	X	
Chefe de Central Municipal de Serviços de Santa Leopoldina	10 — C	1	X	
Chefe de Central Municipal de Serviços	10 — C	1	X	

OBSERVAÇÕES: Existem 45 (quarenta e cinco) cargos vagos de Chefe de Central Municipal de Serviços

SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS
SITUAÇÃO DOS CARGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E ADMINISTRATIVO EM 1975

Q U A D R O P E R M A N E N T E

Nº de Ordem	Cargos	Código	Criados	Providos Janeiro	Providos Dezembro	Vagos	Observações
01	Médico	05.1.6	7	1	1	3	Foram transferidos 3 (tres) cargos de Médico 05.1.6 para a Secretaria de Saúde, pelo Decreto nº 1161-E de 07.07.75
02	Médico Sanitarista	05.1.6	1	—	—	1	
03	Cirurgião Dentista	05.1.6	7	1	1	3	Foram transferidos 3 (três) cargos de Cirurgião Dentista 05.1.6 para a Secretaria de Saúde, pelo Decreto nº 1161-E de 07.07.75
04	Contador	03.1.4	1	—	—	1	
05	Economista	03.1.5	1	—	—	1	
06	Engenheiro	04.1.6	1	—	—	1	
07	Nutricionista	05.1.1	2	—	—	2	
08	Assistente Social	06.1.1	96	43	47	49	a) Duas (2) assumiram em fevereiro de 1975 b) Uma (1) tomou posse e assumiu em dezembro de 1975 c) Uma (1) tomou posse em dezembro de 1975
09	Assistente Administrativo	01.2.10	5	3	3	2	Provido 1 (um) cargo por remoção da Secretaria de Indústria e Comércio, em dezembro de 1975
10	Oficial Administrativo	01.2.8	12	4	5	7	
11	Auxiliar Administrativo	01.3.5	20	8	8	12	
12	Arquivista	01.3.5	2	1	1	1	
13	Almoxarife	01.2.8	1	—	—	1	
14	Enfermeiro	05.1.1	2	—	—	2	
15	Auxiliar de Bibliotecário	01.3.5	1	1	1	—	
16	Caixa	01.2.11	1	1	1	—	
17	Auxiliar de Processamento	01.3.5	1	—	—	1	
18	Dietista	06.3.7	2	—	—	2	
19	Auxiliar de Enfermagem	06.3.6	6	—	—	6	
20	Agente Social	06.3.6	75	57	58	17	a) Uma (1) assumiu em fevereiro de 1975 b) Uma (1) solicitou exoneração em agosto de 1975 c) Uma (1) foi nomeada, tomou posse e assumiu exercício em outubro de 1975
21	Monitor de Ofício	06.3.7	9	2	2	7	Quatro (4) contratados no quadro permanente
22	Motorista	10.3.6	20	13	—	—	Todos os cargos foram transferidos para o Departamento de Transportes da Secretaria de Administração, em agosto de 1975
23	Guarda Patrimonial	10.4.3	6	—	—	6	Dois (2) contratados no quadro permanente, em janeiro de 1975. Houve Rescisão de 1 (um) contratado no 2º semestre
24	Continuo	10.4.3	9	1	1	8	Um (1) assumiu em fevereiro de 1975 Um (1) removido em julho de 1975, para a Secretaria de Educação e Cultura
25	Eletricista	04.3.5	1	1	1	—	Dois (2) contratados no quadro permanente.
26	Cozinheiro	10.4.2	4	—	—	4	
27	Auxiliar de Cozinheiro	10.4.1	3	—	—	3	
28	Servente	10.4.1	19	12	12	7	

QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-CIENTÍFICO E ADMINISTRATIVO EXISTENTE
1975

Nº de Ordem	Cargos	Código	Efetivos	Contratados	Total Janeiro	Total Dezembro	Observações
01	Médico	05.1.6	1	—	1	1	
02	Médico Sanitarista	05.1.6	—	—	—	—	
03	Cirurgião Dentista	05.1.6	1	1	2	2	1 contratado no quadro permanente
04	Contador	03.1.4	—	—	—	—	
05	Economista	03.1.5	—	—	—	—	
06	Engenheiro	04.1.6	—	—	—	—	
07	Nutricionista	05.1.1	—	—	—	—	
08	Assistente Social	06.1.1	47	—	43	47	a) Duas (2) assumiram em fevereiro de 1975 b) Uma (1) tomou posse e assumiu em dezembro de 1975 c) Uma (1) tomou posse em dezembro de 1975
09	Psicólogo	06.1.2	—	—	—	—	
10	Orientador Educacional	11.1.2	—	—	—	—	
11	Assistente Administrativo	01.2.10	3	—	3	3	Provido 1 (um) cargo por remoção da Secretaria de Indústria e Comércio, em dezembro de 1975
12	Oficial Administrativo	01.2.8	5	—	4	5	
13	Auxiliar Administrativo	01.3.5	8	—	8	8	
14	Arquivista	01.3.5	1	—	1	1	
15	Almoxarife	01.2.8	—	2	2	2	1 contratado do quadro permanente além de 1 do quadro provisório
16	Enfermeiro	05.1.1	—	—	—	—	
17	Auxiliar de Bibliotecário	01.3.5	1	—	1	1	
18	Caixa	01.2.11	1	1	2	2	1 contratado — Quadro provisório
19	Auxiliar de Processamento	01.3.5	—	—	—	—	
20	Dietista	05.3.7	—	—	—	—	
21	Auxiliar de Enfermagem	05.3.6	—	—	—	—	
22	Agente Social	06.3.6	58	—	57	58	a) Uma (1) assumiu em fevereiro de 1975 b) Uma (1) solicitou exoneração em agosto de 1975 c) Uma (1) foi nomeada, tomou posse e assumiu exercício em outubro de 1975
23	Monitor de Ofício	06.3.7	2	5	7	7	4 contratados do quadro permanente além de 1 do quadro provisório
24	Motorista	10.3.6	13	2	15	—	Todos os cargos foram transferidos para o Departamento de Transportes da Secretaria de Administração, em agosto de 1975
25	Guarda Patrimonial	10.4.3	—	3	3	3	2 contratados no quadro permanente, além de 1 do quadro provisório
26	Continuo	10.4.3	1	—	1	1	Um (1) assumiu em fevereiro de 1975 Um (1) removido em julho de 1975, para a Secretaria de Educação e Cultura
27	Jardineiro	10.4.3	—	—	—	—	
28	Eletricista	04.3.5	1	—	1	1	
29	Cozinheiro	10.4.2	—	5	5	5	2 contratados do quadro permanente e 3 do quadro provisório
30	Auxiliar de Cozinheiro	10.4.1	—	2	2	2	2 contratos do quadro provisório
31	Servente	10.4.1	12	—	12	12	
32	Preceptor	10.4.3	—	2	2	2	2 contratados do quadro provisório
33	Lavadeira	10.4.1	—	3	3	3	3 contratados do quadro provisório

QUADRO PROVISÓRIO
CENTRO DE AJUSTAMENTO SOCIAL

ANEXO VI

Nº de Ordem	Cargos	Código	Quantitativo	Providos Janeiro	Providos Dezembro	Vagos
01	Preceptor	10.4.3	2	2	2	—
02	Lavadeira	10.4.1	4	3	3	1
03	Psicólogo	06.1.2	1	—	—	1
04	Orientador Educacional	11.1.2	1	—	—	1
05	Monitor de Ofício	05.3.7	2	2	1	1
06	Almoxarife	01.2.8	2	2	1	1
07	Cozinheiro	10.4.2	3	3	3	—
08	Auxiliar de Cozinheiro	10.4.1	2	2	2	—
09	Motorista	10.3.6	3	2	—	—
10	Guarda Patrimonial	10.4.3	2	1	1	1
11	Caixa	01.2.11	1	1	1	—
12	Jardineiro	10.4.3	1	—	—	1

OBSERVAÇÕES: a) Cargos constantes dos anexos I e II do Decreto nº 560-N de 03 10 74, publicado em 04.10.74
b) Os cargos são preenchidos através de contrato
c) As funções de Motorista passaram a cargo do Departamento de Transportes em agosto de 1975
d) Rescisão de 1 (um) contrato de Monitor de Ofício
e) Rescisão de 1 (um) contrato de Almoxarife.

SERVIÇO DE MATERIAL, TRANSPORTE E ZELADORIA
FORNECIMENTO DE MATERIAL — 1975

ANEXO VII

Orgão	Material	Consumo	Permanente	Investimentos	Totais
Gabinete		48.112,33	48.406,20	32.165,10	126.683,53
DAED		5.923,34	15.028,20	—	20.951,54
D.D.C		88.093,56	46.188,30	—	134.281,86
D.O.S		2.632,00	18.335,70	22.250,90	43.218,60
C.A.S		22.284,83	7.654,20	13.364,00	110.303,03
TOTAIS:		167.046,06	200.612,60	67.780,00	

三

•continued. 20 copies of this document are to be forwarded to the following:

**COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO
SANTO**

1 — DEPARTAMENTO TÉCNICO

Funcionava em precárias condições, ou seja, em pequena sala com aproximadamente 36 m2, onde se localizavam dois engenheiros e dois estagiários, além do Diretor Técnico.

Tal espaço não permitia a elaboração de projetos na Companhia, o que obrigou a atual Diretoria transferir o Departamento para área separada dos demais

órgãos da empresa, deslocando-o para a Av. Marechal Campos — Bairro de Lourdes, com área aproximadamente de 110 m2.

Apesar desse substancial aumento de área física, o citado departamento já carece de mais espaço, estando, como todo o corpo da empresa, estrangulado, dado ao crescimento da Companhia. Tal problema será solucionado com a construção da sede própria, cujo projeto já se encontra pronto. Apesar dessas dificuldades, conseguiu o mesmo departamento apresentar a produção que demonstramos nos quadros I e II a seguir.

QUADRO I

A) OBRAS ENTREGUES NO EXERCÍCIO

Conjuntos habitacionais	Município	Nº Unidades (conjunto)
Ibiraçu II	Ibiraçu	49
Santana I	Cariacica	189
Santa Mônica II (Setor II)	Vila Velha	205
São Mateus I	São Mateus	58
	T O T A L	501

Outros

	Município	
Praça de Esportes Coronel Gumerindo	Vila Velha	
Centro Comunitário Goiabeiras III	Vitória	
Drenagem do Vale Esperança	Cariacica	
Casa do Cego no Vale Esperança	Cariacica	
Reforma de Residência em Santana I	Cariacica	
Drenagem Provisória de Santana I	Cariacica	
Levantamento Topográfico da Ilha Santa Maria	Vitória	
Levantamento Topográfico da área em Carapina	Serra	
Levantamento Topográfico Pé-Sujo	São Mateus	
Sondagem do terreno da Sede Própria	Vitória	

B) OBRAS INICIADAS NO EXERCÍCIO

— EM EXECUÇÃO

Conjunto	Município	Nº Unidades (conjunto)
Aracruz II	Aracruz	130
Santa Mônica II (Complementação)	Vila Velha	32
Carapina I	Serra	384
	T O T A L	546

C) OBRAS LICITADAS EM HOMOLOGAÇÃO NO B. N. H.

Conjunto	Município	Nº Unidades (conjunto)
Linhares IV	Linhares	129
Santos Dumont	Vila Velha	800
	T O T A L	929

D) PROJETOS EXECUTADOS, AINDA NÃO LICITADOS

Conjunto	Município	Nº Unidades (conjunto)
Carapina — Aproveitamento em área adquirida do Sr. Clovis Camargo	Serra	1.118
Carapina — Aproveitamento em área da F.V.R.D.	Serra	1.062
Colatina III	Colatina	82
Bairro dos Operários (Profilurb)	Colatina	117
Pé Sujo (Profilurb)	São Mateus	603
Nova Venécia I	Nova Venécia	55
São Mateus II	São Mateus	102
Maruípe	Vitória	400
Viana I	Viana	54
Ilha de Santa Maria (Profilurb)	Vitória	400
Edifício da Sede Própria	Vitória	—
	T O T A L	3.953

QUADRO I I

DEMONSTRATIVO RESUMO DAS ATIVIDADES EM 1975

A) Conjunto	(Município)	Nº Unidades (Conjunto)	Atividades no exercício
Ibiraçu	Ibiraçu	49	PLX
Santana I	Cariacica	189	X
Santa Mônica II (Setor)	Vila Velha	205	X
São Mateus I	São Mateus	58	X
Carapina I	Serra	384	LE
Aracruz II	Aracruz	130	PLE
Santa Mônica II (Complementação)	Vila Velha	32	PLE
Linhares IV	Linhares	129	PL
Santos Dumont	Vila Velha	800	PL
Bairro dos Operários	Colatina	117	P
Carapina — C. Camargo	Serra	1.118	P
Maruípe	Vitória	400	P
Carapina — F. V. R. D.	Serra	1.062	P
Colatina III	Colatina	82	P
Nova Venécia	Nova Venécia	55	P
Pé Sujo	São Mateus	603	P
São Mateus II	São Mateus	102	P
Viana I	Viana	54	P
Ilha Santa Maria (Profilurb)	Vitória	400	P
TOTAL DE UNIDADES REMANEJADAS EM 1975:		5.969	

B) Outros	Município	Atividade no Exercício
Serviços Topográficos	Vitória/Serra	LX
Drenagem Vale da Esperança	Cariacica	PLX
Casa Cego — Vale da Esperança	Cariacica	PLX
Reforma Residência Santana I	Cariacica	PLX
Drenagem Provisória Santana I	Cariacica	PLX
Praça Esportes Cel. Gumerindo	Vila Velha	PLX
Centro Comunitário Goiabeiras II	Vitória	PLX
Sede Própria	Vitória	P

CONVENÇÃO: —

P — Projeto E — Em execução
L — Licitado X — Executado

Conforme ali se verifica, as obras executadas, em execução e em fase de contratação, no exercício, somam 1.976 unidades habitacionais, representando 50% do total realizado pela Companhia desde sua fundação até o exercício anterior.

Somando-se a essas obras os projetos elaborados, quase todos aprovados pelo BNH, obtivemos um total de 5.969 unidades, representando 153% do mesmo total acima comparado.

Convém citar que não incluímos nessas obras, aquelas de caráter social e outras, relacionados no item "A" do Quadro I e item "B" do Quadro II.

2 — SELEÇÃO DE ÁREAS.

2.1 — É sabido por todos, os elevados preços das áreas na Grande Vitória, apesar do que, com algum êxito, conseguimos viabilizar as seguintes:

2.1.1 — Em Carapina, área de aproximadamente 387.000 m2 que possibilitará a construção de 1.118 unidades habitacionais.

2.1.2 — Em Maruípe, nesta Capital, área de aproximadamente 120.000 m2 permitindo a construção de 400 habitações.

2.1.3 — Carapina, área de aproximadamente 250.000 m2 de propriedade da Fundação Vale do Rio Doce, permitindo ampliar o Conjunto Carapina I, adicionando mais 1.062 habitações. Neste Núcleo encontra-se reservada área de 25.000 m2 para implantação de um CENTRO SOCIAL URBANO, que dentro de estudos em elaboração pretende esta Companhia participar financeiramente do custo do empreendimento, a título de participação do Estado do Espírito Santo.

OBSERVAÇÃO: Essas áreas relacionadas nesses três itens encontram-se citadas nos Quadros I e II, pois já foram elaborados projetos para as mesmas.

2.1.4 — Barra do Jucu, Vila Velha, área de aproximadamente 2.000.000m2 para 4.000 habitações. Este estudo é mais complexo, considerando os problemas de acesso e infra-estrutura da região.

2.1.5 — Ainda em estudos o aproveitamento de pequenas áreas situadas em regiões de aglomerados urbanos e já dotados de infra-estrutura de transportes e serviços públicos de água e luz. Tais estudos compreendem sugestões oferecidas pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano — IDUR órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado.

2.2 — Devemos considerar que a seleção de áreas obedece a critérios técnicos, estando a COHAB-ES com

atenção especial voltada para o preparo dos menos, a fim de evitar o ocorrido nos conjuntos residenciais de:

2.2.1 — Núcleo Residencial de Santana

Para execução do projeto foram executados serviços de terraplenagem, com grande movimento de terra, envolvendo ainda aterros, obras de contenção e drenagem, onerando sem dúvidas os custos diretos. Além disso, durante a execução, as fortes chuvas carrearam grande quantidade de terra para as residências das proximidades, ensejando aos moradores embargarem a obra, solicitando a recuperação dos danos causados, com consideráveis prejuízos para essa empresa.

2.2.2 — Núcleo Residencial de Carapina

O custo da obra em aproximadamente Cr\$ 1.600.000,00 representando uma parcela de cerca de Cr\$ 4.2.0,00 a incidir no custo de cada unidade. Além disso, o prazo de construção foi dilatado para mais 3 meses, especificamente para esse serviço.

2.2.3 — Núcleo Residencial de Santos Dumont

O Custo dos serviços de limpeza, escavação e transporte, espalhamento e compactação, adicionaram ao projeto custos de Cr\$ 4.800.000,00 representando incidência de Cr\$ 6.000,00 no custo por unidade habitacional.

Torna-se importante a citação desses exemplos, no momento em que tais valores tornam-se incidentes nos custos das habitações, dificultando assim o atendimento dos inscritos e distanciando as famílias de menor renda na aquisição da casa própria.

3 — SUBSTITUIÇÃO DE AGLOMERADOS DE SUB-HABITAÇÃO

Encontram-se em fase adiantada os seguintes projetos:

3.1 — Pé Sujo — São Mateus

Projeto já elaborado e registrado no quadro de projetos executados, ainda não lícitado, aguardando solução a ser encontrada pelo Departamento Jurídico da Companhia que, por determinação da Diretoria da COHAB-ES, deverá concluir esse trabalho até 20 de janeiro próximo.

3.2 — Rua da Lama — Colatina

Também com projeto executado e apresentado ao BNH, carece de solução quanto ao retorno do financiamento, por exigência do aludido Banco. Inicialmente, tornou-se difícil a solução, uma vez que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal esperava que nada fosse cobrado dos beneficiários, o que obviamente é impossível, uma vez que o BNH não permite doação de casas.

Hoje, esperamos ter encontrado a solução através do sistema de distribuição de renda, onde unidades bem localizadas são majoradas em benefício das unidades para família de renda mínima, exigindo-se dessas famílias o menor valor de prestação possível. Para tanto estamos aguardando somente aceitação por aquela Municipalidade, que instada a se pronunciar, ainda não o fez.

3.3 — Ilha de Santa Maria

Feito o levantamento topográfico, a COHAB-ES elaborará exposição de motivos para encaminharmos ao Exmo. Sr. Presidente da República, solicitando transferência da área ocupada, a fim de que possamos regularizar os títulos de propriedade.

É importante frisar que somente nestes 3 locais teremos 1.120 lotes urbanizados em áreas sub-habitadas, que mediante utilização do PROFITURB, poderemos remover os seus ocupantes. Além desse número de lotes nos projetos atualmente em elaboração para a Grande Vitória manteremos um número de lotes urbanizados, para atendimento de famílias com renda mínima, e ainda outras áreas que se encontram em fase de estudos para aplicação do PROFILURB, principalmente no Município de Vila Velha.

4 — AÇÃO COMUNITÁRIA

Devemos integral apoio à COHAB-ES e à Unidade Comunitária de Integração Social, neste campo, desenvolvendo as seguintes obras e trabalhos:

4.1 — Construção do Centro Comunitário de Goiabeiras III:

Valor Cr\$ 98.543,10

4.2. — Praça de Esportes, Cel. Gumercindo Vila Velha:

Valor Cr\$ 370.800,00

4.3 — Drenagem do Vale da Esperança

Valor Cr\$ 58.000,00

Nesta obra contamos com a colaboração da Companhia Ferro e Aço de Vitória, que participou com Cr\$ 20.000,00 do Valor da obra.

4.4 — Construção de uma casa para um cego que ocupava as ruínas do Instituto Luiz Braille na Av. Vitória:

Valor Cr\$ 10.909,99

4.5 — Devemos o passo inicial para formação das bibliotecas nos Centros Comunitários dos Núcleos de Vila Nova, Vale da Esperança, Solon Borges, Goiabeiras I e II, oferecendo neste Natal estantes e livros no valor de Cr\$ Cr\$ 1.951,50.

4.6 — Constituímos na Contabilidade da Companhia, o Fundo de Apoio Comunitário, que já conta hoje, em números redondos, com aproximadamente Cr\$ 430.000,00. Esse fundo tem a finalidade de atender aos trabalhos de Ação Comunitária.

4.7 — Criamos o setor do Serviço Social, que além de preparar o futuro morador, acompanha os problemas de ordem comunitária dos núcleos e desenvolve pesquisa para determinar a linha de trabalho a ser aplicada.

Total aplicado Cr\$ 970.204,39

5 — INTERIOR DO ESTADO

A atuação pode ser vista nos quadros I e II, onde temos a construção ou projetos nos seguintes Municípios: Ibiracú, São Mateus, Aracruz, Linhares, Colatina, Nova Venécia e Viana.

Também, estão em fase de pesquisa:

Conduru (Distrito de Cachoeiro de Itapemirim), Muritiba (Distrito de Ecoporanga), Alegre, Mimoso do Sul, Itapemirim, São Francisco e Conceição da Barra.

6 — Entrosamento com os demais órgãos do Governo, tanto na área estadual como federal, que consideramos excelente, pois o mesmo permitiu:

6.1 — Atender a Polícia Militar, possibilitando aos militares destacados para o interior a garantia de moradia, em São Mateus, Ibiracú e ainda a Unidade de Escola de Santana em Cariacica.

6.2 — Atendemos a várias solicitações das Secretarias de Estado: do Interior e Justiça, Fazenda, Edu-

ção e Cultura, Saúde e Agricultura, para servidores do interior do Estado.

6.3 — Prestamos nossa colaboração ao BANESTES, para solução da pendência entre aquele Banco e a CONCAPRE S/A, estando atualmente em fase de constituição o processo de venda através da COHAB-ES, das unidades recebidas em doação de pagamento da dívida originária referente ao Núcleo Residencial Monte Cristo, em Cachoeiro de Itapemirim.

6.4 — Mediante acordo firmado com o Sr. Clovis Camargo, deu-se por encerrado o processo judicial existente, com o que recebeu o Estado, pelas benfeitorias na área, a importância de Cr\$ 390.780,00 soma essa considerada excelente dado ao valor atribuído às referidas benfeitorias.

7 — Foram mantidos entendimentos com o INOCO-OP-ES mas, ainda, sem resultados. Porém, melhorou muito o entrosamento e relacionamento entre os dois órgãos.

8 — Foram ampliados os entendimentos com o Complexo Financeiro e demais empresas do Governo do Estado:

A Companhia hoje, somente possui transações e depósitos com as Empresas do Complexo Financeiro do Estado.

9 — Avaliamos, até aqui, em termos comparativos as metas propostas e considerando que as atividades da COHAB-ES não se restringem aos itens relatados, cumpre assinar ainda o seguinte:

9.1 — Departamento Financeiro

9.1.1 — Cursos, Seminários e Participações:

A COHAB-ES participou do curso de Orçamento Programa, patrocinado pela Secretaria de Planejamento do Espírito Santo.

Promovido pela 6a. Delegacia Regional do BNH, participamos nas pessoas do Diretor Financeiro e do Contador Ademar Soares, da palestra feita pelo Dr. Roberto Bastos de Moura a respeito da movimentação do FGTS, para amortizações extraordinárias ou total dos saldos de financiamentos habitacionais.

Toda a Diretoria participou do III Seminário Nacional das COHAB'S, promovido pela ABC sobre o patrocínio do BNH, em Salvador (BA).

9.1.2 — Decreto-Lei 1.358/74:

Na forma das instruções do Decreto-Lei acima referido, habitamos, no período de janeiro a abril de 1975, 3.257 mutuários da Companhia, sendo que endossaram efetivamente os Certificados de Créditos correspondentes, 3.250 mutuários ou seus representantes legais. Devemos destacar, na oportunidade, o excelente trabalho executado pelos servidores da COHAB-ES já que não dispomos de processamento eletrônico, e todo o serviço foi feito manualmente através de formulários.

9.1.3 — Instalação e Implantação dos Serviços Contábeis equipamento eletrônico SOEMTRON

Recebido no início de 1975, o equipamento eletrônico SOEMTRON foi devidamente instalado, passando imediatamente a produzir os carnês de prestações mensais, emitidos trimestralmente; implantadas no mesmo as fichas financeiras, bem como toda a Contabilidade daquela Companhia.

Entretanto, no decorrer do ano, constatamos que o mesmo era muito lento na produção de carnês e na correção monetária trimestral dos saldos financeiros, motivo pelo qual passou a COHAB-ES a fazer um:

9.1.4 — Estudo para implantação da contabilidade financeira no Serviço Estadual de Regionalização e Controle Operacional.

Tal estudo encontra-se em fase bastante adiantada, e podemos assegurar que os serviços estarão em funcionamento no início de 1976, embora continuemos, até o último mês do 1º trimestre, usando o atual sistema

para que possamos fazer o melhor controle de qualidade e as críticas devidas.

O SERCOP, entre outros, atenderá com os seguintes serviços:

— Emissão anual de recibos, acompanhados de relatórios auxiliares;

— Controle de pagamento de recibos, com fornecimento de relatório;

— Emissão de boletins estatísticos, físicos e financeiros;

— Emissão de avisos de débito e notificações aos mutuários em atraso;

— Fornecimento da fita magnética ao Serpio, para atendimento ao DL 1.358.

9.1.5 — Prestações retorno passivo:

Retornamos ao MNH, de habitações, prestações no valor global de Cr\$ 3.338.456,83 para o valor de Cr\$ 2.714.107,99 em 1974.

9.1.6 — Aplicações durante o exercício:

Entre aplicações e reaplicações em cartas de recompra na Tranquilidade, fez a COHAB-ES um movimento bruto de Cr\$ 19.859.779,23.

Com todos os recursos, tem o órgão aplicados no FAL Cr\$ 953.620,00 que, acrescidos de juros e correção monetária, chega ao total de Cr\$ 1.002.633,40.

9.1.7 — Apoio Financeiro com recursos próprios e de terceiros:

Apoiando a dinâmica introduzida no sentido de agilizar a sistemática de obras da Companhia, podemos relacionar abaixo as obras iniciadas através de recursos próprios, no aguardo de desembolsos do BNH:

— Aracruz	Cr\$ 1.235.158,52
— Carapina	Cr\$ 1.494.017,40
— Ibiracú	Cr\$ 1.388.245,40
— Praça de Esportes	Cr\$ 370.800,00
— Centro Comunitário Goiabeiras	Cr\$ 98.543,10

TOTAL Cr\$ 4.586.764,72

9.1.8 — Fundo de Desenvolvimento Comunitário:

Através de resolução da Diretoria do órgão, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Comunitário, com recursos oriundos das taxas de inscrição (10%) e de ocupação (5%).

9.1.9 — Dados Gerais:

Podemos informar, que até a presente data, considerando o número de 4.610 unidades, tivemos:

a — Liquidações antecipadas	206
b — Liquidações de sinistros	130
c — Unidades c/retorno de prestações	3.329
d — Unidades c/taxa de ocupação	945

Foram assinados contratos no valor de Cr\$ 59.306.517,03 quando contamos com a presença do Exmo. Sr. Ministro do Interior e Exmo. Sr. Presidente do BNH, acompanhado do Diretor da Carteira de Operações de Natureza Social.

Foram os seguintes Contratos:

— Conjunto Habitacional Santos Dumont	Cr\$ 35.377.008,00
— Terreno de Carapina II	Cr\$ 3.364.360,50
— Terreno de Carapina I	Cr\$ 12.929.879,10

— Terreno de Aracruz II	Cr\$ 4.195.111,80
— Terreno Próprio 2a. etapa	Cr\$ 2.038.602,60
— Santa Mônica — 2a. etapa ..	Cr\$ 1.401.555,00

TOTAL Cr\$ 59.306.517,00

Quanto ao retorno de mutuários, considerados inadimplentes, com 3 e mais prestações atrasadas, tivemos os seguintes comparativos:

em	em
1974	1975
20,112 %	apenas 4,416 %

demonstrando que, em 1975, 95,584% encontrava-se em dia ou com apenas 1 e 2 prestações atrasadas.

9.2 — Departamento Administrativo

Durante o exercício de 1975, foi reestruturado o quadro de funcionários, adequando dentro das possibilidades do espaço físico disponível, o volume de serviços a ser desenvolvido.

Nesse setor, como apoio à Diretoria da Companhia, estruturados os seguintes serviços:

9.2.1 — Estruturação do setor de inscrições permanentes;

9.2.2 — Estruturação do Serviço Jurídico;

9.2.3 — Implantação do almoxarifado, até então inexistente;

9.2.4. — Adoção do Sistema de Análise de fichas de inscrições visando atendimento de famílias realmente necessitadas.

10 — Sede Própria:

A COHAB-ES está adquirindo área de 1.020 m² localizada na Av. Vitória, para construir a sede própria da Companhia, que disporá de, aproximadamente, 1.800 m² de área, devendo estar concluída em outubro do corrente ano.

Com essa aquisição o Estado do Espírito Santo integralizará parte do capital social subscrito e não integralizado há 2 anos.

FUNDAÇÃO ESPIRITOSSANTESE DO BEM-ESTAR DO MENOR

Até 09 de dezembro de 1975, tivemos à frente do órgão o Dr. Ary Lopes Ferreira, e a partir de 23 do mesmo mês e ano, assumiu a presidência o Dr. Luiz Fernando Garcia Marques.

A seguir, focalizamos as principais atividades desenvolvidas por aquele órgão.

1 — PROVIDÊNCIAS

1.1 — Reajuste em mais de 40% dos valores de manutenção de menores em obras particulares;

1.2 — Introdução de novo fator de sociabilização dos menores, que se fez pela oferta de recreação e jogos desportivos;

1.3 — Contratação de Assistente Sociais, a fim de aumentar a atividade técnica do órgão;

1.4 — Racionalização dos serviços administrativos, com a introdução de nova mecânica de trabalho.

2 — PROJETOS

2.1 — Projeto Rio Doce — pretende abranger metade do nosso Estado; acima e em torno do Rio Doce;

atuar contra o exodo rural; atacar as causas das carências e do abandono de menores, na origem, sempre mediante a integração dos serviços sociais das várias entidades e organismos existentes na área e até mesmo utilizando instrumentos econômicos com fins apenas sociais, para promoção das famílias necessitadas.

2.2 — Projeto de Centro de Formação Profissional — pretende oferecer profissionalização a menores, de ambos os sexos na faixa etária entre 15 e 18 anos, para coroar todos os dispêndios com os menores acolhidos em obras assistenciais e, ainda, para receber e profissionalizar menores que não têm acesso aos meios normais de ensino existentes

Na 1a. fase, o Centro profissionalizante receberia 600 menores, e, em 2a. fase, mais 600 menores, em cursos de curta média e longa duração, escolhidos dentre aqueles que o mercado de trabalho do momento, e do futuro projetado, esteja a solicitar.

2.3 — Projeto de Ampliação e Aperfeiçoamento dos Programas dos "PRAM" — aplicação de novos convênios em Itararé, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, face à experiência obtida nos dois últimos anos.

2.4 — Projeto de Ampliação e Extensão do Sistema "CEMIC" — (Centro de Estudos do Menor e Integração Comunitária) convênio de ajuda financeira e orientação superior da "FUNABEM" — com previsão de mais de tres CEMIC no Estado um em Linhares, outro na "Grande Vitória", e um terceiro em município onde os estudos o recomendarem. Estes CEMIC utilizarão a força jovem dos universitários, com Bolsas de Estudos bem remuneradas com recursos providos da "FUNABEM", para, com o trabalho comunitário, atingirem-se, até 2.500 menores, no triênio.

2.5 — Projeto de Melhoria e Ampliação das Unidades Educacionais da FESBEM — projeto já completado, mas pendente de apuração dos custos prováveis. Objetiva principalmente dar aos nossos dedicados técnicos maior instrumental de trabalho, e, ainda, melhorar as condições de habitabilidade, para que os investimentos feitos diretamente pela Fundação produzam ainda maiores e mais profundos benefícios aos menores do INSTITUTO PRESIDENTE CASTELO BRANCO e do INSTITUTO PROFISSIONAL FRANCISCO SCHWAB.

2.6 — Projetos Integrados, de ação múltipla, em regime de co-participação — A Fundação vem desenvolvendo estudos para, sempre em regime de co-participação, atuar com:

— Secretaria do Trabalho e Promoção Social — nos próprios "CEMIC" de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, e nos futuros CENTROS SOCIAIS URBANOS (CSU);

— Secretaria de Educação e Cultura — atendimento especial ao pré-escolar (além do que já vinhamos ofertando, em programas próprios da FESBEM). Este projeto integrado tem por objetivo reunir a LBA, a CNAE, a Secretaria de Saúde, e a SEIRAPS, em atuação conjugada mediante a utilização de locais pertencentes à Secretaria de Educação;

— Projeto RONDON|COMUNIDADE DE PORTO DE SANTANA — Projeto especial este, com recursos também da Fundação Nacional e técnica da Coordenação de Projetos Integrados, e que tem por alvo a promoção do desenvolvimento social das famílias pobres, sob todos os prismas, e sempre reunindo forças da próprias comunidade interessada;

— **Projeto de Apoio aos Juizados de Menores** — desenvolvem-se atualmente dois: um em Vitória, já de anos começando e em franco progresso; outro em Linhares, em fase de estudos conjuntos entre as partes interessadas, já se tendo motivado bastante as autoridades e organizações e pessoas de Linhares;

— **Projeto "PANCAS"** — criação em Pancas de uma Comissão Municipal da FESBEM: foi obtida lei municipal autorizando o convênio com a Prefeitura de Pancas, para instalar, no município, uma Comissão da FESBEM.

3. — REALIZAÇÕES

3.1 — Elevação dos dispêndios médios, mensais, com a rubrica "BEM-ESTAR DO MENOR", como se demonstra a seguir:

31.03.75 — média mensal: Cr\$ 461.774,, — 103%
30.06.75 — média mensal: Cr\$ 497.729, — 107%
30.11.75 — média mensal: Cr\$ 571.554, — 124%

(incremento médio mensal, contínuo, de 3%).

Aparentemente, o crescimento médio mensal de 2% não é expressivo. Mas, há dois fatores a considerar, na análise:

a) — os recursos eram absorvidos pelas elevações dos custos, até mesmo para materiais e combustíveis;
b) — elevamos a média mensal de menores atendidos pela FESBEM de 1.510 em maio para 3.400 em outubro/75 — representando mais de 100% de aumento dos beneficiados.

Assim, enquanto elevamos em 24% os gastos com o BEM-ESTAR DO MENOR, estendemos esse bem-estar ao dobro ou mais de menores.

Somente se conseguiu este resultado esplêndido mercê da conjugação dos fatores seguintes:

— dedicação e capacidade dos técnicos e outros funcionários da Fundação, que se desdobraram no cumprimento dos seus encargos;

— eficiência acrescida ao mecanismo administrativo, que deu resultado na economia de custos operacionais.

4. — DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E FINANCEIRO

4.1 — Em novembro de 1975, assim se posicionava:

Cr\$ 8 milhões — Depósito à Prazo Fixo;
Cr\$ 400 mil — Investimento em "open market";
1 (Hum) milhão de ações da Petrobrás.

4.2 — As rendas mensais fixas permitem atender a 70% (setenta) da folha de pagamento mensal.

INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL ESPIRITO SANTENSE

Em 05 de maio de 1975, assumiu a direção do Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense — IBES a Sra. Maria Elvira Lindenberg Coelho Brandão, tendo deparado, conforme relatório apresentado à ocasião, com vários problemas de ordem social e financeira que ven sendo superados, gradativamente, principalmente quanto ao atraso de pagamento dos operários e funcionários, atrasados desde dezembro de 1974, bem como, dívidas para com a TELEST CESAN, INPS, seguros, aluguéis, etc.

1. — ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Esta Autarquia, embora com dificuldades diversas, vem se desobrigando de suas elevadas finalidades so-

ciais para as quais foi criada pela Lei nº 627, de 22/02/52.

Assim, dando cumprimento ao seu plano de expansão, fez construir no presente ano 19 (dezenove) casas sob forma de financiamento proporcionado pelos próprios adquirentes. Tais casas de construção tipo popular vieram atender ao problema de várias famílias, que não possuíam a moradia própria. Dos 38 (trinta e oito) contratos para construção de casas, cujo financiamento já havia sido recebido na Administração anterior, restam ainda por concluir 19 (dezenove) casas.

Além das construções foram executadas nos prédios de propriedade do Instituto os seguintes melhoramentos.

1 — Reforma e pintura da Agência Social onde funciona a Escola "Albina Santos Neves";

2 — Reparo no telhado do Centro Comercial;

3 — Mudança de peças no sanitário público;

4 — Limpeza geral no prédio da antiga Lavanderia Pública.

Executou ainda em colaboração com a SETRAPS, os seguintes serviços:

1 — Conserto e modificação na rede de água do Centro de Reajustamento Social de Carapina;

2 — Reparos no telhado, esgoto, paredes, confecção de prateleiras e divisões de salas na Sede da SETRAPS.

2. CONVENIO COM A UNIDADE COMUNITARIA

O Instituto construiu em convênio com a Unidade Comunitária de Integração Social uma casa para o Senhor Aureliano Ferreira. Todo o material para a construção foi ofertado pela Unidade Comunitária com supervisão e operário desse Instituto.

Dificilmente poderá se descrever a alegria e felicidade que este ato humano e digno de um grupo de pessoas pode trazer a um ancião, de 90 anos, que teve a sua casa conluída justamente para o Natal.

3. RECEITA E DESPESA

3.1. RECEITAS CORRENTES

Receita Imobiliária	112.312,00	
Transferências Correntes	666.000,00	
Receitas Diversas	42.000,00	
Receita de Capital	470.000,00	1.290.312,00

3.2. DESPESAS DE CAPITAL

Custeio	760.312,00	
Transferências Correntes	60.000,00	
Desp. de exercícios anteriores	170.000,00	
Despesas de Capitais	300.000,00	1.290.312,00

FUNCIONARIOS

Os funcionários do Instituto deveriam ser contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Montelro (IPAJM), por imperativo do Art. 27 do Dec. 1.891, de 15/12/55, mas como no início das atividades os seus servidores eram apenas contratados, não foram aceitos como contribuintes daquela Instituição previdenciária. As contribuições foram recusadas, ficando os funcionários, em consequência, sem qualquer amparo da previdência social. Diante disto, o então presidente Dr. Henrique Cerqueira Lima Filho, resolveu providenciar a inscrição de todos os servidores, a partir do mês de outubro de 1960, como contribuintes do extinto IAPFESP, e posteriormente INPS. Esta situação perdurou até o ano de 1972, quando o fiscal do INPS, examinando o contabilidade e a legislação do Instituto, esclareceu que não seriam mais

recebida pelo INPS qualquer contribuição dos associados que estivessem sob regime estatutário.

Assim, os mesmos ficaram totalmente sem previdência pois, até as contribuições já recolhidas não possuem nenhum valor para contagem de tempo, devendo mesmo ser devolvidas pelo INPS, conforme entendimentos que estão sendo mantidos, presentemente, com aquele órgão.

Preocupados com tal situação, a presidência do órgão providenciou junto ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, a inscrição de todos os funcionários e já vem sendo recolhido, parceladamente, as contribuições atrasadas. Esta iniciativa, além de dar cumprimento à lei que exige que todo o servidor seja associado da Previdência Social, tranquilizou os funcionários prejudicados que se viam sem um amparo legal no presente e principalmente para o futuro.

5. VENDA DE LOTES

O "IBES" nos anos de 1963 e 1965 vendeu diversos lotes de terrenos, localizados no Núcleo Residencial "Alda Santos Neves", em desrespeito às disposições estabelecidas pela Lei nº 627, de 22/02/52, que criou o Instituto.

Com a finalidade de evitar a liquidação do patrimônio do Instituto, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei 2.144, de 15/10/65, que em seu Art. 4º dispõe: "proíbe a alienação, sob qualquer forma, de terrenos de propriedade do Instituto", determinando ainda no seu Parágrafo Único: "... a anulação das alienações não concluídas com a lavratura da escritura definitiva devendo o Instituto indenizar as benfeitorias existentes".

A partir da publicação da mencionada Lei, o IBES suspendeu a venda de terrenos, sem contudo ter condições de proceder às indenizações previstas no Parágrafo Único já citado.

Tal situação perdurou por mais de 10 anos sem solução e prejudicando os compradores que de certa forma eram os menos culpados do ocorrido. Assim à vista de documento minucioso apresentado pela Presidência do órgão, encaminhamos mensagem e projeto de lei, à Assembléia Legislativa, visando autorizar o IBES a conceder escritura definitiva aos adquirentes dos 41 (quarenta e um) lotes, o qual foi transformado na Lei 3010, de 24/11/75, dando solução ao caso, que há vários anos vinha afligindo várias famílias.

6 — SERVIÇO SOCIAL

O Instituto mantém no Núcleo Residencial "Alda Santos Neves" um Centro Social, destinado a ensinar às pessoas menos favorecidas, a profissão de corte e costura, tendo formado, no exercício de 75/76 (setenta) alunas.

7 — ASSESSORIA JURIDICA

O Serviço Jurídico realizou trabalhos de primordial importância para a preservação e defesa do patrimônio do Instituto.

I — PROGRAMA AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

1. — Sub-Programa: Assessoria e Orientação Técnica a Entidades Sociais

1.1 — Assessoria e Orientação Técnica a 145 Entidades Sociais.

1.2 — Aplicação de um Modelo de Ação Comunitária envolvendo as lideranças locais.

Experimentação e implementação na área da Grande Vitória e implantação no 2º semestre em Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia.

2. — Sub-Programa: Educação Social e Extensão Cultural

2.1 — Execução de 202 cursos

205 palestras

104 campanhas

6 seminários abordando temas

relacionados com os setores do bem estar social:

Educação alimentar e nutricional, Higiene e Saneamento básico, Verminose, Enfermagem e Primeiros Socorros, Higiene e Puericultura, Planejamento Familiar, Relações Humanas, Interpretação da Previdência Social, Direitos e Deveres do Cidadão e outros.

2.2 — Formação e manutenção de grupos de ação social e socialização.

104 grupos de crianças

86 grupos de jovens

82 grupos de adultos

Essa sub-atividade será desenvolvida de forma integrada: SETRAPs — UFES — LBA.

3. — Sub-Programa: Incentivo à Prática do Lazer Comunitário

3.1 — Recreação Orientada — com execução de jogos recreativos, dança, folclóricas, dança universal, excursões, teatro, cenário, coral, gincana, mímica, bandinha, fontoches, ginástica moderna e olímpica e comemorações cívicas e sociais atingindo:

2.50 pessoas (crianças e adultos) envolvendo:

41 Entidades Sociais abrangendo aproximadamente:

50 bairros localizados em

5 Municípios

Essa atividade será desenvolvida através de integração SETRAPs — UFES.

3.2 — Dinamização do Desporto — execução do Projeto

Jogos Comunitários da Grande Vitória abrangendo os Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana com a participação de 41 Entidades Sociais com representação de aproximadamente 13.374 atletas na categoria adulto e juvenil concorrendo os sexos masculino e feminino e desenvolvendo 11 modalidades de esportes:

1 — Futebol de campo

2 — Futebol de salão

3 — Voleibol

4 — Basquetebol

5 — Handebol

6 — Tênis de mesa

7 — Bola de pau

8 — Gincana

9 — Damas

10 — Atletismo

11 — Ciclismo

O projeto atingirá indiretamente uma população estimada em 335.168 habitantes.

Deverá ser executado em seis meses no período de abril a outubro do corrente.

Serão órgãos promotores: SETRAPs e órgãos vinculados: UCIS — Unidade Comunitária de Integração Social, COHAB-ES — Companhia Habitacional do Espírito Santo e UFES — Universidade Federal do Espírito Santo.

3.3 — Atividades Artísticas e Culturais — Essa sub-atividade deverá ser implantada mediante o desenvolvimento de Projetos Experimentais especificamente relacionados com: Teatro

Iniciação Musical e Coral

Bibliotecas e Salas de leituras

Iniciação e Educação artística

A sistemática a ser adotada preve a formação e manutenção de grupos de crianças, jovens e adultos. Deverá ser desenvolvido de forma integrada através dos órgãos: SETRAPS, COHAB-ES, UFES, Fundação Cultural, Escola de Música e Instituto Nacional do Livro — MEC.

II — PROGRAMA PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

1. — Sub-Programa: Iniciação e Formação Profissional

1.1 — Execução de 100 cursos de Iniciação Profissional atingindo cerca de 1500 pessoas.

1.2 — Execução de 200 cursos de Formação Profissional atingindo 3000 pessoas.

2. — Sub-Programa: Desenvolvimento do Artesanato

2.1 — Execução de 40 cursos para formação de mão de obra artesanal, abrangendo técnicas diversas, atingindo 600 pessoas.

2.2 — Realização da I Feira de Artesanato, decorrente dos cursos executados no 1º semestre, com a participação de 20 Entidades Sociais.

2.3 — Participação em entrosamento com a Secretaria da Indústria e do Comércio e outros órgãos na implantação do Centro Artesanal Capixaba.

2.4 — Cadastramento dos artesãos existentes no Estado.

2.5 — Pesquisa para identificação do artesanato característico do Estado, matéria prima utilizada e focos de produção artesanal.

3. — Sub-Programa: Treinamento e Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico e Auxiliar

3.1 — Realização de 3 treinamentos para os Assistentes Sociais, atendendo a necessidades do serviço.

3.2 — Realização de 4 treinamentos para os Agentes Sociais da SETRAPS, atendendo exigências das programações.

3.3 — Promoção de reuniões bimestrais da equipe técnica, para troca de experiências e avaliação das ações programadas e realizadas.

3.4 — Realização de um seminário sobre Ação Comunitária, em entrosamento com outros órgãos que atuam nessa área (INOCOOP-ES e COHAB-ES), com a participação da Ação Comunitária do Brasil sediada em São Paulo.

3.5 — Reaparelhamento da Biblioteca Técnica existente na Sede da SETRAPS.

3.6 — Organização e montagem de Bibliotecas Técnicas nas Centrais Regionais de Serviços de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim.

3.7 — Manutenção de campo de estágio para acadêmicos de Serviço Social e outras disciplinas.

3.8 — Promoção de 3 Encontros das equipes atuantes nas Centrais Regionais e Municipais de Serviços, sediadas no Interior do Estado, para possibilitar troca de experiências e garantir unidade metodológica na prestação de serviços.

3.9 — Possibilitar a participação de técnicos da SETRAPS em seminários, cursos, encontros a serem realizados no Estado ou em outras unidades federativas.

3.10 — Encaminhamento de técnicos para estágios em outras entidades que executam programações em níveis correlacionados aos da SETRAPS.

4. — Sub-Programa: Colocação de Mão de Obra

4.1 — Elaboração do Planejamento Global do Sistema de Agência de Emprego.

4.2 — Promoção de Atividades referentes à

4.2.1 — Orientação Profissional:

— Feira de Informação Ocupacional, entrosada com órgãos de ensino profissionalizante, órgãos de classe, agências de emprego, jornais e órgãos ligados aos setores de produção.

— Realização de Palestras e Formação de grupos para Orientação Profissional nas comunidades e obras sociais.

4.2.2 — Colocação de Mão de Obra:

— Pesquisa sobre oferta e procura de mão de obra nas Agências de Emprego da Grande Vitória.

— Pesquisa de acompanhamento dos egressos dos cursos profissionalizantes da SETRAPS.

— Contatos com empresas para colocação do pessoal egresso dos cursos da SETRAPS.

4.3 — Estudos tendo em vista o desenvolvimento de programações junto aos sindicatos.

III — PROGRAMA DE AJUSTAMENTO SOCIAL

1. — Sub-Programa: Atendimento à População Carentiada ou Marginalizada

1.1 — Recolhimento de Pessoas Carentiadas (mendigos e outros): — 1582

1.2 — Atendimento de Emergência (encaminhamentos diversos, passagens, medicamentos, alimentação e outros): — 7480

1.3 — Atendimento dentário: — 5000

1.4 — Atendimento Setor Delegacia Regional do Trabalho: — 1500

1.5 — Funcionamento de pequenas oficinas para desenvolver junto aos internos, cursos profissionalizantes, bem como organização da sala de recreação e lazer.

1.6 — Instalação de 3 postos de informação e recepção nas Estação Rodoviária e Estação Ferroviária para prestar serviços aos migrantes e pessoas carentiadas.

1.7 — Transferência e reaparelhamento da Unidade de Recepção e Triagem para local e de forma mais adequada.

2. — Sub-Programa: Atenção à População Migrante

2.1 — Implantação do Projeto CETREMI — Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes — do MINTER através da reestruturação do Centro de Ajustamento Social.

IV — PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E INTERCAMBIO

1. — Sub-Programa: Cooperação Financeira

1.1 — Ajuda Financeira à 145 Entidades, registradas na SETRAPS, conforme dotação atribuída a cada elemento de despesa, em conformidade com o orçamento analítico aprovado para o exercício de 1976.

1.2 — Reclassificar as Entidades Sociais suovenionadas com vistas a definir o tipo de Assessoria a ser efetuada, bem como o controle mais racional da aplicação dos recursos financeiros concedidos pela SETRAPS.

2. — Sub-Programa: Administração de Ações Complementares

Esse programa deverá desenvolver atividades a curto prazo, em caráter de urgência e com possibilidade de

posterior integração nos demais programas mencionados.

1.1 — Implantação do (PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS NO ESPÍRITO SANTO), através da construção, aparelhamento e dinamização de 12 C.S.U., sendo:

tipo A
tipo B
tipo C

Essa atividade será dinamizada com a participação dos seguintes órgãos a nível estadual:

SETRAPS e órgãos descentralizados (FESBEM — COHAB-ES), UCIS, UFES, Fundação LBA, Secretaria da Indústria e do Comércio, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Coordenação Estadual do PIPMO-INPS e recursos de comunidades locais.

1.2 — Estudos para Implantação do CENTRO DE REABILITAÇÃO em integração com a UFES e outros órgãos afins.

1.3 — Implantação da REDE ESTADUAL DE CRECHES, sob a coordenação da Fundação LBA entidade vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em integração com: FESBEM, UCIS, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação.

1.4 — Reestruturação do Centro de Ajustamento Social tendo em vista a Implantação do Projeto CETREMI do MINTER, no Espírito Santo.

1.5 — Implantação do Sub-Programa ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR sob a coordenação da Secretaria de Educação e Cultura, envolvendo 15 Entidades Sociais assessoradas pela SETRAPs.

1.6 — Estruturação do CENTRO DE PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS como órgão capaz de absorver as atividades da SETRAPs no setor específico de trabalho.

1.7 — Estabelecimento e manutenção de convênios com:

PIPMO — para execução de cursos profissionalizantes.

FUNAI — para desenvolvimento do programa de Ação Comunitária na comunidade de Cadeiras Velhas — Aracruz.

UFES — para desenvolvimento de programas integrados com a participação de 250 alunos dos diversos Centros.

PREFEITURAS MUNICIPAIS — para desenvolvimento de programações integradas atendendo à necessidades identificadas pelos mesmos

SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO DA COHAB-ES PARA 1976

1 — Proceder a entrega dos seguintes núcleos:

Carapina	384 unidades
Aracruz	130 unidades
Santa Mônica	032 unidades
Linhares	139 unidades

Colatina (ampliação do núcleo)	082 unidades
Nova Venécia	055 unidades
São Mateus (ampliação do núcleo)	102 unidades
Colatina (desfavelamento perfilurb)	117 unidades
São Mateus (desfavelamento perfilurb)	603 unidades
Viana	054 unidades
Maruipé (Vitória)	400 unidades
Ilha de Santa Maria (perfilurb)	400 unidades

2.498 unidades

2 — Construção da sede própria da Companhia, com 2.600m2 de área construída.

3 — Prosseguir e iniciar obras nos seguintes núcleos:

Santos Dumont	800 unidades
Carapina II	1.118 unidades
Carapina — extensão de núcleos em convênio com a C.V.R.D.	1.062 unidades

2.980 unidades

4 — Previsão de construção de outros núcleos na Grande Vitória, cujas áreas estão em fase de estudo para aproveitamento e localização. Totalizam essas áreas em 4.600 unidades entre habitações e lotes urbanizados.

5 — Prosseguir os estudos e projetos de aproveitamento dos mangues da Grande Vitória, erradicando núcleos de sub-habitações, ou ocupando as áreas de modo a não permitir a proliferação de favelas.

Tais estudos estão sendo desenvolvidos em conjunto com outros órgãos interessados, a exemplo da remoção dos ocupantes da área da COMDUSA em Guarapari.

6 — Instalar as bibliotecas com salas de leitura nos Centros Comunitários, em integração com a SETRAPs.

7 — Realizar convênio, com o BNH, de Desenvolvimento Comunitário, obtendo daquele Banco recursos a fundo perdido.

8 — Concluir a ampliação do processamento de dados no controle dos financiamentos e na própria contabilidade.

9 — Editar o jornal da COHAB-ES, dirigido a todos os mutuários da Companhia (Tiragem 5.000 exemplares por mês).

SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO DA FESBEM PARA 1976

1 — Ampliação da capacidade e melhoria das condições de atendimento de Obras em Convênio.

2 — Implantação do Centro de Reeducação Feminino.

3 — Implantação do Centro Social de Cachoeiro e Colatina.

4 — Implantação do Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores — PRAM através da execução de 6 (seis) projetos, sendo 2 (dois) no norte do Estado, 2 (dois) no sul do Estado e 2 (dois) na região da Grande Vitória.

5 — Encontros e Treinamentos.

6 — Aperfeiçoamento das 4 Unidades Educacionais e Serviços Sociais da FESBEM.